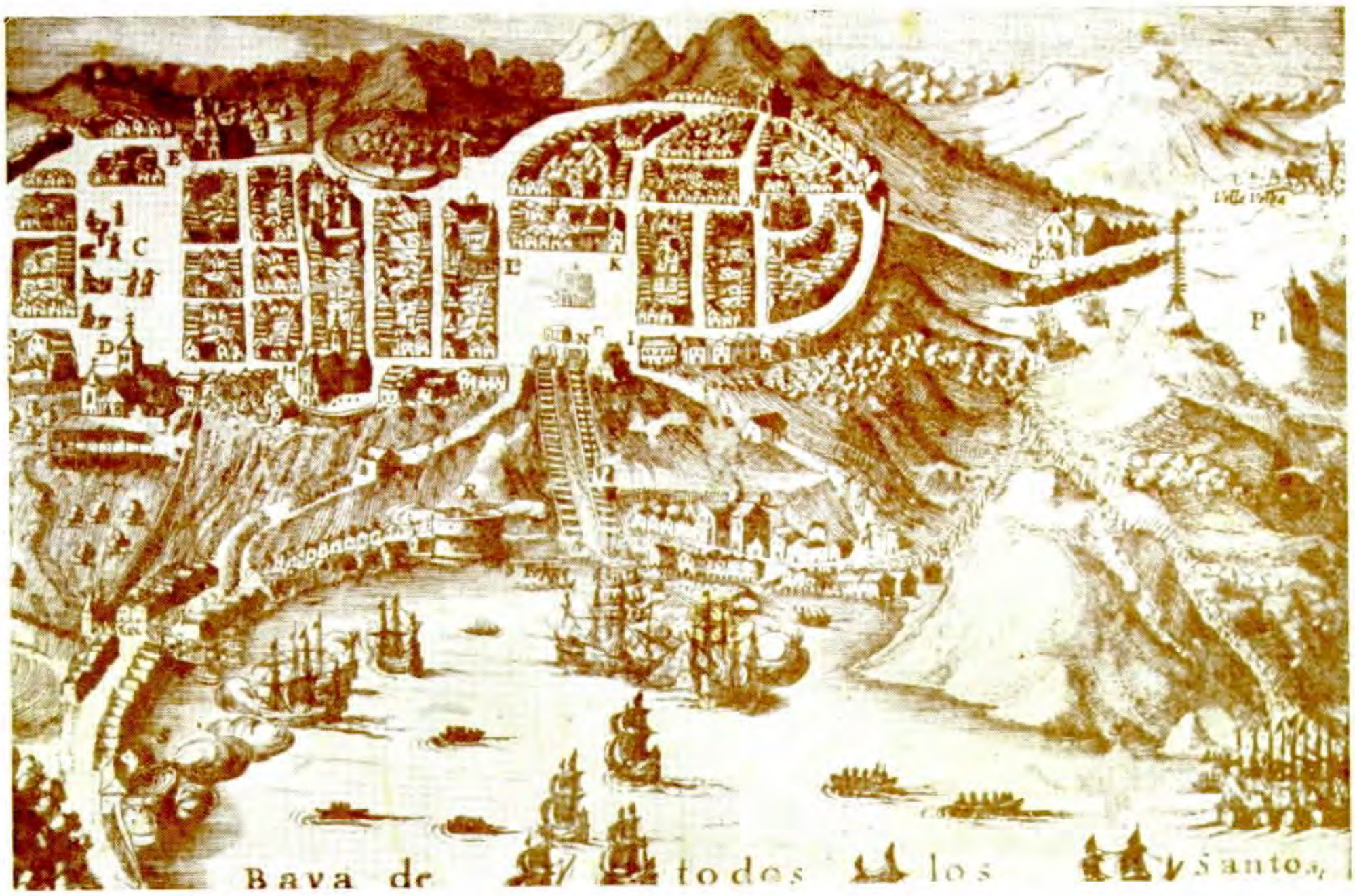
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



13

RIO DE JANEIRO — 1956

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Órgão da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DIRETOR, RODRIGO M. F. DE ANDRADE

Rua da Imprensa, 16. 8.º andar

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Rio de Janeiro — Brasil

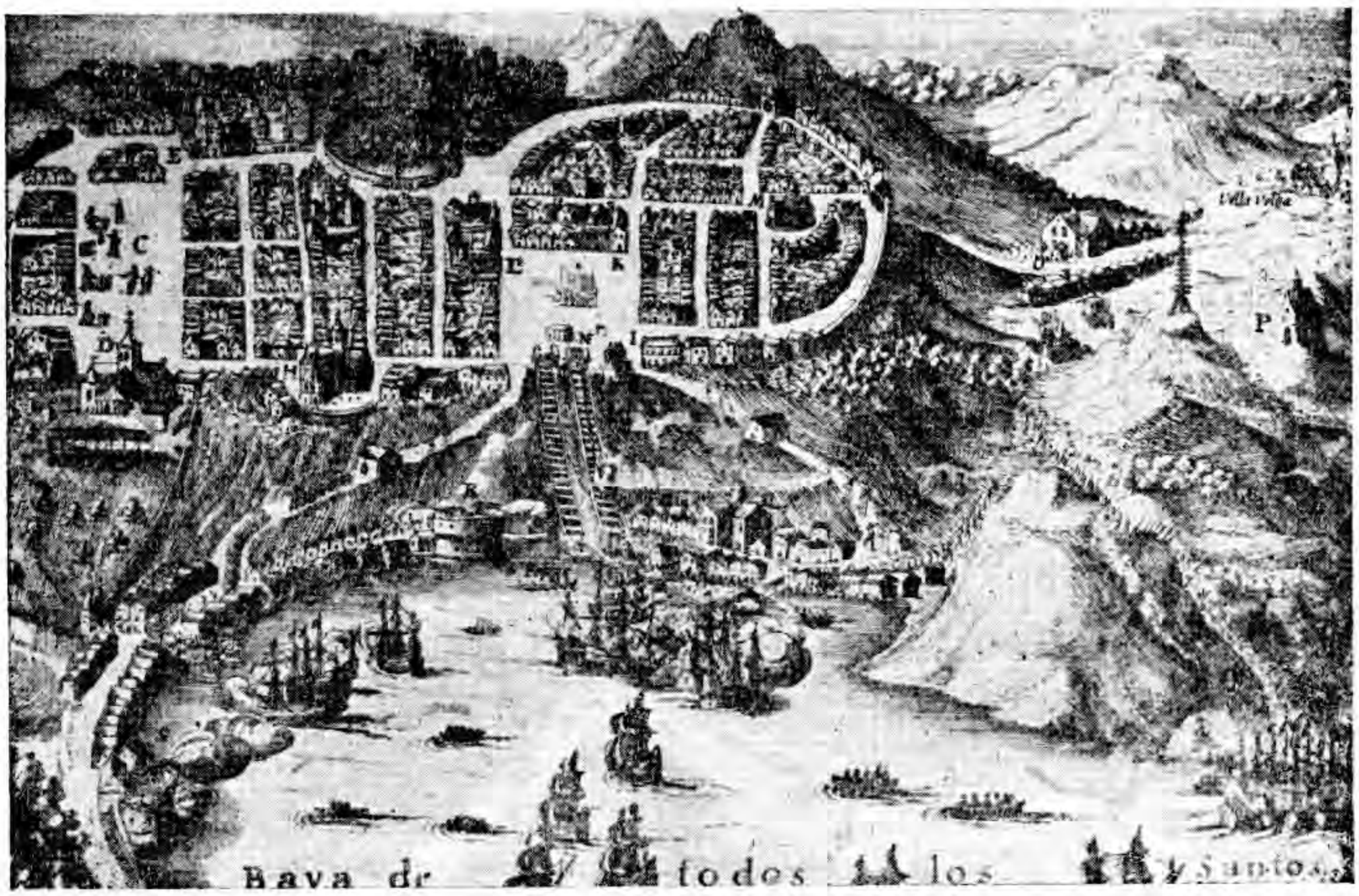
REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

13

A-19
P
709.81
R154
ex.2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



13

RIO DE JANEIRO — 1956

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

SUMÁRIO

Rugendas no Brasil: obras inéditas	David James	9
Imagens e notas do Brasil	J. Moritz Rugendas	17
O Forte do Mar, na Bahia	Carlos Ott	85
A igreja de São José, em Ouro Prêto	Cônego Raimundo Trindade	109
Almeida Júnior: sua técnica, sua obra	Alfredo Galvão	215
Dois engenhos pernambucanos	Joaquim de Souza Leão	225
O estado das fortificações da Amazônia na quinta década do século XVIII	Artur César Ferreira Reis	241
Convento de Santo Antônio de Ipojuca	Frei Venâncio Willeke, O. F. M. ..	255

RUGENDAS NO BRASIL: OBRAS INÉDITAS

I

AS OBRAS BRASILEIRAS DE RUGENDAS

Johann Moritz Rugendas (1802-1858) fêz duas visitas ao Brasil: a primeira, com a Expedição von Langsdorff, de 1821 a 1825, e a segunda, antes de seu regresso definitivo à Alemanha, procedente da América do Sul, entre 1845 e 1847.

Rugendas registrou o resultado de suas duas viagens, tanto por escrito como sob a forma de várias centenas de desenhos e aquarelas que levou consigo para a Alemanha ou presenteou ao Freiherr von Langsdorff.

A versão inpressa da primeira viagem foi publicada por Englemann em Paris, entre 1827 e 1835, com o texto, de autoria de Rugendas, em uma edição alemã e outra francesa, ambas acompanhadas de uma centena de litografias baseadas em desenhos seus, feitos no Brasil. Não se sabe onde estarão atualmente os originais dos desenhos de que foram tiradas aquelas litografias.

Após a segunda visita ao Brasil, Rugendas esperava publicar um outro livro de impressões de viagens, embora menor, em que êle poria em evidência as mudanças ocorridas no país desde sua primeira viagem, um quarto de século antes. As notas para êsse livro foram encontradas em sua mesa de trabalho, por por ocasião de sua morte, em 1858, tendo sido publicadas em

alemão, em sua cidade natal de Augsburg, em 1860, sob o título de — *"Bilder und Skizzen aus Brasilien — Aus den hinterlassenen Papieren des verstorbenen Malers mitgeheilt von G. M. Klethe"*.

Publicamos aqui êsse trabalho pela primeira vez, em tradução portuguêsa.

Os desenhos que Rugendas completou no Brasil, entre os anos de 1821 e 1825, foram divididos em dois grupos: uma pequena série, que foi presenteada ao Barão von Langsdorff e remetida aos Arquivos Imperiais da Rússia, em S. Petesburgo, e uma coleção maior, provàvelmente de cêrca de 500 aquarelas e desenhos, que Rugendas levou consigo para Augsburg, em 1825.

As obras brasileiras que foram para a Rússia permaneceram desconhecidas durante cento e trinta anos. Graças aos esforços persistentes da Embaixada Americana em Moscou e com a cooperação dos funcionários do Arquivo em Leniugrado, tornou-se, afinal, possível obter as fotografias das quinze aquarelas e desenhos de Rugendas, que ora reproduzimos aqui pela primeira vez.

A grande coleção de desenhos que Rugendas levou para a Alemanha em 1825 foi mais tarde incluída no imenso acêrvo de seus dezesseis anos de trabalho na América Latina, de 1831 a 1847 e, em 1848, foi oforecida ao Rei da Baviera, em troca de uma pensão vitalícia. A parte brasileira dessa coleção ficou em Munique até 1928, quando cêrca de quatrocentos desenhos relativos ao Brasil foram comprados por José Wasth Rodrigues e Clóvis Ribeiro. Êsses desenhos foram trazidos para o Brasil e agora pertencem a diversas coleções públicas e particulares do Rio de Janeiro e de S. Paulo.

O Diretor do Staatliche Graphische Sammlung em Munique, zelador da Coleção Rugendas, conservou cinqüenta magníficos trabalhos (óleo fino sôbre papel pesado) dentre os provenientes das viagens ao Brasil, para que fôssem conservados permanentemente na Alemanha. Durante a Segunda Guerra Mundial, porém, em 1944, essa parte da coleção Rugendas foi emprestada ao Volkerkunde Museum de Munique, para uma exposição especial e, justamente enquanto estavam sendo exibidas aquelas

obras brasileiras, aconteceu ser o museu atingido por bombas incendiárias, desaparecendo, assim, a totalidade da coleção.

Resta ainda uma última parte dos trabalhos brasileiros: os que Rugendas deixou no Brasil, por ocasião de suas duas visitas. Muito poucas dessas obras parecem ter sido preservadas, porém são da mais alta qualidade: há diversos desenhos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na Coleção Teresa-Cristina, e há três esplêndidos retratos a óleo da família imperial no Palácio Grão-Pará, em Petrópolis.

Não podemos esquecer a possibilidade de Rugendas haver deixado desenhos, como lembrança de sua permanência no Brasil, em albuns de família, no México, Peru, Chile ou na Argentina. Há, pelo menos, um dêsses desenhos, um delicioso auto-retrato em ambiente tropical, no album que pertenceu a Dona Isidora Zegere de Huneeus, fundadora do Conservatório Nacional de Música de Santiago do Chile. Uma vez que prosseguem as pesquisas por tôdas as Américas, bem como na Europa, em torno da obra de Rugendas, é de se esperar que venham a ser encontrados muitos desenhos mais.

Consideremos, em seguida, brevemente, as duas visitas de Rugendas ao Brasil:

II

PRIMEIRA VISITA (1821 - 1825)

O estudo mais completo existente do vida e obra de Rugendas é a biografia, publicada em Munique, em 1952, na Filzer-Verlag, pela Dra. Gertrud Richert, professôra de história da cultura ibérica, na Universidade de Berlim. (1) A doutora Richert teve acesso ao arquivo de família dos Rugendas, atualmente em poder de Herr walther Madler, em Augsburg, bem como ao Arquivo Municipal e à Biblioteca da mesma cidade, onde muitos documentos relativos ao artista são conservados. O livro dessa escritora contém muitos pormenores, até então desconhecidos,

acêrca das viagens de Rugendas e, por isso, faremos freqüentes referências aos resultados de suas pesquisas.

Johann Moritz Rugendas, como ficou dito acima, veio primeiro ao Brasil em companhia do Barão Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852). Êsse fidalgo alemão entrara para o serviço do govêrno imperial russo em 1808 e havia exercido as funções de encarregado de negócios da Rússia no Brasli, onde empreendeu diversas expedições científicas ao interior do país. Durante uma licença, enquanto em Munique, em 1821, foi incumbido pelo Czar, de preparar uma expedição às províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Von Langsdorff tratou de procurar um artista oficial que pudesse acompanhá-lo e tomar a si a documentação pictórica das descobertas feitas pela expedição. Através de pessoa de suas relações, em Munique, o Barão Karvinski, von Langsdorff conheceu Johann Moritz Rugendas e firmou com êle um contrato que foi assinado pelo pai do jovem artista, Johann Lorenz Rugendas, Diretor da Academia de Belas Artes de Augsburg.

O original do contrato está ainda conservado na Biblioteca da cidade de Augsburg. De acôrdo com as cláusulas daquele documento, von Langsdorff se obrigava a pagar a Johann Moritz todo o custo da viagem e mais as despesas ocasionais, excetuando-se as do vestuário e, bem assim, a lhe pagar um estipêndio anual de mil francos franceses. Por outro lado, Rugendas se conservaria o único proprietário dos esboços, desenhos e pinturas que executasse durante a viagem ao Brasil, com a condição de não publicar nenhum dêles sem prévia anuência de von Langsdorff, tendo ficado também convencionado que não seria publicado trabalho artístico algum de Rugendas antes do aparecimento do livro de von Langsdorff sôbre o Brasil. O contrato tem a data de 18 de setembro de 1821 e a partida para o Brasil se deu provàvelmente algumas semanas mais tarde.

Rugendas não deixou diário ou qualquer roteiro escrito de suas andanças pelo Brasil. Pelas datas de seus desenhos e aquarelas, porém, preservadas em Leningrado, podemos apurar quais as regiões que estava percorrendo durante grande parte

do tempo, entre os anos de 1822 e 1824. Apresentamos, pois, uma relação cronológica dessas obras, na ordem em que as respectivas reproduções acompanham o presente trabalho.

Catálogo das Obras de Rugendas em Leningrado

1. (Escravos em tôrno de uma fogueira, com feitores perto). Aquarela e desenho a lápis. Assinado: "Province de Rio de Janeiro. Rugendas fecit."
2. (Dois homens e duas mulheres comendo em roda de uma pequena fogueira, possìvelmente napolitanos ou atores ambulantes). Desenho a bico de pena. Assinado: "den 16 Juni 1822 zu R. J. — Rugendas"
3. (Homem a cavalo descendo a estrada de uma serra). Desenho a guache. Assinado: "Serra da Estrela. Province de Rio de Janeiro. Rugendas fecit."
4. (Dois macacos em uma árvore). Aquarela. Assinado: "M. Rugendas. 1823."
5. (Riacho e floresta). Desenho a lápis. Assinado: "1824. Province de Minas Geraes. Rugendas fecit."
6. (Margem de rio com diversas construções). Aquarela. Assinado: "Rio da Paraiba e Registo. 14 mai 1824. Maurizio Rugendas."
7. (Vista à distância de uma ponte sôbre o Rio Paraíba). Aquarela. Assinado: "Vue de la Ponte Nova da Paraiba sur la limite de la Province de Rio de Janeiro avec celle de Minas Geraes. 17 mai 1824. Rugendas fecit." (Esta aquarela é muito semelhante à Prancha 1/17 na versão impressa do "Voyage Pittoresque au Brésil". Mas a ponte tem dezoito postes verticais na aquarela e sòmente treze na litografia.)
8. (Homem conduzindo bois ao longo da margem de um rio, com a cidade à distância). Aquarela. Assinado: "S. João d'El Rey — 9 juin 1824 — Rugendas fecit."
9. (Escravos bateando ouro em um riacho). Desenho a lápis. Assinado: "Descoberta nova perto do Rio das Pombas. 12 juillet 1824. Cidade Imperial do Ouro Preto. Rugendas fecit."
10. (Vista distante da cidade de Ouro Prêto). Aquarela. Assinado: "Cidade Imperial do Ouro Preto. Août 1824. Rugendas fecit."
11. (Retrato de um índio). Desenho a lápis. Assinado: "Ma-nai, Nação Machekerey — Machacary — Selon la Corografia Brasilica. Prov.ce de Minas Geraes. Ouro Preto, den 5 Aug. 1824." (Outros índios da mesma tribo aparecem na Prancha 11/3 do "Voyage Pittoresque").
12. (Retrato de um índio). Desenho a lápis. Assinado: "Ma-ne-sin, indien Machacary, Prov.ce de Minas Geraes, Ouro Preto, den 5 Aug. 1824. Rugendas fecit."

13. (Vista de uma cidade distante). Desenho a lápis. Assinado: "Vue de la Ville de Caeté, Prov.ce de Minas Geraes. 23 September 1824. Rugendas fecit."
14. (Vista de cidade distante). Desenho a lápis. Assinado: "Vue de la Ville de Sabará, Prov.ce de Minas Geraes. 30 september 1824. Rugendas fecit."
15. (Retrato de uma velha com mantilha preta em volta da cabeça). Retrato a lápis. Assinado: "Santa Luzia, den 9ten October 1824. Rugendas fecit."

Rugendas voltou à Alemanha em 1825, via Paris, onde conheceu o Barão Alexander von Humboldt e o artista francês, Barão François Gérard, ambos os quais foram muito prestimosos nas providências preparatórias para a publicação de seus desenhos.

III

A SEGUNDA VIAGEM (1845 - 1847)

A segunda visita de Rugendas ao Brasil ocorreu no fim de seus dezesseis longos anos de viagens e atividade artística por tôda a América Latina: no México (1831-34); no Chile (1834-42) incluindo quatro meses no oeste da Argentina em 1838); no Peru e na Bolívia (1842-45), e em Buenos Aires e em Montevidéu (1845).

Um artigo em um periódico alemão, "Schorns Kunstblatt", publicado em Munique em 1848, informava que Rugendas viajara de Montevidéu pelo caminho do Paraná e Paissandu até o Rio de Janeiro. Não se conservou desenho algum dessa viagem por terra e permanece incerto se Rugendas viajou de Montevidéu para o Rio de Janeiro por terra ou por mar.

O artista provàvelmente chegou ao Rio em agôsto de 1845 (2) e procurou seu velho amigo Félix-Emile Taunay, a quem havia conhecido vinte anos antes. Suas relações de amizade com Taunay proporcionaram-lhe a entrada nos círculos da côrte e Rugendas executou três pequenos retratos a óleo da família imperial. É provável que tenha feito também um retrato de

corpo inteiro de D. Pedro II, que se perdeu mais tarde, em trânsito para a Europa. (3)

Rugendas permaneceu no Rio de Janerio mais de um ano e viveu a maior parte dêsse tempo no Hotel Pharoux. Apresentou trabalhos no Salão de Belas Artes do Rio de Janeiro, tanto em 1845 como em 1846, mas, em dezembro de 1846 já se encontrava em viagem de regresso à pátria.

Quando chegou o momento de sua partida da capital brasileira, D. Pedro II o condecorou com a ordem do Cruzeiro do Sul (decreto de 23 de maio de 1846). (4) O Imperador também deu ao artista uma carta de apresentação a sua irmã, a Princesa de Joinville, que residia então em Paris. Essa carta, conservada nos arquivos do Museu Imperial de Petrópolis, tem o seguinte texto:

"Rio, 18 de junho de 1846.

Cara Mana,

Escrevo-lhe esta para lhe recomendar o portador d'ella, o pintor Rugendas, homem de muito talento, e cujos cartões representando trajes, paisagens e costumes da América, são muito interessantes, principalmente para a Mana, a quem lembrarão a querida patria, posto que haja poucos do Brasil, que é uma pena.

Adeus, Mana do Coração

Seu afeiçoado Mano,

Pedro."

Rugendas prosseguiu lentamente, rumo ao norte, ao longo da costa do Brasil, e é provável que tenha deixado Pernambuco em janeiro ou fevereiro de 1847, em sua rota para a Inglaterra.

O artista não deixou traço ou indicação da data do preparo de suas observações finais escritas sôbre o Brasil. Podemos conjecturar, porém, que as tenha reunido logo após o regresso a Augsburg, em 1847. O texto original alemão, — "Bilder und

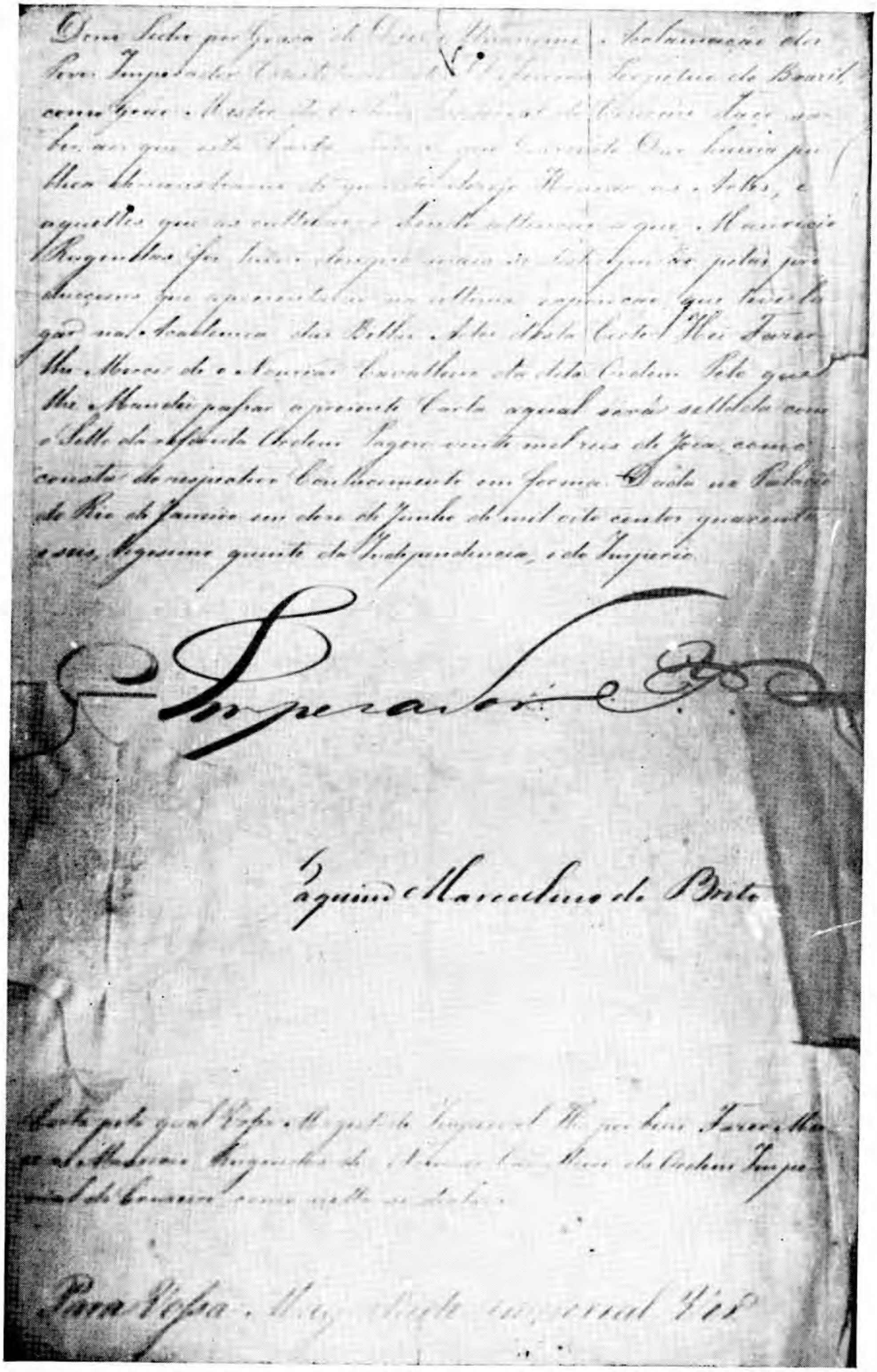
Skizzen aus Brasilien" — tornou-se extremamente raro, e a tradução portuguêsa, que acompanha êste prefácio, foi feita de um microfilm do original alemão existente na Biblioteca da Universidade de Harward (Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos da América) por D. Clemente Maria da Silva Nigra, O. S. B.

DAVID JAMES

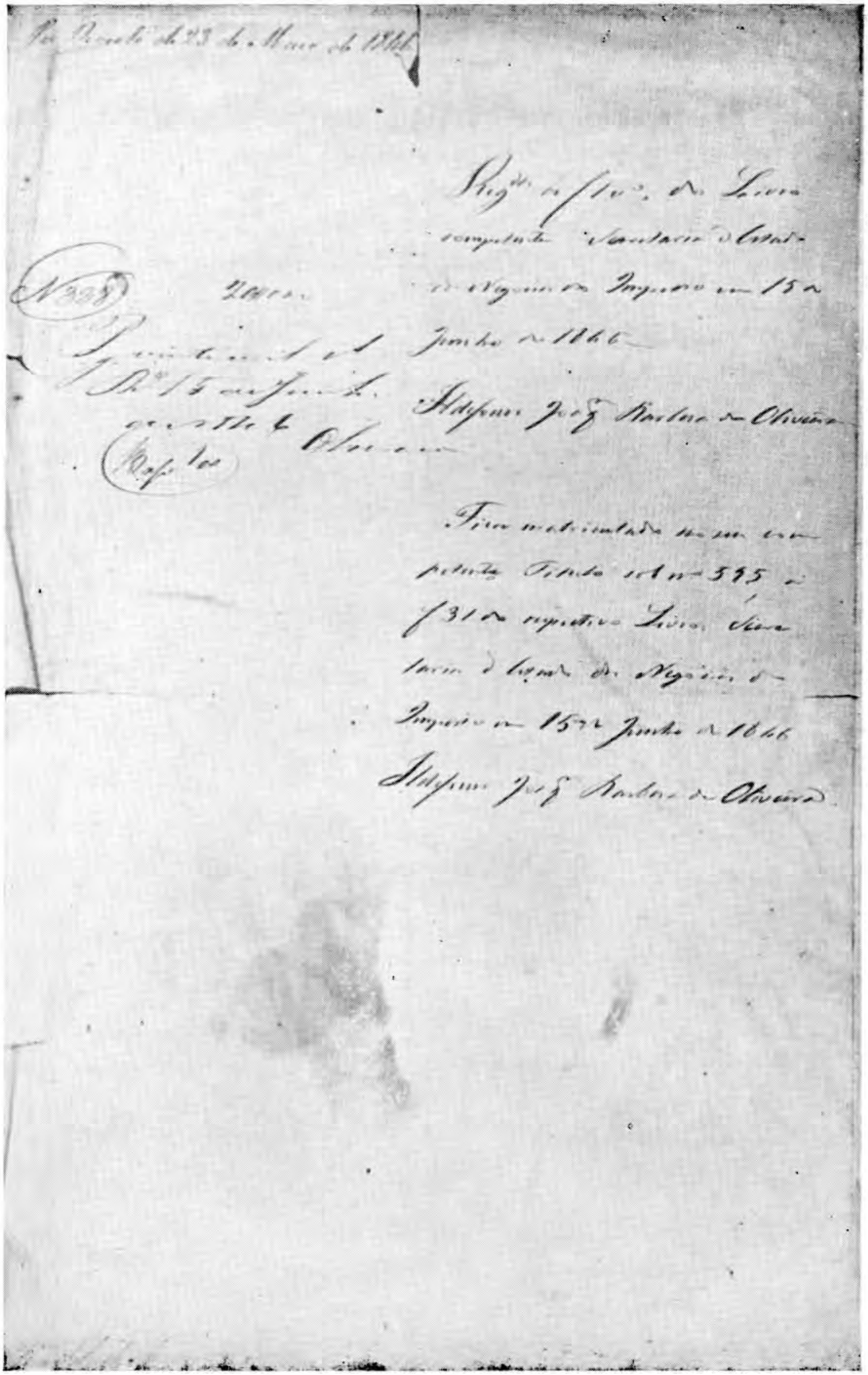
(Tradução de Vera M. F. de Andrade)

NOTAS

1. Gertrud Richert: "Johann Moritz Rugendas: Ein Deutscher Maler in Ibero-Amerika"; Filser-Verlag, Munchen-Pasing. 1952. 148 páginas.
2. Richert, op. cit., p. 105.
3. Da carta de Rugendas ao Dr. Paulo Barbosa da Sylva, datada de 20 de dezembro de 1853, na coleção do Dr. Américo Jacobina Lacombe.
4. Os documentos são conservados pela família Madler, em Augsburg.



Decreto imperial concedendo a J. M. Rugendas a Ordem do Cruzeiro do Sul.



Anotação do registro do decreto

0345

8.b.4.

Rio 19 de Junho de 1845

Caro mano.

Escrevo-lhe este para lhe recommendar o Snr. Dr. Rugendas, o grande Rugendas, homem de muito talento, e cujos costumes representando boas paisagens e costumes do Brasil são muito interessantes principalmente para a Baviera, aonde tambem agradam pinturas, pode que haja quem lhe peça pinturas do Brasil, que é muito pitoresco



Adeus mano do coração

Seu affeiçoado irmão

Luiz

Carta do Imperador à Princesa de Joinville, sua irmã, recomendando-lhe Rugendas.



1. Escravos em tôrno de uma fogueira, com feitores perto. Aquarela e desenho a lápis. Assinado: "Province de Rio de Janeiro — Rugendas fecit."



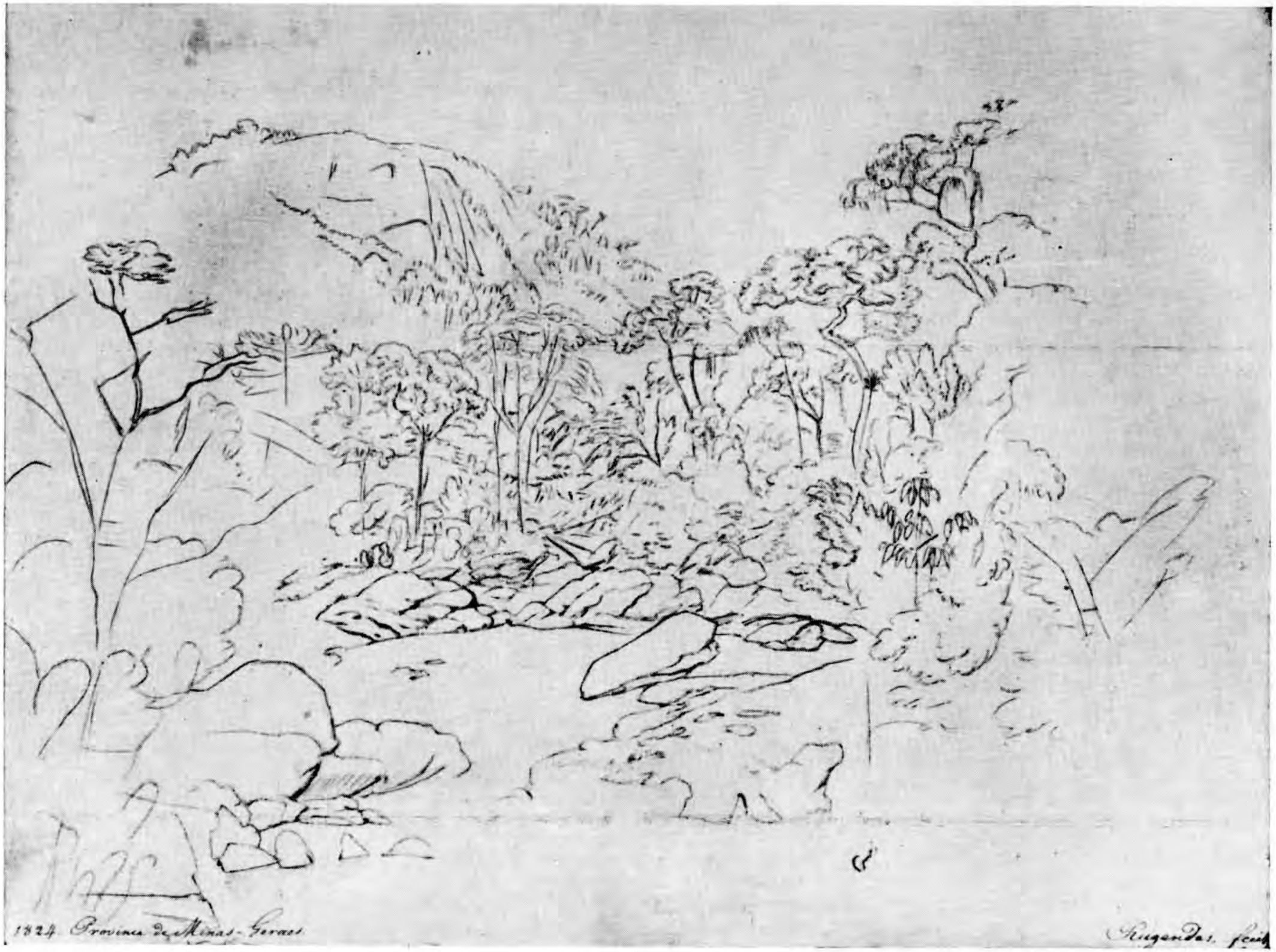
2. Dois homens e duas mulheres comendo em roda de uma pequena fogueira, possìvelmente napolitanos ou atores ambulantes. Desenho a bico de pena. Assinado: "den 16 Juni 1822 zu R. J. — Rugendas."



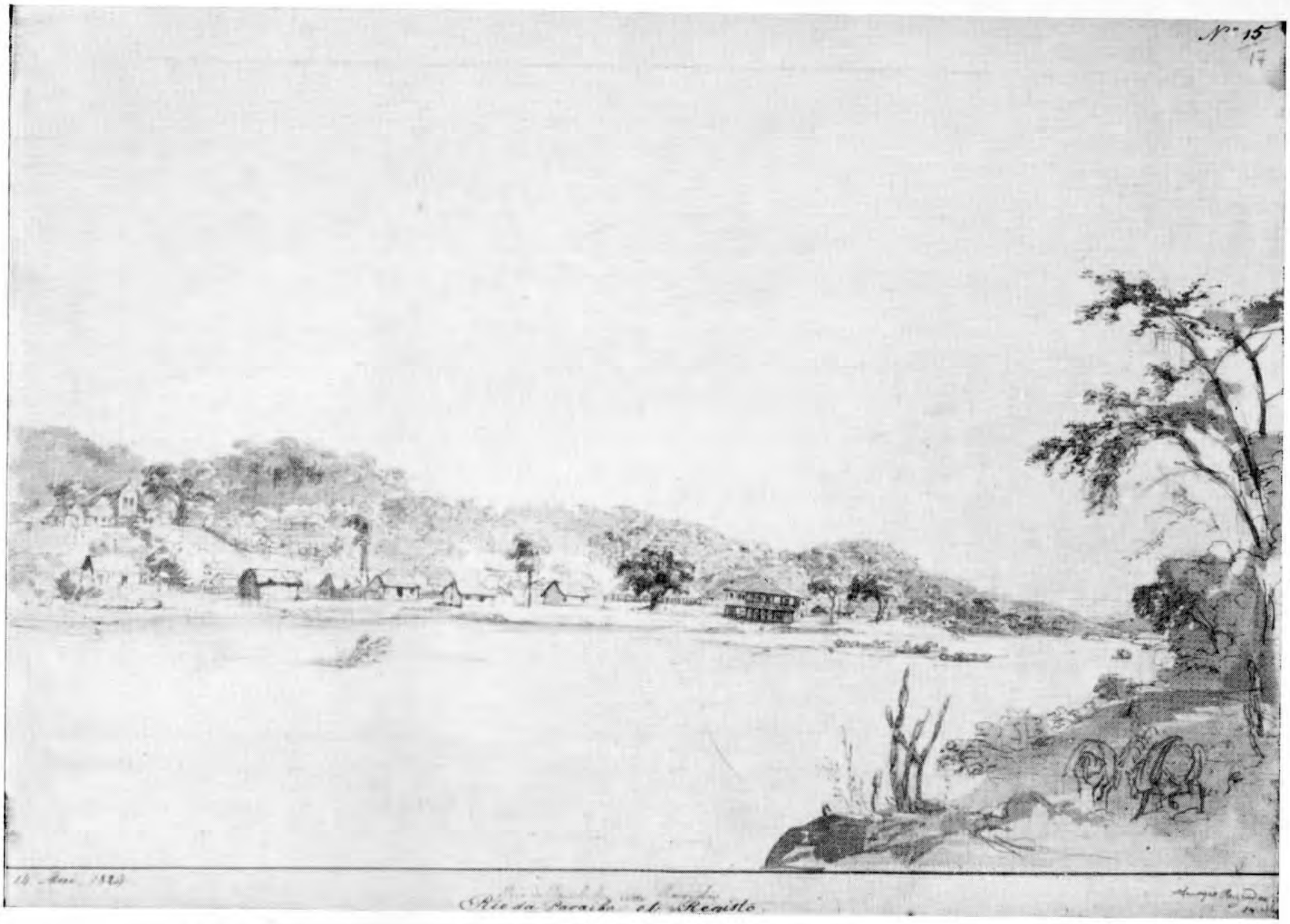
3. Homem a cavalo descendo a estrada de uma serra. Desenho a guache. Assinado: "Serra da Estrela. Province de Rio de Janeiro — Rugendas fecit."



4. Dois macacos em uma árvore. Aquarela. Assinado: "M. Rugendas. 1823."



5. Riacho e floresta. Desenho a lápis. Assinado: "1824. Province de Minas Geraes. Rugendas fecit."



6. Margem de rio com diversas construções. Aquarela. Assinado: "Rio da Paraiba Registo. 14 mai 1824. Maurizio Rugendas."



7. Vista à distância de uma ponte sôbre o Rio Paraibuna. Aquarela. Assinado: "Vue de la Ponte Nova da Paraiba sur la limite de la Province de Rio de Janeiro avec celle de Minas Geraes. 17 mai 1824. Rugendas fecit."



8. Homem conduzindo bois ao longo da margem de um rio, com a cidade à distância. Aquarela. Assinado: "S. João d'El Rey — 9 juin 1824 — Rugendas fecit."



9. Escravos bateando ouro em um riacho. Desenho a lápis. Assinado: "Descoberta nova perto do Rio das Pombas. 12 juillet 1824. Cidade Imperial do Ouro Preto. Rugendas fecit."



10. Vista distante da cidade de Ouro Prêto. Aquarela. Assinado: "Cidade Imperial do Ouro Preto. Août 1824. Rugendas fecit."



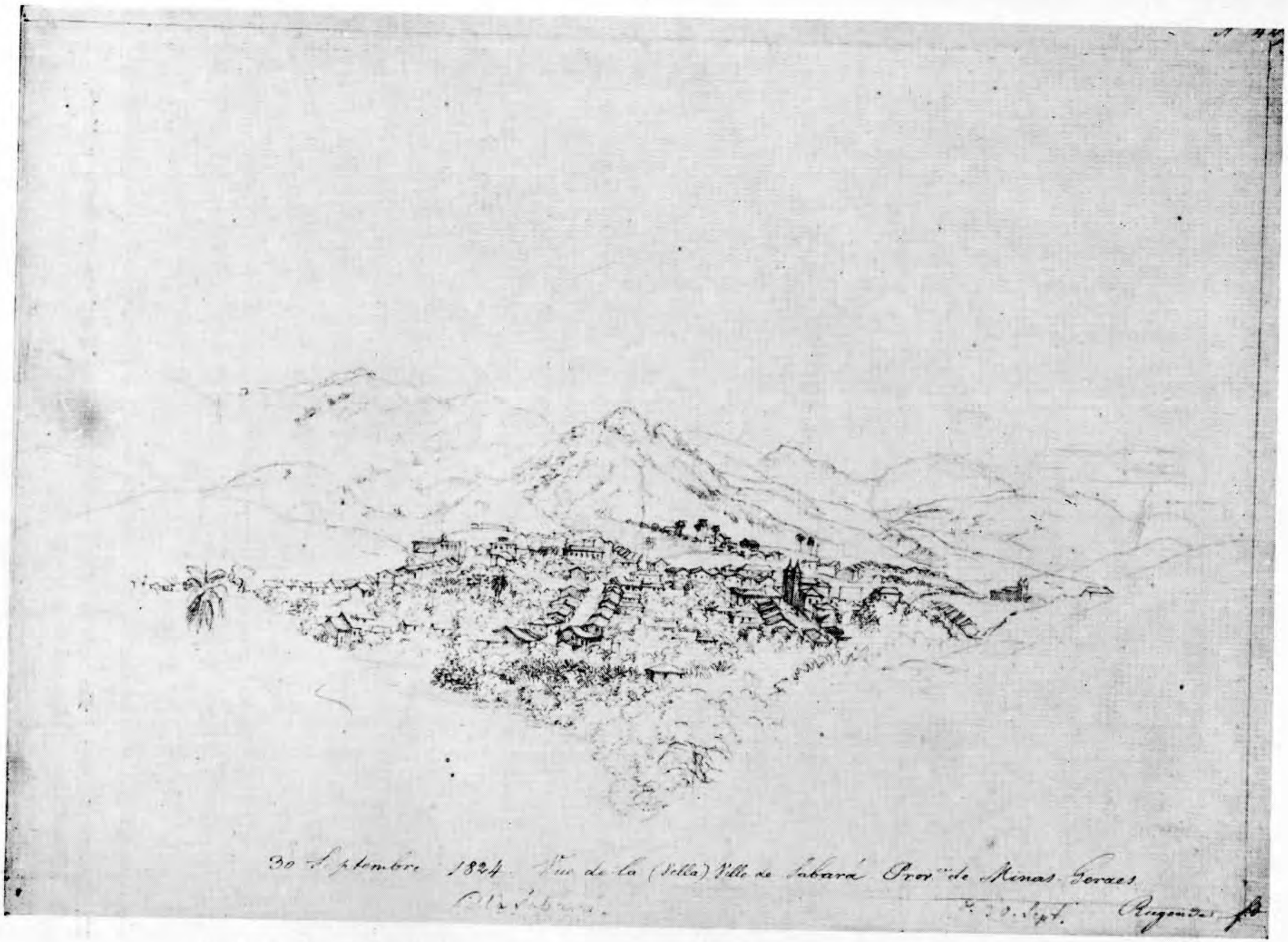
11. Retrato de um índio. Desenho a lápis. Assinado: "Ma-nai, Nação Machekerey — Machacary — Selon la Corografia Brasilica. Prov.ce de Minas Geraes. Ouro Preto, den 5 Aug. 1824."



12. Retrato de um índio. Desenho a lápis. Assinado: "Ma-ne-sin, indien Machacary, Prov.ce de Minas Geraes, Ouro Preto, den 5 Aug. 1824. Rugendas fecit."



13. Vista de uma cidade distante. Desenho a lápis. Assinado: "Vue de la Ville de Caeté, Provce de Minas Geraes. 23 September 1824. Rugendas fecit."



14. Vista de cidade distante. Desenho a lápis. Assinado: "Vue de la Ville de Sabará, Prov.ce de Minas Geraes. 30 september 1824. Rugendas fecit."



15. Retrato de uma velha com mantilha preta em volta da cabeça. Retrato a lápis. Assinado: "Santa Luzia, den 9ten October 1824. Rugendas fecit."

IMAGENS E NOTAS DO BRASIL *

I — VIDA DOS FAZENDEIROS

*P. 233*** O europeu que só tenha visitado as cidades da costa do Brasil e que apenas conheça, ao lado da população urbana, a classe dos negociantes, dos fazendeiros mais ricos, dos funcionários, etc., êsse não tem o direito de julgar aquêle país e seus habitantes, apesar de que isto acontece demasiadas vêzes e resultem daí juizos e opiniões unilaterais e errôneos. Ùnicamente uma demora maior no interior brasileiro, e uma convivência mais íntima, tanto com a classe dos agricultores, como dos próprios fazendeiros, permite um juízo bem fundado.

O modo de vida, os costumes, e a situação do fazendeiro brasileiro, como é óbvio, são diferentes, conforme o grau de bens que êste possuia. Neste ponto, porém, maior influência exerce a fonte de rendimento a que dedica o seu trabalho principal: criação de gado, ou agricultura; e, mais, os diversos gêneros de agricultura em uso no Brasil; e, finalmente, a distância menor ou maior de costa, das cidades maiores, do número e importância das vias de comunicação. (Nota: Ùltimamente iniciou-se a construção de estradas de ferro; mas as extensões ainda são pequenas demais — em 1859, apenas 40 milhas — para se sentir uma influência decisiva).

---

* Dos papéis deixados pelo falecido pintor *Maurício Rugendas*, comunicado pelo Dr. G. M. Kletke. (Edição 1860, publicada em "Neues Hansbuch VI" - "Novo Livro de Casa VI")

** A numeração à margem corresponde à das páginas do texto da publicação alemã.

P. 234 Uma vez que as plantações de açúcar se encontram, em maior parte, nas proximidades da costa, nas mesmas zonas onde a população é mais numerosa e a cultura mais antiga, e que esta exige o emprêgo maior de utensílios, ferramentas e escravos, acontece que os proprietários das culturas de açúcar são considerados como os mais importantes entre todos os fazendeiros. Entre êles, porém, observa-se geralmente menos rigor e simplicidade nos costumes do que entre os pequenos fazendeiros do interior. Os fazendeiros mais ricos, quase todos, vivem nas cidades da costa, em meio de luxo europeu.

As terras de uma usina de açúcar, em geral, são aproveitadas das três maneiras seguintes: fica uma grande parte como mato, a fim de se retirar dela a lenha necessária, cujo consumo é sempre em grande quantidade; outra parte constitui a própria cultura de cana; uma terceira parte é plantada com árvores frutíferas e legumes para o consumo dos moradores da fazenda, e, finalmente, uma quarta parte entregue aos escravos. Além destas quatro partes, geralmente fica ainda muita terra sem aproveitamento algum; pois, nestas grandes extensões de propriedades, poucos fazendeiros existem que tenham escravos bastantes, e suficientes meios financeiros para poder aproveitar a fazenda tôda. Por êste motivo, mantêm-se freqüentes vêzes novas culturas na mesma fazenda, deixando-se as antigas ao abandono, logo que a terra começa a mostrar-se cansada e a diminuir as suas safras. Com o aumento de população, com imigração maior e melhor realização dos projetos de colonização do que foi possível até hoje, aos poucos os fazendeiros se verão obrigados a abandonar êste processo agrícola, e a buscar novas fôrças produtivas, por meio de adubo artificial.

As construções numa fazenda de cana, em regra, são as seguintes: casa do dono ou do feitor, ou de duas para cada um, além da estrebaria para os animais de sela; casebres dos negros, que com freqüência correm paralelamente em dois lances, começando na altura da casa grande e formando, assim, uma espécie de pátio. A casa da moenda, a casa da fornalha e a *casa de purgar*. Estas três últimas construções raras vêzes se encontram debaixo

do mesmo teto. Nas fazendas mais importantes existe, em regra, capela própria; jamais faltará, em uma fazenda, lugar especial para a reza em comum. O tronco (cepo) em que se prendem os negros insubmissos, encontra-se geralmente na casa da fornalha.

Fazendas com 34 escravos e outros tantos cavalos e bois já são consideradas importantes. Os fazendeiros maiores, porém, possuem, pelo menos, 80 e até 120 negros. Nas fazendas onde apenas se cultiva mandioca, milho, feijão ou algodão, não há tantas construções como em uma fazenda de açúcar. Também são, até, mais simples os trabalhos, sendo menor o resultado, exceto para o algodão. Aqui, basta uma casa de morada para o fazendeiro e sua família, algumas choupanas para os negros, estrebaria e "rancho" para guardar as ferramentas, proteger a safra contra a chuva, e abrigar, não só o gado, mas também os escravos dos viajantes. Por fim, uma pequena fábrica de farinha de mandioca. Isto é tudo o que constitui uma fazenda dêsse gênero, e o que ela necessita. O material de construção vem todo da mata, onde também se iniciam as novas plantações. Estas construções formam então alguns pátios, que ficam completamente fechados por muros, e onde se recolhem o gado e as ovelhas. Próximo à casa grande, acham-se o pomar e a horta, que fornece os legumes e as frutas para a mesa dos moradores, e ao mesmo tempo lhes oferecem sombra e os mais suaves perfumes de suas flôres. Ao corte e a queima do mato para iniciar uma nova plantação, chamam de "roçado"; à plantação, de "roça"; e ao homem, de "roceiro". A principal preocupação de tal "roceiro" consiste em terminar cêdo a queima do mato e iniciar o preparo da terra, a fim de não perder o tempo certo de semear e plantar. Assim, pronta a roça, geralmente resta pouco trabalho até a própria safra, a não ser o de manter limpa do joio a plantação nova. Nas plantações não muito extensas, geralmente o próprio fazendeiro toma conta dos escravos; mas, como as suas propriedades, em geral, são muito extensas, esta tarefa de vigiar ocupa uma grande parte do dia.

P. 235

A maneira de vida de um dêsses fazendeiros (roceiros) em quase tôdas as fazendas é muito simples. A julgar por sua instalação doméstica, roupa e alimentação, poucos europeus dariam a maior parte dêles como abastada, e muitos até, ricos. A casa de um fazendeiro abastado, as mais das vêzes, é apenas térrea. As paredes são feitas de barro, e nem sempre caiadas. As fundações até mais ou menos à altura de dois pés, consistem em pedras brutas de granito. O telhado, coberto com largas telhas de canal, avança de 8 até 12 passos além das paredes, e é sustentado por colunas de madeira. Em redor de tôda a casa formam-se, assim, galerias, que são chamadas de varandas, o que lembra as casas das fazendas em certas regiões da Suiça. A porta de entrada da casa fica um pouco acima do chão, e alguns degraus conduzem até lá. Primeiro, entra-se numa grande sala, que em geral serve de refeitório comum para todos os moradores da casa. Atrás, encontra-se a cozinha, que ao mesmo tempo serve como sala-de-estar para os escravos, que trabalham dentro da casa, e que se reunem em redor do fogão muito baixo. À direita e à esquerda do salão, quase sempre há mais dois quartos, um ocupado pelo dono da casa, e o outro reservado aos hóspedes. Um quarto, no canto da cozinha, é destinado à parte feminina da família e tem saída própria para a varanda, formando aí um certo reservado. Em outro canto da casa acha-se uma pequena capela para o serviço religioso, a qual geralmente ocupa uma parte da varanda. Da cozinha se vai diretamente ao jardim por uma pequena porta e escada. As portas e janelas são muito grandes, e feitas de madeira dura e pesada; encontra-se porém, raramente janelas de vidro. A instalação da casa, em geral, consta apenas de grandes caixões, em que se guardam as roupas, etc., e que servem ao mesmo tempo, como bancos e muitas vêzes até como estrados de cama, e mais algumas mesas grandes. Contrastando, com êsses, vêem-se com freqüência nos quartos particulares, alguns objetos mais finos, como espelhos, cadeiras, etc. Tanto no chão, como no fôrro, estendem-se esteiras de bambu, fabricadas pelos escravos da casa,

P. 236

e que, com suas côres vivas e raras, oferecem um coujunto muito alegre.

A roupa dos homeus, dentro de casa, consta de uma camisa de algodão e uma calça, também de algodão; nos pés descalços usam uma espécie de pantufas de madeira (chamadas de tamanco), e muitas vêzes, usam também esporas, para poderem montar sempre a cavalo, já que raras vêzes andam a pé, mesmo para distâncias pequenas. As senhoras, geralmente vestem em casa apenas uma camisola larga de algodão, e as vêzes fazem uso de um chale.

Igualmente simples é o alimento do fazendeiro. Para começar o jantar, que se faz à tardinha, tomam farinha de mandioca com laranjas; em seguida, feijão preto com toucinho ou carne salgada; às vêzes, uma galinha com arroz; e como sobremesa: queijo e frutas. A bebida comum é a água.

Em geral reina esta sobriedade rotineira; mas, quando aparecem hóspedes, ou por ocasião de qualquer acontecimento extraordinário, então, há comida de tôda espécie, vinhos europeus, confeitos e outros doces; isto se oferece aos viajantes, ainda que sejam completamente estranhos. O dono da casa então lhes faz companhia, conversa e bebe com êles; e satisfeitos, êle e sua família se sentam à mesma mesa, para tomar a refeição costumeira e simples. Nas fazendas maiores, os escravos têm cozinha própria; mas nas pequenas, e especialmente nas fazendas mais afastadas do interior do país, quase sempre, à maneira patriacal, o patrão e os escravos comem à mesma mesa, ou, pelo menos, na mesma sala. No trato com estranhos, e, em geral, nas relações humanas, os fazendeiros brasileiros, especialmente os mais considerados, são muito cerimoniosos, e conservam muito daquela polidez e loquacidade ruidosa dos portuguêses. Verdade é, que os oferecimentos com que cumulam ao estranho são, muitas vêzes, frases ôcas, sobretudo em regiões ex-
P. 237 postas a muitas visitas; entretanto, far-se-ia injustiça a essa gente, atribuir-se falsidade a todo o seu comportamento; bem pelo contrário, acontece que cumprem muito mais do que se poderia esperar de suas promessas exageradas.

Como a forma de agricultura no Brasil exige do fazendeiro pouco esfôrço mental e relativamente pouco trabalho, podia êle passar a maior parte de seu tempo na ocisiosidade. Mas, o ambiente, a natureza e a sua situação segregada lhes oferecem bastante ensejo para a atividade, para formar e exercitar suas fôrças físicas, e, mesmo, para desenvolver suas faculdades intelectuais e morais. Os perigos que o ameaçam em sua moradia solitária e nas caminhadas, que empreende, por parte das feras, seja por parte dos homens; as distâncias dos lugares habitados para onde o levam os seus negócios ou divertimentos, o obrigam, desde a mais tenra juventude, a familiarizar-se com o uso de armas, com a caça, com o adestramento e manejo dos cavalos. Por êste motivo, não é de admirar que os fazendeiros brasileiros, mormente os do interior, via de regra, sejam homens resolutos, dextros, fortes e corajosos.

A situação civil e social, principalmente nas regiões mais afastadas da sede do govêrno, é muitas vêzes tal, que o indivíduo fica obrigado a fazer por si mesmo justiça, e vingar pessoalmente as ofensas. Nessas ocasiões, os escravos da fazenda quase sempre estão dispostos a ajudar e a resolver o caso do senhor. Acresce a circunstância de que, em certas províncias ou distritos, algumas famílias, desde os tempos primordiais da colonização, conseguiram reunir-se e frustar o poder do govêrno, em favor dos próprios proventos, ocupando os lugares de destaque na administração pública, ou resistindo, com fôrça armada, à própria lei. Isto sucede por viverem confiantes em suas relações com a Côrte ou com funcionários graduados, ou baseados na lentidão de qualquer processo judicial, ou, então, contando com a indulgência displicente do próprio govêrno. Esta situação — que em muito se parece com o regime do feudalismo da Idade Média, pelo menos na sua decadência — tende a ceder lugar cada vez mais diante de uma administração regular e mais austera. Mas, ainda hoje, nas províncias afastadas, as condições dependem mais das qualidades pessoais e das relações de família de cada um, do que pròpriamente da posição e da autoridade de que é investido o funcionário público. Quando os governadores

das províncias, os capitães-mores dos distritos, etc., juntam à sua autoridade oficial, em grau elevado, coragem pessoal, prudência e ação justiceira, então torna-se muito fácil fazer cumprir as leis e as determinações do govêrno e mantê-las com rigor e acatamento.

P. 238 Num país como o Brasil, a influência da religião e do clero há de forçosamente ser de suma importância. E é certo que a religião, sobretudo no interior, tem feito um grande bem e que seria em vão esperar qualquer progresso moral na vida, a não ser com a colaboração do clero. Uma permanência mais prolongada no Brasil, e convivência mais íntima com os fazendeiros e com os padres do interior, darão a cada observador imparcial a melhor opinião sôbre as qualidades pessoais dêstes últimos. A sua posição de conselheiros e amigos das famílias, de amparo e proteção dos oprimidos, de pacificadores nos partidos e nas desavenças de famílias, bem como a confiança plena e o respeito cordial de que gozam por tôda a parte, tudo isto empresta um traço bonito e característico à vida do fazendeiro brasileiro.

Consistem os divertimentos sociais da vida cotidiana, na conversação baseada no bom senso, a vivacidade e o *humor* dos participantes. Na falta quase total de formação e cultura, o interêsse dirige-se para os vários acontecimentos de cada dia, na família, entre os vizinhos ou nas imediações, pois tudo, nestas condições primárias toma fàcilmente proporções de importância. Raras vêzes falta um violão entre os objetos de uma casa de fazenda, e a música e a dança alegram a vida doméstica, cuja monotonia é suspensa — pode-se dizer, — quase exclusivamente, pelas festas da Igreja. Estas tornam-se ainda mais importantes pelo fato de reunirem os fazendeiros de tôda a região, que então, tratam de seus mútuos negócios e problemas. O domingo numa aldeia ou num pequeno arraial que, por acaso possua uma venerável imagem de santo, oferece um aspecto bem animado, pois mostra as famílias das diversas fazendas, que afluem de tôda a parte, os homens a cavalo, as senhoras também a cavalo ou

então em liteiras, carregadas por bestas ou, às vêzes, por escravos. As festas maiores da Igreja se celebram com grande pompa, fogos, bailes e espetáculos. Quanto a êstes, ainda está em princípio da arte mímica, mas, apesar disto, os seus atores com seus gracejos pesados conseguem satisfazer plenamente o público. Nestas ocasiões não se poupam bebidas alcoólicas; contudo, se bem que os participantes nem sempre fiquem nos limites estritos do razoável, os excessos da bebida são muito mais raros do que o seriam em casos semelhantes entre a maior parte dos povos europeus. Maior é a inclinação para se embriagar em suas conseqüências entre os escravos, e sobretudo entre os índios, quando êstes têm oportunidade de participar destas festas. E isto acontece com mais facilidade, pelo fato de reinar a maior liberalidade, sendo que as despesas das festas de Igreja, são pagas por um ou vários dos mais ricos fazendeiros, que, nomeados pelo vigário local, consideram-se muito honrados com tal escolha.

P. 239 Para dispensar os benefícios espirituais da Igreja também às famílias e escravos das fazendas mais afastadas e mais solitárias, existem padres que em certas épocas do ano percorrem a região munidos de um altar portátil, que levam diante de si na sela da mula, ou em mala especial, levada no dôrso do animal. Mediante uma pequena espórtula, dizem missa na própria casa da fazenda, ou então em frente a esta, tanto para a família do fazendeiro como para todos os seus agregados. Uma espécie de padres itinerantes, porém não dos mais recomendáveis, são certos ermitães, que em qualquer lugar abandonado das montanhas constróem uma choupana e expõem, à veneração dos fiéis, uma relíquia, que conseguiram obter de qualquer maneira. Caso a afluência do povo para veneração de tal relíquia não seja muito grande, então resolvem andar com ela pelos arredores. Ainda que a oferta de esmolas em honra do Santo não seja pequena, parece que a fé dos próprios ermitães na divina proteção é bem diminuta, pois andam êles geralmente armados como meio de defesa, que são bens terrenos e materiais.

Montado num belo cavalo ou mula, com a caixinha da relíquia debaixo do braço, e munido de rifle, pistolas e um largo facão, um dêsses veneráveis religiosos oferece um aspecto bem estranho, pouco apto a despertar sentimentos de devoção nos pobres fiéis que o cruzem pelo caminho; ao contrário, os sentimentos de mêdo e pavor, em muitos casos, teriam sido tristemente justificados.

Merece menção especial, as chamadas *fazendas de erias* ou pastos de gado em montanhas despidas de mato, nas serras do interior do país, sobretudo nas províncias de São Paulo e Minas Gerais. Os pastos de uma só fazenda tem muitas vêzes a extensão de diversas *légoas,* e o número, tanto de gado como de cavalos, às vêzes atinge a diversos milhares. Existem rebanhos até de trinta e quarenta mil cabeças. Os maiores proprietários, porém, não costumam viver em suas fazendas, mas entregam o cuidado do gado a um feitor que recebe uma certa quantia pelo seu trabalho. Êsse encargo constitui um negócio rendoso, por não ser possível ao proprietário exercer contrôle completo. Quem trata do gado são os *piões,* sendo todos homens livres (e que estão sob a direção do *vaqueiro*). Existem poucos escravos nestas regiões aos quais cabem os serviços de menores importância da fazenda.

P. 240 O modo de vida dêstes *vaqueiros* é ainda mais solitário e penoso do que o do próprio *rocceiro*. O seu trabalho exige, além de um corpo muito afeito à labuta, grande coragem e agilidade, tanto para prender e amansar os cavalos bravos, como para tratar do gado, desde que se possa empregar a palavra "tratar". O gado anda solto, e só de vez em quando os *piões* montados a cavalo o conduzem a um cercado (rodeio). Aí então, separam-se os novilhos de dois anos para serem castrados; os bezerros de um ano, para serem ferrados com a marca do proprietário. O gado novo, de poucos anos, é escolhido, conforme a conveniência para ser vendido ou abatido. Tudo isto se faz de uma maneira que exige muita agilidade. O vaqueiro a cavalo persegue o boi até jogar-lhe um laço forte nos membros e derruba-lo, ou então o faz com uma vara comprida e o amarra

em seguida. Além disso, o trabalho do pião consiste em vistoriar diàrianiente os diversos pastos, para o gado não se perder, e também protegê-lo contra animais bravios, especialmente lobos, que são freqüentes nos lugares montanhosos. Devido à grande extensão dos pastos, o serviço dos piões é feito a cavalo, sendo necessário às vêzes, percorrer uma distância de cinco, dez e até vinte *léguas* por dia. Perto da fazenda, sempre se conserva algum gado manso, num recinto fechado (*corral*), especialmente umas vacas, de cujo leite se faz um queijo, que é importante artigo comercial desta região.

A criação de cavalo não requer tanto cuidado quanto a do gado, mas exige esfôrço igual, e maior agilidade física. Os cavalos geralmente correm pelos pastos em manadas de vinte a trinta cabeças. Em certa época do ano, essas manadas são tangidas para um cercado para se ferrarem os animais, amansá-los ou vendê-los. Pega-se o cavalo a laço, e para amansá-lo prendem-no com alicates nas orelhas e nos beiços, a fim de colocar-lhe um cabresto; em seguida, um *pião* se lança no lombo do animal, que então é sôlto. Agora o mesmo, com seus saltos espetaculares, procura jogar o cavaleiro no chão, o que raramente consegue; corre tanto tempo até cansar-se devido ao esfôrço e às pancadas do rebenque; e aos poucos começa a obedecer as rédeas. Solto, o animal se arrasta cansado e triste, sendo que os outros cavalos, ainda bravos, o evitam, como por desdém. No dia seguinte repete-se o mesmo tratamento, e assim, no espaço de alguns dias, o animal fica manso. Em cada *fazenda* acham-se também alguns jumentos fortes para criação de mulas, para o que se mantém certo número de éguas num pasto, geralmente cercado, na proximidade da casa grande.

II — NEGROS ESCRAVOS E NEGROS LIVRES

P. 241 É um fato que a situação dos escravos, nas partes portuguêsas e espanholas do Novo Mundo, é, sem comparação, melhor que em tôdas as outras colônias das nações européias,

e especialmente do que nos Estados Unidos da América do Norte e, por sua vez, melhor no Brasil do que nas antigas possessões espanholas. Êste fato explica-se em parte, pelo caráter diferente nos povos do norte e do sul, e em parte pelas diferenças da situação dos próprios fazendeiros.

Tanto as falhas, como as boas qualidades do caráter nacional espanhol, e muito mais do dos portuguêses, são as causas que aliviam a sorte dos escravos nas partes da América, colonizadas por estas nações. Cada um que, sem preconceitos haja observado por mais tempo estas duas nações, deixando de lado outras diferenças, se convence de que a massa do povo — pois, só desta há de tratar, quem deseja estudar o caráter nacional — é mais excitada e mais forte nas suas paixões do que as raças nórdicas. Mas, esta facilidade com que as impressões externas reagem, tem a sua causa no maior grau de sensibilidade, num organismo mais delicado, que os preserva daquela brutalidade, sem sentimentos, dos povos nórdicos. Verdade é que esta aspereza tem a sua explicação na luta constante com uma natureza rude, que pela civilização pode tornar-se a fonte das virtudes mais nobres. Ao contrário, num clima pródigo, o homem do sul não tem necessidade de empregar a sua fôrça imanente para a vida cotidiana, e por isto, realmente parece ser mole e indiferente, até que um acontecimento qualquer o desperte. Ainda que seja contra a opinião tradicional e contra a vaidade perdoável, um observador desprevenido não pode fugir da convicção de encontrar no homem do sul, especialmente no espanhol e no português, na vida comum e nas cricunstâncias ordinárias, uma certa brandura, uma agilidade de espírito, e uma humanidade, no sentido mais largo da palavra, qualidade que em vão se procura no homem nórdico, especialmente no inglês. O fazendeiro espanhol e português, apesar de ser capaz dos maiores esfôrços morais e físicos, caso o incitem circunstâncias extraordinárias, não sente em profissão alguma aquêle impulso para a atividade constante e para a abnegação quotidiana, que ao nórdico se apresentam como grandes virtudes. Da mesma forma o homem do sul não espera estas qualidades dos outros, e em geral, não

espera mais dos seus escravos do que lhes ensina com o próprio exemplo.

P. 242 A relação entre o trabalho dos escravos do Brasil e o dos escravos das colônias inglêsas da América do Norte é quase a mesma que a relação entre os homens livres do Brasil Brasil ou Portugal e os da Inglaterra. Qualquer desvantagem que êsse desleixo e inércia tiverem, sempre favorecerá os próprios escravos. Neste sentido é de grande importância, para os escravos, a grande simplicidade e liberdade de trato, que reina junto aos patrões de tôdas as classes, o que alivia a forma de convivência a despeito das circunstâncias opressoras. Muito mais importantes do que essas qualidades dos senhores, e mòrmente para a sorte dos escravos, são as crenças religiosas dos mesmos senhores. Não há dúvida que o cristianismo católico, ao qual pertencem portuguêses e espanhóis, ajuda enormemente a suportar a escravidão, enquanto é possível um estado de coisas fora do natural. Aqui não é lugar para explicar como é possível que o cristianismo não produza os mesmos efeitos benéficos em tôdas as partes. Basta, porém, lembrar o fato que até hoje nas colônias inglesas, o clero anglicano nada ou pouco tem feito para uma verdadeira formação religiosa e moral dos escravos, e que os esforços neste sentido de alguns padres desinteressados, não sòmente deixaram de produzir resultado, como até provocaram, em muitos casos, o mais decidido protesto e resistência por parte do govêrno, bem como dos próprios fazendeiros. A desgraça do missionário Smith, em Demerara, ficará para sempre como uma mancha negra nos anais das colônias britânicas. Devido a êsse cristianismo-pagão, êsse espírito de aristocracia e a essa formal incompatibilidade pessoal, que se vê em tôdas as camadas sociais inglêsas, e devido ainda ao espírito incansável de especulação dessa nação, o abismo entre senhores e escravos nas colônias britânicas, torna-se, cada vez mais vasto e mais profundo do que já é por sua própria natureza. Os sentimentos dos primeiros contra os últimos, oferecem uma mistura de avareza, de aristocrático desprêzo racial e de orgulho reli-

gioso; pois, o fazendeiro procura, na falta de fé ou na superstição e nos vícios dos escravos, um novo meio para suprimi-los e excluí-los dos direitos mais comuns de humanidade, sem refletir que êle mesmo é o causador dêstes vícios, ou, pelo menos, nada fêz para melhorar o escravo por meio de instrução religiosa e moral. Estas observações só parecerão duras àquele que nada sabe sôbre as transações e declarações na Inglaterra, provocadas pela recusa sistemática dos fazendeiros, de melhorar o estado moral e físico de seus escravos.

No Brasil, porém, o proprietário considera como seu dever primordial introduzir o escravo na comunidade cristã, e negli-

genciando esta obrigação, não haveria meios de evitar a
P. 243 condenação, não sòmente por parte do clero, mas de tôda a opinião pública. A maior parte dos escravos já é batizadas na costa da África, ainda antes de seu embarque; ou então, tão depressa quanto possível, depois de terem chegado ao Brasil, isto é, logo que êles tenham compreensão da língua para rezar as orações principais da fé católica. Não se procura o consentimento dos escravos, pois considera-se a sua recepção na igreja cristã, como uma necessidade absoluta, que dispensa qualquer explicação. E provàvelmente não se conhece um só caso em que fôsse necessário empregar a fôrça para batizar um escravo. Em pouco tempo êles consideram a celebração do batismo como um benefício e um favor, sendo que os escravos mais velhos batizados olham com certo desdém os recém-chegados, como a uns selvagens, até que êles lhes sejam equiparados, por meio do batismo.

Tudo que se pode dizer contra essa forma de cristianismo, é que, com o batismo em tais circunstâncias, ainda não está resolvido, certo é que a utilidade e o valor do escravo, seu proceder e comportamento, assim como o bom trato por parte do patrão, se relacionam diretamente com esta praxe e prescrições semelhantes da igreja católica. Comparando-se o estado dos escravos do Brasil com os da América do Norte, e o comportamento do clero das duas colônias, cremos que então a afirmação do clero anglicano de possuir mais cultura e mais saber torna-se

duvidosa. É um fato conhecido que aquêles escravos que pertencem a mosteiros ou a outras corporações religiosas são os mais aplicados, os melhor comportados, e também os mais bem nutridos e vestidos. E para melhorar ainda mais a sua situação, êles estão convencidos de que não são escravos dos religiosos ou dos padres, mas que são escravos imediatos dos santos, aos quais é dedicado o convento ou a igreja como por exemplo, de São Bento, de São Domingos, etc. Por êsse motivo, sentem-se superiores a qualquer outro companheiro de escravidão. Outra influência muito salutar para a situação do escravo consiste na relação de afilhado para com o seu padrinho de batismo, que neste país impõe ao último as mais graves obrigações, conforme a tradição religiosa e social. Êste fato garante ao escravo a certeza de encontrar sempre um amigo e conselheiro, que ouve as suas queixas e o assistirá, ainda que o não possa defender em todos os casos. Estas obrigações, são reconhecidas universalmente, e por isto, raras vêzes o próprio senhor se presta a servir de padrinho ao seu escravo; porque desta forma ficariam demasiadamente restritos os seus direitos e seus poderes sôbre o mesmo. Também a posição independente do clero nestes
P. 244 países católicos ajuda muito ao escravo, pois, procurando o conselho e a proteção do padre, quase sempre êle consegue o seu intento.

Depois destas observações gerais sôbre a situação dos escravos no Brasil, quero passar para uma descrição pormenorizada de seu estado, nas diversas circunstâncias em que os coloca o fato singular de sua côr, tanto no trajeto para a América, como nas próprias colônias.

Sem dúvida, a situação mais triste do negro ocorre na sua viagem da África para a América. E mais do que certo, que os sofrimentos dos negros durante essa época, mesmo nas condições mais favoráveis, são tais, que nenhuma descrição poderá dar idéia do que representa, mesmo com o auxílio da mais vasta fantasia. A prova mais irrefutável dessa asserção consiste no fato de que até bem pouco, dos 120.000 negros que anualmente são embarcados na costa da África sòmente para o Brasil, raramente

mais do que 80 a 90.000 conseguem chegar a seu destino; isso quer dizer que quase uma quarta parte ou três partes e meia morrem durante a viagem em alto mar, que geralmente dura de três a três meses e meio. Êste triste resultado fàcilmente se compreende, se considerarmos a impressão moral que assalta o negro ao ser arrancado à fôrça de seu solo natal e de tudo que lhe possa ser caro, além de sentir o maior abatimento e uma tremenda revolta de todos os sentimentos pelas privações físicas e padecimentos do próprio transporte. Imaginemos 200 a 300 dêstes infelizes, em compartimento único, ocupando tôda a largura e todo o comprimento do navio, cuja altura raras vêzes sobe a mais de cinco pés, de maneria que todos ficam comprimidos de tal sorte que, para um homem adulto, não sobra mais do que um espaço de cinco pés cúbicos. Documentos oficiais, apresentados ao Parlamento brasileiro, denunciam claramente que em muitos navios êsse espaço é apenas de quatro pés cúbicos, e a altura do porão igualmente de quatro pés. Ali ficam jogados os escravos, um junto do outro, tanto do lado das paredes do navio como em redor dos mastros, e cada lugar onde é possível empurrar um ente humano, em qualquer posição, está eficazmente aproveitado. Correndo as paredes, em meia altura, geralmente se vê uma prateleira, onde se deposita uma segunda leva de entes humanos. No início da viagem, êles se acham presos pelas mãos e pés, além de serem ligados entre si por uma corrente comprida de ferro.

Imaginemos estas condições com o calor incandescente do Equador, ou com as tremendas tempestades (especialmente nos veleiros), e mais o alimento estranho de feijão e carne seca, além da falta quase constante de água, que é inevitável, uma vez que qualquer cantinho é aproveitado para aumentar a carga do navio. Assim se compreende fàcilmente a grande cifra de mortalidade nos navios negreiros. Acontece muitas vêzes que um cadáver fica durante dias e dias entre os próprios vivos. A falta de água constitui a causa principal das revoltas dos negros. Ao mais remoto sinal de levante, atira-se com armas de fogo indiscriminadamente no meio da massa humana, composta de homens, mulheres e crianças. Neste de-

P. 245

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Diretoria do Ensino Secundário
Divisão de Educação e Intercâmbio

sespero, os negros muitas vêzes se jogam como doidos sôbre os vizinhos, ou dilaceram o próprio corpo.

Não se esqueçam que aqui não se descrevem particularidades excepcionais, e sim a organização comum dos navios negreiros, e a sorte de 120.000 negros que anualmente são transportados sòmente para o Brasil. Mesmo nos navios dotados de melhor forma, um atraso de poucos dias de viagem causa as mais funestas conseqüências. Omitem-se aqui alguns dos muitos casos de desumanidade que anualmente chegam ao conhecimento dos cruzadores inglêses, ou que são relatados pelos agentes da Sociedade Africana.

Não é costume no Rio de Janeiro, nem em qualquer outro pôrto brasileiro, pôr os navios negreiros em quarentena, nem ali existe pròpriamente uma instalação para a quarentena. Acontece, às vêzes, que os navios negreiros tem de esperar alguns dias no cais, ou ancorados no pôrto, até que consigam licença de desembarque; mas essa demora, parece, depende apenas do capricho ou interêsse das autoridades da Alfândega ou do "*médico-mor*". Tal medida não está ligada a qualquer estatuto de defesa da saúde pública, de maneira que se deve considerar uma sorte extraordinária, ou então resultado de um clima especialmente favorável, o não terem sido até hoje os portos brasileiros atacados por qualquer doença contagiosa. Logo que o comerciante negreiro obtém a licença de desembarcar os seus escravos, êle os leva em terra para a Alfândega, onde são registrados nos livros, tendo de pagar a taxa oficialmente marcada.

Da Alfândega, são levados para os armazéns de escravos, ou, melhor, para currais de escravos, onde ficam até encontrar comprador. Êsses currais de escravos acham-se quase todos no bairro do Valongo, seguindo a praia, e oferecem ao europeu um aspecto tão estranho como desagradável. Durante todo o dia, essas pobres criaturas, homens, mulheres e crianças, em promiscuidade, ficam deitados ou encostados às paredes dos grandes armazens, ou, com bom tempo, ficam em frente dêles no meio da rua. Seu aspecto é sempre horrível, especialmente enquanto não se refizeram da viagem do mar, e seu mau cheiro, produzido pela

exalação de uma tão grande massa de negros, é tão enjoativo e forte, que um recém-chegado da Europa não se aguenta em sua vizinhança. Homens e mulheres andam nus, apenas
P. 246 com um pano grosseiro em redor dos quadrís. O seu alimento consiste em farinha de mandioca, feijão e carne sêca; êstes últimos são cozidos em grandes caldeirões no meio da rua. Não há falta de frutas refrescantes.

Ainda que essas condições sejam bem desagradáveis, todavia, parecem constituir um grande alívio, depois dos sofrimentos da travessia: assim se pode compreender porque os escravos não se mostram muito infelizes nos armazéns (*"vendas"*). Pelo menos, raramente fazem queixas, e até sentados em redor do fogo, começam a cantar uma melodia uniforme e barulhenta, batendo o ritmo com as palmas das mãos. A única coisa que parece inquietá-los, é a demora da solução de seu destino. O aparecimento de um comprador muitas vêzes suscita uma grande alegria, e êles correm para se deixarem apalpar e examinar minuciosamente. Consideram uma verdadeira salvação, um benefício real, quando são comprados, e seguem seu novo patrão com a maior disposição, enquanto seus companheiros, menos favorecidos, se separam, cheios de tristeza e até de inveja. Entre os escravos que vieram juntos no mesmo navio, e que são chamados de "molongos", continua sempre uma certa união bem estreita, observando-se conscienciosamente, como obrigações mútuas, a amizade e o auxílio comum. Na venda dos escravos, infelizmente, raras vezes, conservam-se as uniões familiares, sendo que a separação de filhos de seus pais e irmãos constitui motivo de grandes lamentações. Mesmo assim, os negros mostram freqüentemente uma indiferença ou um domínio de sentimentos que é difícil de explicar psicológicamente, por mostrarem, mais tarde, uma grande coesão entre os parentes.

A primeira preocupação do comprador, consiste em agradar ao novo escravo, pela compra de algumas peças de roupa, sendo sendo que o pano multicor que lhe joga em redor da cintura, um paletó azul de algodão e um gôrro vermelho, contribuem muito para fazer mais agradável a passagem do negro para sua nova

situação. Também recebe êle um grande cobertor de lã grossa, de preferência com côres vivas, como vermelho ou amarelo, e que lhes servirá ao mesmo tempo de capote, e de coberta de cama. Durante a viagem do armazém ou mercado até a fazenda, procura-se agradar o escravo, dando-lhe bom trato e boa comida, a fim de renovar suas fôrças, e não raro, vê-se no rancho, aproximar-se um fazendeiro, tendo o escravo cansado na garupa, ou então guiando o animal, ao passo que o patrão proprietário vem conduzindo a montaria a pé, enquanto o escravo está montado.

Chegando à fazenda, o novo escravo fica entregue a um companheiro, já batizado e experimentado, para tratamento e vigilância. Êste o leva então para a sua choupana, procura animá-lo, para então, aos poucos, fazê-lo tomar parte nos trabalhos caseiros e aprender também algumas palavras de português. Sòmente depois que o escravo se restabelece por completo das conseqüências da travessia, se começa a induzi-lo a trabalhar no campo em companhia dos outros, ficando seu protetor como mestre, sendo que por muito tempo, ainda se leva em consideração a sua fraqueza ou inabilidade. Desta maneira, alivia-se de muito a entrada do escravo no seu novo estado, e não é de admirar que, em geral, os novos negros ficam satisfeitos, esquecendo ràpidamente suas ligações anteriores, tanto mais que muitos já foram escravos-prisioneiros de guerra, tempo em que passaram pior do que agora no Brasil.

P. 247

Quanto à ocupação dos escravos, êles são mandados para o trabalho ao nascer do sol. Parece que a brisa da manhã lhes convém muito menos do que o calor do meio dia, e mostram-se tontos, até que o sol, já de fora, no horizonte, lhes tenha penetrado o corpo. Às oito horas lhes é concedida meia hora para o café e para descanso. Em algumas fazendas, porém, os escravos tomam café antes de começarem a trabalhar, por conseguinte, logo ao levantar do sol. Ao meio dia, são reservadas duas horas para comer e descansar, sendo que depois continuam a trabalhar até às seis da noite. Na quase maioria das fazendas, em vez de continuarem o trabalho no campo, êles são mandados cortar capim para os cavalos, ou ao mato próximo apanhar

palmitos e lenha, sendo que então voltam carregados muitas vêzes, bem tarde ou à noite. Outras vêzes, ao voltarem da roça, são freqüentemente obrigados a moer farinha de mandioca, durante um ou duas horas. Êste trabalho se realiza na fazenda excepto em algumas, senão apenas uma ou duas vêzes por semana, por não se preparar mais farinha, senão o estritamente necessário para o alimento dos escravos. É costume dêstes, ao voltarem do trabalho, apresentarem-se ao amo, desejando-lhe boa noite.

Às diversas épocas no manejo da agricultura, seguem-se diversas mudanças nesse horário básico. Por exemplo, durante a safra do açúcar, o trabalho continua dia e noite, e os negros então se rendem, como os marujos nos navios. Êsse tempo vai de fins de setembro até fins de outubro, e durante êste período faz-se tudo para manter os negros alegres e fortes, motivo pelo qual no comêço há muita jovialidade e algazarra. Acontece que, aos poucos, pelo trabalho contínuo, os escravos ficam exaustos, especialmente os do próprio engenho, ao ponto de serem dominados pelo sono em qualquer lugar em que se achem. Daí o provérbio: "He dorminhoco como negro de engenho". Êste cansaço muitas vêzes é causa de acidentes, sendo que a mão ou a roupa do negro, que põe a cana entre os tambores da moenda, são apanhados pelos mesmos, ao ponto de esmagar-lhe o braço ou até o corpo todo, se não vier socorro imediato. Em algumas fazendas, encontra-se ao lado da moenda um ferro pesado, que em tais circunstâncias é logo introduzido entre os tambores, a fim de fazê-los parar ou se afastar. Outras vêzes, o único meio de salvar o infeliz, consiste em cortar imediatamente com um machado os dedos da mão ou o braço, agarrados pelos tambores. É opinião geral que o perigo é menor, quando o engenho é movido por bois do que por bestas; pois, pela gritaria dos negros, estas refugam e põem a máquina em movimento rápido, enquanto os bois nestas circunstâncias ficam parados.

O alimento que o patrão oferece a seus escravos, consiste em farinha de mandioca, feijão prêto, carne sêca, toucinho e bananas. É vantajoso que êles mesmos preparem a comida na

própria roça, pois perderiam muito tempo se fôssem obrigados a ir e voltar para casa, já que o local do trabalho, às vêzes, acha-se bem afastado da fazenda. Assim é o costume em quase tôdas as fazendas. Geralmente, a comida é muito pouca, e difìcilmente poderiam os escravos sustentar-se, se não tivessem oportunidade de conseguir outros alimentos, como frutos, legumes do mato e até carne de caça.

Aos domingos e numerosos dias de santos, que juntos, durante o ano ultrapassam o número de cem, os escravos não precisam trabalhar para o dono; ou, então, êles podem descansar ou trabalhar em seu próprio proveito. Em tôda a fazenda, existem terras relativamente extensas, que o proprietário não utiliza, e as deixa entregues aos escravos, de maneira que, cada um cultiva tanto quanto quiser ou puder. Com o produto dessa plantação, o escravo não sòmente obtém para si uma alimentação farta e sadia, mas também poderá vender pelo menos uma parte, com grande vantagem. Assim, a instituição das várias festas da igreja católica, que tantas vêzes foi criticada como nociva, torna-se um verdadeiro benefício para os escravos; e quando o antigo govêrno português achava conveniente ceder às exigências do iluminismo e tomava providências a fim de diminuir os dias feriados, tal inovação não encontrou aprovação por parte dos homens mais esclarecidos do Brasil, que afirmavam com tôda a razão: "O que podia representar um benefício em Portugal, para os escravos do Brasil seria uma crueldade".

Seja como fôr, certo é que as choupanas dos escravos possuem mais ou menos tudo que neste clima pode ser considerado necessário; em geral possuem até algumas galinhas,
P. 249 porcos e um ou mais cavalo ou besta, que aluga, com proveito, sendo que não tem gastos com sua manutenção.

Geralmente, os fazendeiros favorecem o casamento entre os seus escravos; pois, como a experiência ensina, é êsse o melhor meio para prendê-los à fazenda e conseguir um bom comportamento. Ao mesmo tempo não se pode negar que há muitas exceções a esta regra, e que, muitas vêzes, os proprietários dão mau exemplo aos escravos com sua conduta imoral, e que a

grande diferença numérica entre escravos-homens e escravos-mulheres, não permite neste ponto, uma severidade mais rigorosa, e uma observação estrita da fidelidade conjugal.

Esta é em geral a situação dos escravos negros nas fazendas brasileiras; mas, entende-se por si mesmo, que existem nela infinitos graus e variações, e que, em última instância, o bem e o mal do escravo sempre depende do caráter pessoal e caprichos do senhor, e, mais ainda, talvez, do vigilante imediato. Considerando êstes fatos com conhecimento de causa e sem paixão nem preconceito, observa-se cada vez mais que em realidade a forte influência do interêsse próprio, o bom senso, a humanidade e a religião suavizam muito a situação do escravo, apesar das tristes conseqüências que a escravidão deveria produzir para o negro na sua legalidade sancionada. Também compreende-se que tôdas as leis, elaboradas em favor dos escravos e contra o dono, têm pouca ou nenhuma influência em sua sorte, uma vez que para sua execução não existe outra garantia além daquêles elementos morais da sociedade burguêsa, dos quais resulta o que se chama a opinião pública, o único tribunal que o proprietário realmente poderia recear em relação ao seu escravo.

Tudo depende do caráter do feitor que, com o chicote na mão, leva os escravos para o trabalho, e os mantém o dia inteiro debaixo de sua imediata vigilância. Só o pensamento de levar homens como se fôssem gado, debaixo de um chicote erguido, é, sem dúvida, o que mais nos repugna neste sistema infeliz. Sendo em geral verdade o que os defensores da escravidão afirmam, que no Brasil o chicote é apenas símbolo da autoridade do feitor, que dêle não pode fazer uso para forçar a trabalhar ou para castigar o negro conforme seu capricho, não é menos verdade, que simplesmente a presença ou a ordem expressa do dono impede o feitor de empregar o chicote como e quando quiser; que

P. 250

de antemão existe a possibilidade de que um homem rude, malvado, cruel e vingativo abuse muitas vêzes dessa autoridade obtida e, finalmente, que os exemplos realmente provados de tal abuso são demasiadamente numerosos. Enquanto perdurar o sistema atual, e até a escravidão

não acabar de vez ou, pelo menos, até que sejam impostos limites legais aos caprichos dos patrões e feitores, a primeira e mais importante obrigação do senhor consiste em ter a máxima precaução na escolha do feitor. Em geral, pode-se ter mais confiança em feitores que também são escravos, do que em qualquer outro não-escravo; pois êsses dependem por completo do dono; mas apesar disso, êste tem de exercer tôda a vigilância, para que também êles não sejam severos demais para com os companheiros de escravidão. Empregam-se como feitores, brasileiros ou mulatos livres, e com êstes, os escravos passam melhor do que sob feitores europeus, que são os mais cruéis para com os escravos.

Aliás, é um fato provado pela experiência de todos os dias, que são os europeus os que mais dificultam a sorte dos escravos, em qualquer situação onde entrem em contacto com êles. Sem querer desculpar essa distinção tão vergonhosa, podemos explicá-la pelo maior grau de orgulho e presunção, próprios dos europeus, e sobretudo pela circunstância de que justamente êstes que vêm ao Brasil para tomar conta de uma fazenda, ou para servir de feitor, são exploradores, que não têm outro interêsse senão ganhar muito dinheiro no mais curto espaço de tempo, e regressar então com o lucro à Europa. Para muitos dêles, as causas pelas quais abandonaram sua pátria, não constituem motivo de honra; nenhum dêles sente-se ligado por qualquer laço à êste país ou a seus habitantes; tudo para êles constitui objeto de exploração, e nem para sua propriedade, nem para sua fazenda e escravos, êles têm interêsse algum, nem aquela dedicação natural, comum aos nacionais, que esperam deixar um dia tudo para seus filhos, enquanto aquêles só pensam em obter o maior lucro em tempo reduzido, sem se preocupar com o futuro. Os escravos dêstes homens, em geral, ficam esgotados por excesso de trabalho. Ainda acresce a circunstância de que êstes estrangeiros, pelos motivos mencionados acima, não ligam importância à opinião pública, e ao que chamam de preconceitos religiosos dos brasileiros, mostrando-se orgulhosos em desprezar tudo isso, de maneira que não fique nada para proteger os

seus escravos de sua ganância insaciável e de sua fria e proposital crueldade. Neste ponto, os europeus do norte estão se distinguindo tristemente dos portuguêses europeus.

A situação dos escravos depende do gênero de agricultura adotado em cada fazenda. Por exemplo, o trabalho dos escravos é mais pesado no início de uma nova plantação, chamada de *roça,* do que em plantações antigas e, especialmente, quando a nova plantação está distante da habitação comum. Nestes casos, os escravos ficam expostos às influências da temperatura e do clima, como, por exemplo, acontece em regiões pantanosas, onde, sujeitos a tôdas as intempéries, apenas são protegidos por umas cobertas de fôlhas leves. Há também perigo de feras bravias, cobras venenosas e de insetos incômodos, a lhes aumentar o sofrimento. Ótimo tratamento experimentam os escravos das fazendas pertencentes aos padres ou aos conventos; já a disciplina costumeira e a rotina lhes facilitam o moderado trabalho obrigatório, e sua alimentação quase sempre é bem preparada. Os filhos dos escravos, em regra, são instruídos no canto da igreja e na doutrina do catecismo. Tôdas as noites, às sete horas, terminado o trabalho, os escravos reunem-se para um cântico religioso e para rezar o têrço. Além dos domingos e dias santos, os sábados também lhes pertencem, a fim de poderem trabalhar em seu próprio proveito. Assim, sendo a maioria dos escravos ganha o suficiente para poder comprar sua liberdade. Neste caso, ou quando êle, escravo, morre, geralmente teve licença de legar o seu pequeno terreno, para quem quizer, ainda que não possua nenhum direito de propriedade. Até aos doze anos de idade, os filhos dos escravos não são obrigados a trabalhar, a não ser limpar feijão para a comida dos cativos, limpar as sementes para semear, tomar conta dos animais e fazer outros serviços caseiros. Mais tarde, as meninas têm de fiar algodão, e os meninos já devem ajudar na roça. Quando um menino mostra aptidão para um ofício, deixam-no aprendê-lo, a fim de exercê-lo na fazenda; com isto, se dá ensejo para sua liberdade, por intermédio de serviços extraordinários, garantindo um futuro livre.

As meninas casam aos 14 anos, e os rapazes aos 17 e 18; em geral, o casamento é muito facilitado. Após o casamento, as récem-casadas também começam a trabalhar na roça, sendo que o novo casal recebe um lote de terra, a fim de construir sua casinha, e para trabalharem em proveito próprio, nos dias concedidos para tal. Também com os recém-chegados da África, mostra-se tôda a consideração, a fim de não obrigá-los a trabalhar cedo demais, o que convém tanto ao proprietário como ao escravo, pois, em geral, passam-se seis a oito meses, até que o negro aprenda bem os trabalhos comuns da roça. Para os serviços caseiros e ofícios, preferem-se os *crioulos,* isto é, negros nascidos no Brasil. Os escravos das pequenas fazendas costumam ter tratamento melhor do que o das grandes; pois, ali, no trabalho comum, com a mesma alimentação e com o mesmo descanso, desaparece quase por completo qualquer diferença entre dono e escravo. Os escravos das fazendas, freqüentemente têm inveja da sorte daqueles que vivem nos *campos* do interior. Como ali não se tem bastante confiança na coragem e agilidade dos escravos, que são requeridos para o trato da criação de cavalos e bois nessas regiões, pois esta é a principal ocupação dos habitantes, êles ficam encarregados dos trabalhos caseiros, bem como dos serviços mais comuns e simples que ocorrem na fazenda.

P. 252

Êstes escravos formam um tipo quase particular, cujos donos se ocupam com o transporte de mercadorias da costa para o interior e vice-versa. A vida itinerante dêstes tropeiros exige muitos sacrifícios, dos quais estão isentos os escravos das fazendas; mas também lhes concede maior liberdade, e pelo sofrimento comum e domínio das dificuldades e contratempos das viagens, são colocados quase em igualdade com os donos.

No caso de um escravo cometer um crime comum, é a justiça pública que se incumbe de seu castigo. Tratando-se, porém, de queixas do senhor devidas a bebedeira, preguiça, falta de zêlo e pequenos furtos, etc., então é permitido a êste castigá-lo conforme seu próprio critério. Verdade é que existem leis, que neste sentido estabelecem um limite ao capricho e à ira do dono, estando

previsto, por exemplo, o número de pancadas que um proprietário de escravos pode aplicar de uma só vez, e sem a intervenção das autoridades. Estas leis, porém, são destituídas por completo de efeito, e geralmente são desconhecidas pelo senhor e pelo escravo. Acontece também que as autoridades estão muito distantes, para poderem julgar um crime verdadeiro ou apenas imaginário. Finalmente, não restam outros limites para os maus tratos motivados por capricho e crueldade do dono, a não ser o mêdo de perder o escravo por morte e por fuga, e mais o receio da opinião pública. Nem sempre estas considerações são suficientes, e infelizmente, está mais do que provado que não faltam casos das mais horrendas crueldades, ocasionando a mutilação ou a morte do escravo. Também é verdade que isto acontece poucas vêzes, e não sucede em maior número do que na própria Europa, com senhores contra homens livres, como por exemplo os freqüentes ferimentos e até mortes ocorridas em brigas, em grande parte da Alemanha do sul. Entretanto, é verdade que tais crimes (aqui no Brasil) são da responsabilidade de estrangeiros europeus, e não dos naturais da terra, e que a opinião pública os estigmatiza tão alta e universalmente, como tais barbaridades merecem.

P. 253 De outro lado, não se pode ceder a uma compaixão excessiva, querendo crer que seja possível dominar êsses escravos na sua qualidade própria, sem um certo grau de severidade e algum castigo necessários: uma massa de 50 a 100 homens rudes, meio-selvagens e irrascíveis, juntamente com mulheres ainda mais indômitas. Em quase tôdas as fazendas, castigam-se transgressões maiores com chicotadas, as menores com pancadas na palma da mão, conhecidas por *palmadas*. Não há dúvida que futuramente o emprêgo do chicote desaparecerá aos poucos e por completo, sendo aplicado sòmente raramente, até no próprio interêsse do fazendeiro. A experiência demonstrou que nada estraga mais e diminui o escravo do que o uso freqüente do chicote, que lhe suprime os sentimentos de honra. E se é verdade que escravos ruins provocam muitos castigos, não é menos ver-

dade que produz um efeito negativo esta medida de correção. Além de tudo, em pouco tempo êstes escravos se acostumam às dôres do castigo, de sorte que preferem ser chicoteados a ficarem prêsos, ainda que seja por pouco tempo; isto acontece até em casos de negros cujo dono anterior nunca os haja castigado com chicote. O melhor meio de manter os escravos sob a disciplina de obediência, e sem emprêgo de qualquer crueldade, consiste em prendê-los por tempo curto ou prolongado, especialmente em seus dias de liberdade, e geralmente sem outra privação além da luz do dia. O negro teme mais ficar prêso um dia, sequer sòzinho no escuro e sem comer, do que receber pancada de chicote de couro.

Nas grandes cidades, especialmente o Rio de Janeiro, os escravos trabalham como serviçais na casa dos grandes e ricos, constituindo um artigo de luxo, que corresponde mais à riqueza e vaidade do proprietário, do que pròpriamente às necessidades da casa. Êstes escravos vestem fraque de lacaio, e freqüentemente, ainda conforme a moda do século passado, usam até perucas, que os transformam em verdadeiras caricaturas. Têm pouco ou quase nenhum trabalho, estão bem nutridos e — em uma palavra — são criaturas supérfluas, semelhantes aos criados das casas grandes da Europa, cujos vícios também adquirem sem esfôrço em pouco tempo. Mas, a maioria dos escravos na cidade, são aqueles que semanal ou diàriamente, entregam ao seu dono uma certa soma de dinheiro que ganham em diversos trabalhos prestados, seja como carpinteiros, sapateiros, alfaiates, estivadores, carregadores, etc. Nesta situação, com facilidade, podem ganhar mais do que aquilo que o seu amo exige. Sucedendo que um tal escravo vive mais ou menos econômicamente, não se torna difícil, dentro de nove a dez anos, comprar a sua liberdade. Isto, porém, não acontece, como talvez se queira crer, porque
P. 254 o negro se inclina para as mais tolas dissipações, gastando tudo o que ganha, especialmente em roupas, fazendas coloridas e fitas.

Como possuem o dia todo livre para exercer seu ofício, sòmente voltando para casa à noite, e como sòmente os seus donos

se interessam por êles, quanto à entrega do dinheiro cotidiano ou semanal, êstes escravos têm muita liberdade e em geral, levam uma existência folgada. De manhã, ao deixar a casa, e de noite ao voltarem, recebem farinha de mandioca e feijão, sendo que durante o dia têm de providenciar por si mesmos, para o seu alimento. Desta maneira, também, muitas escravas ganham o seu pão, servindo como amas, lavadeiras, vendedoras de flôres e frutas, etc.

A maior vantagem do sistema da escravidão no Brasil em relação ao das colônias inglêsas, consiste na grande facilidade que se oferece ao escravo para conseguir a sua liberdade. Esta vantagem, em certo sentido, se deve às medidas legais a êsse respeito, ainda que estas sejam mais negativas do que positivas, porque a única coisa que se pode dizer em favor das leis brasileiras relativas a escravidão, é que elas, pelo menos, não se opõem à emancipação do escravo, ao contrário das colônias inglêsas, onde a liberdade de um escravo, mesmo quando concedida por resolução espontânea do dono, é ainda sujeita a uma certa garantia em dinheiro.

O caminho comum para um escravo conseguir a sua liberdade, consiste em que êle economize aos poucos tanto dinheiro quanto custou ao seu dono, ou quanto vale atualmente. Isto torna-se mais fácil para escravos que vivem nas cidades, como artesãos, etc., e é facílimo como observamos atrás. Nas fazendas, porém, isso se torna possível apenas quando a vizinhança de uma cidade próxima garante a compra dos produtos de sua pequena lavoura ou qualquer outra indústria.

Neste negócio de comprar a liberdade, encontra-se pròpriamente uma grande contradição, entre a lei vigente e o uso tradicional, o que melhor prova o absurdo desta mesma lei, pois de acôrdo com ela, o escravo não pode possuir propriedade alguma, ou antes, tudo que êle adquire torna-se propriedade do dono. Êste, por conseguinte, deixa o escravo comprar sua liberdade com o seu próprio dinheiro; e, conforme a lei, teria direito de tomar ao escravo suas economias, sem dar-lhe a liberdade ou qualquer outro benefício. Mas quase não existe exemplo algum

em que um senhor de escravos tivesse feito uso dêsse direito. Porém, êle se fôsse mesmo tão desumano e tivesse vontade de fazer tal, difìcilmente ousaria enfrentar a opinião
P. 255 pública que o condenaria. E, escravo algum, apesar de tôdas as ameaças ou maus tratos, se prestaria a entregar-lhe seu pequeno tesouro, ou a indicar o lugar onde o escondeu.

Como neste caso, a tradição e a opinião pública geralmente protegem o escravo contra a violência; facultada pela lei, de outro lado acontece, que a mesma tradição — a única defesa real que neste sistema absurdo o escravo tem contra os caprichos do senhor — tira tôda a fôrça à mesma lei. Pois, esta lei obriga a êste a dar liberdade ao seu escravo se êste lhe oferecer o mesmo prêço que custou no ato da compra, ou então, o valor estimativo atual, se acaso fôr avaliado mais alto do que ao tempo da compra. E como tôdas as determinações em favor dos escravos, também esta lei sábia é negligenciada, sendo a sua existência pouco conhecida. E, assim, raras vêzes ou nunca, o escravo se dispõe a invocar tal preceito legal, seja por desconhecê-lo, seja por estar ciente de que isto em nada lhe adiantaria, mesmo porque só em caso especialíssimo conseguiria dirigir-se a um juiz superior, e muito menos agir contra o proprietário. Isto porque êle tem em mãos mil meios para protelar o julgamento ou para rejeitar a própria queixa, e também para castigar o escravo por tal tentativa com maus tratos de todo gênero, fazendo-o desistir dêsse modo, de uma nova acusação. Nesta, como em tôdas as outras circunstâncias, o escravo depende ùnicamente do capricho do amo, e se êste por maldade, teimosia ou outro qualquer motivo, não lhe quiser vender a liberdade, a situação torna-se ainda mais penosa, por ver frustrados os frutos dos esforços de tantos anos e de economia. É forçado novamente à mesma escravidão, no momento em que sua liberdade parecia estar garantida; e tendo à mão os meios para poder comprá-la, não a alcança. Além dos sentimentos de esperança frustrada, há agora também o problema de suportar as conseqüências da desconfiança e do ódio do dono. Mas tais casos, em geral, são raros, pois êste

difìcilmente terá motivo justo para negar a liberdade ao escravo, e porque, raramente, poderá continuar a ter confiança num escravo em tais condições. Quando isso acontece êle trabalha sem vontade, e na primeira ocasião tentará fugir, e caso não o consiga, matar-se-á, ou pelo menos não dará mais nenhum lucro ao dono. Também a opinião pública, especialmente as camadas baixas do povo, se manifesta com grande intensidade contra tal procedimento do proprietário, e êle sentirá essa desaprovação por todos os meios. Neste caso, como em tantos outros, de novo a influência do clero tem conseqüências benéficas, e favorece a liberdade dos escravos, de sorte que raras vêzes alguém tem coragem de chamar a atenção para o caso de uma negativa semelhante. Mas onde isto acontece, é sempre em relação aos escravos mais hábeis e mais esforçados, que se tornaram quase indispensáveis ao patrão. Existem exemplos notórios de escravos que, como feitores de fazenda, gozaram, durante anos, da plena confiança do dono, e que se elevaram até um certo grau de bem-estar financeiro, e cuja situação externa não deixa nada a desejar, mas que de repente e com a maior dureza e até por crueldades, foram forçados a continuar suas ocupações, sòmente porque não estavam satisfeitos com a liberdade aparente, e sim, insistiram em comprar a sua liberdade real.

Um outro caminho, no Brasil, para a liberdade de um grande número de negros, consiste no pedido das negras para que seus filhos sejam batizados por gente de bens. Mesmo a pessoa de condição social mais elevada não podia fàcilmente negar um pedido semelhante, sem suscitar críticas gerais. Graças aos sentimentos religiosos do povo e à influência do clero, uma ligação semelhante, longe de deshonrar, é apreciada como muito meritória. Assim, o pequeno escravo entra na esperança bem fundada de que o seu padrinho lhe comprará a liberdade, o que se torna bastante fácil, uma vez que o prêço de um filho de negra é bem baixo, não indo raramente além dos 60 a 80 piastas.

Desta maneira, também brancos que tiveram filhos com uma escrava, muitas vêzes, pagam o dinheiro ao dono e dão liberdade à mãe e filho. Finalmente, muitos escravos recebem a

liberdade por espontânea vontade do senhor, como recompensa pelo bom comportamento durante os muitos anos de serviço. Isto acontece especialmente por testamento. É raro que o proprietário de uma grande fazenda ou de muitos escravos, não dê liberdade a alguns escravos, seja como sua última vontade, seja também por outras ocasiões extraordinárias. Tôdas estas ocorrências e costumes que oferecem ao escravo a possibilidade de conseguir sua liberdade, aumentam ano a ano o número de habitantes livres, mas negros, do Brasil. Êles constituem mais ou menos, a duodécima parte dos escravos; a metade dos negros livres, de côr; a quinta parte dos brancos e a trigésima parte da população total.

Estas proporções, à primeira vista, parecem pouco favoráveis à esperança de uma lenta, mas completa, emancipação (dos negros puros). Entretanto a coisa logo muda, quando se vê que pelos casamentos de negros livres com mulatas livres, e pela ligação, não raro, de mulheres livres, prêtas, com homens livres, brancos ou mulatos, a côr prêta desaparece na raça livre, já depois de poucas gerações, já nos filhos, ou, então, nos netos. Assim os descendentes dos negros livres, em vez de aumentar a população prêta, desaparecem aos poucos na massa dos mulatos, de sorte que o número dos negros (puros) livres, em qualquer época, representa pròpriamente apenas aquêles que receberam a liberdade nos últimos anos, e mais os filhos da geração anterior, enquanto os filhos da geração seguinte, em grande parte, já pertencem à côr dos mulatos.

A situação do negro livre é variável, conforme a sua aplicação, e também à sua sorte em acumular alguns bens. Alguns existem que possuem bastante; mas, no Brasil, raramente encontra-se gente abastada entre os negros livres.

Os negros libertos de uma fazenda, em geral, fixam-se nas proximidades, e aproveitam um pequeno terreno que o antigo senhor lhes deu de graça ou por pouco fôro, e com o qual agora trabalham como diaristas na fazenda. Os melhores operários, especialmente os antigos feitores de engenhos, por serem êles os que mais fàcilmente podem comprar sua liberdade, continuam

a exercer sua profissão nas fazendas vizinhas, como homens livres, e, depois da safra, se empregam nos pequenos engenhos, onde geralmente há falta de operários experimentados; desta maneira, lhes é fácil reunir em pouco tempo, certo pecúlio.

Encontram-se prêtos livres nas cidades, em todos os ofícios comuns, e também como artesões, vendedores e diaristas. Ainda hoje, poucos conseguiram subir até a classe da burguesia afortunada dos comerciantes e fazendeiros; mas, não lhes é muito difícil ganhar o necessário para viver, uma vez que a diária é muita elevada em todos os países onde se aboliu a escravidão, e onde os bons operários são procurados.

A população negra livre, é sem dúvida uma das classes mais estimadas das colônias, especialmente devido a sua importância para o futuro. Isto vale dizer, com respeito aos crioulos livres, isto é, dos negros nascidos na América, os que ganham muito, moral e fìsicamente, em comparação aos negros da África, apesar da cruel maneira de transplantação para a América. Êsses crioulos, em geral, são homens fortes e bem desenvolvidos, ao mesmo tempo corajosos e ativos, e mais moderados do que os negros africanos. Concedem aos brancos certa consideração nas relações sociais, mas esta refere-se mais à posição do que à côr. Entretanto, de outro lado, mostram um justo orgulho, fundado na consciência de sua fôrça e de sua liberdade; ofendem-se fàcilmente, uma vez que são muito desconfiados, pelo complexo que a côr prêta da escravidão lhes traz. Fazem muita questão, mesmo nas relações mais ordinárias da vida cotidiana, de nunca serem igualados aos escravos. O branco jamais deve esquecer que êles são livres, e deve tratá-los com lealdade e respeito, e sem lhes fazer sentir a côr prêta; e com isto, em tôdas as ocasiões, êles estão prontos a servi-los, e não recusam prestar-lhe certa reverência. Ao contrário, qualquer alusão à côr, provoca seu orgulho e ódio, que não são para desprezar, uma vez que não lhes faltam meios para conseguir um desfôrço.

Nas relações sociais, os negros livres, pelo menos na classe baixa, ocupam o mesmo lugar que a outra gente de côr, nas mesmas condições de fortuna e qualidades pessoais. Acontece,

porém, que os casamentos entre mulheres realmente brancas e homens prêtos são raros, e também entre homens brancos com mulheres prêtas, as ligações matrimoniais são poucas; freqüentemente há uniões entre negros e mulatas livres, sobretudo quando estas se aproximam mais da côr prêta.

Em cumprimento à lei, existem diversas restrições contra a admissão de prêtos em emprêgo público, e ainda que a mesma proibição se destine a qualquer pessoa livre de côr (mulatos), nada mais fácil do que anular esta lei; pois qualquer côr um pouco mais clara deixa-se passar por branca, especialmente quando esta é favorecida por boas relações e talento pessoal, e isto é tanto mais fácil, quanto aqui os próprios brancos já possuem côr mais escura. Essa legislação, entregue a esquecimento quase total, ou que, pelo menos, raramente é invocada, só atinge pròpriamente aquêles cuja côr negra é ainda pura, sem nenhuma mistura, e que de modo algum poderiam passar por brancos.

Uma outra exclusão ou restrição legal, pouco em vigor, consistia em que os negros livres não podiam servir em nenhum regimento de linha ou em qualquer outra corporação, a não ser num dos três regimentos de negros. Êsses três regimentos, nos quais tanto os soldados como os oficiais eram prêtos, tem o nome de "Henriques", em lembrança do chefe negro do mesmo nome, que durante as guerras de libertação contra os holandêses, em Pernambuco, conseguiu uma imortal glória. Êsses regimentos prêtos distinguem-se de tôdas as outras tropas por sua boa conduta e disciplina.

Uma particularidade estranha dêsses negros merece menção especial: possuem êles a feliz disposição, como crianças, de aproveitar e gozar apaixonadamente a hora presente, sem incomodar-se do passado e futuro, e não é necessário muita coisa para transportá-los a um verdadeiro êxtase de bem-estar. Fato incrível é que, para o negro livre, após o trabalho diário, os divertimentos barulhentos produzem o mesmo efeito que o descanso de que parecem necessitar tanto. E quando às vêzes, durante a noite, vêem-se alguns grupos de escravos reunidos, sem cantar

nem dançar, então pode-se logo estar convencido de que o trabalho diário foi bem penoso, e que são realmente escravos.

A dança comum dos negros é a batucada (*o batuque*), e apenas mal se reúnem alguns negros, logo ouve-se o som do bater das mãos, com que convidam e excitam a dançar. A batucada iniciada primeiramente com uma única pessoa, consiste em certos movimentos do corpo, talvez demasiadamente expressivos, especialmente dos quadrís, que o dançarino acompanha com o estalar da lingua e dos dedos, e um canto monótono, cujo estribilho, os outros, formados em redor, repetem. Uma outra dança muito freqüente entre os negros é o *lundu,* que também é dançado pelos portuguêses, sendo realizado por uma ou duas pessoas acompanhadas na guitarra, — dança esta que pode ser fàcilmente reconhecida, e que é aperfeiçoada no *fandango* e *bolero* dos espanhóis. Muitas vêzes, são dançadas pelos negros a noite inteira, de preferência nas noites de sábado para domingo, assim como na véspera de feriado. Merece menção, também, uma espécie de dança guerreira: duas filas, munidas de varas, colocam-se frente a frente, e a arte da dança consiste em evitar o golpe do adversário. Muito mais brutal, é outro jôgo guerreiro dos negros (*jogar capoeira*), que consiste em derrubar o adversário, desferindo-lhe forte cabeçada no peito. Com pulos hábeis para todos os lados, os adversários procuram evitar o encontro. Parecem bodes que se assaltam, e, às vêzes, no encontro, as cabeças chocam-se com violência. E assim, com freqüência, acontece que a brincadeira se transforma em luta séria, e acaba com facadas e cabeças ensanguentadas.

Os divertimentos dos negros, freqüentemente, terminam em briga, e tornam-se mais graves, por não evitarem êles a bebida. Não é tanto por beber demais, mas porque em geral a suportam muito pouco e ficam bêbados com pequena dose de cachaça ou rum imprestável. Então, depressa, pegam da faca, e freqüentemente tornam-se assassinos. A punição dos crimes de importância, está afeta ao govêrno; mas, com isto, sucede que freqüentemente o senhor perde o escravo, seja por morte na fôrca, seja por deportação ou condenação a trabalhos forçados; o dono

faz tudo para livrar o escravo das autoridades, procurando vendê-lo ou trocá-lo em qualquer lugar mais afastado. Há fazendeiros que, de boa vontade, aproveitam estas ocasiões para comprar tais escravos por prêço razoável; confiam em sua fôrça e coragem para dominar êsses homens, e assim existem fazendas, onde se encontra bom número de escravos, cada um talvez condenado a degrêdo ou a morte, sendo que as autoridades não se incomodam, contanto que o proprietário consiga mantê-lo em paz. Tais casos são raros; e os fazendeiros de tais empreendimentos, em geral, são conhecidos e afamados por suas crueldades e audácia. Também muitas vêzes, os donos entregam seus escravos às autoridades para punição, mesmo nos casos em que estas não estão interessadas. Por exemplo, quando um escravo, por qualquer delito — um furto maior, ou qualquer outro motivo merece castigo, o dono o manda à vila ou cidade mais próxima, ao *juiz ordinário*, que, na cadeia pública, aplica-lhe cem ou duzentas pancadas, ou quantas o dono tiver exigido. Por determinação dêste, o delinqüente fica também prêso pelo tempo indicado. Conforme o número de chicotadas ou dias de prisão, o proprietário é obrigado a pagar a respectiva taxa. Tratando-se de delitos mais graves, êstes castigos são executados com certa solenidade em praça pública, em presença de escravos das fazendas próximas, ou, nas cidades, com a concorrência dos escravos da rua.

Uma das causas mais freqüentes dêsses castigos, é a fuga de um escravo. Em geral, os escravos costumam fugir sòmente dos donos que os maltratam muito; entretanto, as vêzes, também sucede quando têm o melhor tratamento. Seu amor à liberdade persiste forte no negro, e freqüentemente o motivo mais banal o faz tomar a rápida resolução de fugir. Não é raro que logo em seguida se arrependa, e, então, dirige-se a um amigo qualquer de seu amo, o qual lhe dá uma carta própria, contendo o pedido de clemência, e assim volta por si mesmo para casa. Êstes escravos que possuem meios de comprar sua liberdade, e aos quais a mesma lhe é negada, geralmente aproveitam a primeira ocasião para evadir-se, sendo muitas vêzes difícil recuperá-los.

Seria de crer, que num país como o Brasil, fôsse quase impossível reaver um escravo fugido. Entretanto, não é assim; pelo contrário, são raríssimos os casos em que um escravo não tenha sido recapturado em pouco tempo. Isto se deve,
P. 261 em parte, à instituição dos chamados *capitães do mato.*

Em geral, são negros livres que recebem um certo sôldo, e de tempos em tempos, percorrem o seu distrito, e prendem todo negro vadio que encontram sem indicações certas, entregando-o a seu dono, e caso não seja conhecido ou more muito longe, entrega-o à cadeia mais próxima. Em seguida, afixa-se um aviso nas portas das igrejas, e com isto quase sempre o proprietário se apresenta. Os capitães do mato costumam geralmente aproveitar-se de grandes cachorros, que são adextrados para capturar negros desertores. O mêdo dos índios, e especialmente da fome, em raríssimos casos permite aos negros embrenhar-se muito pelo interior ou para o mato; por êste motivo, quase sempre permanecem na vizinhança de habitações; sendo conhecidos ou desconhecidos na região, tais fatos servem para condená-los como sendo fugitivos; ao mesmo tempo, a população escassa, embora pareça favorecer tais evasões, é a causa principal dela tão raramente ter sucesso. A punição de um escravo desertor fica totalmente entregue ao arbítrio do dono.

As vêzes acontece que diversos negros fogem juntos, e se apoderam de algumas armas de fogo; então pode suceder que consigam um refúgio no interior das matas, alimentando-se de caça, e defendendo-se contra os índios. Não raro, reunem-se os negros do mato (*cajombolas*) a grupos maiores, e entregam-se a pilhagem dos viajantes, atacando pessoas isoladas, fazendas, ou as tropas (caravanas) que ligam o interior com a costa. Ùltimamente, porém, é fato raro, que êsses negros do mato dêem motivo a apreensões sérias, e em geral as revoltas de negros no Brasil, constituindo exceções, jamais tiveram grande significação.

Um exemplo curioso da história dos negros no Brasil, é a que representa a origem da cidade dos negros de Palmares, pelos meiados do século dezessete. Já um século antes, reuniram-se e fixaram-se na região de Pôrto Calvo, Província de Pernambuco,

alguns grupos maiores de negros fugidos. Entretanto, logo foram dispersados pelos holandeses, que então tinham ocupado Pernambuco. No ano de 1650, novamente formaram, na mesma região, uma povoação de negros fugitivos, com o nome de Palmares. Raptaram tôdas as mulheres brancas e de côr que lhes foi possível, e, em pouco tempo tornaram-se tão numerosos que os fazendeiros das províncias próximas acharam melhor defenderem-se contra seus ataques de pilhagem, por meio de um convênio pacífico do que pela tentativa de rechaçá-los à fôrça. Dêste modo, os negros conseguiram armas e outros objetos europeus, em troca dos produtos de sua lavoura, mudando aos poucos, a sua vida de ladroagem para a agricultura e outros trabalhos. Sua constituição, após a morte de seu primeiro chefe Hombé, tornou-se eletiva, e sua religião apresentava um misto de cristianismo com seu velho fetichismo. Depois de cincoenta anos, a população de Palmares já ultrapassava de 20.000 habitantes. A cidade era protegida por uma cêrca; a sua circunferência era enorme, pois as casas ficavam muito dispersas, e estavam rodeadas pelas plantações de seus donos. Êsse progresso, enfim, suscitou cuidados especiais do govêrno português. No ano de 1696, reuniram-se os capitães-generais da Bahia e Pernambuco, João de Lancastro e Caetano Mello, a fim de atacarem Palmares. Com um corpo de 100 homens, avançaram contra a cidade, sendo rechaçados por lhes faltarem canhões. Sòmente com a vinda de grandes canhões, conseguiram vencer os negros. A cidade foi então ocupada e destruída; as mulheres, crianças, e os que conseguiram sobreviver dos campos de batalha, foram feitos escravos. O chefe dos negros e uma parte de seus companheiros, preferiram a morte voluntária, a terem de voltar à escravidão: jogaram-se do alto da montanha que dominava a cidade.

Podia parecer estranho, que entre os negros do Brasil, encontrem-se pouquíssimos vestígios das idéias e costumes religiosos que vigoram em sua pátria. Neste ponto, como em muitos outros, vê-se que a travessia do negro da África para a América, em certo sentido, constituiu uma morte, que, pela intensidade

das impressões que causa, apaga nêle quase completamente, as idéias e interêsses anteriores, de sorte que, a América torna-se-lhe um mundo novo, no qual começa também uma nova vida. Sem contestação, mais uma vez, manifesta-se forte a influência da igreja católica, que vai ao seu encontro como consoladora, e cujos ministros sempre se afiguram ao negro como seus protetores naturais e do que dão provas na maioria dos casos. As formas externas do culto desta igreja exercem também uma impressão irresistível sôbre os sentimentos e a fantasia do africano. Assim torna-se fácil explicar como os negros do Brasil se transformam em pouco tempo em cristãos muito fervorosos, esquecendo ou detestando as lembranças de seu paganismo anterior.

Nas colônias de diversas outras nações, especialmente nas inglêsas e norte-americanas, não é possível evitar que os negros ainda conservem muitas idéias e costumes anteriores, uma vez que nada de melhor ocupa o seu antigo lugar. Ali a instrução o ensino religioso e moral dos escravos são negligenciados sem nenhum escrúpulos; ali o clero anglicano, racionalista, mal pode se acostumar a ver no negro um ente humano, e nem pensa em sacrificar qualquer comodidade para aproximar-se de um dêsses infelizes. Nestas colônias, também não se pode evitar que os negros conservem muitas idéias e costumes anteriores, sobretudo por não se oferecer melhor coisa em seu lugar. Assim, explica-se a forte, e até incrível, influência que exercem os feiticeiros chamados de *Oboahs*, nas colônias inglêsas, e de que houve provas também em Haiti como mostram alguns exemplos curiosos durante o tempo da guerra contra os franceses.

P. 263

Totalmente livres de tal superstição, os negros do Brasil também não são; e aqui se chama a êstes feiticeiros *mandigos* ou *mandigueiros*. Acreditam nêles, e, entre outras coisas, que êles possuem a fôrça de tomar na mão as cobras mais venenosas sem correr nenhum perigo, e de se proteger contra o veneno delas; por meio de canto e reza — graças aos quais também protegem outras pessoas. Dizem que com as suas orações êles atraem êsses

bichos e outros de seus buracos e esconderijos, reunindo-os em redor de si; dentre todas, a cascavel é tida como a mais sujeita ao seu feitiço. Costumam também domesticar serpentes não-venenosas, e, então, elas também são consideradas como possuidoras de fôrças sobrenaturais. É especialmente temido o efeito do chamado *mandiga,* espécie de feitiço com que o *mandigueiro* mata aos poucos e castiga as pessoas que o ofenderam, ou aos quais quer fazer mal de alguma maneira. A mandinga consta de muitas ervas, raízes, terra e de substâncias animais, que ficam enrolados sob diversas fórmulas de invocação, e depois é depositada por cima ou por baixo da cama da pessoa visada. Chamam-se também *feitiços,* e aos entendidos, feiticeiros. Existem diversos. Por exemplo: para suscitar o amor, para despertar o ódio, etc. Esta superstição não sòmente atinge o negro, mas encontra-se também em tôdas as classes inferiores do povo, e é bastante difícil dizer se é de origem africana ou européia. Os mandingueiros são quase sempre negros; também se dedicam concomitantemente à arte de equilibrismo e magia, onde mostram grandes habilidades, e com seus poucos meios, conseguem efeitos admiráveis e maravilhosos. Ainda que os *manduingos* sejam temidos e odiados pelos negros, pois não são respeitados de forma alguma, e ainda que muitos negros detestem suas funestas artes como anticristãs, freqüentemente aquêles homens conseguem exercer uma grande influência sôbre os vizinhos, e, às vêzes, são a causa de sérias desordens e crimes, a ponto de, em certas regiões, a calma e a disciplina só poderem ser restabelecidas com o afastamento de um dêsses *manduingos*.

III — HÁBITOS E COSTUMES DOS ÍNDIOS

P. 350 O estado das tribos selvagens do Brasil, em rigor, não oferece pròpriamente uma imagem agradável e é mesmo pouco interessante. Logo que ficou satisfeita a primeira curiosidade do viajante êle há de confessar que o tal chamado *estado natural dos homens,* nada tem de alegre, nem para os olhos, nem para o espírito. Esta impressão torna-se tanto mais dolorosa,

quando se pensa que sem a intervenção dos europeus, os indígenas provàvelmente teriam feito melhores progressos na civilização, correspondentes à medida de suas disposições e necessidades; pois os contactos que até hoje os índios tiveram com os europeus deram aos primeiros grande prejuízo, seja físico, seja moral. Nos relatórios de antigos viajantes, encontramos traços nos primitivos índios de um princípio de civilização e humanidade, se podemos chamá-los assim, que nos parecem mostrar que a grande insensibilidade — atualmente parte saliente do caráter dos indígenas do Brasil, — não existia em seus antepassados. Esta insensibilidade, êste embrutecimento, esta apatia que têm por tudo, e em relação a qualquer idéia, não nasce imediatamente de uma necessidade animal, sendo estas disposições tão fortes que até o observador mais humano e mais imparcial fica tentado a duvidar da possibilidade de tirar essas criaturas de seu estado degradante de animalidade estúpida em que levam a existência. Seria porém, injusto, querermos chamar os índios de viciosos; êles não têm a mínima idéia de obrigações e direitos morais. A sua maneira de viver e todo o seu estado — com excepção de algumas comodidades e de algumas aptidões, nascidas de seu desamparo natural — difere pouco do animal selvagem, com o qual dividem o império das matas virgens. Seria igualmente injusto querer censurar a sêde de sangue e a astúcia da onça, a malícia do crocodilo, o veneno da serpente, como exprobar o caráter sombrio e rude do índio, e seu ódio contra os brancos, que está grassando
P. 361 desde séculos. A finalidade de sua existência parece consistir em satisfazer as suas mais rudes necessidades animais; para o conseguir, emprega tôdas as suas fôrças físicas e espirituais, e tudo o mais não o interessa.

Paixões detestáveis, como a ira, o desejo de vingança, ciúme, são pròpriamente os únicos móveis que o tiram de sua apatia em relação aos homens, seja com os seus ou no trato com os brancos. Aos companheiros de tribo, como à sua mais próxima vizinhança, êle agradece pouco ou nada; quanto à aquisição do alimento cotidiano, confia sòmente em si mesmo;

e quanto ao preparo da comida, assim como todos os outros afazeres, entrega-os todos às mulheres, que como sua propriedade, ou uma espécie de animais domésticos, são encarregadas de tais incumbências. Tanto nos índios de outras tribos como nos brancos, êles vêem inimigos declarados, e raras vêzes entram em contacto com êles, a não ser em violências mútuas e atos de vingança. Nessas condições, como seria possível formar-se em suas almas outros sentimentos, a não ser os de inimizade, e como seria evitável que um estado dêste não tivesse influência em seu desenvolvimento físico ? Por ocasião do descobrimento do Brasil, os primeiros germes de civilização que os portuguêses encontraram, — a vida comum reunida em grandes grupos, a defesa comum de suas aldeias, — deviam certamente ter desenvolvido nêles sentimentos mais humanos, exigências e maiores pretensões. As informações dos mais antigos viajantes, também nos desenham uma imagem mais favorável da formação externa daquêles selvagens, do que atualmente os mesmos nos apresentam. Isto nos faz crer no retrocesso que os seus descendentes fizeram em civilização, na diminuição da própria formação física, e na aproximação da animalidade. Talvez esta hipótese explique a melhor aparência dos Botocudos, em relação às outras tribos, especialmente aos Tupis, que não são menos selvagens, mas menos opressos e maltratados do que os Tupis, que se debatem mais para a selvageria. Realmente, não se encontra, nas informações anteriores, nenhuma prova de uma suposta diferença original na formação dos Tapuias — aos quais pertencem também os Botocudos — e dos Tupis; com grande probabilidade, esta diferença deve ser considerada como conseqüência da desgraça destas duas tribos.

Procurou-se uma espécie de comprovação em favor da humanidade dos índios brasileiros, alegando que êles veneram um ente superior; ainda que muitos viajantes neguem êste fato, parece que é difícil provar o contrário. O conhecimento da maior parte dêstes viajantes das línguas das tribos selvagens dos índios é tão diminuto, e a pobreza das mesmas, assim como a resistência à comunicação por parte dos índios é tão grande,

que fica difícil, por mais estranho que pareça, definir esta questão. Quem fôr capaz de formar, por qualquer
P. 352 forma, uma impressão da troca de idéias que porventura se possa conseguir com êsses homens, fàcilmente compreenderá que a mais enérgica negação ou afirmação dos viajantes, nada prova a respeito desta questão. Procurou-se provar a fé dos índios para com um ente superior pela palavra *tupã* ou *tupan*. Esta palavra se encontra em quase tôdas as tribos brasileiras, e dizem que significa justamente: o ente superior. Isto não está ainda satisfatòriamente provado; porque é certo, por exemplo, que os *coroados* designam com esta palavra a cana de açúcar, sendo que outras tribos a aplicam ao arroz. Por outro lado, não se pode negar que muitas tribos, especialmente entre os tupis, com a palavra *tupã* associam a idéia de um ente superior ou, pelo menos, de uma fôrça. Quer-se acreditar que esta idéia lhes foi comunicada pelos antigos missionários jesuitas, tanto aos tupis como aos guaranis, mediante uma palavra existente em sua lingua, e que esta palavra, com ou sem esta idéia, foi aceita também por outras tribos. Neste caso, é curioso notar que justamente esta palavra aparece com a significação acima também na lingua de tribos, que não parecem ter o mínimo parentesco. Entretanto, ainda que se admita que os índios acreditam num ente superior, mesmo assim não se encontra nenhum vestígio de veneração a êste ente, ou de um culto religioso qualquer. Por fim, parece que esta crença, entre êles, não representa mais do que o primeiro ensaio do espírito e da língua, para exprimir uma concepção abstrata, e distinguir a matéria do espírito. Também nisto se baseia entre os índios, a tão propalada crença nos fantasmas e nos espíritos malignos; à tradição única e ao mesmo tempo histórica, que existe entre êles, refere-se a um grande dilúvio.

Aqui não é lugar para estender ainda mais êste assunto, tanto mais quanto talvez, ela não mereça o grau de elevada impotância que se lhe empresta, pois, seja qual fôr a espécie de idéias dos índios a êsse respeito, uma coisa é certa: que ela não tem a mínima influência sôbre a sua maneira de pensar e

o modo de agir, nem sôbre seu estado espiritual ou moral. O que em seguida explicaremos sôbre a maneira de viver e costumes dos índios, com poucas modificações aplica-se a tôdas as tribos, especialmente na costa leste, tánto em relação ao *tupis*, como dos *tapuias*. Se há diferenças essenciais, são devidas ao resultado das práticas mais modernas de induzir êstes selvagens a cultivarem a agricultura e se fixarem em aldeias. Encontram-se também mais ou menos em alguns grupos destas tribos, sendo que em geral pouca difeªrença de condição existe entre a maioria daqueles que ainda vivem como selvagens nas matas virgens.

P. 353 Em geral, homens e mulheres andam completamente nus. Os primeiros, às vêzes, encobrem os quadrís com fôlhas trançadas, e as últimas costumam cingirem-se com uma faixa ou uma espécie de avental etrançado. Tudo que êsses índios levam sôbre o corpo não serve para vestir, e sim para enfeite; eis aí o único ponto em que os seus desejos vão além da satisfação de seus instintos mais rudes. Com freqüência pintam e tatuam o corpo; mas, não se pense que nesta arte fizeram grande progresso ou caprichem como os selvícolas do mar da Oceania. Entre êles, jamais se encontram aquêles desenhos artísticos e entrelaçados, com que, por exemplo, os habitantes de Unkahiva se enfeitam, mas apenas uns traços irregulares, e muitas vêzes, nem êstes. Tão pouco indicam suas tatuagens uma relação com a sua tribo, como acontece em tribos norte-americanas e africanas. Mais freqüente do que as tatuagens, é para os índios brasileiros a pintura do corpo, em que se servem de uma tinta fortemente amarelo-vermelha e de uma azulada-prêta ou côr escura de aço-azul, ambas de origem vegetal, sendo a primeira procedente do urucu (Bixa erellana) e a outra de genipapo (Jenipaba americana). Os homens se pintam com a primeira, especialmente o rôsto, desde a fronte até a bôca; mas, também, a êsse respeito, não existe uma norma certa. Uns pintam o corpo todo, de cima a baixo, metade azul e metade vermelho; outros o corpo, com linhas azuis, excepto os ante-

braços e barriga da perna; ou com uma orla vermelha de tinta escura, ou então pintam apenas o rosto de vermelho e o enfeitam, traçando um risco escuro de orelha a orelha. Geralmente preparam as tintas num casco de tartaruga. A matéria prima mais usada para tintas é o ocre vermelho ou argila, que se encontra em abundância no Brasil. Com esta matéria, cobrem todo o corpo, sendo que pintam pequenas estrêlas, cruzes, etc. no rosto. Homens e mulheres, e estas de preferência, usam cordões em redor do pescoço, em que se acham enfiados diversos caroços ou frutinhas escuras, alternando freqüentemente com dentes de macacos ou de bichos bravos. Costumam elas também usar cordões semelhantes em redor da cabeça. Enfeitam-se, outrossim, com freqüência, com penas de papagaio e de outras aves de côres vivas, que penduram enfiadas num barbante em volta do pescoço ou então, como um diadema, colocado na cabeça. Estas últimas formas de enfeite, porém, não são tão freqüentes. É mais usada pelas mulheres. Entre os homens, o seu uso cabe em geral aos caciques. Por ocasião de certos acontecimentos, as mulheres gostam de se ornar com muita bugiganga que ganha dos brancos, como por exemplo: rosários, botões, panos de côres, etc. e até fazem uso de espelhinhos. Em muitas tribos, desde a infância, as mulheres enrolam estreitamente o ante-braço e as pernas com fibras, motivo pelos quais os pulsos e tor-
P. 354 nozelos ficam muito pequenos e graciosos. O costume de arrancar todos os cabelos do corpo faz parte do enfeite dos índios brasileiros. Algumas tribos, especialmente os botocudos, cortam o cabelo em redor da cabeça, deixando-os apenas no vértice, onde forma uma trunfa comprida.

Entre tôdas as tribos de índios do Brasil, os botocudos se distinguem pelo uso de pedacinhos de madeira nos lábios inferiores e nos pavilhões auriculares, de onde adveio o seu nome tanto entre os portuguêses, como entre as outras tribos de índios, pois, a palavra botocudo vem de botoque, pedaço roliço de madeira ou pedra, sendo que os *milalis* chamam os botocudos de *Epcoseek*, isto é, *orelhas grandes*, devida à forma prolongada dessas. O tempo em que o jovem botocudo é distinguido por êste

ornato, depende da vontade de seu pai. Furam-se primeiro os lábios inferiores e as orelhas, onde se introduzem pedacinhos de madeira, cada vez maiores, até que o lábio e as orelhas fiquem reduzidos a uma pele fnia, em redor da orla de uma grande rodela. Essas rodelas são feitas de madeira leve de uma árvore chamada barriguda (Bombax ventricosa), e seu diâmetro, às vêzes, é de quatro e mais polegadas, sendo sua grossura de uma a uma e meia polegadas. Podem-se retirar estas rodelas; então o lábio fica pendurado, mole, enquanto os dentes inferiores ficam inteiramente à vista; as orelhas também ficam penduradas, como couro mole, e muitas vêzes as suspendem nas partes superiores. Caso estas peles finas se rompam, costuram-nas com cipó ou fibra delgada. A pressão constante da madeira contra os dentes inferiores e o queixo, faz com que aquêles se desloquem e se estraguem em pouco tempo. As mulheres usam de rodelas semelhantes, mas bem menores e mais caprichadas do que os homens.

As malocas destas tribos de índios geralmente são feitas de fôlhas de palmeira, chamada Airi, as quais êles colocam no chão, em forma circular ou oval, de modo que as suas pontas delgadas se encontrem e se entrelacem por cima, constituindo assim o teto. Quando os índios permanecem por mais tempo no mesmo lugar, então procuram reforçar as suas malocas, dando-lhes mais durabilidade por meio de galhos mais fortes ou estacas, cobrindo então o teto com mais fôlhas e galhos. Em uma destas malocas, geralmente, moram diversas famílias, e os diversos grupos de malocas vivem sob as ordens de um chefe. Raro é encontrar reunidas mais do que uma dúzia de malocas, que pelos portuguêses são chamadas de *rancharia*. No meio da maloca acham-se uns blocos de pedra, em parte para se fazer fogo no seu centro, e em parte para se quebrar por cima côco e outros objetos duros. A instalação caseira dêstes sel-
P. 355 vagens consiste, além de armas e instrumentos de pesca, em algumas panelas grandes, feitas de barro cinzento e cozido no fogo; mas, não se encontram as mesmas em tôdas as tribos. Também, se encontram abóboras e cabaças

para conservar à água. Para êste fim, também fazem uso da cana de bambu, que cortam de jeito a que os nós formem o fundo do receptáculo; uma vez que essa cana tem a grossura de um braço, acontece que uma peça bem comprida conserva bastante água. A maior parte dos selvagens dorme em rêdes, que são tecidas com fibra e ficam penduradas entre duas estacas ou entre duas árvores. Os botocudos, porém, não fazem uso delas, e sim, preparam um estrado, aproveitando o macio algodão do *pau d'estopa*.

Em algumas rêdes ou bolsas trançadas, penduradas nas paredes da maloca, guardam-se os poucos objetos para enfeite e os pequenos utensílios que completam a instalação doméstica dos índios, como matéria para tintas, cordões, fios, varas para pescar, anzóis e cordas. Os utensílios mais importantes, porém, são sempre as armas, que lhes servem para a caça e defesa contra os inimigos, e mais ainda a faca, para os mesmos fins. Esta, geralmente, levam consigo, pendurada no pescoço por meio de uma corda; consiste geralmente em uma boa lâmina européia que amarram entre dois pedacinhos de pau; esta forma de faca êles preferem, em vez das facas que recebem dos brancos. Machados de aço são raros entre os índios; freqüentemente são de pedra; no caso em que exista um machado de aço em uma tribo, êste pertence então à coletividade.

A principal arma dos índios, consiste no arco e flecha, que, no Brasil, se distinguem por seu tamanho tão diferente dos de outros povos. Assim, a maior parte dos selvagens sulamericanos usa arcos e flechas muito compridas, e os poucos que andam a cavalo — isto sòmente após o descobrimento da América — fazem uso do laço e da lança como armas principais, empregando arcos e flechas pequenas. Os arcos dos índios brasileiros costumam ter um comprimento de cinco a seis e até sete pés. Na parte sul da costa e, em Minas Gerais, êstes arcos são feitos pelos selvagens, em madeira escura e brilhante, tirada da palmeira *airi*; mais para o norte, porém, de uma madeira, que os portuguêses chamam de *pau d'arco*. Provém essa madeira de uma *bigônia,* sendo muito resistente e de côr

branco-amarela que, com o tempo, fica marron. As cordas dos arcos, jamais são feitas de tripas de animais, e sim de fibra, de preferência da *Cecropia*. As flechas são fabricadas de diversas espécies de junco e muitas vêzes têm o comprimento de cinco e até mais pés. Os botocudos empregam para essas a haste lisa da cana de *ubá*. Podem distinguir-se três espécies de flechas: a primeira tem a ponta bastante larga, sendo empregada para a sua confecção a cana de taquaruçu (*Tanguarassu-Rohr*). Na superfície, é muito dura e extraordinária-

mente ponteaguda. Para torná-la ainda mais resis-

P. 356 tente, passa-se cêra, que, sob a ação do fogo, penetra-a e faz com que a madeira se torne dura como chifre. Sendo a ponta ôca, conforme a própria natureza da cana, as feridas abertas por ela, causam grande perda de sangue. Por êste motivo, são empregadas na guerra e na caça contra grandes animais. A segunda espécie de flechas possui uma ponta delgada e de um comprimento de um pé e meio, feita de madeira dura da palmeira *airi,* com algumas ranhuras ou contra-ganchos, que aumentam muito o perigo das feridas. A terceira espécie de setas serve sòmente para a caça de animais pequenos. É preparada de galhos retos de alguns arbustos, sendo aproveitados de preferência os nós, que, em lugar da ponta, formam um remate chato e resistente. Os índios não conhecem .....? (Kocher), porque as suas flechas são muito compridas; por êste motivo sempre as levam na mão. Também não usam lanças ou dardos; mas, às vêzes empregam suas flechas compridas à moda de lança, especialmente na pesca. Flechas envenenadas não são empregadas por essas tribos de índios; estão em uso, porém, entre os selvagens do Amazonas e da Guiana. Raramente os índios servem-se de rêdes para pescar; seus anzóis recebem-nos dos brancos. Os peixes maiores, pescam com flechas. Não é freqüente encontrarem-se canoas entre êstes índios, e tampouco entre as outras tribos. Os botocudos, quando apareceram com o nome de *aimorés* na costa, não conheciam canoa alguma; assim, um rio caudaloso impediu os seus ataques. Outras tribos de índios, ainda ao tempo do descobrimento, ser-

viram-se de canoas e rios também nas guerras, e parece que algumas vêzes conseguiram formar uma pequena flotilha; hoje em dia nada disso mais existe. As canoas *(canots, canois)* dos índios que ainda estão em uso, são feitas de troncos ôcos de árvores, que as vêzes chegam a ter um comprimento de vinte pés. Os índios não fazem uso de velas, mas apenas de curtos remos.

Desde a mais tenra juventude, os índios começam a exercitar-se no uso do arco e flecha, e logo que conseguem uma destreza suficiente para garantir o seu alimento, tornam-se independentes e ficam entregues a si mesmos. A sua maneira de vida leva a compreender que êstes índios têm tudo em comum com outros povos selvagens, como agudeza de todos os sentidos, a agilidade em todos os exercícios físicos, no correr, nadar, trepar em árvores, a faculdade de suportar qualquer esfôrço corporal, e curtir sêde e fome em grande intensidade. Entretanto, em caso de necessidade, são capazes de agüentar a fome por muito tempo, também não tem limite a sua disposição de comer; de um animal grande comem mais ou menos tudo, com exceção dos ossos maiores e duros. Nos seus encontros com os brancos, nas visitas às fazendas ou a um pôsto militar, exigem sempre comida, e acabam com tudo o que possam conseguir e o que é possível de comer. São também imoderados na bebida; a aguardente, assim como tôda e qualquer outra bebida alcoólica, torna-se para êles tão perigosa como em geral para todos os selvagens. Êles mesmos preparam uma bebida que embriaga, chamando-a de *chica*; ela é feita do líquido fermentado do milho, que é mastigado primeiro e depois cuspido num grande recipiente.

Não desprezam a carne de nenhum animal que encontram nas matas virgens; a tôdas, preferem a carne dos macacos. Na caça de animais maiores, por exemplo, da onça, anta, javali, procuram ràpidamente colocar dviersas flechas em seu corpo, a fim dêles perderem logo muito sangue. Os índios farejam a grande distância a presença da caça, e com grande habilidade se aproximam delas, e juntos cercam grandes manadas de pacas e javalis, e a qualidade de suas armas facilita de muito a manobra, de sorte que conseguem matar diversos animais antes

que os outros fujam. Destros em imitarem com perfeição as vozes de diversos pássaros, atraem-nos e os prendem nos seus laços. Diversas espécies de insetos lhes servem de alimentos, como, por exemplo, as larvas dos besouros, sabendo também tirar mel e cêra das abelhas. Além disto, as matas virgens oferecem uma grande quantidade de frutos e raízes, sendo difícil faltar alimento aos selvagens brasileiros. Fica-se convencido de que apenas devido a sua preguiça é que sofrem fome. Um alimento delicioso constitui os chamados *palmitos*, os delgados brotos das fôlhas e o âmago de algumas espécies de palmeiras. Os índios têm uma grande habilidade em subir nestas palmeiras; sobem enquanto pegam as palmas com as mãos e colocam os pés com firmeza contra a palmeira, sem abraçar a mesma com as pernas, joelhos ou braços. Chegados ao tôpo, tiram tôdas as fôlhas duras externas, até poderem quebrar, sem esfôrço, tôda a parte superior. Feito isto, procuram aproximar-se de outra palmeira vizinha, mediante grandes impulsos para pegá-la e fixar-se na mesma, a fim de tirar o mesmo palmito. É supérfluo, aqui enumerar tôdas as plantas cujas frutas servem de alimento aos índios; apesar de existirem muitas, algumas vêzes êles não respeitam as fazendas dos brancos, causando grandes estragos nas plantações de açúcar e mandioca. É interessante que a raiz brava da mandioca, que provoca fortes vômitos nos europeus, é comida por êles sem maiores conseqüências.

O preparo das comidas pertence às mulheres; aliás, elas fazem todos os serviços de casa, a construção da maloca, o transporte da caça que os maridos abateram, cuidam do fogo, etc.

P. 358 Para acenderem o fogo, como em geral entre todos os selvagens, friccionam dois pedacinhos de madeira. A carne é enfiada num pau comprido e assado no fogo. Os índios não conhecem o sal, e não é verdade que êles procuram substituí-los por uma espécie de *barro*. O barro que êles comem tal como o de tantas tribos americanas, não contém nada de sal. Os homens consideram as mulheres como simples escravas, e a única prova de dedicação que lhes dispensam são as rudes ma-

nifestações de ciume, nas quais as maltratam bàrbaramente, como provam as grandes cicatrizes que tantas vêzes se pode observar nas mulheres. Todo homem tem tantas mulheres quanto quer e quantas pensa que pode nutrir, não existindo nenhuma solenidade de casamento. Ainda que os selvagens se contrariem muito, quando encontram uma de suas mulheres com outro homem, dizem que geralmente não há maiores conseqüências, principalmente quando uma foge para encontrar outro homem a fim de obter melhor tratamento e mais comida. Não cuidam muito de seus filhos e também não os desejam muito; mas não se pode dizer que sejam rudes ou indiferentes com êles, pelo menos enquanto são muito pequenos. Mas logo que o menino é capaz de manejar arco e flecha, e a menina pode carregar pêso e fazer fogo, etc., então os pais deixam de ligar importância a êles e se separam sem um sinal sensível de dor. Tampouco demonstram alegria ao vê-los novamente.

O tempo que os índios passam na mesma região varia muito e depende também do alimento que aí encontram ou é marcado pela inimizade, tanto com outras tribos, como com os brancos. Logo que resolvem mudar-se, abandonam as malocas e os poucos utensílios que possuem, metem uma grande bolsa trançada que as mulheres levam nas costas, fixada por uma fita forte no frontal, de maneira que todo o pêso faz pressão sôbre a nuca. Além dêste pêso ainda têm de carregar os víveres e talvez uma ou duas crianças. Os homens não levam nada, a não ser arco e flecha, andando à frente do grupo. Para a passagem de rios não muito largos, servem-se de uma espécie de ponte, que geralmente encontram pronta nas regiões de maior freqüência, a não ser que tenha sido estragada, como tantas vêzes acontece por tribos inimigas ou também pelos fazendeiros. Estas pontes são muito simples; consistem sòmente de duas cordas, feitas de *cipó* — um trançado de fibra resistente, geralmente feito de *cicropia* — que penduram a diferentes alturas, e *P. 359* frouxas, de uma margem a outra. Numa destas cordas põem os pés, segurando-se com as mãos na outra, e assim passam um após o outro, o que exige bastante tempo.

Muitas vêzes gastam semanas e meses nas suas caminhadas, sem demorar-se mais tempo no mesmo lugar do que uma ou algumas noites e sem construir choupanas. Só se fixam por mais tempo, quando alcançam uma região que oferece muita caça ou frutas, e também segurança em relação aos inimigos. Não se deve pensar que tôda a tribo fica sempre reunida; que assim desmonta e reconstrói suas malocas: estas mudanças e caminhadas geralmente se fazem em grupos, e às vêzes se separam apenas alguns, que então seguem com mulheres e filhos.

O que aqui se narra sôbre o aspecto exterior dos índios, suas choupanas, objetos, armas, alimentos, etc., refere-se principalmente, como já foi dito acima, às tribos da costa de leste do Brasil; mas, pouco diferem os índios das outras regiões, especialmente no rio Amazonas. Uma exceção marcante constitui, porém, a tribo dos *Guaycurus,* ou dos *índios cavaleiros,* na parte sul da Província de Mato Grosso. Parece que êstes índios constituem a única tribo brasileira, que recebeu o cavalo dos europeus. Neste ponto são bem parecidos com as tribos indigenas da América espanhola. Com certeza receberam os cavalos dos espanhóis já em tempos remotos, pois os primeiros portuguêses que entraram em contacto com êles, os encontraram montados a cavalo. Suas armas são lanças, uma espécie de massa e pequenos arcos e setas. Cêdo tornaram-se tremendos inimigos dos portuguêses, atacando as províncias de São Paulo e Cuiabá, e aos poucos conseguiram interromper tôda e qualquer comunicação pelos rios afluentes do Paraguai, devido às suas sucessivas investidas e assaltos. Enchem as suas canoas, muita vêzes, com duzentos e até trezentos guerreiros, formando verdadeiras flotilhas de guerra. Parecem pertencer mais aos índios guaranis do Chile, do que do Brasil, pois têm também um grau de civilização mais elevado do que os outros índios do Brasil. Suas mulheres andam vestidas inteiramente com roupas de algodão, que elas mesmas tecem; dizem que as suas vidas conjugais são muito delicadas. Esta tribo dos guaicurus distingue-se também dentre as dos outros índios pela forma plástica de seus corpos; são bem desenvolvidos mas também são mais guerreiros. Moram juntos

em *aldeias* (habitação cercada) e dividem-se em três classes: nobres ou chefes, guerreiros e escravos. À última, pertencem todos aquêles que foram prêsos em guerra, e os seus descendentes. O seu tratamento é bom, mas jamais os guai-
P. 360 curus se misturam com êles. Devido às muitas guerras, entre os escravos encontram-se índios das mais variadas tribos. A língua dêste povo tem a particularidade de que as mulheres usam para os mesmos objetos, em parte, expressões diferentes das usadas pelos homens.

De tudo o que acabamos de dizer sôbre as instalações domésticas e sôbre as necessidades dos selvagens brasileiros, fica evidente que a sua maneira de viver oferece, em geral, pouca variedade. Enquanto existem víveres, os homens costumam não fazer nada; ficam a se balançar nas rêdes, ou trabalham na produção de suas armas ou dos poucos utensílios domésticos que possuem. Também as mulheres então têm pouca coisa a fazer, a não ser o preparo dos alimentos. Mas, quando êstes começam a faltar, os homens vão para a caça e pesca, sendo que as mulheres os acompanham, para trazer a caça e frutas para casa. São elas que recolhem o produto da caça.

Realizam-se festas entre os índios, depois de uma boa caçada ou de um combate vitorioso, ou finalmente, em qualquer ocasião, em que se reunam em grande número. Os componentes da mesma tribo são convocados por intermédio de um instrumento de sôpro que é feito da cauda de um grande ....., às vêzes substituídos por um grande chifre de boi; a *chica* embriagante, em breve, os anima para uma alegria um tanto melancólica, que tem a sua expressão num cantar monótono e na dança; ambos, porém, são excessivamente rudes e uniformes. Para a dança colocam-se todos em roda, cuja linha interior é formada pelos homens, atrás dêstes ficando as mulheres e atrás das mulheres as crianças, sendo que a maior abraça a mãe, encostando-se fortemente, enquanto sucessivamente a criança menor repete a mesma posição atrás da maior. Nesta ordem, movem-se todos de vagar em redor de um fogo acêso, dando um pequeno passo para frente e outro para trás, de ma-

neira que só muito vagarosamente saem do mesmo lugar. Tendo assim andado mais ou menos a quarta parte do círculo, de costas, correm apressadamente para o lugar inicial, e recomeçam o mesmo movimento. Andando desta forma, balançam ao mesmo tempo e de vagar o corpo de um lado para outro, segurando-se todos com os braços, sendo que as mãos se fecham sôbre a barriga do índio da frente. Esta dança, se podemos chamá-la assim, acompanham com um canto monótono e berrante, em que repetem constantemente algumas palavras e exclamações. O sentido destas palavras difere, conforme o ensejo da festa. Assim, por exemplo, os *pasuris* celebraram uma festa assim após um combate feliz contra os *botocudos,* em que repetiam constantemente a frase: "*Ho, ho! Bugre ita najy*" (Ho, ho, o botocudo está vencido). Para um europeu, uma tal festa, sobretudo de noite, como costumam celebrá-la, causa uma impressão não só desagradável, mas até tenebrosa, e a maneira como êstes homens exprimem a sua alegria tem algo de horroroso. Quanto mais a *chica* aquece os espíritos, tanto mais forte e mais confuso ficam o barulho e a dança, e tanto mais brusco e ligeiro tornam-se os movimentos dos corpos. Quando uma dessas festas é realizada na véspera de uma guerra, geralmente os chefes procuram com discursos animar os guerreiros. Um papel importante nestas festas exerce a chamada *maraca,* uma cabaça sêca, cheia de seixinhos, com a qual fazem o ritmo. Também possuem uma espécie de flauta, tocada pelas mulheres. Meninos e rapazes, às vêzes, atiram por brincadeira contra um objeto qualquer. Muitas vêzes, porém, trata-se de um braço ou de uma cabeça de inimigo morto, postos num pau comprido. Mais suave é o jôgo *tumarim,* em que com a mão atiram lanças ou flechas contra uma seta fincada na terra.

Uma festa diferente é constituída pelas lutas de dois, munidos de grandes paus, o que está muito em uso entre os botocudos, com o nome de *giacacica*. Dão a ela motivo, as brigas por causa da caça entre os grupos da mesma tribo pois cada grupo reserva para si uma certa região para caçar. Às vêzes, as brigas no mesmo grupo, são devidas a outros motivos.

Entre os índios, em geral, as doenças são raras; são mais freqüentes ferimentos nos olhos, causados por galhos ou espinhos. Como é evidente, também a arte da medicina entre os selvagens é muito rudimentar. O seu remédio comum é deitar-se na rêde e descansar uns dias sem alimentação alguma; às vêzes, usam de alguns meios para suar. Se tudo isto não adiantar, recorrem aos *pajás,* que são ao mesmo tempo médico, curandeiro ou feiticeiro. Os remédios que êstes *pajás* aplicam consistem em: defumação, massagem, sangrias e aplicação de ventosas. Os doentes com febre são deitados na rêde, tendo em baixo dela uma fogueira, sôbre a qual colocam diversas espécies de plantas e galhos verdes, para o fim de fazer o doente suar. Atacado de reumatismo, o enfêrmo é deitado em cinzas quentes, levando a aplicação de uma massagem em todo o corpo, soprando-se-lhe ao mesmo na bôca e nariz. As vêzes, friccionam a parte inflamada com saliva, remédio êste que aplicam também nas inflamações dos olhos. As sangrias são executadas por meio de um pequeno arco e uma flecha, cuja ponta é de vidro ou cristal, que apenas avança tanto quanto o seu fim requer; com isto, acertam com bastante segurança a veia. O tra-
P. 362 balho de ventosa é feito com uma faca ou uma pedra bem afiada, tendo sido aplicado antes um emplastro com urtigas no lugar em que se quer executar a ventosa. Remédios para uso interno, os índios ignoram quase que por completo; mas, conhecem um grande número de plantas, das quais os europeus não têm noção alguma. Quando êstes remédios não surtem efeitos, os *pajás* recorrem aos espíritos. A fé nos espíritos malígnos que aparecem sob diversas formas, e na reaparição dos defuntos, encontra-se na maior parte dos índios, especialmente, naquêles que estão mais em contacto com os fazendeiros. Por isto, não é inverossimil que estas idéias, que representam pròpriamente tudo que pode ser considerado como fé num ente superior, são provenientes de seus vizinhos civilizados. Aliás, os *pajás* não gozam de demasiado respeito por parte dos índios; e quando um tratametno ou invocação dos espíritos falha, e em conseqüência o paciente morre, então não é raro

que os parentes se vinguem dêste médico infeliz. Êsses curandeiros são também consultados sôbre o provável êxito na caça, nas guerras, o esconderijo e planos dos inimigos. Para responder estas perguntas, invocam os espíritos dos seus inimigos, emitindo diferentes sons, como por exemplo de animais, que aparecem e somem sem serem vistos por ninguém, com exceção do *pajé,* pois é êle que, escondido atrás de arbustos, e em altas vozes, troca com êles perguntas e respostas.

Em diversas tribos de índios são celebradas certas solenidades funerárias, em que um dos caciques pronuncia algumas palavras, enquanto as mulheres choram em voz alta. Algumas tribos enterram os seus mortos em posição sentada, e colocam na sepultura as armas, e às vêzes, alguns alimentos.

Após termos descrito ràpidamente as condições domésticas e familiares dos índios, assim como seus costumes, necessidades, usos e modo de viver, resta apenas mencionar as suas relações civis e políticas, caso estas mereçam tal designação. A única espécie de união cívica, qne se encontra entre os índios, existe entre os diversos grupos e seus chefes, sendo êstes chamados pelos brasileiros de *capitães*. A autoridade, porém, dêstes chefes não está determinada por nenhuma lei on tradição; nem se pode dizer algo de certo sôbre o processo de sua nomeação. Geralmente ela se realiza por eleição, sendo que pelo menos até agora não foi descoberto qualquer vestígio de hereditariedade com respeito a êsse pôsto, ainda que sejam eleitos muitas vêzes os filhos de chefes célebres; mas, quando isto acontece, ela realiza-se na maioria das tribos, sem nenhuma forma de solenidade, ou ordem. Ao contrário, parece que por convenção silenciosa, fica considerado chefe aquêle que se distingue como o mais afoito, astuto e forte, do grupo. Uma tal posição de cacique, aliás, não traz vantagem alguma; êle não recebe nenhuma espécie de tributo. A sua autoridade consiste sòmente na forma de influência que consegue ter sôbre os seus companheiros selvagens, como o mais forte, o mais prudente, o melhor atirador de arco, o mais hábil caçador, e mais hábil caçador, e mais audacioso guerreiro. Êle determina tudo:

P. 363

as caças comuns, ataque e defesa; também indica o tempo de levantar o acampamento, a região para onde o grupo deve dirigir-se, a fim de encontrar alimento novo ou evitar os ataques dos inimigos.

Faz parte da política que o govêrno brasileiro exerce em relação aos selvagens, procurando influenciar na eleição dos *capitães,* preferir para tais lugares os índios que já possuem algum germe de civilização, ou, pelo menos, que mostram menos antipatia e desconfiança para com os brancos. A fim de conseguir êsse intento, algumas vêzes procuram persuadir alguns dêsses selvagens, de irem para as cidades maiores, onde são bem tratados, presenteados e devolvidos com o título de *"Capitão"*. Com estas nomeações não devemos pensar num compromisso formal; pois, o grupo de índios pode reconhecer um tal *capitão,* e também rejeitá-lo, conforme seu bel-prazer. De outro lado, porém, é natural que êles consigam compreender que as relações com os brancos lhes possam trazer muitas vantagens, especialmente em aceitar um chefe apresentado pelos brancos, que está em boas relações com os mesmos e por isto capaz de conseguir proteção e víveres numa hora difícil. Não há dúvida de que, se êste sistema fôsse observado com mais perseverança, ajudaria de muito aos índios, para que aos poucos, se reunissem espontâneamente em *aldeias*.

Mais difícil para definir a autoridade do *capitão,* é explicar a composição e a união dos diversos grupos entre si. Um interêsse comum é o único elemento de ligação entre grupos diferentes, que fazem parte de uma tribo; além disto, não há mais nada que incentive para uma ação coletiva. Na história mais antiga destas tribos, encontramos exemplos de movimentos em conjunto, o que indica uma coesão mais estreita e grau de civilização mais elevado, como por exemplo, a migração dos aimorés do interior para a costa, dos tupinambás da costa para o interior.

Como já foi dito, antes do descobrimento do Brasil, os
P. 364 grupos eram mais numerosos, os seus domicílios mais constantes, e por êstes motivos o respeito e o poder dos caciques eram mais vastos e ao mesmo tempo mais precisos.

Se é assim a situação atual dos índios, parece-nos apenas uma ruína do passado, estando no mesmo caso seus costumes e seus sacerdotes. Não há dúvida que no tempo do descobrimento do Brasil, os sacerdotes ou feiticeiros exerciam uma grande influência sôbre as tribos indígenas, e que formavam uma espécie de corporação, em que ingressavam sòmente depois de muitos e duros exames. As pragas dos sacerdotes eram temidas, suas bênçãos procuradas, e com as suas cerimônias os guerreiros se animavam na véspera de uma nova guerra. Os feiticeiros e médicos dos índios atuais, parecem tristes cópias daquela casta poderosa, e parecem ter a mesma sorte que o *maracá,* que naqueles tempos foi o símbolo altamente venerado do poder sacerdotal, usado nas suas imprecações e curas de enfêrmos. Ainda que a sua existência continue até aos seus descendentes de hoje, o *maracá* já não representa mais nada de determinado, e apenas é usado como instrumento musical nas festas e danças.

As relações das diversas tribos de índios entre si são quase sempre de inimigos. Entretanto, deve-se distinguir a inimizade que nasce de um fato motivado por um certo desrespeito entre duas tribos, e entre a inimizade que desde séculos se transmite de geração em geração. Aquela pode ter a sua origem apenas entre dois grupos de tribos diferentes, por causa de uma região de caça ou mesmo por causa de uma caçada, sem que os grupos mais afastados das mesmas tribos tomem conhecimento ou parte nela. E geralmente, em pouco tempo, tudo se concilia. A outra inimizade constitui uma guerra contínua, de tal forma que todo indivíduo da mesma tribo considera o membro da outra tribo como seu inimigo nato, e como sua caça certa, perseguindo-o e matando-o onde o encontrar. Isto, por exemplo, é o caso entre os *patachos* e *botocudos*. De raro em raro, reunem-se alguns ou todos os grupos de uma tribo para uma tal guerra.

O ataque de ambos os lados começa por um horrendo barulho, ou antes um berreiro. A sua arte de guerra, então, consiste em proteger-se o mais possível atrás de árvores e pedras contra as flechas inimigas, e em lançar as próprias setas com o melhor êxito contra o adversário. Nesses casos raramente há

luta de corpo a corpo, para a qual não possuem êles outras armas, além das mãos, pés e dentes. Raramente fazem-se prisioneiros. Logo que um grupo está perdendo homens, o resto, começa a correr para salvar-se. Os que não conseguem
P. 365 isto, são mortos pelo inimigo em cujas mãos caem, pois os índios geralmente matam todos, sem distinção de idade ou sexo, ao atacarem as choupanas inimigas.

De nossa descrição, feita até aqui, entende-se que as relações entre as tribos selvagens dos índios e o govêrno brasileiro não são regidas por contrato algum. Nem se pode pensar nisto, enquanto nenhuma destas tribos possui um chefe supremo ou, enquanto não existir qualquer ponto central de união.

Fazer contratos com os capitães ou chefes de grupos particulares seria completamente inútil, porque nenhum dêles tem vontade nem poder para mantê-los em vigor. Além disso êstes grupos são diminutos para que a amizade dêles possa ter qualquer pêso. Atualmente, os fazendeiros vivem em paz com a maioria das tribos de índios; mas, a cada momento, e por qualquer motivo o mais insignificante, pode ser perturbar essa paz.

As inimizades mais ferozes e mais prolongadas existiam contra os botocudos, e em parte ainda persistem. Vê-se como reina pouca união entre essas diversas tribos, das quais os botocudos são uma das mais poderosas; pois, enquanto no *Rio Doce*, os botocudos estiveram em guerra com os fazendeiros, no Rio Belmonte êles viviam em relações mais amistosas. Aliás, estas inimizades dos índios contra os fazendeiros, não constituem um problema político: coisa de que êles nem têm idéia; êles atacam a fazenda, menos para saquear do que por vingança, de ofensas reais ou imaginárias e por ódio inveterado contra todos os brancos. Nestas ocasiões trucidam todos os que caiem nas mãos, e os que não conseguem devorar ou levar, destróem. Parece que não ligam muita importância aos objetos caseiros da fazenda; pois, além de machados e facas, e às vêzes objetos que lhes possam servir de enfeite, não se encontra quase nada

entre êles, que possa ser considerado como resultado de tais assaltos.

As medidas de segurança que o govêrno toma contra êsses ataques, geralmente, limitam-se à ereção de uns chamados *quartéis* ou *presídios,* nas regiões infestadas ou onde as estradas passam em meio das matas; êstes postos são ocupados por alguns soldados e um sub-oficial ou sargento. Geralmente, êstes moram em miseráveis choupanas e possuem espingardas ruins. A sua defesa principal consiste num chamado *"Gibão de armas",* uma casaca de couro, comprida até os joelhos, e forrada com algodão para proteger o corpo, a garganta, as pernas e os braços contra as flechas dos índios. Cada pôsto possui
P. 366 um ou mais dêstes *gibões;* às vêzes, servem aí também índios mansos; grandes cachorros não podem faltar. Diversos postos, então, ficam debaixo do comando de um capitão *ou major. Acontecendo que os índios em qualquer lugar provoquem inimizades,* ou o que às vêzes também sucede, ataquem um pôsto, então se organiza uma chamada *"entrada",* para castigá-los ou para meter-lhes mêdo. Concentram-se alguns postos; o capitão do Distrito fica a sua frente; procuram-se os índios que são atacados onde aparecem; de preferência são surpreendidos nos seus acampamentos. Encontrados êstes, durante a noite ficam cercados e na madrugada atiram-se de todos os lados contra os índios que ainda estão dormindo. Quando é possível, atira-se com armas de fogo no meio das malocas, cheias de índios dormindo com mulheres e crianças; os índios então procuram salvar-se pela fuga, que empreendem à tôda pressa. Em regra, todo aquêle que cai nas mãos dos soldados é trucidado, mal se poupando as mulheres e crianças, e isto sòmente depois de terminada tôda a resistência, que as vêzes é encarnecida. Êstes casos são muito raros. Quando os índios estão marchando para a guerra, isto é, estão projetando um ataque contra uma fazenda ou um posto militar, êles prestam muita atenção, antes e depois, colocando os militares muitos guardas, de sorte que a aproximação despercebida dos índios se

torna extremamente difícil. Acontece, porém, que nestas *entradas,* os próprios soldados são surpreendidos pelos índios, que lhes preparam estas ciladas em lugares apropriados, afastando-se na mata densa até certa distância, a fim de lançar as suas flechas com absoluta certeza. Neste empreendimento, os selvagens estão admiràvelmente favorecidos por seu ouvido e seus olhos extremamente sensíveis, tendo excelente visão de noite, e mais ainda agilidade silenciosa em seus movimentos e flexibilidade de seus membros. Nestas ocasiões, os soldados que não possuem as couraças de couro ou *gibões,* ficam em situação perigosa, e ainda mais, por serem suas espingardas muito ruins, como dissemos acima. Além disto, êstes selvagens não são inimigos que se possam desprezar; a sorte dos fazendeiros consiste no fato dêles viverem constantemente em dissídio coletivo, e que por isto, raramente formam uma fôrça maior. Cada vez que isto aconteceu, os *presídios* não foram de nenhuma utilidade, e geralmente os soldados em vez de protegerem os fazendeiros, foram forçados a se retirarem juntos para as cidades maiores, entregando as fazendas aos selvagens para uma devastação e ruína completa.

P. 367 Quem fôr capaz de conceber uma fraca e imperfeita imagem das matas virgens brasileiras, mesmo sem as ter visto, fàcilmente ficará convencido de que a sujeição destas tribos de índios por meio de armas, nunca será possível; porque nenhum corpo de tropa, ainda que seja mais ou menos numeroso, é capaz de manter-se, mesmo por poucos dias, nestas matas; nem se pode falar no emprêgo da cavalaria e de canhões. Mesmo as espingardas oferecem pouca vantagem aos soldados sôbre os selvagens, pois a possibilidade do alcance das armas de fogo nestas matas raras vêzes é grande e o efeito da flecha é maior do que o da bala de ferro. Considerando, por fim, o resultado de uma destas guerras, vê-se logo que as perdas do fazendeiro são incalculáveis e imensas, enquanto o índio nada tem a perder. Mesmo dominando algumas tribos, a vantagem será duvidosa e ambígua.

Admitida uma união geral — caso quase sempre impossível — tôdas estas circunstâncias não deixam dúvidas quanto à possibilidade das tribos selvagens de índios se tornarem fonte permanente para os estabelecimentos dos brancos. Causa a maior surpresa, a pouca atenção que o govêrno presta a êsse assunto e sua negligência pelo único remédio que poderia banir êste perigo. Êste remédio só pode consistir em uma prudente e paciente civilização dos índios, colonizando-os, isto é, desacostumando-os de vagar, de um lado para outro, de levar sua vida errante de caçadores, fixando-os em domicílio e agricultura permanentes. Para conseguir êste intento, verdade é, que já desde a metade do século dezesete, o govêrno por diversas vêzes elaborou leis e dispositivos que fazem honra às suas boas intenções. Mas, como estas leis, na maior parte, carecem de necessária compreensão técnica, jamais foram postas em execução. A situação dos chamaods índios civilizados (*índios mansos*) e todos os relatórios especializados e imparciais sôbre êste assunto, provam bastante que até agora pouco ou nada foi realizado, para dar cumprimento às intenções benfazejas do govêrno. Conforme determinações existentes e decretos do govêrno, que empregou importantes somas de dinheiro para êsse fim, diversos grupos de índios de tôdas as tribos e até tribos inteiras, foram atraídas por presentes e promessas para deixarem as matas, e se fixarem em *aldeias* (estabelecimentos reunidos), nos terrenos que o próprio govêrno lhes destinara. Em seguida, foi-lhes designado um diretor e um padre, para garantir o bem-estar físico e religioso dêstes selvagens. Aqui não é o lugar de tratar mais extensamente da sorte destas aldeias; certo é que diretores e padres, muitas vêzes, subtraíram os dinheiros fornecidos, e aos poucos colocaram os índios em uma situação, que pouco
P. 368 ou em nada difere da escravidão, obrgiando-os a trabalhar para seu próprio proveito e tratando-os com grande aspereza. É fácil compreender que nestas circunstâncias, nada foi feito para a instrução religiosa dos índios, e nem isso poderia ser feito, e que êstes logo que tiveram ocasião, fugiram novamente para as matas. Ainda acresce o fato de que

os fazendeiros, com os quais entraram geralmente em contacto, não sòmente eram brutais, mas muitas vêzes até verdadeiros criminosos, que naquelas regiões longínquas iam buscar proteção contra a lei, de sorte que não só prejudicaram consideràvelmente tôdas as boas intenções do govêrno, como também, por fraudes e maus tratos, aumentaram de muito a inimizade e a desconfiança dos índios. Merece uma menção honrosa, o major Marlier, por causa de seus serviços em prol dos índios, e que na Província de Minas Gerais organizou diversas *aldeias de Coroados, Coropos* e *Puris,* que têm melhor desenvolvimento que tôdas as outras. Parece ter dado bons resultados a experiência de juntar às aldeias de índios selvagens, alguns índios mansos da mesma tribo, ou, pelo menos, de uma tribo amiga, apesar das condições de uns e outros não diferirem muito. Pelo menos, calças largas e camisas, e até as vêzes chapéus de palha, êstes índios mansos em ocasiões festivas usam; as mulheres vestem saias coloridas de algodão. As suas choupanas são maiores e de construção melhor, em lugar de seus antigos machados de pedra usam agora de ferro, e cultivam milho, bananas, melões e outras coisas mais. Acabados os seus provimentos e gasta tôda a safra, então vão para o mato e a caça, e muitas vêzes só voltam algumas semanas depois. Trazem então cêra, raízes de *ipecacuanha* e algumas espécies de seringueiras, as quais vendem aos fazendeiros e aos negociantes de raízes. Nestas vendas, muitas vêzes, são vergonhosamente enganados, sobretudo por não terem fôrça de resistir à sua inclinação para as bebidas alcoólicas.

Tôda aldeia, além de diretor branco, tem também um *capitão,* cuja autoridade depende do primeiro. Em diversas aldeias, os índios ainda não renunciaram às suas inimizades hereditárias para com certas tribos diferentes, e às vêzes, irrompem novas altercações com tribos vizinhas. Os *índios mansos* são de fato batizados; nisto resume-se todo o seu cristianismo. Também vão à Missa, sabendo que depois vão ter de que comer e beber; mas, quanto ao resto, consideram a religião como uma espécie de serviço prestado aos brancos. Em geral, seus costumes e maneiras de viver, em quase tôdas as *aldeias,* pouco difere da

de seus companheiros selvagens, sobretudo naquêles lugares onde deixaram a pouco tempo o estado selvagem. Parece que para o seu caráter, êste grau de civilização não exerce influência favorável pois, longe de perder a ferocidade sombria de seu estado anterior e devido à fôrça com que os oprimem,
P. 369 tornam-se ainda mais retraídos e antisociais, e seu ódio contra os brancos manifesta-se em tôda ocasião em que julgam poder aplicá-lo impunemente. O tratamento e a perseguição que experimentam ainda hoje lhes deixaram uma impressão demasiadamente profunda, impossível de ser extinguida, mesmo em face dos maiores benefícios feitos por alguns particulares. Os seus verdadeiros sentimentos contra os brancos aparecem manifestamente quando se acham exaltados por bebida alcoólica; então proferem os piores impropérios, mesmo contra aquêles que lhes fizeram sòmente benefícios, como, por exemplo, aconteceu ao conhecido major Mortier, quando um dia deu uma festa para os índios numa *aldeia*, fundada por êle próprio. Quando são tratados com tôda a dedicação nas suas doenças, ou quando são tratados com comida e bebida na sua miséria, geralmente deixam o seu benfeitor sem o menor gesto de gratidão. Os índios apresentam as melhores condições na vizinhança das maiores cidades, onde, desde gerações, renunciaram ao seu estado selvagem e se misturaram em parte com outras raças; aí se distinguem pouco da classe baixa da população. A mistura da raça americana com a raça branca é muito rara; porque as índias oferecem pouca atração e uma mulher branca jamais pensaria em ligar-se com um índio. Nos primeiros tempos do descobrimento e das conquistas, parece que as ligações entre europeus e americanos eram mais freqüentes, parte por falta de mulheres brancas e prêtas, parte talvez, por terem sido então mais atraentes as índias. Encontram-se, porém, muitos descendentes de negros com mulheres índias, porque estas preferem mais os negros do que os homens de sua própria raça. Os índios porém, desprezam a raça negra e sentir-se-iam desonrados se tivessem contacto com uma mulher prêta.

IV — LAVRAS DE OURO E DIAMANTES NO BRASIL

Desde que a Califórnia se apresentou como a terra do ouro, poucas referências se fazem aos tesouros do Peru e do Brasil. A riqueza dêste último país, porém, não é tão pequena nem tão pouco compensadora que não valha a pena falar dela. É principalmente a província de Minas Gerais que se distingue pela abundância, tanto em ouro como em pedras preciosas. Aí se encontram com mais freqüência, esmeraldas, topázios e diamantes, quase no ponto mais alto ou a uns três mil pés acima do nível do mar. Nesta província bem montanhosa, encontra-se Vila Rica, que é a sua capital desde 1818. A sua população é de 9.000 almas, e compõe-se, na maior parte, de mulatos
P. 370 e pretos, enquanto o número de portuguêses e de europeus ou, em geral, de brancos, é muito reduzido. Vila Rica é uma cidade bem construída, com um comércio bem ativo, que exporta, como mercado principal da Província, além de ouro, topázios e cristais, também quantidades importantes de algodão, couros de animais, queijo, toucinho, carne sêca, chapéus de feltro e produtos de cerâmica.

Os arredores de Vila Rica não apresentam uma vista deliciosa, e o seu aspecto é um tanto áspero, devido à singularidade dessa região bravia, cortada não só por algumas rochas naturais, desfiladeiros e córregos, mas também sulcada e revolvida em tôdas as direções pela mineração local. A riqueza de ouro, aqui, é incrível, e sem contestação forma um dos mais curiosos aspectos da terra. O ouro se encontra nos morros e nos campos em redor da cidade, nos leitos e nas águas dos riachos e rios; até o pó das estradas contém ouro, e houve casos em que se achou ouro depositado pelas águas da chuva aderente às raízes de arbustos arrancados.

Na região de Vila Rica, como em tôda a Província de Minas Gerais, o ouro aparece muito puro; até agora não se fêz nenhum esfôrço para aproveitar outros minérios que em patre têm ouro. A serra que contém mais ouro, estende-se de leste a oeste sôbre duas lagoas, longe de Vila Rica, até a cidade de Mariana e ao

Morro de Santo Antônio. Consta de uma composição arenosa de mica misturada sucessivamente com barro férreo, chamado pelos mineiros da região, de *Jacutinga,* que muitas vêzes tem uma espessura de sessenta a setenta pés; descansa sôbre uma pedra arenosa comum ou de lousa argilosa e férrea, que aparece no exterior das camadas auríferas. A massa superior destas últimas tem a grossura de oito a dezesseis pés, geralmente de pedra-sabão porosa, que contém menos ouro do que as camadas inferiores. As camadas mais ricas, porém, são os diversos depósitos e veios de quartzo quase pulverizado (*Formações ?*) e os ninhos da mesma pedra, que são chamados de *panelas*. São êstes depósitos de quartzo e essas panelas que são especialmente explorados, porque os garimpeiros não sabem trabalhar nas outras espécies de pedra, ainda que contenham muito ouro.

A mineração nestas regiões está muito pouco adiantada, tanto em relação à técnica como à legislação, e quase nada progrediu desde o descobrimento do Brasil até hoje, apesar de que as leis que atualmente vigoram foram elaboradas e coligidas apenas no fim do século passado. Conforme estas leis, o garimpeiro de um distrito ou depósito aurífero, recebe
P. 371 uma certa parte, chamada *data* (de 60 *braças* de comprido e 40 *braças* de largo, escolhida por êle mesmo). A segunda *data* é o govêrno que se reserva, mas raras vêzes ou nunca, é explorada por conta do govêrno, sendo geralmente distribuída ou vendida a particulares. A terceira *data* pertence também ao garimpeiro, como chefe de minas, caso possua um certo número de escravos para a exploração. Êle inicia o trabalho dentro de um prazo determinado. Em caso contrário, fica a *data* para o govêrno que a distribui a outras pessoas, conforme o número de escravos que querem empregar na exploração, sendo que se conta para cada escravo um quadrado de duas braças e meia. A exploração dos depósitos auríferos é feita de três maneiras diferentes.

O primeiro método é chamado: *trabalhar por minas*. Consiste em cavar ou fazer corredores, morro a dentro, onde geralmente se encontram os depósitos de quartzo auríferos e as pa-

nelas. Ali continua-se a cavar até a camada quartzica definhar, ou até a pedra se tornar demasiadamente dura para a exploração, ou então até que se julgue sem proveito, ou finalmente, até que a atmosfera apague as luzes, acontecendo isto já em uma profundidade de algumas braças. Então abandona-se a mina e recomeça-se, uns passos além, outra excavação, que depois é abandonada por sua vez; nestas perfurações, é raro, um lugar ou uma mina se comunicar com outro. Deste modo, a montanha onde ela já não é cortada pelos córregos naturais, fica totalmente revirada e esburacada pelo garimpeiro.

O segundo método é chamado: *trabalhar de talha aberta.* Consiste em desfazer a camada aurífera por meio da fôrça de depósitos de água, para fazer aflorar o ouro. Leva-se a água por compridas e custosas condições até o local que se quer destruir. Ali ficam os escravos com ferros e pás, para tirar a terra e as pedras mais moles que a precipitação da água leva até ao pé do morro para depósitos preparados. A fim de separar as pedras demasiadamente grandes, são colocados diversos filtradores, sôbre os quais elas rolam, enquanto a água leva apenas o saibro e a areia. O saibro aurífero é retido nos reservatórios-tanques (*Mondeos*), e o ouro é separado, depositando-se no fundo, devido a uma agitação constante. Em seguida, o resto do minério é carregado com a água descarregada, ainda que contenha muitas pepitas fininhas de ouro. Seria demasiado esfôrço separá-las tôdas, e de esfôrço todo mundo aí foge. Também apanha-se a areia em couros de boi ou em grandes panos de lã, sôbre os quais se deixa passar o saibro. Para êste modo de exploração, escolhem-se de preferência, os antigos leitos dos rios, sendo que muitas vêzes estão cobertos com saibro novo, até cincoenta e mais pés de altura, devendo então ser *P. 372* removido antes. Não há vestígio ali de mecanismo apropriado, ou de uma máquina, tudo que a água não faz por si mesmo, não é feito, a não ser naquela forma imprópria e vagarosíssima pelos escravos.

É fácil imaginar como estas lavras destróem os depósitos de ouro, e como são pouco rendosas em comparação com conteúdo

do minério; elas apenas são destinadas ao aproveitamento das pepitas maiores; tôdas as pequenas e as que estão ligadas mais com o minério, estão completamente perdidas e são levadas para os leitos dos rios. Com o tempo as antigas *lavras* ficam transformadas pela água, e por fim, de sua riqueza não resta mais nada a não ser enormes montões de terra e pedra, dos quais, mesmo, assim, em tempo de chuva sai ainda um pouco de ouro em pó que se apanha em couros de boi, preparados para tal fim. Êste método de exploração, não pode chamar-se de barato, visto o elevado capital investido no grande número de escravos necessários para os trabalhos mais simples e de pouca importância.

O terceiro método de exploração do ouro, é chamado dos *faiscadores*. Baseia-se na enorme perda de minério aurífero, — conforme se observou nos dois outros métodos, — levado para os rios e riachos, que já por si carregam considerável quantidade de ouro. O trabalho dos *faiscadores* é feito de duas maneiras: na primeira, os homens ficam na água até a cintura, com uma larga bateia, e apanham a areia do leito do rio. Sacudindo-a para lá e para cá, na superfície da água corrente, esta leva os pedacinhos de pedra e areia, deixando o pó de ouro assentar-se no fundo da bateia. Êste ouro, ainda impuro, é pôsto em outro receptáculo, e, no fim do dia, o pó dos faiscadores é lavado com as mãos, os grãos maiores e as pepitas são separadas com antecedência. Desta forma, um *faiscador* pode ganhar em poucas horas cêrca de *200 réis* (1.000 réis são um franco ou 35 Kronen ou 22 1/2 Silbergroschen), enquanto um homem especialmente adestrado, após grandes chuvas, consegue ganhar no decuros de meio dia, 800 a 1.200 réis em ouro.

Outros *faiscadores* juntam a areia na margem dos rios, tirada de seus leitos e jogam-lhe água por cima, para que esta separe as mais finas partes de ouro. O restante é depois colocado dentro de uma bacia de barro, chata, que se acha em cima de uma espécie de fogão, construído sôbre a própria areia, à margem do rio, onde fica completamente purificado pela infusão de água e movimentos adequados, sendo então levado por cima de uns couros de boi que revestem o interior de uma calha

(canoa). No fim, reune-se todo o resultado do dia em uma panela, que passa por uma última lavagem e pela separação final. Êste método de explorar o ouro nos rios e suas
P. 373 margens é livre para qualquer pessoa, e por isto sempre se vêem muitos negros e outras pessoas da camada popular, ocupados neste trabalho; a maioria, gasta todo o lucro na venda próxima, em aguardente.

O resultado das lavras tem de ser entregue diretamente à Fundição Imperial. A sua circulação no interior da Província, como a sua exportação, são proibidas debaixo de pesadas penas. Apesar disto, existe forte contrabando com o ouro em pó. Na Fundição Imperial, o ouro depositado é completamente purificado pela própria fundição, é transformado em barras de diversos tamanhos, examinado e marcado. Ali se tira a quinta parte (Quinta) em favor do govêrno. Em seguida, as barras são entregues ao proprietário, junto com o seu certificado, no qual são registradas as diversas operações, às quais o ouro ficou sujeito. Só então pode o ouro entrar no comércio e ser exportado. A exportação, porém, ainda necessita de uma licença especial do govêrno, porque êste comprometeu-se a trocar sempre as barras de ouro pertencentes a qualquer pessoa, por moedas cunhadas. Mas, para isto, em geral, falta o necessário estoque de moedas, principalmente em se tratando de uma quantia grande, e como o lucro da exportação é maior, acontece que do ouro explorado, apenas uma parte relativamente pequena, fica no Brasil.

De quanto outróra era rendosa a produção das minas de ouro em Vila Rica, prova o fato de que no ano de 1758 a Quinta do govêrno chegou a 118 arrobas (uma arroba são 30 libras alemãs ou 15 quilos), e até o ano de 1812 um total de 7.895 arrobas, correspondentes a um valor de 85 milhões de cruzados. Desde então, o resultado desceu, quase à metade, devido à má administração.

Especialmente rica em diamantes é a região que se estende a umas 70 léguas ao norte de Vila Rica. Êstes diamantes encontram-se em certo minério (Nigelfluhe ?), e o método de sua

extração é o seguinte: as pedras são tiradas e divididas em pequenos pedaços. Os escravos que estão sentados ao longo do rio ou às margens de um riacho, colocam êstes *cascalhos* em pratos chatos de madeira e os examinam com a maior atenção, metendo constantemente água no mesmo prato; para separar a terra e os elementos mais moles da pedra dura, sacodem e mexem o mesmo prato; no fim jogam tudo fora. Logo assim que o negro encontra um diamante, deixa o seu posto, levanta-se e batendo primeiro umas palmas, deita a pedra numa vasilha preparada para tal fim. Isto é feito diante dos olhos de um inspetor, sempre atento, para que o negro não fique com o diamante na mão e possa depois escondê-lo; isto seria muito difícil, porque

P. 374

o inspetor fiscaliza apenas cinco ou seis escravos com tôda a insistência e com grande experiência, notando logo qualquer subtração. O escravo que tem a felicidade de encontrar um diamante grande, é sempre recompensado; às vêzes, recebe a liberdade imediatamente, ou então após, um certo número de anos de serviço. Por causa da constante umidade, êsse trabalho, como o dos *faiscadores,* é tido como nocivo à saúde. A exploração de diamantes é monopólio do govêrno, e as penas marcadas para particulares por contrabando ou exportação são ainda mais pesadas do que aquelas fixadas para o ouro em pó. Constantemente, apesar disto, as proibições são frustradas, e um objeto tão pequeno é fácil de esconder.

(Tradução de D. Clemente Maria da Silva Nigra, O. S. B.)

O FORTE DO MAR, NA BAHIA

Quando, em 1549, Tomé de Sousa chegou à Bahia, trazia ordens d'El-Rei para construir uma cidade-fortaleza, para defender-se melhor que o primeiro donatário Coutinho contra os ataques traiçoeiros dos índios, e tendo talvez já em mira uma eventual evolução do que viria a ser um dos portos mais importantes do Brasil. Haveria que contar, assim, com a possibilidade de resguardá-lo também de invasores estrangeiros. Construída a primeira fortificação de taipa, em redor da cidade do Salvador, esta apenas delineada, logo se cuidou de defender o pôrto, erguendo-se ao pé da montanha um pequeno baluarte, chamado "Estância". Guarnecido com alguns pequenos canhões, impedia a navios estrangeiros fazerem "aguada" nas fontes junto à elevação em que estava nascendo a cidade.

Nos primeiros decênios, porém, a evolução foi mais pacífica do que se esperava, e isso contribuiu enormemente para se descurarem as fortificações já existentes; no penúltimo decênio do século XVI, já não existiam os muros que cingiram com seu escudo protetor as casas dos primeiros povoadores, nem se sabiam mais onde se haviam localizado (cf. Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil,* S. Paulo, 1938, 134).

Os tempos foram correndo, e as notícias de uma nova colônia portuguêsa no recôncavo baiano, a exportar anualmente grandes quantidades de açúcar, ia se espalhando pelo mundo afora. Tal fama tanto atraiu a cobiça de piratas, como fêz surgir no coração de outros o desejo de ocupar terra tão fértil. E quando os holandeses se resolveram a desferir um golpe pro-

fundo em seus adversários espanhóis, a cujo reino então pertenciam Portugal e suas colônias, o projeto escolhido foi a conquista da cidade do Salvador.

Tal resolução não se tomou de um dia para outro, preparando-se com muita antecedência. Os espiões, naqueles tempos, já eram tão ativos como em séculos posteriores. Na Bahia, a administração já estava prevenida de que ocorreria o ataque holandês. Os governadores receberam da metrópole ordem de fortificar a cidade, reconstruir os muros e levantar fortes que protegessem o pôrto.

Aí se lembraram de existir no meio do pôrto um rochedo plano, que aparecia à flor d'água na maré baixa. Com algum trabalho, poderia constituir ponto estratégico para aí se construir um forte cujos canhões fàcilmente impedissem a entrada de navios inimigos. Nascera a idéia do Forte do Mar, como geralmente é chamado em documentos posteriores, ao passo que em outros textos o denominam Forte sôbre a laje do pôrto, Forte de São Marcelo e Forte de N. S.ª do Populo. Não obstante a variedade de designações, trata-se da mesma obra, que não deve ser confundida com o Forte da Praia ou Forte de São Felipe e Santiago, hoje desaparecido.

Foi J. da Silva Campos que mais detidamente se ocupou com a história do Forte do Mar (*Fortificações da Bahia,* Rio, 1940, 53-78), reunindo elementos alusivos à vida militar, nos cronistas antigos, sem consultar, entretanto, os documentos existentes no Arquivo Público da Bahia, onde abundam informações dêsse gênero. Ocorre observar, ainda, que após a feitura do seu livro, cresceu consideràvelmente a coleção de *Documentos Históricos* editada pela Biblioteca Nacional. Verifica-se que o saudoso historiador não consultou os 46 volumes até então publicados, e que contêm numerosos elementos de valia sôbre a primeira fase da construção do Forte. Quer parecer-nos que Silva Campos ainda não teve atitude crítica, abstendo-se de distinguir entre a credibilidade atribuível a cronistas de orientação unilateral, e a que merecem documentos absolutamente fidedignos, contendo ordens a engenheiros e

mestres de obras para se executar determinado empreendimento. Por outro-lado, não podemos deixar de reconhecer que nem sempre êsse último gênero de documentos faz jus à confiança, pois era frequentíssimo dar-se ordem para a feitura de uma obra, sem que essa obra fôsse executada.

No presente estudo não temos à mão os livros de Receita e Despesa das Irmandades, os melhores documentos para a história dos monumentos artísticos da Bahia. Num Livro de Atas ou Resoluções por exemplo, mais de uma vez se diz que foi resolvida a feitura de determinada obra, sem que, porém, ela se efetuasse, o que se pode verificar por informações dos Livros de Receita e Despesa. Consoante ordens dos Reis e dos Governadores, deveriam também registrar-se em tais livros tôdas as despesas feitas com a construção dos Fortes (cf. Arq. Públ. da Bahia, *Ordens Régias,* 1702-1710, VIII 273-v.). Até hoje não achamos nenhum dêsses repositórios, mas não é impossível que apareçam um dia, possìvelmente entre os documentos reunidos no Arquivo Nacional, para onde foram mandados os Livros da Casa dos Contos, da Bahia, e onde fomos encontrar alguns elementos sôbre a construção do Forte do Mar. O melhor manancial de que dispusemos foi, entretanto, o Arquivo Público da Bahia, onde consultamos a coleção de *Ordens Régias* e grande parte das *Cartas dos Governadores*. Mas pesquisas futuras, certamente, farão surgir outros documentos.

Achamos necessário acrescentar outra observação ligada à crítica das fontes históricas, a saber: qual a credibilidade que merecem estampas e mapas antigos ? Assunto importante para nós, no presente estudo, pois ainda hoje há historiadores que contiam cégamente na veracidade de tais fontes. Anos atrás, ao elaborarmos um trabalho sôbre a colonização do recôncavo bahiano para o EPUCS (Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador), tivemos ensejo de nos familiarizar com êste problema. Chegamos então à conclusão de que estampas e mapas holandeses, geralmente, merecem mais confiança quando traçam mapas geográficos e hidrográficos, do que quando reproduzem aspectos da cidade do

Salvador. Nem podia ser de outra maneira. As viagens e incursões dos holandeses davam tempo para se fazer não só o levantamento da profundeza do mar, principalmente no recôncavo bahiano, como dos contôrnos geográficos da região; e eram tais coisas que tinham interêsse primário para quem desejava fazer ou repetir uma invasão por êsses mares. Razão por que ainda hoje o mapa do recôncavo, que aparece na obra de Barlaeus, com a legenda "Sinus omnium Sanctorum", e que talvez se baseie na *"Kaart van de Aller-Heiligen Baay waar aan de Hoofstad legt van Brazil"* (com indicação dos engenhos espalhados pelo recôncavo; êste mapa, existente na Biblioteca Nacional) é considerado um dos melhores mapas antigos, superando neste ponto os documentos contemporâneos portugueses, como o de João Teixeira Albernaz, de 1631, da coleção do Palácio Itamarati. A convenção para indicar a existência de fortes consiste em pequenos quadrângulos com guaritas nos cantos, e deve ser interpretada "cum grano salis", isto é, com certa reserva, a fim de não se dizer que, naquele tempo, todos os fortes possuiam esta forma, embora, de fato, ela predominasse.

De outro lado, temos as estampas que reproduzem vistas da cidade do Salvador, algumas tomadas como se o desenhista estivesse em um navio ancorado no pôrto, ao passo que outras correspondem às fotografias hodiernas, tiradas de avião. A êste último gênero, que àquele tempo se chamava de vistas de vôo de pássaro, pertence a executada por F. Doesburg, holandês ou alemão, que talvez houvesse tomado parte na invasão holandesa da Bahia, de 1624 a 1625. Há um exemplar desta peça no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Com o tempo, foi copiada inúmeras vêzes, aumentando-se ainda os montes imaginários, no fundo da cidade do Salvador e acrescentando-se-lhes parcelas de campos lavrados em redor dela, à maneira européia (cf. O. Dapper, (*Die unbekannte Neue Welt oder Beschreibung des Weltteils Amerika und des Südlandes,* Amsterdam, 1673, 452-[a], e outros mais). Naturalmente, não se deve confiar muito em pormenores desta série de estampas. Merecem mais crédito as estampas dêsse gênero, de autores

lusitanos, embora inéditas como a do *Atlas*, de João Teixeira Albernaz, de 1631 (Mapoteca do Itamarati, fl. 22) que inclui uma "Planta da Restituição da Bahia", de 1625. Mesmo com relação a essa última, porém, afigura-se-nos precipitado dizer que os Conventos de S. Francisco e do Carmo, como o Mosteiro de São Bento e o Colégio dos Jesuítas, possuiam àquele tempo exatamente as formas arquitetônicas que aí denotam, a não ser que venham a ser confirmadas por outras estampas de credibilidade mais absoluta. Igualmente não se deve confiar muito na estampa de François Coreal (*Voyage aux Indes Occidentales, contenant ce qu'il y a vu de plus remarquable pendant son séjour depuis 1666 jusqu'en 1697*, I, Amsterdam, 1727, 168-168-b), e menos ainda na de Amadeu Francisco Frezier, de 1714-1716, ou nas de outros. Do século XVIII para cá, não faltam plantas dos fortes, levantadas ainda que posteriormente à construção, de sorte que daí em diante não há mais dúvida sôbre a forma dessas fortificações.

Vejamos, pois, as diversas fases da construção do Forte do Mar.

Se confiássemos (e era justo que se confiasse) no texto da *Rezão do Estado do Brasil*, existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e publicado por Braz do Amaral (vide J. Accioli B. Amaral, *Memórias históricas e políticas da Bahia*, 1919, I, 433), diríamos que o Forte do Mar, em sua feição mais primitiva, já existia em 1612, pois foi nesse ano que se escreveu o texto do dito Atlas. Vejamos a planta segundo a qual *devia ser* fortificada a Cidade do Salvador (e ainda não estava fortificada, como alguns historiadores teimam em interpretar, porque não leram o texto), planta essa levantada por Leonardo Turriano, engenheiro-mor da Metrópole, e da qual consta também o desenho em forma quadrangular com três canhões de cada lado, menos no lado da terra. Diz o texto publicado por Braz do Amaral: "que se mandou fazer na lagem da praia", enquanto de fato o original reza: "que se manda fazer". Já dissemos que a *Rezão do Estado do Brasil* foi escrita em 1612; assim, sabemos que no mesmo ano a fortificação não existia

ainda, mas havia ordem da metrópole para fazê-la. E essa ordem fôra dada anos antes, pois na Correspondência do Governador D. Diogo de Meneses de 1608-1612 (*Anais da Bibl. Nac.,* LVII, 29-81, cf. 57-58 e 64), em 1609 já se falava no plano de construção do Forte do Mar.

A execução das ordens oriundas da metrópole arrefecia à proporção que elas se distanciavam de Lisboa, fôsse por falta de meios financeiros, no nosso caso, fôsse pelo descuido com que se encaravam certas coisas referentes ao futuro eventual. O holandês podia atacar; também podia renunciar à invasão da Bahia. Por que gastar dinheiro, quando não havia necessidade absoluta de construir êsse Forte do Mar, que à mentalidade dos bahianos parecia supérfluo, pois os já existentes em Santo Antônio da Barra e Monte Serrat eram mais do que suficientes (o que de fato não foram, como engenheiros, no futuro, viriam confirmar, realçando a pouca eficiência dêles) para repelir ataques de piratas estrangeiros? Esta opinião popular se patenteia no gesto do então bispo d. Marcos Teixeira que, pouco antes da invasão holandesa, em 1624, fôra convidado pelo governador Diogo de Mendonça a benzer o Forte do Mar, e se recusara a fazê-lo, como refere Frei Vicente do Salvador, observador contemporâneo (*História do Brasil,* 1500-1627, São Paulo, 1918, 505).

Se foi sòmente êsse Governador quem mandou erigir o dito forte, ou se a iniciativa data do tempo de Diogo de Meneses, em 1612, como afirma Tomás Tamayo de Vargas ("A restauração da Cidade do Salvador", in *Rev. do Inst. Hist. da Bahia,* LVI, 139), por enquanto não se pode dizer com certeza. Já que a indicação vaga da planta, de Leonardo Turriano, supra mencionada, não podia servir de roteiro para um mestre de obras, foi o engenheiro Francisco de Frias quem dirigiu as obras das fortificações no Brasil, entre 1603-1634 (cf. *Doc. Hist.*, XV, 155-158; ver também *Atas da Câmara da Cidade do Salvador,* 1625-1641, Bahia, 1944, 138). O Governador encarrega-o da elaboração das respectivas minudências. Em que ano Frias traçou essa planta, não sabemos; é possível que medeassem

alguns anos entre o traçado e a execução. Conforme um documento que encontramos no Arquivo Nacional (coleção 538, *Ordens Régias, Provisões, Alvarás, etc.* Provedoria da Fazenda da Bahia) 1592-1780, II, 163-v.) em 1606 fôra êle mandado para a Bahia, a fim de dirigir as obras de fortificação que então se iam fazer na Cidade do Salvador. Se estivéssemos no século XVIII, quando era maior o número de engenheiros, poder-se-ia duvidar de sua autoria, pois então muitas vêzes a planta feita por um era abandonada, e se fazia a obra segundo a "traça" de outro. Mas, já a êsse tempo, Francisco de Frias era o único engenheiro a servir em todo o nordeste, até o Pará. Assim, naturalmente, não podia estar presente em tantos lugares e dirigir tôdas essas obras, tanto mais quanto as viagens de uma para outra capitania levavam um tempo enorme. E por certo teria o engenheiro de elaborar mais de uma planta para obras numa capitania, quando se encontrava em outra. Muitas coisas, assim, ficavam entregues à capacidade de adaptação e execução dos mestres de obras, razão pela qual êstes, no correr do tempo, se iam tornando pràticamente engenheiros, é claro que nem sempre em proveito das obras executadas. Seja como fôr, temos de admitir na construção do primeiro Forte do Mar as diretrizes de Francisco de Frias, pois um contemporâneo dêle, Frei Vicente do Salvador (obr. cit., 505) o afirma expressamente.

Mesmo que a obra haja terminado antes da invasão holandêsa de 1624, certo é que se tratava de um fortinho bem pequeno, com seis peças, segundo Tamayo de Vargas (ob. cit., 61), ou oito peças de bronze e duas ou três de ferro, como informa imprecisamente J. de Laet (*História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais,* Rio, 1925, I, 46-47). Provàvelmente, é a informação do primeiro que corresponde à verdade, pois os hispano-lusitanos, ao perderem a primeira luta, deveriam realçar a pequenez de suas fôrças, ao passo que os holandêses vencedores gostavam de exagerar nesse ponto, para maior relêvo dos feitos de seus soldados.

Certo é que os invasores estrangeiros perceberam desde logo o valor estratégico do Forte do Mar, e trataram de pô-lo

em melhor estado de defesa. Não é de supor que lhe hajam modificado muito as linhas essenciais já existentes, pois não dispunham de braços para obras de maior vulto. Parece, pois, que assim como o vemos nas plantas contemporâneas à invasão holandêsa de 1624-1625, fôra êle delineado por Francisco de Frias, modificando-se pouco as suas feições dadas por Leonardo Turriano, como se pode observar na fig. 1.

Para estudar melhor a forma da planta da *"Rezão do Estado do Brasil"*, seria útil cotejá-la com a da "Bahia em perspectiva", no ano de 1612, e com a da "Cidade do Salvador", duas plantas a mais que se encontram no exemplar da *Rezão* existente na Biblioteca Municipal do Pôrto.

A planta da "Restituição da Bahia", de João Teixeira Albernaz, ainda acrescenta uma nota valiosa, no dizer n.º 3: "Forte do mar começado pelos Portuguêses ao qual o inimigo fêz um parapeito para se cubrir a defender a cidade". Na planta de seu contemporâneo Benedictus Mealius, também de 1625, em reprodução de que dispomos (apud Varnhagen, *História Geral do Brasil,* 3.ª ed., São Paulo, II, 226a), temos a impressão que no fundo do Forte, do lado da terra, havia uma casa do Comandante, semelhante à que ainda hoje existe no Forte de Santa Maria. Mas pode tratar-se de engano produzido por uma estampa de tão pequenas dimensões. No mapa do Recôncavo, de Barlaeus, como na *Kaart van de Aller-Heiligen Baay,* com plantas da cidade do Salvador de 1624-1625, aparecem apenas os contornos do Forte do Mar, denotando as mesmas linhas da planta do João Teixeira Albernaz, embora sem indicação da colocação das peças. Se na estampa reproduzida na obra de Montanus (*Die Newe Welt*) aparece em forma triangular (o que também afirma Laet), isto se deve à proeminência de igual feitio, que se encontrava do lado do mar, no dito forte.

Foi nessa forma que o Forte do Mar continuou a defender a cidade do Salvador.

Apenas os holandêses se retiram, já no ano seguinte o Governador da Bahia, Diogo Luís de Oliveira, recebe ordem de tratar do melhoramento das fortificações, nelas se incluindo o

Forte do Mar (*Doc. Hist.*, XV, 207-208). E, de fato, dessa maneira as obras foram logo começadas. A administração aprendera a ser mais previdente, ante o que sofrera na invasão holandêsa. E já que se tinha pressa em acabar o mais ligeiro possível as obras de restauração das fortificações, e em acrescentar-lhes alguns melhoramentos, tanto quanto as finanças o permitiram, mandou-se buscar o engenheiro Marcos Ferreira, em Pernambuco, para ajudar a Francisco de Frias, já demasiadamente ocupado na fiscalização de outras obras de fortificação da Bahia (*Doc. Hist.*, XV, 154-155). Mas no Forte do Mar, a êste tempo, não se deve ter feito outra coisa senão restaurar os danos causados, pois era mais urgente reconstruir as muralhas da cidade. E quando em 1630 os holandêses ocuparam Pernambuco, ainda se ativaram os trabalhos nas fortificações bahianas, pois era lícito contar para dentro em pouco com outro ataque flamengo à capital (*Doc. Hist.*, XV, 383-386). E de fato a investdia não demorou muitos anos. Já em 1638, Maurício de Nassau aparece com uma esquadra poderosa. Mas os bahianos se bateram valentemente, e desta vez o Forte do Mar não caiu às mãos do inimigo, que, afinal, se viu compelido a retirar-se sem ter ocupado a cidade. Mesmo nos anos seguintes, entretanto, as guarnições dos fortes não dormiram tranqüilas. Comandava o Forte do Mar, a êsse tempo, o capitão Pedro Rodrigues (*Doc. Hist.*, XVII, 173).

Mesmo quando os holandêses, em 1654, tiveram de abandonar Pernambuco, os portuguêses estavam convencidos de que não deviam repousar, e que o melhor meio de se manterem em paz era preparar-se para a guerra.

Enquanto os bátavos permaneciam no Brasil, não se podia pensar em empreender maiores obras nos fortes, tanto por falta de meios financeiros como pela necessidade de utilizar os canhões a qualquer momento, em face de ataque imprevisto. Êsse perigo imediato passou, afinal. E já que, durante o período de guerra, se tornara patente a grande utilidade do Forte do Mar, o primeiro dos estabelecimentos militares a sofrer modificações foi êsse.

Já em agôsto de 1654, trabalhava-se intensamente na sua área. As informações sôbre tais obras não são numerosas, mas deixam a impressão de que não se aproveitou grande coisa da fortificação primitiva construída por Francisco de Frias, a não serem as pedras. Ao que parece, ampliou-se o âmbito da construção com pedras quebradas provàvelmente na Preguiça, pois o Provedor-mor da Fazenda teve de mandar fazer uma "rodeira capaz de conduzir a pedra que é necessária para o Forte que mando fazer no Pôrto desta Cidade". O trecho induz a crer que se trate de uma construção nova (*Doc. Hist.*, XVIII, 274), o que, porém, não impedia fôsse conservado provisòriamente o antigo fortinho, para responder a qualquer ataque imprevisto de piratas; ao mesmo tempo, porém, traziam-se pedras e construía-se, sôbre novo alicerce, um muro redondo ao redor da fortificação quadrada existente, sendo o capitão Lourenço Mendes de Abreu o chefe de sua guarnição (*Doc. Hist.*, XVIII, 306-307).

As obras prosseguiram com afinco, embora se trabalhasse também em outros fortes da cidade. De uma carta do então Governador da Bahia, Conde de Atouguia, datada de 15 de janeiro de 1655, resulta que o novo muro já se alteava à linha da mais alta maré (*Doc. Hist.*, IV, 225-226). Acabado o muro de fora, mas antes de totalmente fechado, em dezembro de 1661, tratou-se de retirar o entulho para então se aplainar o terreno por dentro, e se meter mãos ao final da obra (*Doc. Hist.*, VII, 73-74).

Em 1663, aparece como capitão do Forte do Mar, Francisco de Araújo (*Doc. Hist.*, XXI, 402). Mas no mesmo ano, em julho, era nomeado novo comandante na pessoa de Fernão Barbalho Bezerra, com o título pomposo de "Governador da Fortaleza de Nossa Senhora do Populo", assinalando-se que êsse forte "novamente se fundou na barra da Bahia", sinal de que, com as obras já mencionadas e que ainda se desenvolviam, se cuidava de remodelação completa (cf. Arq. Públ. da Bahia, *Ordens Régias*, XLVIII, 66-v 67-v; *Doc. Hist.*, I, 23, 66-67), e aí

aparece pela primeira vez, o título: Forte de N. S.ª do Populo (ibid., 66).

Em julho de 1666, o forte de São Marcelo já estava pronto e expediam-se a êsse "Forte novo" balas de artilharia, barris de pólvora, morrão, peles de carneiro e outras coisas, ficando patenteado, assim, o seu pleno funcionamento (*Doc. Hist.*, VII, 263). Já agora, o texto fala do "Forte novo São Marcelo" (ibid., 263).

Contudo, faltavam ainda algumas obras. Mas os recursos se haviam esgotado; já não davam para pagamento do pessoal. Em 1668, o então comandante do Forte, Francisco Monteiro Bezerra, se queixa de soldos atrasados desde janeiro de 1664 (*Doc. Hist.*, XXIII, 440-444; e VI, 370).

Qual o engenheiro que projetou êsse novo forte, e qual o mestre de obras que executou os serviços? Não sabemos. Conhecem-se, porém, os nomes dos engenheiros que dirigiram as obras. Foram êles Felipe Gitão e Pedro Garim, ambos franceses.

O primeiro chegou à Bahia, pela primeira vez, em 1647, recebendo aí o soldo de 40$000 por mês até novembro de 1648, quando o mandaram para o Rio de Janeiro, com a incumbência de dirigir as fortificações em construção. Passaria a receber 68$000 por mês, aumento considerável, a demonstrar como em pouco tempo se reconheceu o valor do técnico e ainda como se procurava retê-lo no Brasil que, àquele tempo, atraía pouco os estrangeiros. A vida era dura e o confôrto inexistente. Gitão regressou à Bahia em fevereiro de 1653, começando provàvelmente pouco depois a construção do Forte do Mar, pois, como se viu acima, um ano depois as obras se achavam em pleno desenvolvimento. O então governador da Bahia, Conde de Castel — Melhor, sabendo da nostalgia do francês, e atento à necessidade de arquiteto capaz de dirigir obra tão importante, cumulava-o de gratificações e favores. E Gitão continuou a dirigir as obras do Forte do Mar, até 1656, quando, a 12 de outubro, veio a falecer (*Doc. Hist.*, XX, 306-307).

Seu sucessor, Pedro Garim, aportou à Bahia, via Pernambuco, em março de 1647, passando a dirigir como engenheiro-ajudante as fortificações da ilha de Itaparica. Recebia 8$000 mensais, mas de agôsto de 1648 em diante já lhe pagavam quase o dôbro, ganhando então 160$000 por ano, aliás o mesmo ordenado que recebera anos antes o engenheiro Francisco de Frias — prova de que já demonstrara suas habilidades profissionais. Permaneceu na Bahia como engenheiro militar até julho de 1652 quando, com licença do governador, se dirigiu ao Reino. De volta, ao Salvador, via Pernambuco, em 1657, a 23 de junho do mesmo ano foi nomeado sucessor de Felipe Gitão..

De junho de 1657 a fevereiro de 1660, Pedro Garim esteve à frente das obras do Forte do Mar. O Governador da Bahia tratava-o com tôda a atenção. Embora recebesse ordenado régio, vencendo 100 cruzados por mês, quando, na primeira metade do século, Francisco de Frias, só percebia 400 cruzados por ano (cf. *Doc. Hist.*, XV, 155-158), não se interessou em ali permanecer. Achando elevada a remuneração, convinha entretanto o Governador em que não havia jeito senão mantê-la, à falta de qualquer outro profissional na Bahia; e em se tratando de obra tão importante, não se podia dispensar-lhe a assistência. E já agora (em 1659) que "se fecham as três fiadas de cantaria, que estão começadas a lançar na dita obra", a assistência de Garim era mesmo imprescindível (Arq. Nac., coleção 537, Ordens Régias, Provisões, Alvarás, etc. Provedoria da Fazenda da Bahia 1625-1769, fl. 48; cf. *Doc. Hist.*, V, 335-337). Finalmente, em fevereiro de 1660, o engenheiro regressava ao Reino (*Doc. Hist.*, XX, 307-309).

Impõe-se agora a pergunta: quem teria sido o idealizador dêste segundo Forte do Mar ?

É provável que se deva sua planta a Felipe Gitão. Êste a teria levantado por ocasião de sua primeira estada na Bahia, entre 1648 e 1652. Certamente por essa época foi mandada ao Reino, a fim de ser examinada pelos engenheiros da Côrte, como era costume. Havia tempo suficiente para estar de volta em 1653, quando se iniciaram os trabalhos no Forte do Mar. Isto,

evidentemente, não impedia que se lhe introduzissem alterações menores, no decorrer das obras, desde que não ultrapassassem o orçamento primitivo.

Além disto, sabemos positivamente que Pedro Garim, ao tempo em que dirigia as obras do Forte do Mar, portanto entre 1657 e 1660, ainda introduziu profundas modificações na planta: não queria o governador deixá-lo voltar ao Velho Mundo, "por haver mister o exercício do dito Engenheiro até pôr o Forte novo que faz no porto desta Bahia em estado que se pudesse seguir sua traça e modêlo sem sua presença" (*Doc. Hist.*, XX, 308-309). Daí se conclui também que, depois de sua volta para o Reino, em fevereiro de 1660, ainda continuavam as obras, planejadas por êle, mas já sob a direção de um mestre de obras ou de algum engenheiro improvisado, como era de uso freqüente na Bahia.

A segunda etapa começou em 1670, quando ordenou El-Rei ao Governador da Bahia, Alexandre de Sousa Freire, que se continuasse com as obras no Forte de Nossa Senhora do Populo, segundo a planta do engenheiro Antonio Correia Pinto (*Doc. Hist.*, VII, 428), aplicando-se para isso 10.000 cruzados que sobraram do Contrato das Baleias, e mais 2.000 cruzados da mesma fonte, já reservados para êsse fim, a que devia acrescentar-se, nos anos seguintes, tudo que iria sobrar no dito Contrato, àquele tempo uma das fontes mais importantes das rendas do Estado (cf. *Doc. Hist.*, XXIV, 10-11). O Governador, imediatamente, expediu ordem ao Provedor-mor da Fazenda Real para continuar com as obras no Forte, abrindo para essas despesas um livro especial, em que se registrassem não só as quantias referentes ao material de construção empregado, como os salários dos oficiais (ibid., 120-121).

Dessa fase, conhecemos o mestre-pedreiro que dirigiu as obras. Trata-se de Fructuoso de Araújo, que, em janeiro de 1673, havendo terminado parte do trabalho, pediu ao Governador da Bahia que mandasse fazer a medição da obra feita, segundo o costume do tempo, para se ver se aplicou bem o "dinheiro que tem recebido para se começar a fazer o cavaleiro

no dito Forte" (*Doc. Hist.*, VIII, 129-130). De que "cavaleiro" se trata ?

Na primeira fase da construção, já relatada, terminou-se apenas o muro externo do forte, com as seteiras, ou melhor, canhoneiras, onde já se viam instalados os canhões para lá remetidos, e de que falámos atrás, podendo assim o estabelecimento enfrentar a qualquer hora o navio inimigo que tentasse penetrar no pôrto. Na parte central da fortaleza, achava-se projetada outra bateria, igualmente redonda, que devia subir alguns metros acima da bateria ou do muro exterior já existente, para que seus canhões atirassem por cima dos dessa última.

Não se dirá que a afirmação é uma hipótese de trabalho. Buscaremos prová-la.

Na mesma data (janeiro de 1673), quando o mestre-pedreiro Fructuoso de Araújo havia terminado a construção da bateria interna, até a altura da externa, disparam-se tiros de pólvora pelos canhões existentes, para se verificar o seu recuo ao atirar, ficando assim aquele oficial ciente da distância a que devia levantar o muro interno (*Doc. Hist.*, VIII, 145-146). São pequenos fatos cuja interpretação completa a deficiência dos documentos, visto como o Livro de Despesa dessas obras, do qual deveriam constar outras minudências, não chegou até nós.

Ao mais céticos, oferecemos ainda outra prova.

Na estampa de Francisco Coreal, que reproduz um aspecto da cidade do Salvador em 1685, já mencionada, aparece pela primeira vez, ao que sabemos, a nova forma do forte de São Marcelo, como se vê na figura 3.

Não somos desenhista, mas quem não disponha da estampa de Coreal, terá pelo menos idéia da feição a essa época apresentada pelo forte do Mar e que, essencialmente, perdurou até nossos dias.

Ao que parece, ainda trabalharam um ano e sete meses na mesma obra, pois só em 1.º de agôsto de 1675, se autorizou a entrega de 200 balas de artilharia, pesando cada uma sete libras, bem como das carretas "para as peças que se hão de cavalgar no Forte São Marcelo" (*Doc. Hist.*, VIII, 223).

Quem foi o mestre-pedreiro Fructuoso de Araújo, que dirigiu esta segunda fase da construção do Forte do Mar ?

Por ora, sabemos muito pouco a seu respeito. No *Livro I de entradas e profissões* da O. 3.ª do Carmo, lê-se, em data de 16 de julho de 1661, que tomou o hábito da dita ordem "Fructuoso de Araújo viúvo, Mestre de obras de pedreiro" (Arquivo da O. 3.ª do Carmo do Salvador, Livro I de entradas e profissões de Irmãos, 1636-1696, 202r). Mais uma vez deparamos com êle, em documento de 24 de junho de 1663 (Arq. da Santa Casa de Mis. do Salvador, *Livro II do Tombo,* 84-v). A circunstância de que em 1661 já era viúvo, não deixa de ter significação para nós, pois mostra que, àquele tempo já seria possìvelmente homem de certa idade. É lícito admitir, por conseguinte, que tenha sido êle o mestre de obras também da primeira fase da construção do Forte do Mar, entre 1654 e 1666, pois nada mais lógico do que entregar-se a continuação de uma obra de tamanha importância ao mesmo mestre que já trabalhara sob a direção do engenheiro francês, tanto mais quanto já não havia permanentemente engenheiro de profissão na Bahia. A não ser que o engenheiro Antônio Correia Pinto já estivesse de volta de Pernambuco, para onde fôra mandado em dezembro de 1668 (*Doc. Hist.,* LVII, 52). De fato, êle voltou em 1670 (*Doc. Hist.,* VII, 428), mas não sabemos se permaneceu na Bahia, pois só deparamos de novo com a sua presença em 1674 e 1678 (*Doc. Hist.,* LXXXVIII, 25, e XXXII, 106). Mas em Lisboa já estava sendo despachada carta pela qual tinha que ir logo ao Rio de Janeiro (*Doc. Hist.,* LXXXII, 285), onde o esperavam trabalhos similares.

Em anos seguintes, nunca faltaram reparos pequenos a fazer. Assim em 1678, mandou-se reformar o depósito da pólvora (*Doc. Hist.,* XXXII, 91) e na mesma portaria lemos que "se façam logo os quartéis do Forte do Mar", sinal de que os soldados ainda estavam dormindo em acomodações improvisadas. Em 1679, era seu comandante Antônio Marques da Silva (*Doc. Hist.,* XXXII, 123).

Poucos anos depois que se terminara o muro exterior da fortaleza, o mar, corroendo-lhe os alicerces, já começava a gastar as pedras. Estas tinham de ser substituídas, erigindo-se à sua frente, principalmente do lado do mar aberto, onde as ondas batiam com mais fôrça, outro muro de proteção. Para se evitar tal perigo, já existia ordem oficial, no sentido de os navios lançarem a pedra do lastro ao pé do Forte do Mar. Em 1682, entretanto, somos informados que os mestres das embarcações preferiam vender a pedra que elas traziam no bojo. A êsse tempo, na Bahia se levantaram diversas construções de maior vulto, que consumiam barcas e barcas de pedras. O govêrno teve de intervir para que as ordens fôssem cumpridas (*Doc. Hist.*, XXXII, 193). Portarias no mesmo sentido foram baixadas em 1683 (*Doc. Hist.*, LVIII, 73-74; ibid., LXIX, 378), insistindo em que os navios não largassem as pedras de lastro em qualquer lugar do pôrto, inutilizando-o, e sim as levassem até o Forte de São Marcelo. Além disso, ficavam os senhores de engenhos de açúcar e outros donos de barcas obrigados a cada um levar ao menos uma vez por ano, duas barcadas de pedras, cortadas por conta do govêrno em uma das pedreiras próximas, "até que afastasse quarenta palmos em roda da muralha, e pela parte onde estava a porta se levantasse um lanço de pedra de cantaria".

Em documento que encontramos no Arquivo Nacional, além dessas ordens, figura a de terminar a obra no depósito da pólvora, a que ainda faltava o fôrro que se ordena fazer "sôbre vigas assentadas na terra com os vãos cheios de pós de carvão, a respeito da umidade, e da mesma maneira as paredes forradas sôbre fasquias grossas" (Arq. Nac., coleção 538, *Ordens Régias, Provisões, Alvarás, etc.*, Provedoria da Fazenda da Bahia, 1592-1780, II, 16r-17r).

Duvidamos que os proprietários de engenhos e embarcações hajam executado tais ordens; quanto aos mestres dos navios, continuaram a fazer negócio com seus lastros, vindo moradores da cidade buscá-los à noite, para empregar essa pedra em suas obras. Assim, em 1691, foi baixada nova ordem aos navios,

para que lançassem seu lastro no molhe do Forte do Mar, e, quando êste estivesse acabado, entregassem a pedra ao próprio forte, cominando-se aos transgressores multa de 100$000 (*Doc. Hist.*, XXXII, 328-329). A noite, porém, com seu manto benigno, continuava a ocultar tantos outros contrabandos de sêda e ouro, que êsse de pedra passaria despercebido.

A administração interna da fortaleza, desde 1681, fôra confiada ao capitão Pedro Lopes Filgueira, que já exercera pôsto igual no Forte do Morro de São Paulo, onde também se dedicara a trabalhos de fortificação (*Doc. Hist.*, XXVII, 415-417). Em 1684, faleceu no mesmo pôsto Antônio Marques da Silva (*Doc. Hist.*, LVIII, 97). Já em 1685, era nomeado no cargo Coustantino Lins, bravo soldado com 31 anos de serviço, que se batera em Pernambuco com os holandeses (*Doc. Hist.*, XXVIII, 373-377). Iria ter dias sossegados, pois a Bahia atravessava uma época de prosperidade e calma.

A fortaleza ficara em boas condições, como somos informados em data de 1693, não carecendo de obras (*Doc. Hist.*, XXXIV, 169). Entrou assim no século XVIII. Em 1707, no dia 25 de agôsto, faleceu o capitão Rafael Coelho, que tinha sido Comandante do Forte do Mar (Arq. da Santa Casa de Mis. do Salvador, *Livro das Tumbas*, 1685-1709, vol. 1251, f. 293-v). Em 1713, foi o capitão Antônio Pereira que comandara as suas fôrças (*Doc. Hist.*, XLII, 123-124).

Daí a pouco, surgem de novo vozes que falam da necessidade de obras. Coube ao engenheiro francês João Massé, por ordem da Metrópole, estudar as fortificações bahianas, criticando as existentes, delineando novas e formulando mil e uma propostas, das quais, entretanto, não parece ter se concretizado grande coisa. Portugal auferia então lucros enormes de sua colônia brasileira; ao comércio compensador de açúcar e tabaco, associara-se a extração de ouro, cujos quintos enchiam os cofres reais. Assim sendo, não podia El-Rei, D. João V, eximir-se a gastar alguma coisa na própria colônia, pois seria alvo de críticas se apenas construísse conventos e igrejas no Reino. E de fato, por essa época, mais de uma matriz bahiana recebeu

contribuições vultosas da Fazenda Real para suas construções. Mas, correndo mundo a fama dos descobertos fabulosos de ouro, não tardariam a aparecer piratas, e talvez se tivesse de enfrentar mais uma invasão estrangeira. Era, pois, acertado cuidar das fortificações para revidar imediatamente qualquer investida de um agressor audaz.

No que tange ao Forte do Mar, João Massé, em 1714, elaborou projetos e orçamentos que só em alvenaria implicavam 2005 braças cúbicas em obras novas; avaliando-se a braça em 4$000, importava a despesa total em 8:020$000. O plano consistia, principalmente, em alargar o âmbito do forte, tornando mais segura a muralha externa, que, como já vimos, há anos vinha preocupando o govêrno da Bahia. Essa obra devia ser levada a têrmo. Como também já vimos, o molhe em redor da fortaleza fôra projetado na largura de 40 palmos. O projeto de João Massé, certamente diante da impossibilidade de se alcançar êsse objetivo, contentou-se com 20 palmos, apenas. Feito isso, devia-se recuar 4 palmos, para aí levantar o novo muro, por conseguinte a 16 palmos de distância da muralha externa existente. Assim, esperava o engenheiro conseguir espaço para colocar, na circunsferência da bateria baixa, 30 peças de artilharia grossa, deixando 22 palmos de uma para outra canhoneira; na bateria alta se instalariam 10 canhões. Logo se percebe que a antiga divisão interna do Forte seria essencialmente conservada, só se lhe introduzindo pequenas modificações, como o acréscimo de uma escada que, partindo da entrada do Forte, iria dar no meio da bateria alta. Além disso, teria de fazer-se uma cisterna, à esquerda dessa escada, com capacidade para 300 pipas de água, como também uma casa para servir de prisão, já que não era lícito meter em masmorras úmidas a qualquer prêso político. João Massé ainda achou conveniente ligar o Forte à terra firme, por meio de um molhe, com dois baluartes no meio; mas dessa obra não apresentou orçamento. Em 4 de outubro de 1714, mandou-se pôr em praça tais obras (*Doc. Hist.*, LIII, 296-299).

Até que ponto os projetos foram executados, não podemos dizê-lo ainda. Certo é que a ligação do Forte com a terra firme não se fêz; mas em 1810, ainda se encontram referências a êste plano, lembrando alguns que tal comunicação se podia conseguir por meio de uma ponte de jangadas (Arq. Publ. da Bahia, *Cartas a S. Majestade,* 2 1/14, f. 485r-486r). Esta última informação acrescenta que o plano de João Massé, de introduzir modificações no próprio Forte, fôra aprovado por Provisão de 26 de março de 1716, destinando-se às obras respectivas 60.000 cruzados anuais, tirados dos dízimos da Alfândega. Certo é que em dezembro de 1719 se trabalhava no Forte de São Marcelo (*Doc. Hist.,* LVIII, 267-268). Em setembro de 1721, até se mandaram interromper as obras no Forte do Barbalho, para pegar com mais fôrça nas de São Marcelo e S. Pedro, consideradas mais necessárias do que as do primeiro (*Doc. Hist.,* LIX, 281-82). Será que o empreiteiro do Forte do Barbalho, o mestre-pedreiro João Antunes dos Reis (*Doc. Hist.,* LXXVI, 204) que já conheciamos como construtor das igrejas de S. Domingos e do Passo, também se houvesse encarregado das obras do Forte do Mar? É possível, mas por ora não conhecemos fonte positiva que o testemunhe.

Não é provável que João Massé haja dirigido tais obras, pois, em primeiro lugar, êle não se demorou muito na Bahia, e, em segundo a êsse tempo ali já não escasseavam engenheiros: não falando no mais importante de todos nesse período, Miguel Pereira da Costa (*Doc. Hist.,* LXXIII, 256, 271, 274) havia diversos outros auxiliares, já formados na Aula de Engenheiros, que funcionava desde fins do século XVII, sempre dispostos a inspecionar tais obras.

Ao que parece, a planta do Forte do Mar, reproduzida por Vilhena (Luís dos Santos, *Notícias Soteropolitanas e Brasílicas,* Bahia, 1922, I, 224-a, carta VI), é cópia da que foi feita por João Massé. A mesma obra divulga também a planta da cidade da Bahia, levantada pelo mesmo engenheiro e que, certamente, é a mesma planta geral de fortificação da cidade, juntamente com cinco outras de fortes que, em 1718, se mandaram guardar

na Casa da Fazenda da Bahia, acrescentando-se que foram levantadas pelo engenheiro João Massé (*Doc. Hist.*, LV, 128-129). O mesmo Vilhena (ob. cit., I, 244) registra para o Forte do Mar 50 canhões, e em 1735 somos também informados de que havia ali 50 artilheiros, aliás mais do que em qualquer outro dos fortes existentes na Bahia (*Doc. Hist.*, LVI, 309), correspondendo, pois, um artilheiro a cada peça.

Ao que parece, a obra do Forte do Mar, planejada por João Massé, só foi concluída em 1728, segundo inscrição latina colocada pelo Governador da Bahia, Vasco Fernando César de Menezes, em cima de uma porta no seu interior (apud Edgar de Cerqueira Falcão, *Relíquias da Bahia*, S. Paulo, 1940, 6).

Por algum tempo, o velho forte iria ficar em sossêgo quanto a construtores. Mesmo assim, não faltavam obras de menor vulto: já em agôsto de 1732, o Conde de Sabugosa expede ordem ao engenheiro Miguel Pereira da Costa para reparar a cisterna do Forte de S. Marcelo, que se achava sem água (Arq. Públ. da Bahia, *Cartas do Govêrno*, 1730-1734, est. 2, XVII, 20lr-v). Em dezembro de 1733, repete-se a ordem (*Doc. Hist.*, LXXV, 236) e em junho de 1734 ela ainda não está cumprida (ibid., 328), demora que parece inconcebível em se tratando de serviço de tanta necessidade. Comandava então a fortaleza o capitão Antônio Roquete (ibid., 333). Em 1735, aparecem outras coisas que carecem de reforma; as grades de madeira do calabouço (*Doc. Hist.*, LXXVI, 62) e o assoalho estavam podres, como sua porta, e a chave quebrada (ibid., 235-236). Os prisioneiros não deviam ter grande dificuldade em escapar de tal prisão e se os consertos demoraram tanto a ser feitos como no caso da cisterna, mais de um dêles deve ter procurado a liberdade.

Mostrando o estado em que ficou o forte, em 1759, temos uma planta com a descrição pormenorizada do engenheiro José Antônio Caldas (*Notícia geral de tôda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*, edição fac-similar, Bahia, 1951, 368, e planta anexa).

Afirma J. da Silva Campos (ob. cit., 63) sem, entretanto, aduzir fonte, que em 1772, terminou outra reforma a que se

procedera por êsse tempo. Por ora não conhecemos documentos que se refiram a tais trabalhos. Descobrimos, porém, numerosos textos inéditos, que falam da importante reforma experimentada pelo forte no segundo decênio do século passado.

A família real portuguesa, fugindo de Napoleão, não se sentiria muito segura no Brasil, e, contando com uma eventual invasão de sua colônia mais importante, achou que devia tratar da reforma dos fortes existentes. Os olhares dos engenheiros responsáveis pousaram, em primeiro lugar, no Forte de São Marcelo. Em data de agôsto de 1809, somos informados de que se mandou fazer ali uma "fortificação acasamatada", segundo a planta do engenheiro português Salvador José Maciel (Arq. Públ. da Bahia, *Ordens Régias*, CII, 127r-129r). E a dia 1 de setembro do mesmo ano, o Príncipe Regente nomeia o dito engenheiro para dirigir êsses trabalhos, tendo em vista colocar o forte à altura dos tempos, para poder resistir às armas então já muito mais eficientes do que ao tempo de construção daquela praça -de guerra (ibid., 130r). E reiteram-se ordens nesse sentido (ibid., 200r).

Ao que parece, as obras começaram, senão em fins de 1809, no princípio de 1810. Entretanto, no decorrer dos trabalhos, ainda se fizeram diversas modificações no projeto. Inicialmente, a preocupação principal consistira em dotar de três baterias o Forte do Mar, sendo as duas inferiores acasamatadas, havendo, por isso, antes de tudo, necessidade de soerguer mais a muralha externa existente. Mas já em março de 1810, chegaram os técnicos à conclusão de que não havia necessidade de baterias acasamatadas prosseguindo-se, sem embargo, no levantamento da muralha externa (Arq. Públ. da Bahia, *Carta a Sua Majestade*, 2 1/4, 324r-343r), pelo menos na parte que olhava para o mar aberto. É o que de fato se fêz, podendo observar-se ainda hoje essa modificação. Ao mesmo tempo, o cinto exterior do forte se levantou acima do nível da bateria interna, anteriormente mais alta do que a externa, inutilizando-se assim a primeira.

Tais obras, podemos acompanhá-las de perto através de numerosos documentos que delas possuimos (Arq. Públ. da Bahia, *Ordens Régias,* 1 5/105, CX, 5r; ibid., *Cartas do Govêrno,* 1810-1811, est. 2, XXXII, 113r-v). Já agora, conhecemos até o material empregado, sua procedência e outros pormenores. Os tijolos (da "grossura e meia dos ordinários"), vieram de Jaguaripe. Assim, em 1810, chegaram de lá 5.775 tijolos (Arq. Públ. da Bahia, *Cartas do Govêrno,* 1810-1811, est. 2, XXXII, 170r-v) e, em 1811-1812 uma vez, 11.000 da olaria de Silvestre José Gonçalves e, outra, 16.000 (ibid., XXXIII, 129r e 23r). A pedra bruta foi extraída de uma pedreira de Itaparica (ibid., XXXIII, 26r). Os cestos, feitos de cipó, vieram igualmente de Itaparica, servindo nas obras de pedreiro (ibid., XXII, 265r). Em 1813, construiu-se em Valença um saveiro, para tirar o entulho do Forte do Mar (ibid., XXXIII, 226r). Ainda em 1813 e 1814, prosseguiam as obras (ibid. XXXIII, 309r) em grande parte executadas por prêsos e degredados (Arq. Públ. da Bahia, *Ordens Régias,* 1 5/109, 343r; ibid., 15/106, III, 596r). Na primeira fase, foi o engenheiro Salvador José Maciel quem, pessoalmente, dirigiu os serviços (ibid., *Cartas do Govêrno* 1810-1811, XXXII, 113r-v); mas, por se achar muito ocupado com outros trabalhos, em 1813, o engenheiro-auxiliar (chamado "partidista", àquele tempo), Eustáquio Adolfo de Melo o substituiu (Arq. Públ. da Bahia, *Ordens Régias,* 1 5/108, CXIV, 398r).

No interior do forte também se fizeram algumas modificações. Assim, em 1810, ficou resolvido que daí por diante não se guardasse mais a pólvora da cidade no depósito da dita fortificação, pois ficava junto da cisterna, o que contribuiu para que se estragasse (Arq. Públ. da Bahia, *Cartas a S. Majestade* 2 1/14, 407-311v).

Se foi também por êsse tempo que se erigiu a capela, não podemos afirmá-lo. Certo é que, em 1810, nos domingos e dias santos, franciscanos ou carmelitas ali iam celebrar missa pela espórtula de 320 réis (Arq .Públ. da Bahia, *Ordens Régias,* CIII, 414r-416r). Nesse ano, era José Joaquim Veloso quem coman-

dava o forte (Arq. Públ. da Bahia, *Cartas do Govêrno*, 1810-1811, XXXII, 113r-v).

Foi com êsse aspecto que o forte de Nossa Senhora do Populo e São Marcelo, geralmente chamado Forte do Mar, entrou na história, pois, se em dias posteriores ainda se introduziram certas pequenas modificações ou se empreenderam obras de restauração, nada mudou as feições da velha sentinela do pôrto.

Seguimos sua construção, tanto quanto possível, através dos documentos por ora conhecidos; e as águas das informações, umas turvas, outras cristalinas, aqui correm com bastante fôrça. Mas são fontes que devem ser interpretadas com espírito crítico, pois de outra maneira se afirmariam coisas que nunca existiram, e se atribuiriam obras a homens e tempos que as projetaram, porém não as executaram.

CARLOS OTT

(Dados recolhidos até março de 1953)

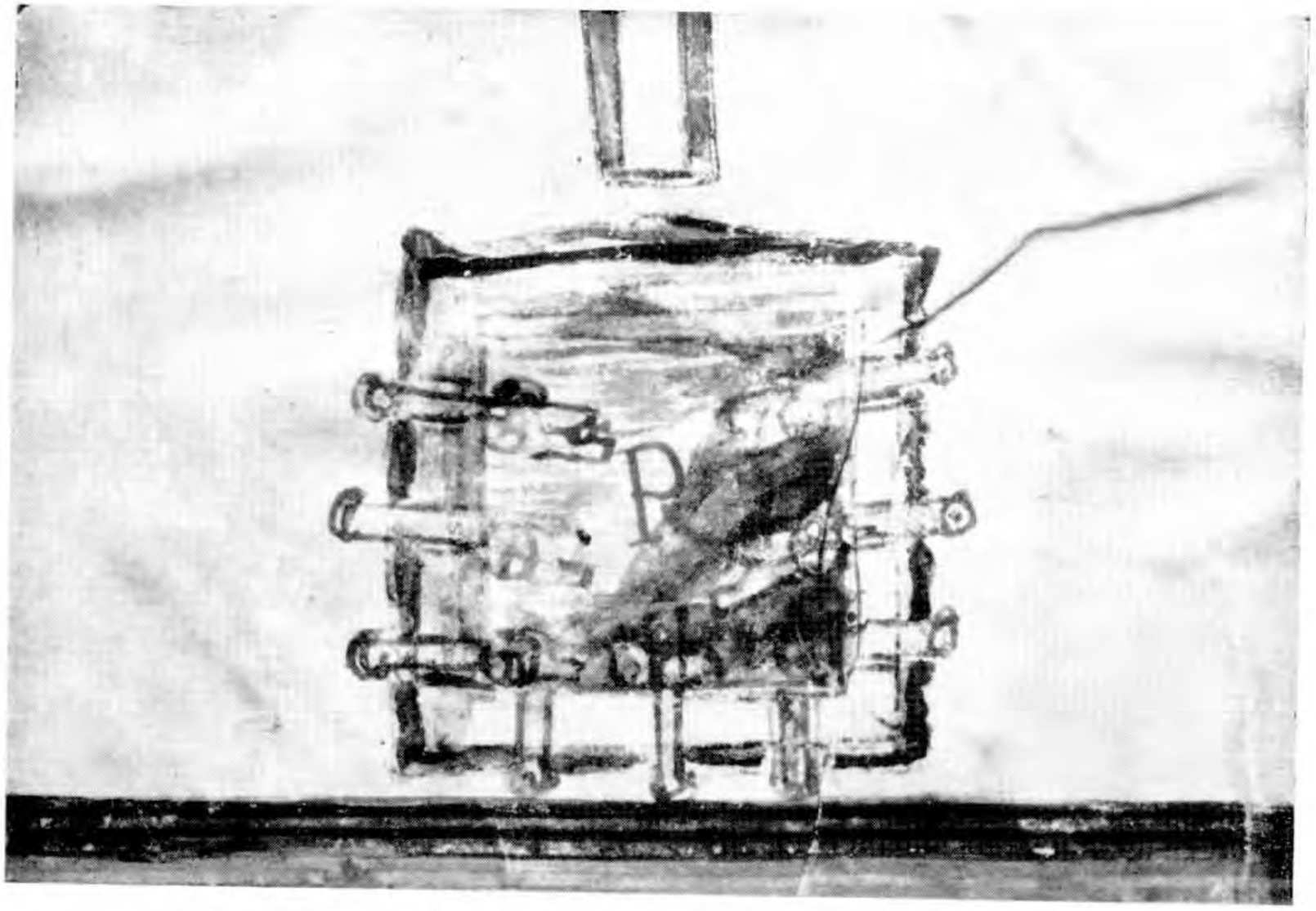


Fig. 1 — Forte do Mar. Pormenor da planta de L. Turriano, 1605, no *Livro que dá rezão do Estado do Brasil*.

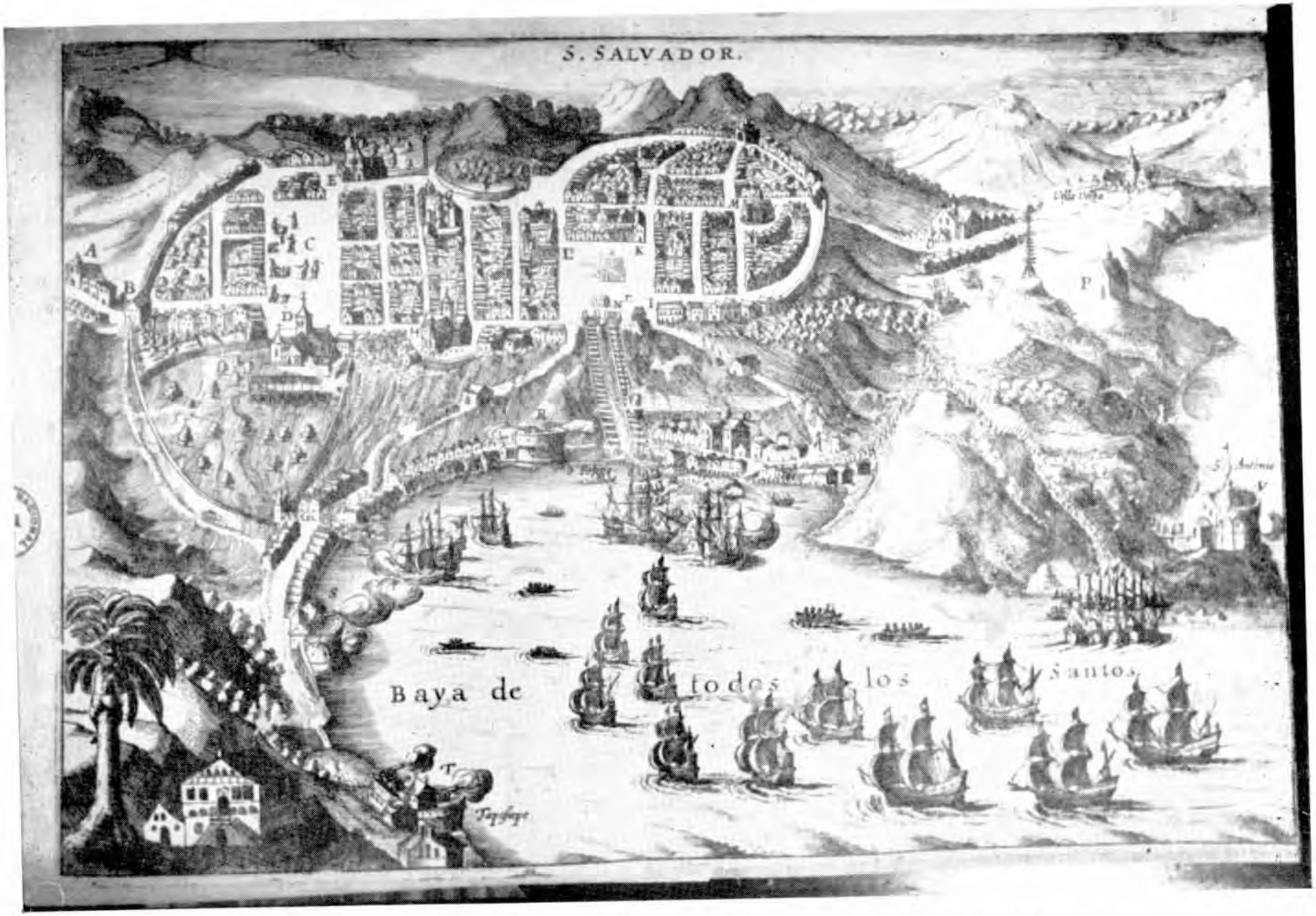


Fig. 2 — Planta de Salvador, na Bahia. Em *Reys-boeck van hetrijcke Brasilien*, Amsterdão, 1624. (Biblioteca Nacional)



Fig. 3 — Vista de Salvador em 1680, por F. Doesburg. Publicação C. Allard, n.º 97 (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

A IGREJA DE SÃO JOSÉ, EM OURO PRÊTO

(*Documentos do seu arquivo*)

Na vertente meridional do morro de S. Sebastião, perímetro urbano de Ouro Prêto, e sobranceira a uma boa parte da antiga capital mineira, ergue-se, graciosa, a igreja de São José.

A poética e devota igrejinha tem remotas origens e lá, no seu distante passado, vincula-se de algum modo a acontecimentos de certo relêvo na história religiosa de Minas. Ela, com efeito, recorda a visita pastoral do primeiro bispo que penetrou o território mineiro e veio pisar o solo, já hoje venerando e sagrado, de Ouro Prêto [1]. Memora, ainda, a primira visitação geral feita à sua diocese, e iniciada em Vila Rica, pelo imortal d. frei Manuel da Cruz.

Não houvera outros motivos, e os fatos apontados justificariam a crônica que vamos empreender. Iniciamo-la pela Irmandade, da qual, pela pobresa de documentos pouco há que dizer. Trataremos, em seguida, da igreja e de sua construção, bem como dos homens que nela e para ela trabalharam.

---

(1) D. frei Antônio de Guadalupe, quinto bispo do Rio de Janeiro, era de velha nobreza de Amarante, onde nasceu, filho do desembargador Jerônimo de Sá da Cunha e d. Maria de Cerqueira. Bacharelou-se em direito e foi logo despachado juiz de fora de Trancoso, cargo que lhe trouxe fortes aborrecimentos. Abandonou, por isso, o século e recolheu-se ao convento dos franciscanos, em Lisboa, onde professou. Sagrado bispo do Rio de Janeiro a 13 de maio de 1725, neste mesmo ano entrou solenemente em sua catedral. Muito lhe ficou a dever o distrito das Minas: foi o primeiro bispo que o visitou pessoalmente. Tendo feito a primeira visita em 1726, repetiu-a em 1735. A 13 de fevereiro de 1739 foi transferido para Viseu, morrendo em Lisboa antes da posse. O Museu da Inconfidência possui e tem em exposição uma arca que pertenceu a d. frei Antônio de Guadalupe.

I — A IRMANDADE

Com o título de S. José dos Bem-Casados instituiu-se esta irmandade em Vila Rica, aí por 1725, aproximadamente. Superintendia então os negócios eclesiásticos na capital das Minas e sua comarca o vigário da vara cônego mestre-escola Antônio de Pina [2]. A êle dirigiram-se os "homens pardos" da freguesia do Pilar, pedindo-lhe aquela instituição, mercê que lhes foi deferida em data que, à justa, não se pode já precisar. É certo, no entanto, que já em 1727 a irmandade estava perfeitamente organizada e era regida pela seguinte mesa administrativa:

Juiz — Manuel Leite;
Escrivão — Sargento-mor Jerônimo da Costa Homem;
Procurador — Manuel Correia do Espírito Santo;
Tesoureiro — Jerônimo da Silva;
Irmãos de mesa: Sebastião Moreira, Manuel Barreto de Gusmão, Gonçalo Francisco, Jorge Barreto, Manuel Nunes do Espírito Santo, Antônio Correia Odó; Manuel Correia, Antônio da Costa Ramos, Inácio Side da Rosa, Jerônimo Lopes de Ulhoa, Manuel de Salazar d'Eça, Francisco Pereira Casado e Antônio do Vale.
Zelador — Licenciado Antônio Ferreira (*L.º 1.º de Eleições, fl. 1)*.

Antes de ter igreja própria, reunia-se a irmandade na matriz do Pilar e ali exercia os seus atos de piedade e administração.

Como as ordens terceiras, posteriormente criadas em Vila Rica, e outras confrarias, também a irmandade de São José ocupa um bom lugar entre os benfeitores de Ouro Prêto.

---

(2) Antônio de Pina era natural de Portimão, no Algarve. Cônego de meia prebenda do cabido do Rio de Janeiro desde 1687; de prebenda inteira em 1699. Por apresentação e posse de 1720, veio a ser, em ordem cronológica, o terceiro mestre-escola do mencionado cabido. Ainda detinha esta dignidade quando faleceu, antes de 1742. Visitador diocesano, percorreu todo o território mineiro que integrava o bispado fluminense. Em Vila Rica e no Sêrro Frio exerceu as funções de vigário da vara (Pizarro).

Deve-lhe a ilustre cidade a poética igrejinha, pela qual também passaram aqui e ali, a mão mágica do Aleijadinho, o cinzel de Lourenço Rodrigues de Sousa e o hábil pincel de Manuel Ribeiro Rosa.

Estatutos (1730)

Os estatutos pelos quais se governou a irmandade nos primeiros anos de sua existência compõem-se de vinte e dois capítulos, e foram aprovados por provisão de 16 de fevereiro de 1730, assinada por d. frei Antônio de Guadalupe.

Trinta e cinco anos depois, por despacho de 8 de março, a Mesa da Consciência e Ordens avocou a si a confirmação dêsses estatutos, concedendo-a, ao que parece, sòmente quarenta e cinco anos mais tarde.

"O atual compromisso (escrevia Furtado de Menezes, em 1911) foi aceito em mesa plena, realizada a 19 de março de 1822. Na petição endereçando êsse compromisso ao príncipe-regente, referem-se a *um outro confirmado por provisão de 24 de janeiro de 1810*. O atual foi confirmado pelo Imperador d. Pedro I, depois de ouvido o procurador geral das Ordens. Foram anulados os arts. 15 e 16, referentes a enterramentos dentro da capela, ficando a irmandade obrigada a edificar cemitério privativo, e feitas outras pequenas alterações".

Protetores

Consta do *L.º de Eleições* que foram eleitos d. Rodrigo José de Meneses (1780-1784), Luis da Cunha Menezes (1786-1788), Bernardo José de Lorena (1797-1798), o bispo d. frei José da Santíssima Trindade (1820-1835) e o tenente-coronel (depois general) João Guilherme de Bruce (1857-1859). (3)

(3)Juntamente com a espôsa d. Engrácia Petra de Barros, Bruce inscreveu-se na irmandade a 7 de março de 1857.

É curioso êsse ingresso de Bruce num sodalício católico, porque, luterano de nascimento, sòmente dezessete anos depois, em 1874, no Rio de Janeiro, fêz sua profissão de fé católica. Sôbre êsse bravo soldado, que teve no Exército Nacional uma brilhante fé-de-ofício, veja-se a pág. 200 de *Velhos Troncos Ouropretanos*. Pouco depois de Bruce, matriculou-se na irmandade de São José o futuro Visconde de Ouro Prêto (L.º 3.º de c/c., fls. 169, 180 e 271).

SACERDOTES

Prestaram assistência espiritual à irmandade os seguintes sacerdotes:

Luís Ribeiro Guimarães, José Ribeiro Aldonço, José Geraldo de Meireles, Bartolomeu Vaz Ferreira Barcelos, Manuel de Almeida, Frei Antônio de Santa Maria, Manuel Nunes Ascenso, Caetano José de Carvalho, Luís Pereira da Silva, Silvestre Correia de Melo, Domingos Francisco da Costa, Pedro Leão de Sá, Frei Romão Freire da Conceição, Dr. Amaro Gomes de Oliveira, Dom Frei Manuel da Cruz (em visita pastoral a 12-IX-1749), Manuel da Encarnação Martins, Matias José Pereira, Frei José da Conceição, Dr. José Botelho Borges, Hipólito Ferreira da Costa, Manuel Machado de Miranda, Inácio de Araújo, Dr. João Xavier da Silva, Lucas de Almeida Leitão, João Batista Caiado de Macedo, Luís de Almeida Vila Nova, Antônio Gomes Xavier, Manuel Alves Ribeiro, Antônio Correia Mayrink, Lourenço Gonçalves, José Joaquim Machado, Caetano José Vieira, José Correia de Melo, João de Freitas Sampaio, Simão da Costa Xavier, José Alves Martins, Antônio de Sousa Lôbo, Luís Vieira da Silva, José Carneiro da Rosa, Antônio Ribeiro de Azevedo, Domingos Francisco de Carvalho, Joaquim Gomes de Sousa, Antônio Correia de Sousa, João Batista de Sousa, João Gonçalves de Moura, D. José Joaquim da Conceição Moniz, Sebastião José de Godói, José Martins Machado, Domingos da Silva Xavier, Luís Caetano de Oliveira Lôbo, Luís Martins Machado, Manuel de Abreu Lobato, José de Freitas de Sousa, José Maria Fajardo de Assis, Vitorino Martins Machado, José Xavier da Silva Toledo, José Caetano da Costa, Francisco Ferreira da Cunha, Vidal José do Vale, José Antônio da Silva, Manuel Antônio Gomes, José de Freitas Leitão, Frei Francisco de São Carlos, José Moreira Duarte, Francisco José Carvalho, Manuel da Costa Ferreira, Manuel Rodrigues Jardim, Félix Antônio Lisboa, José da Cunha e Melo, Serafim de Sampaio Vale.

Nos últimos anos do século passado e ainda no primeiro decênio do século XX, quando o ministério sacerdotal em S. José já não era senão um sacrifício, aí trabalhava, solicitado apenas por sua piedade, o Padre Pedro de Arbues das Chagas Conceição, a cuja dedicação a Irmandade foi grata, erguendo-lhe, no seu cemitério, um túmulo condigno que perpetua o nome do virtuoso sacerdote, ao mesmo tempo que exalta a Irmandade pelo nobilitante reconhecimento que demonstrou para com o seu abnegado servidor.

Graças da Santa Sé

O Papa Pio VI, como consta do têrmo de 18 de maio de 1788, concedeu aos irmãos de S. José quatro breves de indulgências. Delas, duas, de que tivemos notícia, lucravam-se, com o título de jubileu, a 2 de fevereiro e a 19 de março.

Irmandade de Santa Cecília

Por contrato celebrado a 9 de março de 1823, transferiu-se da matriz do Pilar para a igreja de S. José a irmandade de Santa Cecília,que ali floresceu por muitos anos [4].

Devoções

Com edificante piedade, como se infere de seus livros de têrmos e conta corrente, praticavam-se outrora, em S. José, as devoções de Nossa Senhora do Parto e Nossa Senhora de Guadalupe, cujas festas eram celebradas com extraordinária pompa. Já não se lembra o ouropretano de hoje dessas piedosas devoções de seus maiores; nem se repicam, a 11 de outubro e a 12 de dezembro, os sinos de S. José.

---

(4) Nenhuma notícia, no arquivo de S. José, da Arquiconfraria do Cordão, que, como vimos em *S. Francisco de Assis de Ouro Prêto*, com sede em São José se fundou em 1760.

O culto de Nossa Senhora de Guadalupe, ainda hoje mal vulgarizado em Minas, terá sido provàvelmente implantado em Vila Rica por d. frei Antônio de Guadalupe.

Mesa atual (19)

A mesa que atualmente dirige a irmandade é formada dos srs. Benedito Pedro de Oliveira, 1.º juiz; Sylvio Romeiro Péret, 2.º juiz; Manoel José de Paiva Júnior, secretário; Fortunato Guimarães, tesoureiro; Themístocles Corrêa e Magalhães, procurador.

II — A IGREJA

Capela primitiva (1726)

No mesmo local em que agora se assenta a igreja de São José, erguia-se outrora uma capelinha da mesma invocação e pertencente à mesma irmandade. Desta nada mais se sabe além de que foi levantada em virtude de uma provisão do bispo, já mencionado, d. frei Antônio de Guadalupe, passada em Vila Rica a 23 de outubro de 1726 (docs. 1 a 9).

Vinte anos depois a irmandade deliberou construir uma nova igreja.

Capela atual (1757)

É de 7 de maio de 1757 a provisão de visita e bênção da nova capela. No mesmo ano fêz-se a trasladação solene da imagem de seu titular (doc. XII em *Notas finais*). Tal trasladação teria sido da antiga capela para a matriz do Pilar, e não daquela para a nova capela, uma vez que tal solenidade não podia preceder à visita canônica e bênção da igreja em construção, cerimônia que se realizaria quatro anos depois.

A visita se fêz a 11 de março de 1761, tendo procedido a ela o rdo. dr. José dos Santos.

A bênção, ministrada pelo rdo. dr. Teodoro Ferreira Jácome, deve ter sido realizada ainda em março, visto como o competente certifcado foi datado de Mariana a 2 de abril do referido ano (docs. 10 a 13).

Risco (1746)

O desenho ou *risco* da nova capela é da autoria de Francisco Branco de Barros Barriga, entalhador que projetou igualmente a obra de talha da capela-mor da matriz do Pilar. Pelo risco de São José lhe foram pagas trinta e quatro oitavas de ouro, ou 40$800 réis, em 20 de dezembro de 1746 (doc. 16).

Obras de pedra do corpo da igreja (1753 ?-9)

O mestre que se encarregou das obras de pedra do corpo da igreja, José Pereira dos Santos, foi um artista de notável atividade profissional, no meado do século XVIII, nas comarcas de Vila Rica e Mariana. São dêle as obras de pedreiro de São Pedro e Rosário de Mariana, como é dêle o risco de São Francisco desta última cidade. Dêle é ainda a obra de pedra da matriz de São Brás do Suassui.

Não temos o seu contrato com a irmandade de São José; mas temos os seus recibos, que somam a quantia de 895$562 réis.

Êsse serviço, êle o realizou de 1753 (ou 1754) a 1759, datas de seus recibos, primeiro e último respectivamente (docs. 17 a 28).

Obras de pedra da capela-mor (1760-4)

O mestre Antônio Rodrigues Falcato foi o arrematante das obras de pedra da capela-mor e sacristia. Conforme anotações da DPHAN, foi êle o autor da primeira planta da capela do Bom Jesus de Congonhas do Campo.

O seu contrato com a Irmandade, do qual não temos documento, deve ter sido cumprido de 1760 a 1764, conforme seus recibos, inscritos adiante sob os números 53 e seguintes, até 64.

EMADEIRAMENTO (1756-66)

O emadeiramento, tanto do corpo de igreja, como da capela-mor, foi contratado com Manuel Rodrigues Graça, oficial muito conhecido dos que têm estudado os monumentos arquitetônicos de Vila Rica. Confiram-se os seus recibos, dos números 29 a 52. A avaliar por tais recibos encheram o espaço de dez anos os serviços de Rodrigues Graça (1756-1766).

Cêrca de trinta anos depois êsse emadeiramento foi retocado ou renovado por João Machado de Sousa, outro artista de bons créditos entre os homens do mesmo ofício, de seu tempo. Documentos 147 a 150. Cf. também o doc. 115.

RETÁBULO: RISCO E EXECUÇÃO (1774-8)

Dos documentos que se referem a esta obra, um, o de n.º 67, fala em "acomodar" na capela "o retábulo que tinham comprado"; mas, os seguintes, principalmente os de ns. 68 e 69, parece tratarem de obra nova ou, pelo menos, em grande parte reformada. O artista teria de obedecer a um *risco;* e o autor do risco, conforme os dois documentos apontados por último, foi Antônio Francisco Lisboa.

O trabalho foi confiado ao entalhador Lourenço Rodrigues de Sousa, por dois ajustes, o primeiro dos quais, de 30 de julho de 1774, ficou sem efeito diante do segundo, que se lavrou a 10 de agôsto do ano seguinte, no qual se lê que o artista se obrigava "a dar feita e concluída tôda a obra da Capela-Mor, com a talha precisa e necessária, conforme as condições do risco dentro do tempo de seis meses, que decorrem do presente dia em diante, sendo a Irmandade obrigada a dar-lhe dois oficiais de carapina para trabalharem té o fim da obra, sendo pagos a custa dela e sendo obrigada a satisfazer-lhe a quantia de cento e vinte e seis mil réis, resto que fica, descontando-se trinta e seis mil réis que já recebeu, com que se completam os *cento e sessenta e dois mil réis,* por que fica justa tôda a obra, e também a assistir-lhe com

madeiras, pregos e ferragens necessárias, e *talha que se acha feita* para complemento da obra".

Em 11 de outubro de 1778 foi aceita a obra realizada pelo mencionado Lourenço Rodrigues de Sousa, com a obrigação de que êle fizesse e assentasse "inteiramente na conformidade do dito risco" uma parte da obra que se não achava conforme as medições daquele desenho, principalmente nas pernas das cortinas que revestem a glória do Padre Eterno, *coartoins* que revestem as colunas dos cantos e as duas figuras que revestem as outras duas colunas dos cantos e as duas figuras que revestem as outras duas colunas próximas à bôca da tribuna..."

Parece a bons técnicos que, no retoque dos pormenores a que vimos de referir-nos, particularmente na cabeça do Padre Eterno, houve a colaboração do Aleijadinho. Ali vêem os entendidos a técnica do imortal arquiteto.

Ao retábulo se referem os documentos de n.° 70 a 87.

Pintura: Manuel Ribeiro Rosa

A igreja de S. José teve, durante muitos anos, a decorar-lhe o fôrro da capela-mor "uma das obras mais significativas da pintura mineira do período colonial: o "Desposório de São José", de autoria de Manuel Ribeiro Rosa.

Infelizmente, por se ir arruinando o teto primitivo, foi êste removido e, com êle, se foi a pintura magnífica.

Mão piedosa, no entanto, que se não conformava com a perda total daquela preciosidade, recortou as tábuas sôbre as quais se encontrava a parte central da decoração, a fim de preservar e encaixilhar, como quadro móvel, a tarja que representava a cena dos esponsais de Nossa Senhora e São José. Embora recortado sem capricho e ajustado toscamente na moldura, o fragmento dá idéia muito sugestiva da obra admirável.

O quadro esteve, durante longo tempo, colocado no arco do côro da igreja, tendo sido mais tarde doado ao eminente sr. arcebisbo d. Helvécio Gomes de Oliveira, que o faz conservar numa das salas do Seminário Maior de sua Arquidiocese.

Foi recentemente trazido a Ouro Prêto, por benévola concessão de S. Exc. Rdíssima, para atender a rôgo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que se achava empenhada em estudá-lo.

O Museu da Inconfidência aproveitou a ocasião, a fim de realizar em sua sede uma breve exposição da obra preciosa [5].

Outra pintura, que ainda se vê nos alizares do presbitério e que representa o combate singular de Golias e Davi, deve ser de autoria de Ribeiro Rosa. Pelo menos entrava em seu contrato: "foi assentado e justo com Manuel Ribeiro Rosa a êste fazer a *pintura da capela-mor,* té o arco-cruzeiro, desta capela, na forma das condições ao diante copiadas (doc. 88).

A obra, contratada por 74 oitavas de ouro (rs. 88$800), Ribeiro Rosa a realizou entre os anos 1779 a 1783 (docs. 88 a 94). Neste último ano foi entregue pelo artista e aceita pela irmandade a 7 de dezembro (doc. 95).

Outros pintores

Ao tempo em que Ribeiro Rosa trabalhava no fôrro da capela-mor, ali trabalhou também um pintor bastante conhecido nos meios artísticos de seu tempo — Francisco Xavier Gonçalves — que recebeu, a 7 de maio de 1782, "cinco oitavas procedidas do *paincl do teto da capela-mor* (doc. 119).

Domingos Fernandes de Carvalho e Joaquim Fernandes dos Reis, entre 1815 e 1817, passam recibo por pagamentos que lhe foram feitos e que "venceram no retoque de *pintura da capela-mor* (docs. 120 a 122).

José Gervásio de Sousa recebeu, a 27 de março de 1808, 3 oitavas de ouro "de incarnar e pintar o Senhor São José, imagem da mesma irmandade (doc. 123).

---

(5) Quando redigi esta nota, encontrava-se ainda no Museu o quadro magnífico. Que pena não o tivesse deixado ali o preclaro Arcebispo de Mariana, já inscrito desde a fundação do Museu, como seu primeiro benfeitor!

Joaquim Mateus de Santana pintou o "lampião grande do meio do corpo da igreja" (doc. 124), por uma oitava de ouro, recebida a 5 de novembro de 1818.

Manuel Antônio Moreira de Castilho recebeu a 24 de outubro de 1802 a quantia de 13 oitavas e 3 quartos e 3 vintes "do feitio do douramento dos castiçais e pé da cruz de talha e pintura de seis flores e tintas" (doc. 125).

Manuel Ribeiro Rosa, precedentemente mencionado, envernizou umas sacras e a peanha da cruz do altar-mor, serviço pelo qual recebeu, a 3 de dezembro de 1792, a quantia de 12 vintens de ouro (doc. 126) e recebeu ainda 9 oitavas e 3 quartos e 2 vintens por haver dourado seis palmas de talha (trabalho contratado por 18 oitavas e 3 quartos); recebeu, mais uma oitava "de pintar quatro jarrinhas, e uma taboal (?) da banqueta do altar-mor (docs. 126 a 128).

Julião Álvares da Silva dourou umas jarras, pelo que lhe foram pagas 3 oitavas de ouro, a 11 de março de 1801 (doc. 129).

João Pio da Silva pintou "quatro vasos" e recebeu pelo seu serviço uma oitava de ouro a 11 de março de 1801 (doc. 130).

João Félix dos Santos recebeu uma oitava e 3 quartos por pintura que fêz em uma caixinha para o irmão ermitão. Em 6 de abril de 1747 (doc. 131).

Manuel Gonçalves de Sousa encarnou um crucifixo e recebeu 2 oitavas e 3 quartos: 21 de junho de 1746 (doc. 132).

Joaquim Anacleto da Silva Ferreira pintou uma caixinha "com que se tira a esmola" e lhe foram pagos 3 quartos (rs.$900), a 29 de março de 1753 (doc. 133).

Manuel Dias Guimarães, por pintura na capela-mor e arco-cruzeiro, recebeu 2 oitavas e 6 vintens, em 20 de agôsto de 1767 (doc. 134). Pintou a imagem de S. José (doc. 136).

Francisco Xavier de Meireles prateou uma cruz de jacarandá e dourou "o sino da Irmandade". Por êstes serviços foi pago da quantia de 3 oitavas, em 12 de maio de 1769 (documento 135).

Joaquim Rodrigues Barbosa, por pinturas de portas e janelas, tôrres, armário, confessionário e caixões, recebeu 2 oi-

tavas e meia e um tostão (rs. 3$187); de pintar palmas, castiçais e outras pinturas não especificadas, ainda recebeu 4 oitavas e 3 quartos. Em 14 de maio e 17 de junho de 1774 (docs. 137 e 138).

Basílio Vieira de Carvalho, a 29 de março de 1753, recebeu uma oitava de ouro de encarnar uma imagem de S. José (documento 139).

Antônio de Meireles Rebelo pintou uma caixinha de esmolar e recebeu, por êste serviço, a quantia de 2 oitavas de ouro a 25 de abril de 1755 (doc. 140).

Francisco Xavier de Meireles Rebelo reformou a pintura da imagem de S. José. Recebeu 2 oitavas de ouro a 3 de dezembro de 1757 (doc. 141); pintou as grimpas das tôrres e recebeu 2 oitavas de ouro a 16 de abril de 1758 (doc. 142).

José Correia Gomes Braga prateou seis palmas, tendo sido pago de 2 oitavas e quarto a 28 de maio de 1746 (doc. 143).

José Correia Gomes Pereira Chasco recebeu oitava e meia em 1745, por haver pintado e encarnado a imagem de S. José (doc. 144).

Antônio Coelho de Oliveira retocou a pintura da igreja e recebeu uma oitava de ouro a 21 de fevereiro de 1799 (doc. 145).

Feliciano Manuel (da Costa) encarnou três imagens, recebendo 4 oitavas e meia, de que deu recibo a 3 de janeiro de 1792 (doc. 146).

Assoalho (1760-2)

Leandro Soares de Carvalho e José Rodrigues de Sousa foram os oficiais que assentaram o assoalho, e êste serviço o fizeram de 1760 a 1762, como se deduz dos docs. 152 e 153.

Manuel da Conceição, além de outros trabalhos, assentou o assoalho do consistório em 1796 (doc. 169).

Campas (1773)

Por têrmo de 2 de março de 1773, a irmandade contratou novas campas, das grades do corpo da igreja para baixo, por 18 oitavas, com José Rodrigues da Silva (docs. 154 e 168).

Anteriormente, em 1750, Leandro Soares fêz cinco sepulturas ou campas "ao pé do presbitério". Pela mesma ocasião realizou outros trabalhos, que vêm especificados no doc. 160.

GRADES (1773-4)

As grades do corpo da igreja foram contratadas com José Rodrigues da Silva em maio de 1773. Êste, porém apenas principiou o serviço. Uma das razões por que o interrompeu parece ter sido o fato de haver o capitão Manuel José Veloso oferecido essas grades à irmandade. Em vista disto, o assentamento das referidas grades foi ajustado com o marceneiro Manuel de Almeida, o qual, na execução do trabalho, devia obedecer ao risco que se achava "em mão do capitão Manuel José Veloso". Êste último serviço foi contratado por 24 oitavas de ouro. Contudo, nem êste Manuel de Almeida concluiu o serviço. Fê-lo em 1774 Antônio Gomes Barreiros (docs. 157, 163 a 166).

Outras grades fêz (em Santa Rita) e assentou o mestre Manuel Luís da Silva, e por tal serviço recebeu 11 oitavas e 4 vintens, em 22 de junho de 1774 (doc. 158).

FÔRRO DA SACRISTIA (1795)

O serviço do fôrro da sacristia, bem como o dos corredores de S. José, foi contratado com o já mencionado Manuel da Conceição a 30 de julho de 1795 (doc. 162).

PORTAS, JANELAS (1767-70)

As portas e janelas da sacristia e consistório foram feitas e assentadas por Manuel Rodrigues Graça, que realizou muitos outros serviços de sua arte na igreja de São José, como melhor dirão os docs. 44 a 52. Entre 1767 e 1785.

OBRAS DE PEDREIROS

Manuel Ramos Ribeiro caiou a capela; Manuel de Sousa cortou pedras para o arco-cruzeiro e abriu "o óculo da parede

que vai para o consistório"; Gervásio Ferreira dos Santos retelhou; Miguel da Costa Peixoto recebeu "jornais de pedreiro" por serviços não especificados; João Alves Viana também retelhou a capela; Baltasar Rodrigues de Amorim trabalhou em rebocos; Antônio Fernandes de Barros fêz um baldrame de pedra "por baixo da parede da sacristia"; Pedro Martins Correia trabalhou em rebocos e telhado; José de Magalhães rebocou tôda a capela; José Francisco Lopes "no seu ofício de pedreiro"; Manuel Rodrigues Falcato lavrou pedras (docs. 170 a 182).

José Francisco fêz as "bichas" (golfinhos ?) para o lavabo da sacristia, recebendo por êste serviço 3 oitavas de ouro, em 20 de setembro de 1795 (doc. 235).

Obras de ferreiros

Antônio Rodrigues Graça, em 1806, recebeu pagamento pelos seus serviços de latoeiro (doc. 208); Antônio Bento Vaz fêz em 1752 o jôgo da laranjinha (doc. 211); Manuel Timóteo, em 1752, o jôgo da bola (docs. 212 e 213); Baltasar Gomes, em 1770, uma caldeirinha de água-benta (doc. 255); Eusébio da Silva Ataíde, em 1754, consêrto do sino (docs. 222 e 223); Antônio de Castro Lôbo, em 1774, recebeu 12 oitavas e meia e um vintém em pagamento de ferragens (doc. 228); Julião de Castro Lima, em 1778, quatro fechaduras e umas chaves" (doc. 230); Francisco Hilário fêz a cruz (da tôrre ?) e ferragem para o sino, em 1829 (doc. 246); Francisco Antônio Pimenta [6], no mesmo ano, fêz o galo e quatro fachas (doc. 248); Carlos Gonçalves Vidal, em 1758, ajudou a fazer as grimpas (docs. 104, 105 e 109).

---

(6) No têrmo de 12-X-1829 lê-se: "erigir-se no cume da tôrre uma cruz de ferro, feita com gôsto, e proporcionada à altura da tôrre, sendo necessário para seu enfeite adornar-se com duas esferas de cobre doirado, e um galo do mesmo metal, que só assim realçará a obra".

Ourives e sineiros

Manuel Pinto Lopes consertou a açucena de São José, sendo pago a 4 de julho de 1781 (doc. 183); José Antônio, morador em Congonhas do Campo, fundiu o sino grande por 42 oitavas e foi pago a 10 de abril de 1763 (docs. 195 a 197); José da Costa Carvalho fêz um sino, conforme recibo de 15 de novembro de 1768 (doc. 198); Crispim Gonçalves de Oliveira, de Mariana, fundiu dois sinos e recebeu 54 oitavas e 3 quartos a 8 de junho de 1773 (docs. 200, 201 e 199); Manuel José Rodrigues, uma âmbula de prata, com o pêso de 286 oitavas ,em 1825, por 65$320 (doc. 245); Mariano Freire dos Santos recebeu 21$060 "de fazer o vaso (?) de prata, em 1835 (doc. 253).

Alfaias

Calixto José da Costa recebeu uma oitava por um môcho de jacarandá, de pés de cabra, que fêz para a irmandade a 15 de dezembro de 1807 (doc. 156).

Pedro de Miranda fêz uma imagem do Santo Cristo, pela qual lhe foram pagas 4 oitavas a 14 de setembro de 1746 (documento 202).

Garcia de Sousa recebeu oitava e meia de ouro de duas imagens de Nossa Senhora do Parto, de sua autoria, a 9 de fevereiro de 1785 (doc. 203).

Joaquim dos Reis, do feitio de uma cruz de jacarandá, recebeu 7 oitavas e um cruzado de ouro (7-1/2-4), a 27 de fevereiro de 1769 (doc. 207).

Manuel Antônio do Sacramento fêz umas tochas e por êste serviço cobrou 6$450 e os recebeu em 1834 (doc. 249); fêz ainda uns tamboretes, de madeira e sola (doc. 252).

Agostinho José da Silva fêz os dois tocheiros do altar-mor por 26$640 rs., em 1835 (doc. 254).

Francisco Alves Liua, do feitio de três tamboretes, recebeu 3 oitavas e meia a 12 de julho de 1770 (doc. 263).

Joaquim Rodrigues Barbosa, também chamado Joaquim Manuel, fêz seis castiçais, quatro palmas, três sacras e uma cruz (docs. 215 e 216).

Manuel Monteiro de Sousa fêz tochas (doc. 217).

Marcelo Ferreira da Silva, um armário (doc. 218).

Antônio José da Silva, uma cruz de jacarandá (doc. 219).

Domingos de Mota, uma cruz de jacarandá (doc. 225).

FRONTISPÍCIO

Tem beleza o frontispício da igreja de São José. Sua balaustrada de uma pedra-sabão bem escolhida, de magnífico tom azulado, e bem trabalhada, e sua tôrre adornada de graciosas pirâmides, emprestam à modesta igrejinha a majs risonha aparência.

O bom gôsto da obra está a denunciar o provável autor do seu projeto — Antônio Francisco Lisboa. Provável, digo, porque há dois riscos; um, do Aleijadinho, de 1772; outro, de João Machado de Sousa, de 1801. Êste é chamado, nos documentos, *risco do frontispício;* o de Antônio Francisco está registrado como *risco da tôrre*. Esta classificação embora de somenos importância, entendo que deve ser grifada.

Não faltam probabilidades de se haver seguido, na execução da obra, o risco de João Machado, se atendermos a que o frontispício foi iniciado (e logo interrompido) em 1810, e definitivamente atacado em 1828, tempo em que o projeto do Aleijadinho contava já mais de cinqüenta anos e em mesa se reclamava que, na obra, obedecer-se-ia ao *risco que se há de fazer*. Isto em 1799. Entretanto, o caso, se merece estudo, toca aos técnicos (ver *riscos*, nos docs. 68, 96 e 115).

A obra foi confiada a Miguel Moreira Maia (têrmo de 29 de abril de 1810), por cujo falecimento ficou suspensa e sòmente foi reiniciada em 1828, agora entregue a José Veloso Carmo por têrmo de 25 de julho (docs. 98 a 101).

Em 1829 devia estar concluído o frontispício, visto como em tal ano, por têrmo de 12 de outubro, propunha a mesa da irmandade que se erigisse uma cruz no alto da tôrre (doc. 102).

Antes do frontispício atual, parece que tinha duas tôrres a igreja de S. José, ou, pelo menos, tratou-se ativamente de dotá-la de duas tôrres. É o que se infere de inúmeros documentos, dentre os quais apartamos para figurar neste trabalho os de ns. 103 a 114.

Diogo de Vasconcelos

Da igreja de cuja construção acabo de ocupar-me, disse Diogo de Vasconcelos (*Bicentenário de Ouro Prêto*, 165): "A pequena, mas poética, igreja de S. José igualmente recebeu o seu explêndido frontispício nesse século (XIX mencionado no período precedente), adornando-se com a tôrre e o terraço de balaustres de pedra azulada, que dão-lhe á padrasto da cidade o mais gracioso aspecto. No *Triunfo Eucarístico* menciona-se na procissão a irmandade dos pardos de S. José; e em 1731 para a capela desta irmandade se recolheu a imagem do Senhor dos Passos; enquanto se demolia e se reedificava a capela-mor da Matriz de Ouro Prêto. A antiguidade da atual capela está provada também em seus altares que são de tábuas lisas, sem embargo de dois altares laterais transportados de outros santuários pequenos, mas verdadeiras jóias de entalhamento, um mimo de escultura antiquíssima, semelhante a um bordado de tão delicada e pura que é. Esta capela tem de comprimento 33,84m sôbre 11m de frente."

DOCUMENTOS

1

Ereção da irmandade

Dizem os devotos de S. Joze da Freguezia de N. Senhora do Pillar do Ouro preto, que elles por sua devoção, dezejão Louvar ao ditto Santo, epara melhor Segovernarem assim no serviço de Deos e do ditto Santo, querem erigir,

e Crear huma Irmandade com seu Compromisso o qual aprezentão a Vossa Illustrissima para lhoconfirmar, epoderem uzar da faculdade que selheconcede, portanto // Pedem a Vossa Illustrissima lhefaça merce mandar passar Provizão de Erecção da dita Irmandade na forma do estillo e Receberão merce.

(Despacho) Passe provizão de Erecção (Estava a rubrica de Sua Illustrissima).

2

Illustrissimo Senhor — Dizem o Juis emais Irmaons da Meza que por sua devoção seachão servindo nesta Santa Irmandade do Patriarcha Sam Joze nova mente erecta na Matris de Nossa Senhora do Pillar do Ouro preto de Villa Rica que elles levantarão com Licença do Reverendo Vigário da Vara a ditta Irmandade, epor elle nova mente Creada, cujos Estatutos offerecem juntos para que Vossa Illustrissima lhefaça merce aprovallos, confirmallos na forma declarada // Pedem a Vossa Illustrissima seja servido aprovar o ditto Compromisso, eestatutos que aprezentão na forma delles declarada // Erreceberão merce//.

(Despacho) Haja vista o Reverendo Doutor Procurador da Mitra. Rio de Janeiro quatorze de Fevereiro de mil cete centos etrinta// Estava a rubrica de Sua Illustrissima//.

3

Illustrissimo Senhor — Eu já corrigi o original donde forão extrahidos estes Capitulos, que concordão com o mesmo, e não tem couza alguma que ofenda a jurisdição // Somente devo advertir que esta Confraria foi ja erecta por authoridade do Reverendo Vigario digo Conego Antonio de Pinna sendo Vigario da Vara da Villa Rica eseconcervava na matriz de Antonio Dias (?) donde se passou para esta nova Capella, eaSim não tem mais digo nececidade de ser novamente erecta, mas se deve mandar ajuntar a antigua e que seacoste aeste Compromisso eseaprezente ao Reverendo Vezitador ou ao Vigario da Vara para seperpetuar a jurisdição // Christovão de Magalhaens Porto//.

(Despacho) Passe Provisão de confirmação na forma da resposta. Rio de Janeiro quinze de Fevereiro demil cete centos etrinta = Estava a Rubrica de Sua Illustrissima = Registada afolhas setenta ecete do Livro Primeiro que serve na vezita geral do Registo das Provizoens. Villa Rica vinte equatro de Março demil cete centos equarenta etres = Barros =

4

Provisão (1730)

Dom Frei António de Guadalupe por merce de Deos eda Santa Sê Apostolica Bispo deste Bispado de S. Sebastião do Rio de Janeiro edo Concelho

de Sua Magestade que Deos guarde &. Aos que esta nossa Provizão virem Saude epas emoSenhor que detodos he Verdadeiro Remedio, Lus, eSalvação. Fazemos Saber que atendendo nôs aoque por sua Petição nos enviarão adizer o Juis emais Irmaons da Meza da Irmandade doPatriarcha Sam Jozê da Freguezia de Nossa Senhora do Pillar do Ouro preto de Villa Rica das Minas deste nosso Bispado havemos por bem delhesmandar passar a prezente nossa Provizão, pelaqual lheconfirmamos eaprovamos os vinte edous Capitulos deste Compromisso observandoce naforma daresposta do Reverendo Doutor Procurador da Mitra para boa observancia da ditta Irmandade, os quais não poderão acrescentar outro algum que tenha Vigor eobservancia, sem primeiro ser por nôs Confirmado, eaprovado, efarão termo deSogeição perante o Reverendo Vigario da Vara, e recomendamos muito aobservancia dos dittos Capitulos, emque farão muito servisso a Deos nosso Senhor, que remunerarâ acada hum o zello comque o Servir. Dada nesta Cidade de Sam Sebastião do Rio de Janeiro sob nosso Segnal esello da nossa Chancelaria aos dezaceis dias do mes deFevereiro demil sete centos etrinta annos eeu oPadre Jozeph da Fonseca Lopes escrivão da Camara ecleziastica que o sobscrevi = Estava a Rubrica de Sua Illustricima = Estava o Sello = Francisco [7] Lopes = A chancelaria coatro mil equinhentos = Ao sello vinte = Desta mil cento e vinte cinco = Provizão emque Vossa Illustricima ha por bem deconfirmar, eaprovar os vinte edous Capitulos deste Compromisso da Irmandade do Patriarcha São Jozê da Freguezia de Nossa Senhora do Pillar do Ouro preto de Villa Rica naforma aSima = Para Vossa Illustricima ver, e aSignar = Registada afolhas setenta ecete verso do Livro Primeiro que serve na vezita geral do Registo das Provizoens. Villa Rica vinte ecoatro de Março de mil cete centos equarenta etres = Barros =

5

Por mandado do Illustrissimo Senhor Dom Frei Antonio de Guadalupe Bispo desta Cidade de Sam Sebastião do Rio deJaneiro como se ve afolhas tres recebi este Livro digo Compromisso da Irmandade do Patriarcha Sam Joze Cita na Freguezia de Nossa Senhora do Pillar do Ouro preto para numerar, erubricar o qual tem vinte folhas, todas numeradas e rubricadas com a Rubrica de meu sobre nome que dis = Sanches = o que tudo vai sem vicio ou couza que duvida faça deque fis este termo. Rio de Janeiro dezaceis de Fevereiro de mil cete centos etrinta = Francisco Sanches de Castilho =

6

E não se continha mais em o proprio Compromisso que por Ordem de Sua Magestade Fidelissima se remete p.ª o Tribunal da Meza de Conciencia

(7) Deve ser "Fonseca".

e Ordens em cumprimento da Provizão expedida pelo mesmo Tribunal em oito de Março do prezente anno que se acha registada afolhas noventa esinco do Livro do Registo Geral deste Juizo por bem daqual e a requerimento do Procurador desta Irmandade o fiz trasladar fielmente do proprio que pelo mesmo Procurador me foy aprezentado, que de como o tornou a receber para o remeter abaixo aSignou com o qual este conferi, sobscrevy, emSerrey, eaSigney e comSertei com o Doutor Joze da Costa da Fonseca do Desembargo de Sua Magestade, Ouvidor Geral e Corregedor desta comarca e Provedor das Fazendas dos Defuntos e auzentes, Capellas e reziduos, que numerou e rubricou todas as folhas que neste traslado se achão escriptas, epelas comigo conferir aSignou. Villa Rica a dezanove de Agosto de mil sete centos seSenta ecinco annos. Amaro Joze de Araujo Escrivão da Provedoria dos auzentes, Capellas eReziduos que a sobscrevy, emSerrey eaSigney e consertey // Costa Fon.ca // Amaro Joze de Ar.o // M.el Ant.o da Em.cam // C.o por mim Amaro Joze de Ar.o //

Para o Dr. Prov.dor — Das Rubricas ao Men.o a oitenta reis cada hua de 6 folhas	480
Para o Escr.am — Raza contada no fr.a do Regim.to atendendo algũa mayoria q̃. tem de letras	2.466
	2.946
Desta conta	150
Soma tudo	3.096

V.a R.ca 28 de Ag.to de 1765 — O Cont.dor do Juizo

Ign. Jozê Fagundes

7

EREÇÃO DA PRIMEIRA CAPELA (1726)

Illmo. S.or // Dizem os homens pardos desta V.a Rica que elles com ajuda de Deos tem instituhido a Confraria do S.or São Joseph dos bem cazados em vertude de hũa Provizão que alcançarão do Rdo. Vigr.o da V.a que então servia Ant.o de Pina a q.l a tem emseo poder o Rdo. Parocho da Matriz de N. Sr.a do Pillar do Ouro preto; e a Eleição q̃ junto offerecem e p.a poderem os Sup.es fazerem a cappella do d.o Sto. no lugar e citio que lhe concignou a camara desta V.a lhes hê perciza Licença de V. Illma. // portanto // P. a V. Illma. que attendendo ser a obra tão meritoria e tanto do aggrado de

Deos nosso Sr. seja servido concederlhes ad.ª Licença v.to terem os Sup.es já a Imagem do S.to feita como tambem terem comprado as madr.as e mais materiaes necessr.os e no entanto querem collocar o S.to na d.ª Matriz // E. R. M. //

(Despachos) Informe o Rdo. Parocho e torne *(Rubrica de S. Illma.)*.

Juntem os Sup.es a Provizão p.ª q̃. estando em termos selhe confirme. V.ª Rica 14 de 8br.º de 726 *(Rubrica de S. Illma.)*.

P. Provizão de Ereção da Capella em forma. V.ª Rica 16 de 8br.º de 726 *(Rubrica de S. Illm.)*.

8

Informação

Illmo. S.or — o q̃. posso dizer a V. Illma. no p.ar da petição dos Sup.es he q̃. o Rdo. mestre escolla Ant.º de pina Vigr.º da Vara q̃ foy desta V.ª lhes concedeo licença p.ª fazerem a Capella de q̃ tratão Cuja se acha em meo poder e q̃ outro Sim me consta p.r ouvir dizer q̃ a Cam.ra desta V.ª lhe tem consignado lugar p.ª ad.ª Capella como tambem madr.as p.ª a mesma e outros materiaes tem os Sup.es juntos p.io q̃ me parece justo o requerim.to q̃ os Sup.es fazem a V. Illma. e q̃. selhes conceda a graça q̃ pertendem sem prejuizo dos dir.tos Parochiaes. V. Illma. determinarâ o q̃ for servido. V.ª Rica 13 de 8br.º de 1726 // O Vigr.º Fran.co da S.ª de Alm.da //

9

Provisão (1726)

D. Fr. Antonio de Guadalupe por m.ce de Deos e da Sancta Sê Apostolica Bispo da cidade de S. Sebastião do Rio de Janr.º e sua Diocesi do conselho de S. Mag.de q̃ Deos g.de & // Aos que a prez.te nossa provizão virem saude e paz em Jezu Christo nosso Senhor q̃ detodos hê verdadeiro remedio e salvação. Fazemos saber q̃ attendendo nos ao que nos enviarão a dizer por sua petição os homens pardos desta villa q̃. elles tem instituido a confraria do S.or São Joseph dos bens cazados em virtude de hũa provizão q̃ alcançarão do Rdo. Vigr.º da Vara q̃ então servira Antonio de Pina, e para poderem os Supp.tes fazerẽ a capella do dito Sancto no lugar e sitio q̃. lhe consignou a camara desta Villa pedindo nos por fim de sua petição lhe fizessemos m.ce conceder Licença p.ª a erecção da dita Capella, visto terem jâ a Imagem do dito Sancto, madeiras, e mais necessarios, e receberia m.ce a qual petição sendo por nôs vista havemos por bem de conceder Licença, como pella prez.te nossa provizão a concedemos p.ª arigir a capella do gloriozo S.or S. Jozeph dos bens cazados sendo em Lugar decente aSignado pello Rdo. Vigr.º e despois de edificada e dotada como mandão as constituiçoens recorrerão a nôs

para a mandarmos vizitar e benzer. Dada nesta Villa Rica sob nosso signal e sello aos vinte e tres dias do mez de Outubro de mil sete centos e vinte e seis. E declaramos q̃ a dita L.ca a concedemos não prejudicando os direitos parochiaes. E eu o P.e Christovão de Mag.es Pinto a fiz e sobscrevi // *Rubrica de S. Illma.*) L + S. A chanc.a 12$000 // Ao sello 93 rs. // Provisão porq̃. V. Illma. he Servido conceder Licença aos homens pardos desta Villa para *erigirem hũa capella com a invocação de S. Jozeph na forma aSima* // P. V. Illma. ver //.

10

Bênção da nova capela

Dizem o Juis e mais Off.es da Irmand.e de S. Jozê na cappella do m.o S.to na freg.a do Ouro pretto que os Supp.es tem renovado ad.a Capp.a com novas paredes e em tudo feita de novo, que se acha, ja cuberta, e em termos de se vizitar, e benzer ep.a o mesmo pertendem os Supp.es tornar a collocar a Imagem do m.o Sto. e outras que se achavão fora da d.a Capp.a por occazião das d.as obras, fazendoSe p.a isso hũa Procissão com a sollemnid.e e decencia, que permitte a pobreza dos Supp.es; e porq̃. o Rdo. Dr. Thiadoro Frr.a Jacome movido da sua devoção, egr.de charid.e está prompto p.a fazer estas acções de vizitar, e benzer; e tambem pregar, tudo por esmolla // P. a V. Ex.ça lhe faça m.ce m.dar passar Provizão p.a a vizita, e benção da d.a Capp.a e p.a ad.a Procissão com as d.as Imagens dirigido tudo ao d.o Rdo. Dr. // E.R.M. //.

(Despacho) — P. P. p.a vizitar e benzer *(ilegível)* Imagens são as mesmas, damos Licença p.a se collocarem em Procissão. Mnn.a e de Mayo 6 de 1757 *(Rubrica de D. Frei Manuel da Cruz)*.

11

Provisão (1757)

Dom Fr. Manoel da Cruz da ordem do Dr. melifluo São Bernardo por merce de D.s e da S.ta Se Apost.a primr.o Bispo deste Bp.do de Mar.a e do Cons.o de S. Mag.e fidellissima q̃. D.s g.de &. A todos os fieis christaons nossos subditos Saude, e paz p.a sempre em JESVS christo nosso Sñr. q̃. de todos he verdadr.o *remedio e salv.am*. *Fazemos saber q̃. attendendo* Nos ao q̃. por sua p.am retro nos enviarão a dizer o Juiz e mais Off.es da Irm.de de S. Joze, erecta na Capella do mesmo S.to na freg.a do Ouropreto; Havemos por bem de conceder L.ça pela pr.te nossa Prov.am ao Rdo. Dr. Theodoro Frr.a Jacome p.a q̃. possa vizitar a nova capella de S. Joze, e achandoa com a decencia necessr.a ornam.tos das quatro cores, caliz todo de prata, palaz de linho e sanguinhos de palmo e meio em quadra, pedra de Ara sagrada de sufficiente grandeza, e as mais couzas necessr.as p.a a decencia de tam alto Sacrificio da

Missa a poderâ benzer na forma do Ritual Romano e, benzida, nella se poderâ dizer Missa; e da sua vizita e bênção passarâ certidão nas costas desta p.ª a todo tempo constar: como tambem concedemos L.ça p.ª q̃ se possão collocar ad.ª Imagem S. Joze e as mais q̃ se achão fora, e pertencião a Cap.ª velha, na nova Capella, trazendoas em procissão solemne de onde se achão; o q̃ se farâ com toda a veneração e decencia devida; e serâ reg.da esta onde pertencer. Dada e passada nesta Cid.e Mar.ª sob nosso signal e chanc.ª e sello de nossas armas, aos sete de Mayo de 1757. E eu Antonio Monteyro de Noronha Escrivam Ajudante da Camara Ep.al que a escrevi // *Rubrica de Sua Excia.* // L + S — Montr.º // Fica reg.da no L.º 4.º de Prov. afls. 138 — *Nogr.ª* // A chanc. gr. // Sello — 75 rs. // Feitio — 310rs // Reg. 122 e 1/2 rs P.q̃ V. Excia. R.ma he serv.do m.dar passar a favor do Juiz e mais Off.es da Irm.de de S. Joze p.ª o Rdo. Dr. Theodoro Frr.ª Jacome vizitar e benzer a nova Cap.la dod.º S.to e p.ª se collocarem as Imagens *(ilegível)* RegisteSe // V.ª Rica 8 de Mayo de 1757 // *Correa* // Fica reg.da no L.º 1.º das Prov.es afls. 197 // *Machado* //

Certificado de visita (1761)

O Dr. Joseph dos Santos, Conego Penitenciario na Sê de Mar.ª, Reytor do Seminario da mesma Cid.e, Juis das dispensaçoens matrimoniaes, Examinador Sinodal e vizitador geral deste Bispado por Sua Ex.ça R.ma &. Faço saber que vizitando pessoalmente a Capella do Sr. Sam Joze filial desta matriz de Nossa Senhora do Pillar do Ouro Preto a achey decentemente ornada e paramentada o que muito louvo aos seos Irmaons e devotos // E porque esta Capella he do Sr. S. Joze devem os seos Irmaons e applicados pagarlhe algum spiritual feudo pello que m.to os exorto em o Sr., e ao seo R. Capellam que agora he e ao deante for, que todos os domingos e dias santos, no fim da Missa faça cantar aos seos applicados sete padrenossos, sete Avemarias e sete Glorias Patri, em louvor das sete penas, e sete gosos que teve o Sr. S. Joze q.do andou neste mundo pella qual devoSam pormeteo o Santo sete dons aos seos devotos, opr.º de os fazer devotos de sua Esposa M.ª Sm.ª N. Sra., o segundo de lhes dar boa morte, o 3.º saude corporal, o 4.º medo e terror cauzado aos seos Inimigos, o 5.º suceSam de filhos e familia, o 6.º sair com facilidade do peccado, o 7.º Dom de castidade. Deve tambem o R. Capellam exortar aos seos applicados que quem tiver huma imagem do mesmo glorioso Santo pella manham e a noyte lhe tomar a bençam como a Pay, ou beijar o anel do mesmo S.to ganha m.tas graças e Indulgencias. Dado nesta freguezia de N. Snr.ª do Pillar do ouro preto aos 11 de M.ço de 1761 // E eu Joze Soares Ar.ª Brandam Secretario da v.ta geral que o escrevi // Declaro que como na forma da Provizam de S. Ex.ça Rma. devia estar a Certidão da vizita

e bensam da Capella nas costas da dita Provizam, o que nella se não a cha, e me informam ser por resp.to das m.tas occupaSons do Rdo. Dr. Vigr.º Geral Theodoro Ferreyra Jacomo a quem veyo comissam p.ª o dito effeyto. Mando que no tempo de tres mezes pena de Interdito se lance a dita Certidam junto deste Provimento p.ª a todo tempo constar, e que neste caderno se não escreva mais do que o que pertencer aos provimentos das vizitas e documentos da Capella nova e velha e eu Secretario da vizita geral que o escrevi // O Viz.or g.al *Joze dos Santos* // Dou de esm.ª p.ª as obras do Gloriozo Patriarcha S. Joze sinco mil rs. q̃. he o q̃. me tocava do emolum.to da viz.ª da sua Cap.ª e tambem dou de esm.ª toda a import.ª das rubr.as deste coaderno // *Santos* //

13

Certificado de bênção

Em virtude da Provizão retro do Excllmo. e Rmo. Sr. D. Fr. Manoel da Crux primeiro Bispo deste Bispado vizitei a Capella de S. Joze q̃. se tinha reedificado de novo e pella achar com decencia e ornam.tos das quatro cores de q̃. vsa a Igr.ª e todos os mais pertencentes ao culto D.º a benzi na forma do Ritual Romano de q̃. passei a prezente. Marianna e de Abril 2 de 1761 // *Theodoro Ferr.ª Jacome* //.

(Todos os documentos até aqui transcritos constam do caderno a que nêles se faz referência, e do L.º do Compromisso).

14

Serviço na primitiva capela (1745)

Receby de Luis dos Santos Corea como thezoureyro da Irmandade de S. Jozeph tres oytavas emeya deouro proçedidas de sete dias de trabalho de carpinteyro epelas ter recebido lhe pacey este por minha Letra e sinal oje Vila Rica 26 de Julho de 1745 a. declaro qne foy do concerto q̃ se fes no fronte espicio da Igreja // *Leandro Soares de Carvalho* // *L.º de Recibos aberto em 1745, fls. 90v.*

15

Outros serviços (1749)

Termo que fazem os Irmãos de S. Joze sobre a obra do Soalho e mais reparo da Capella q̃. erão precizos q̃ ajustarão com o Off.al Carpintr.º João Fran.co de que se aSignarão os 4 Off.es mayores da meza.

Aos vinte dias do mes de Julho de mil Sete centos e corenta e nove annos estando em meza o Juiz e mais Off.es da Irmand.e do Patriarcha S. Joze e

Irmãos de meza abaixo aSignados por todos convierão a q̃ por careSer a Capella de ser aSoalhada se ajustasse o aSoalho e q̃ se convocassem alguns devotos p.ª concorrerem comsuas esmollas eq̃. cazo estas não bastassem oq̃. faltasse fosse a custa da d.ª Irmandade por ser em utilidade dad.ª Capella ejuntam.te convierão mais emq̃. sefizesse hũ coro emais alguns concertos deq̃ a mesma Capella carecesse, para cujas despezas ordenarão ao Thezoureyro da mesma Irm.de Luiz dos Santos Correa p.ª satisfazer pelloz bens dad.ª Irm.de cobrando de tudo recibo p.ª a todo tempo selhe levar em conta aoq̃. em nenhũ tempo selhe porâ duvida algũa por toda d.ª despeza ser feyta com ad.ª Capella e todos os d.os Irmãos uniformen.te convierão nad.ª obra ep.ª clareza de tudo eao prez.te senão achar o libro dos termos empoder do Escrivão por estarem em correyção selançou este termo neste livro velho q̃. servia de assentos p.ª a todo tempo vindo q̃ seja od.º livro lançarse nelle od.º termo p.ª oq̃. neste seaSignarão todos dia e era ut supra eeu escrivão oaSinei Joze Teixr.ª da S.ª // Pedro Miz // Antonio da Sylva //. *L.º de Entradas de Irmãos, fls. 104v.*

16

Risco (1746)

Recebi do L.do Manoel de Araujo Cortes como tezr.º da Irm.de do Sr. S. Jozeph dos Pardos desta V.ª R.ª do ouro preto trinta e quatro oit.as de oiro pelo desenho q̃. lhefis p.ª anova obra da Capella dod.º S.to epor Verd.e lhe pacei este por mim feito e acignado V.ª R.ª 20 de Dezbr.º de 1746 // *Fran.co Br.co de Barros Barriga, L.º de Recibos de 1745, fls. 113v.*

17

Obra de pedra do corpo da nova capela (1753-61)

Recebi por mão de pedro mīz como tizoureiro da hirmandade do Sor. S. Joze duzentos e dez mil reis que he o emporte do pr.º pagam.to da hobra com digo da hobra que ajustei com a d.ª hirmandade ep.ª sua clareza lhe pacei este de m.ª letra e signal V.ª Rica nove de 7br.º de 175.. // Joze Pr.ª dos S.tos // *O último algarismo do milésimo (ano) está ilegível; mas o recibo figura entre os de 1753 e 1754 no L.º de Recibos de 1745, fls. 98v.*

18

R.ce por mão de pedro mīz como tizoureiro da hirmandade do Sr. S. Joze coatro sentos mil reis e conta do segundo pagam.to da nova obra que com o d.º e a meza ajustei e por aver ReSebido ad.ª q.tia lhe paSei este de m.ª letra e signal V.ª Rica coatro de maio de 1755 // Joze Pr.ª dos S.tos // *L.º cit., fls. 100.*

19

R.ce mais da mão do d.o Sr. acima tres oitavas e coatro ventens de custas que fes ad.a hirmandade acima do anno de 1753 para o de 1754 do primeiro pagam.to da d.a hobra ep.a clareza lhe paSei este de m.a letra e signal V.a Rica coatro de mayo de 1755 // Joze Pr.a dos S.tos // *L.o cit.*, fls. 100 (8).

20

R.ce do hirmão thizoureiro fran.co de araujo corr.a des oitavas e hum ventem de ouro a conta das hobras do Sor. S. Joze ep.a sua clareza lhe pacei este dem.a letra e signal V.a Rica 14 de mayo de 1755 // Joze pr.a dos.tos // *Liv. cit., fls. 101.*

21

ReSebi por mão de fran.co de araujo Corr.a como thisoureyro da hirmandade do pratriarca S. Joze a coantia de cincoenta e dous mil e quinhentos Reis cuja coantia resebi a conta do ajuste da nova hobra que com ad.a hirmandade fis e por ter ReSebido ad.a lhe pacei este por mim feito eacignado V.a Rica 17 de 8br.o de 1755 // Joze Pr.a dos S.tos // *L.o cit., fls. 101v.*

22

R.ce mais por mão dod.o Araujo como thizoureiro dad.a hirmandade acima vinte e ceis oitavas ehũ coarto digo vinte e ceis oitavas e meya etres ventens de ouro cuja coantia reSebi a conta da nova hobra que ajustei com ad.a hirmandade ep.a sua clareza lhe pacei este por mim feito e aSignado V.a Rica 17 de 7br.o de 1755 // Joze Pr.a dos Santos // *L.o cit.*, fls. 101v.

23

Rec. mais por mão de fran.co de araujo corr.a como thizoreyro da hirmandade do patriarca S. Joze vinte e tres oitavas e tres coartos e coatro ventens de ouro a conta da nova Capella que lhe estou fazendo e por verdade lhe pacei este por mim feito e aSignado V.a Rica oito de marso de 1756 // Joze pr.a dos s.tos // *L.o cit., fls. 102.*

---

(8) A propósito do litígio, um recibo do dr. Claudio: R.e por huns Embargos que fiz emnũa Causa da Irm.de com Joze Per.a dos Sanctos quatro 8.as por mão do Thezour.o Fran.co Correa e em verd.e pascei este V.a Rica 4 de Agosto de 1757 // Claudio M.el da Costa // *Livro cit., fls. 106.*

24

R.ce por mão de fran.co de araujo corr.a como tizoureiro da hirmandade do patriarca Sam Joze cinco oitavas etres ventens de ouro por conta da modança da fresta da nova capella que faSo ad.a hirmandade epor aver reSebido ad.a q.ts lhe pacei este por mim feito eaSignado V.a Rica 15 dejunho de 1756 // Jozé Pr.a dos S.tos // *L.o cit.*, fls. 103.

25

R.ce por mão doSor. Fran.co de araujo como Thizoureyro da hirmandade dopatriarca S. Joze vinte digo trinta e sete oitavas ehum coarto deouro vinte eSete oitavas emeya ReseBo a conta da nova parede eportal de cantaria que fis ad.a hirmandade fora do ajuste danova Eigreja eceis oitavas de ouro reSebo a conta do nicho que faSo por cima da porta prencipal dad.a Eigreja que ajustey denovam.te com od.o araujo e tres oitavas etres coartos de ouro reSebo por mão dod.o araujo por conta do ajuste prencipal da nova Igreja que tudo faz ad.a emportancia das d.as trinta e sete oitavas ehum coarto acima declarados e por ter ReSebido as d.as coantias acima na forma dita lhe pasey este por mim feito eaSignado hoje v.a Rica oito dag.to de 1757 // Joze Pr.a dos S.tos // *L.o cit.*, fls. 106.

26

Recebi do Thezour.o Pedro Martins quinze oitavas de ouro a conta da cal que boto por conta de Joze Pr.a naobra de S. Joze epellas ter Recebido lhe paSei este som.te por mim aSinado. V.a Rica 12 de Abril de 1758 a // João de Amorim Pr.a // (*À margem:* "levarei em conta as d.as 15/8.as que reSebeu ad.o amorim — Joze pr.a dos S.tos //. *L.o cit.*, fls. 107v.

27

ReSebi por mão da hirmandade do patriarca S. Joze honze oitavas e tres coartos e coatro ventens de ouro por conta da rematação da nova Igreja da d.a hirmandade que lhe fiz e p.a sua sua clareza lhe pacei este por mim feito e aSignado V.a Rica 24 de ag.to de 1759 // Joze Pr.a dos S.tos // *L.o cit.*, fls. 114.

28

Rci do Thezr.o Felipe Roiz da S.a Secenta e quatro oitavas a conta de mayor q.tia que deve a d.a Irmandade a Joze Per.a dos Santos daobra da cappella cuja cobrança pertence a tttria de M.el Dias da Costa e eu como pro-

curador do tttro passo este por mim feito e assignado P.e F.a 29 de Mayo de 1761 // Miguel Alz de Souza // *L.o de Recibos de 1745* (9), fls. 11v.

29

EMADEIRAMENTO (1756-85)

ReSebi da mam do Sr. fran.co de araujo coreia vinte outavas de ouro a conta da obra de madeyramento e por areceber lhe paSey este p.a sua clareza hoje V.a R.a 22 de maio de 1756 a // Manoel Roiz graça // Resebi maes a conta que declara aSima seeis outavas de ouro // Manoel Roiz graça //. *L.o cit.*, fls. 104.

30

ReSebi da mam de fran.co dearaujo como tezoureiro da irmandade de sam Joze outo outavas de ouro aconta da obra do madeyramento da dita capela hoje 7 de setembro de 1756 a // Manoel Roiz graça // ReSebi maes da mesma mão coatro e meya ehum vintem de ouro do madeiram.to // Manoel Roiz graça // *L.o cit.*, fls. 103v.

31

ReSebi maes da mam do Sr. fran.co dearauio outo outavas a conta da obra de madeyram.to da capela e por as tereSebido paSey este por mim feyto easinado hoje 26 de maio *(sic)* // Manoel Roiz graça // *L.o cit.*, a fls. 104 (Êste recibo, no cit. livro, figura entre outros de 1757).

32

ReSebi do tezourero do Sr. S. Joze des outavas de ouro a conta da obra do madeyramento da dita capela epor aSim ser verdade paSey este aele fran.co de araujo corr.a como tezourero da dita ermandade por mim feyto eaSinado hoje 3 de junho de 1757 // Manoel Roiz graça // *L.o cit.*, fls. 104 v.

33

ReSebi do tezourero pedro martis do monte como tezourero dairmandade de sam Joze vinte outavas e coarto e doues vinteis de ouro maes tres outavas

(9) Êsse livro, a que faltam as três primeiras fôlhas, do princípio até a fls. 73, contém recibos de 1745 a 1785; e de fôlhas 83 a 129, outra vez recibos do mesmo período.

e meia que tudo faz a conta do segundo pagamento epor aSim ser verdade paSey este p.ª sua descarga por minha letra e sinal hoje 4 de fevereyro de 1758 a // Manoel Roiz graça // *L.º cit.*, fls. 107.

34

ReSebi do tezourero pedro martis nova outavas e hum cruzado asaber nove outavas por conta das obras que fis na dita capela que constão de obrigaSões que ha de parte a parte ehum cruzado de conserto que fis na caza do capelam V.ª R.ª 24 de marso de 1759 a // Manoel Roiz graça // *L.º cit.*, fls. 110 v.

35

ReSebi do tezourero felibe Roiz da S.ª seeis outavas de ouro a conta da obra do madeiramento da capela do Sr. Sam Joze epor verdade paSey este por minha letra eSinal hoje V.ª R.ª 22 deagosto de 1759 // Manoel Roiz graça // *L.º cit.*, fls. 7. (Ver nota 28).

36

ReSebi da mam do tezourero felipe Roiz daS.ª sete outavas e nove vinteis de ouro a conta do madeyramento da capela de sam Joze epor aver ReSebido paSey este por mi feyto e aSinado V.ª R.ª 3 de junho de 1760 // Manoel Roiz graSa // *L.º cit.*, fls. 9 v.

37

ReSebi do tezourero felipe Roiz daS.ª outro outavas de ouro aconta do madeyramento da capela do Sr. Sam Joze e por aSim ser verdade lhe paSey este por mim feyto eaSinado hoje 29 de marso de 1761 a // Manoel Roiz graça // *L.º cit.*, fls. 10 v.

38

ReSebi de joam martis maia tres outavas etres coartos e coatro vinteis de ouro porsedidos de hũas empanadas de taboas q̃ sepuzeram nas toures da mesma capela de sam Joze a saber tres outavas emeia das empanadas e douze vinteis de hua taboa p.ª o almario epor verdade paSey o prezente porminha Letra eSinal hoje 20 de Janr.º de 1762 a // Manoel Roiz graSa // *L.º cit.*, fls. 12.

39

ReSebi do tezourero da irmandade do Sr. Sam Joze Joam martis maia seeis outavas de ouro aconta demaior coantia qnemedeve adita yrmandade e

por aver ReSebido paSey este por mim feito e aSinado hoje V.ª R.ª 6 de fr.º de 1762 // Manoel Roiz graSa // *L.º cit.*, fls. 12 v.

40

R.ce do Thezr.º da Irm.de de S. Joze duas 8.as e meya aconta de mayor q.ta q̃ a Irm.de me deve de obras de meu off.º deCarapinna epor ashaver recebido dod.º Thezr.º lhepaSei este som.es por mim aSignado V.ª R.ª 26 de 8br.º de 1763 // Manoel Roiz graça // *L.º cit.*, fls. 17 v.

41

R.ce do Thezr.º da Irm.de de S. Joze Seis 8.as de ouro aconta de mayor q.ta epor as haver recebido lhe paSey este som.es por mim aSignado V.ª R.ª 13 de Mayo de 1764 // Manoel Roiz graça // *L.º cit.*, fls. 19 v.

42

ReSebi do Sr. Alferes pedro daS.ª Leitam trinta outavas eSeis viuteis de ouro possedidas de meuo trabalho de meo ofiSio de carapinteiro no imadeiramento da capela mor e ReSebi do dito thezorero de sam joze epor as aver ReSebido lhepaSey este por minha letra eSinal V.ª R.ª 17 de 9bro de 1765 a // M.el Roiz graSa // *L.º cit.*, fls. 21 v.

43

R.ce do Tezour.º Pedro da S.ª Leitão quarenta oitavas de ouro aconta da Obra da Capellamor, Cuja Obra ao depois ajustei por termo q̃ consta do L.º delles p.r preço de Cento ecincoenta oitavas de ouro; ecomo antecendentem.te tinha recebido ad.ª q.tia aSeacha carregada na despeza q̃ dâ od.º Tezr.º afls. 79 a levarei em conta no preço emq̃. estâ justa p.r termo; ep.ª clareza passo o prez.te Som.te p.r mim assinado V.ª R.ª 14 de Julho de 1766 // Mel. Roiz graSa // como Test.ª Ant.º Leite da S.ª // como Test.ª Fran.co Ar.º Corr.ª // Tt.ª Narcizo Joze Bandr.ª // *L.º cit.*, fls. 117.

44

ReSebi do procurador de S. Joze Ant.º Leite daS.ª corenta e hũa outava e doze vinteis de ouro aSaber trinta e seeis e coatro vinteis aconta da obra da capela mor eSineo outavas ehum coarto de varios consertos que fis nas cazas que pertense a esta Irmandade epor verdade lhe pasei este por mim feito eaSinado V.ª R.ª 2 de setembro de 1767 // Mel. Roiz graSa // *L.º cit., fls. 25 v.*

45

ReSebi do Sr. Alferes joam Martis Maia quinze outavas ehum vintem deouro aconta das portas e janelas de Sacrestia econsistorio V.ª R.ª 26 de M.ço de 1770 a // Mel Roiz graSa // *L.º cit., fls. 30 v.*

46

ReSebi do thezr.º da irmandade de sam Joze Sr. JoAm Martis Maia Dezaseeis outavas de ouro por conta do ajuste das janelas e portas da sancrestia e consistorio e por aver ReSebido adita coantia lhe paSei este de minha letra eSinal V.ª R.ª 15 de Setembro de 1770 // Mel Roiz graSa // *L.º cit., fls. 32 v.*

47

ReSebi do thezourero o Sr. Alferes joam Martis Maia duas outavas e douze vinteis de ouro proSedidas de pregos que conprei p.ª a irmandade de sam joze ep.ª descarga dod.º paSei este por mim feito eaSinado v.ª R.ª 24 de 7br.º de 1777 a // Mel Roiz graSa // *L.º cit., fls. 52 v.*

48

ReSebi do Sr. Alferes joam Martis Maria Seeis outavas emeia ehum vintem de ouro porsedidas de meuo trabalho de carapinteiro que trabalhei nas ilhargas da capela mor ep.ª clareza paSo este porminha letra eSinal V.ª R.ª 9 de dezembro de 1777 a // Mel Roiz graSa // *L.º cit., fls. 54 v.*

49

ReSebi de M.el Roiz graSa thezourero da irmandade de Sam Joze SeSenta enove *(sic)* e coarto de ouro prosedidas de varias obras que fez com os seos ofeSiaes na dita capela comõ consta do seu Rol epor verdade paSei este por mim feito eaSinado V.ª R.ª 27 de 9bro de 1779 // Mel Roiz graSa // *L.º cit., fls. 58 v. À margem:* "declara em fronte".

50

Aq̃ declaro q̃ o ReSibo em fronte de SeSenta e nove outavas ecoarto de ouro sam proSedidas de jornaes de meuo ofiSio de carpinteiro e ofiSiaes que comigo andaram em varias obras da capela desta Irmandade como foy a Reforma do Camari efeitio de portas e andames p.ª pintar a Reforma do arco cruzeiro coutras obras meudas feitas na mesma capela que touda vem a montar

na dita çoantia V.ª R.ª 27 de 9bro de 1779 // Mel Roiz graSa // *L.º cit., fls. 59*.

51

R.bi de mim m.mo como Tezr.º da Irm.de de S. Joze aq.tia de cento e onze oitavas quarto e cinco v.s de ouro por conta doq̃. a mesma me devia como consta das contas lançadas a fl. 5 v., fl. 51 efl. 54 do L.º de Receita e despeza della, semefica restando sete oitavas e sete v.s V.ª R.ª 22 de Fevr.º de 1784 // M.el Roiz graça thezr.º // *L.º cit., fls. 123*.

52

ReSebi de Mi mesmo como thezourero que servio acoantia de coatro outavas emeia de ouro edois vinteis aSaber duas outavas de panelas grandes e piquenas e fugareros epineiras e hum pao de trinta palmos por tres coartos ehum dito de vinte eSinco por hum cruzado dous de quinze palmos por meia outava seeis paos apique groSos por seeis vinteis e Sincoenta telhas por meia outava tudo vendi p.ª airmandade do Sr Sam joze epor aSim ser verdade paSo este por mim feito eaSinado v.ª R.ª 18 defr.º de 1785 a // Mel Roiz graça // *L.º cit., fls. 73 v.*

53

Recibos de Antonio Rodrigues Falcato (1760-82)

Receby do Thezoureyro da Irmandade do Patriarcha S. Joze Phelipe Roiz da S.ª outenta e tres outavas e coarto etres veutens de ouro procedidas de mayor q.ta do pagamento da obra da Capella mor ou Sacrestia de q̃. sou rematante e por as ter recebido lhe pascey este para sua clareza som.te por mim aSignado hoje V.ª Rica 9 de Julho de 1760 a // Signal de Ant.º + Roiz Falcato // Como testt.ª Fran.co Alz da S.ª // Como T.º q̃ este fis a rogo do sobredito Fran.co de Lima // *L.º cit., fls. 10*.

54

Recebi do Thezoreyro do Patriarca São Jozê Felipe Roiz da Silva dezanove Oitavas e meya e Seis vintens de Ouro aconta do pr.º pagamento da nova obra da Capella Mor q̃. aRematei do patriarcha São Jozê e pelas ter reçebido as levarei em conta no dito pagamento epor verdade pedi e roguei a Manoel Gonsalves Santhiago q̃. este por mim fizeçe e como testemunha assignaçe e eu meaSignei com o meu signal costumado q̃ he huma crus Pf 28 de M.co de 1761 // Signal de Antonio + Roiz faleato // Como Testemunha q̃ este fez a rogo do sobre dito Man.el Gonsalves Santhiago // *L.º cit., fls. 10 v.*

55

R.ce de M.el Roiz graSa tizour.º da Irmandade de São Joze dos pardos desta vila coatro oitavas de ouro por conta do pagamento da obra dacapella mor q̃ fez Ant.º Roiz falcato e p.r ser a conta do seg.do pagam.to e ter ordem do arematante p.a as receber as R.co e paSo este q̃. aSino som.te V.a R.a 28 de Agosto de 1763 // Ant.º Joze da Costa // *L.º cit., fls. 17 v.*

56

Receby de Manoel Roiz Graça tezoreyro do Patriarca S. Jozeph dos Pardos desta Villa coatro oytavas de ouro por conta do pagamento daobra da capella mor q̃ fas Ant.º Roiz falcato epor ser a conta do segundo pagam.to e ordem do aRematante por as receber eas receby epaco este som.te por mim aSignado V.a Rica 26 de 8br.º de 1763 a // Ant.º Joze da Costa // *L.º cit., fls. 17 v.*

57

R.ce do Thizr.º dairmandade dc São Joze Manoel Roiz Grassa coatrosentos e quinze mil seis sentos e cinco reis de ouro a conta do pr.º e segundo pagamento da obra que eu rematei da Capela mor e ficando sem vigor os Dois recibos que passou Antonio José da Costa que ja vão descontados nesta coantia epellas haver recebido e por não saver ler nem escrever pedi e roguei a Joze da Cunha Souto Mayor que este por mim fizese e como testemunha asinase e eu measinase com omeu sinal costumado que he hua cruz naprezencia dos mais testemunhas abaixo acinados v.a Rica 21 de dezbr.º de 1763 a // Sinal de Antonio + Roiz Falcato // Como testemunha que este vi fazer e aSinar Caetano Joze Vr.a // Como tt.a que este fis a rogo do Sobredito Joze da Cunha Souto Mayor // *L.º cit., fls. 18*.

58

Receby do Thezor.º da Irm.de de São Joze Manoel Roiz graça des 8as de ouro aconta do trecr.º pagam.to daobra da Capella mor q̃ eu aRematei epor as haver recebido enão saber ler nem escrever pedi e roguei a Ant.º Leite da S.a q̃ este por mim ofizece ecomo test.a aSignace junto com as q̃. prez.e seachavão e eu meaSignei com o meu Signal custumado q̃ he hua crus V.a R.a opr.º de Fevr.º de 1764 // Signal de Ant.º + Roiz Falcato // Como Testemunha Caetano Roiz da S.a // Como Test.a q̃. este fis a rogo do Sobredito Ant.º Leite da S.a // Como testemunha Verissimo Roĩz // Como testemunha Leandro Soares de Carvalho //. *L.º cit., fls. 18*.

59

R.ce do Alf.es Pedro sa S.a Leitão thezr.o da irmandade de S. Joze duas oitavas de ouro a conta do pagam.to da obra que se ha de fazer por conta de Ant.o Roiz falcato a contta do ultimo pagam.to epellas ter recebydo lhe paSey este som.te por mim aSinado hoje V.a Rica a 26 de Julho de 1764 // Ant.o Joze da Costa // *L.o cit., fls. 20.*

60

R.ce do Irmão Thezr.o o Alf.es Pedro da S.a Leytão quatro oitavas de Ouro aconta do último pagam.to das obras de Pedr.o do Patriarca S. Joze daconta de Antonio Roiz Falcato epellas ter reSebido paSei este som.te por mim aSignado, hoje v.a Rica 15 de Ag.to de 1764 // Ant.o Joze da Costa // *L.o cit., fls. 20.*

61

R.ce do Alf.es Pedro da S.a Leytão como tizour.o da Irmand.e dopatriarca S. Joze Setenta etres mil etrezentos etrinta etres Reis aconta do último pagam.to da capella mor de S. Joze que por ordem m.a mandey entregar a João Alz Vianna eSeu Socio Mig.el dacosta Peyxoto epor aSim ser verd.e mandey paSar este por João daS.a daffon.ca som.te por mim aSignado com o meu Signal customado que hê hũa Cruz hoje v.a R.a 24 de Nobr.o de 1764 // Signal de Ant.o + Roiz Falcato // Como tt.o q̃ este vy fazer Tehodozio Bernd.o da Fon.ca // *L.o cit., fls. 20 v.*

62

Reeeby do Alf.es Pedro da S.a Leytão como thezr.o da Irm.de do patriarcha São Joze dezoito oitavas e dois tostons de ouro p.a lhe levar em conta em hum Credito q̃ ad.a Irm.de me deve epellas ter recebido pedy e roguey aManoel de Mag.es Gomes q̃ Este por mim paSaSe ecomo test.a aSinace eeu meaSigney como meu Signal q̃ vzo q̃ he huma Crus v.a Rica 5 de 9br.o de 1766 // Senal de Ant.o Roiz + Falcato Eu q. Este fis Manoel de Mag.es Gomes // *L.o cit., fls. 22 v.*

63

Resebi do tozoureiro da irmandade de são joze tres oitavas de houro a conta de hum eredito q̃ airmandade he devedora a ant.o Rodriges falcato epellas ter resevido pasei este por mim feito eaSinado hoie V.a Rica 18 de febr.o de 1771 a // Ant.o Joze da Costa // *L.o cit., fls. 34.*

64

R.ce do tizor.º da Irmandade de S. Jozê Fran.co denegreiros hua oitava ehũ cruzado deouro aconta de hua Letra deq̃ me hê devedora ad.ª Irmandade paSada ao Ant.º Roiz Falcato. epela ter Recibido paSei este som.te por mim aSignado hoje V.ª R.ª 20 de mayo de 1774 // Ant.º Joze da Costa // *L.º cit., fls. 43 v.*

65

Recebi do Sr. M.el Roiz Graça como Tezr.º da Irm.de do Patriarca S. Joze sete oitavas de Oiro p.r conta de hũ Credito q̃. a Irm.de passou a Ant.º Roiz falcato eeu cobro como mostrador do d.º ep.ª sua desCarga passey este p.r mim aSignado V.ª Rica 22 de Fevr.º de 1782 // Ant.º Joze dacosta // *L.º cit., fls. 68 v.*

66

ReSebi do thezr.º da Irmand.e do Patriarcha S. Joze Manoel Roiz GraSa sete oitavas emeya de onro prosedidas do aJuste da obra depedra da Capella Mor como consta de hũa obrigação paSada a Ant.º Roiz Falcato aoRematante dad.ª obra epor aSim ser verdade paSei este por mim som.te aSinado Villa Rica 13 de Mayo de 1782 a // Ant.º Joze da Costa // *L.º cit., fls. 64 v.* (Ver nota 28).

67

Risco do retábulo (1773)

Têrmo que fazem os Officiaes da Irmandade de S. Jozé com Ant.º Francisco Lx.ª para a factura do risco porque se hade fazer a Obra da Capela Mor — Aos tres dias do mez de Mayo de mil Sete Centos Setenta e trez annos, nesta Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, nesta Capella de São Joze e Consistorio della, estando juntos em Meza os Officiaes da dita Irmandade; por elles foi assentado que porquanto se acha esta necessitada de fazer o Altar Mor desta Capella, acomodando nelle o retabulo que tinhão comprado, se fazia preciso convocar a Antonio Fran.co Lx.ª para este fazer o risco da mesma Obra por conhecimento cabal que delle há; para o que ordenarão ao Tizoureiro Alferes Francisco de Araujo Correa ajustasse com o dito Lisboa o mencionado risco pelo preço mais comodo que pudesse ser, que com recibo do mesmo no Livro delles selhe levaria em conta nas que desse do recebimento e despeza a esta Irmandade; e para constar mandarão lavrar este termo em que seassinão comigo Narcizo Joze Bandeira Escrivão desta Irmand.e que o escrevy // Euzebio da Costa Atayde // Narcizo Joze Bandr.ª // o Proc.or Joze Pr.ª dessa // Fran.co de Ar.º Corr.ª, Tezr.º // *L.º de Atas e Deliberações, fls. 7 v.*

67 bis

Aos coatro dias do mez de Agosto de 1772, SeSentou p.r Irmão desta Irmandade do Patriarca S. Joze, Antonio Francisco Lx.a, e SeSugeitou as Leys do Compromisso, e declara q̃ no cazo de falescer nesta freg.a q.r Ser Sepultado nesta Capella, de q̃ p.a constar faço este termo emq̃ SeaSsina comigo Narcizo Joze Band.ra Escr.m desta Irmand.e o escrevy // Antonio Fran.co Lx.a // Narcizo Joze Band.ra Escr.m //

(Na margem) Deu de sua Entrada 2/8, as quais sehão de descontar no q̃ a Irmand.e lhe deve do risco da Obra da Capella mór. *(Fl. 89 v. do L.º de Matrícula de Irmãos de São José)*.

68

Agt.º 5 - 1772	
O Ir. Antonio Frau.co Lx.a	D.e
De sua entrada	2/8

1772	
O Ir. emfronte Hade hav.r	
P.lo q̃ recebeu o Tezr.º Fran.co de Ar.º Corr.a no deseonto do q̃ selhe havia de dar do risco da obra da Capella Mor	2/8
P.lo q̃. Receb.º o Tezr.º Ant.º da Rocha Braga em paga da metade do risco da Torre	5/8as

(L.º de c/c aberto em 1745, fls. 93 v. e 94)

69

R.co do Tizour.º do Patriarca S. Joze o Sr. Alferes Fran.co de Araujo Correya quinze oytavas por hua Planta e Risco q̃ me mandou fazer p.a o Retabolo da Capela Mor epara verdade lhe pacey este dem.a letra eSinal. V.a Rica 20 de Junho de 1773 // Antonio Fran.co Lx.a // *L.º de Recibos de 1745, fls. 40*.

70

Termo q̃. fas esta Irm.e do ajuste da obra da Capela Mor na forma do risco e suas condiçoens — Aos trinta dias do mez de Julho de mil e Sete Centos e Setenta equatro annos no consistorio desta Capela do Patriarcha São Joze, estando em Meza o Juiz emais Off.es e Irmaons epelo procurador da mesma Irmandade o Capitão Pedro da Silva Leitão em Meza foi dito q̃ por haver precizão e carensia desefazer anova obra do retabolo da Capela Mor na forma do risco q̃. seachava no cofre desta Irmandade epor parecer justo o seu requerimento q̃ se fizesse ad.a obra na forma do risco esuas condiçoens aq.m por menos ofizece: e entre os mais preços q̃ ouverão a dita obra, o mais

Barato foi o q̃. deu o Alf.es Lour.co Roiz de Souza de noventa e sinco oit.as deouro e comefeito aSeitou ad.a Irmandade o ajuste dad.a obra na referida q.tia na forma do risco e suas condiçoens o Seg.te // Sera obrigado o Mestre da obra a fazer o retablo da Capela Mor na forma do risco com toda a segurança eprefeição neSesr.a aq̃ pedir a mesma obra // Sera obrigada esta Irm.e aSistir p.a afactura dad.a obra com toda amadeira taboas e ferragens andaimes e aSim mais com coatro off.es de carapinnas ehũ de pedreiro qnando for neSesr.o cujos off.es de carapinna são p.a trabalhar na dita obra da capela mor e serão pagos por esta Irm.e aSim como tambem od.o Mestre sera pago da referida quantia de noventa eSinco oit.as deouro por esta Irmandade na forma q̃ justo tem ep.a o dito Mestre se servira p.a a obra de toda a talha q̃. se acha nesta capela exceto afigura do Padre eterno Esp.o Santo e raios e a mais talha q̃ faltar sera obrigado o dito Mestre afazela odito Mestre // Sera obrigado o dito Mestre aSistir com o seu trabalho e Regencia de oficiaes todos os dias, sendo obrigado os off.es a estarem pelo seu mando eSefaltarem os off.es podera od.o Mestre por outros com consintim.to da Irmandade p.a serem pagos pela mesma Irm.e // Sendo esta Irmandade obrigada a satisfazer o dito Mestre a referida quantia emq̃ se ajustarão em quatro pagamentos quaes a saber oprimeiro dahi aquinze dias depois daobra principiada eos mais q̃ seSeguirem comforme o adiantamento daobra epor estarem aSim contratados mandamos lavrar o prezente termo emq̃ se obrigou od.o Mestre por sua pessoa e bens a fazer ad.a obra na forma do seu ajuste eesta Irmandade tambem se obriga aSatisfazerlhe areferida quantia de noventa esinco oitavas deouro persi e pelas seus bens emq̃ tambem se aSignou odito Mestre e outro Sim ordenamos ao Thezoureiro actual Manoel Gomes Laborinho aSista com tôda a madr.a pregos eferragem q̃ for perciza como tambem com os pagam.tos ao Mestre e off.es q̃ com recibo lhelevaremos em conta do q̃ der desta Irmandade ep.a clareza mandamos lavrar oprezente emq̃ todos nos aSignamos eEu Francisco Gomes da Rocha Escrivão desta Irmandade q este mandei escrever e so sobre escrevi eaSignei e *Eu como Escrivão que subscrevi e aSigney Fran.co Gomes da Rocha // Lourenço Roiz de Souza // Felipe Nunes // Manoel Gomes Laborinho // Pedro Martins do Monte // Antonio Leite da S.a // Pedro da S.a Leitão // Joze Tavares de Mello // Caet.o J.e de Almd.a //. L.o de Termos e Delib., fls. 14.*

71

Novo têrmo (1775)

Termo do novo ajuste que faz a Meza desta Irmand.e com o Alf.es Lourenço Roiz de Souza S.e aobra da Capela Mor, e revogação do trato feito a fls. 14 deste L.o — Aos dez dias do mes de Agosto de mil Setecentos Setenta eSínco nesta Villa Rica de Nossa Senhora do Pillar do Ouropreto no Consistorio da Capela do Patriarcha S. Joze estando em Meza o Juiz, Escrivão, Tezoureiro,

e Procurador que para este acto foi nomeado o Irmão Teodozio Bernardes da Fonseca para por parte da Irmand.ᵉ requerer e promover o que foce precizo para o ajuste do prezente trato pelo não puder ser o Procurador actual, achandoce tambem prezentes os mais Irmãos abaixo aSinados; na mesma Meza apareceo prezente o Alferez Lourenço Rodrigues de Souza, epor ele foi dito que esta Irmand.ᵉ avia celebrado com ele a factura da Capela Mor constante do Termo lavrado neste L.º afls. 14 e V.º pela q.ᵗⁱᵃ de noveuta e Cinco Oitavas exceptuando a Gloria, fazendo a mesma obra na forma do risco que se achava no Cofre e com as mais condiçoens const.ᵉˢ do mesmo Termo por bem do qual com efeyto continuara té o prezente na fatura da mesma obra, tendo recebido por conta dela aquantia de trinta oitavas de Ouro eporque prezentemente estava de acordo a continnar e acabar as mesmas obras entrando nestas a Gloria de que se não tinha feito menssão no d.º Termo fls. 14 pela quantia de cento e Secenta e douz mil reiz preço total porque fazia a mesma obra, descontandoce na dita quantia as trinta Oitavas que ja recebera; requeria a mesma Meza revogace o primeiro trato pois que com ele ficava a Irmand.ᵉ mais prejudicada. E pelo dito Procurador nomeado para este acto foi dito e proposto que era certo ser o dito prejuizo iReparavel por razão de não entrar naquele primr.º trato a factura da Gloria, e não puder cumprir com a aSistencia dos quatro oficiaes aque se avia obrigado, eque como a dita Gloria havia sido exceptuada naquele termo eagora prezentemente seobrigava o referido Mestre afazela com a mais obra pela dita quantia de cento e douz mil reis, convinha por utilidade da Irmandade em que se desfizesse aquele e se celebrasse este trato. Em vista do que pelo referido Mestre foi dito que se obrigava por sua pessoa, e bens prezentes efucturos e o melhor parado deles, a dar feita e concluida toda a obra da Capela Mor com a talha preciza e necessaria conforme as condiçoens do risco dentro do tempo de seis mezes que decorrem do prezente dia em diante, sendo a Irmandade obrigada a darlhe douz Ofeciaes de Carapina para trabalharem té o fim da obra, sendo pagos a custa dela, e sendo obrigada a satisfazerlhe a quantia de cento e vinte e seis mil reis, resto que fica descontandoce trinta e seis mil reis que já recebeo com que se completão os cento e Secenta e douz mil reis porque fica justa toda a obra e tambem a aSistirlhe com madeyras, pregos e ferragens necessarias, e talha que se acha feita para complemento da obra. E pelos oficiaes da mesma Irmand.ᵉ foi aSeito o dito trato e ajuste e derrogado o primeyro, e Seobrigão pelos bens della a satisfazerem os ditos cento e vinte e seis mil reis em trez pagamentos iguais, pagos pelos bens da mesma Irmandade, e adar a custa della os douz Oficiaes, e as madeiras, pregos, eferragens necessarias, sendo feito o último pagamento depois de revista aobra por Oficiaes competentes que a Irmand.ᵉ eleger, edepois de aprovada pelos mesmos confr.ᵉ o risco. Sendo o referido Mestre obrigado a fazer o trono na melhor forma que entender debaixo do dito ajuste. E por aSim ser mandarão lavrar o prezente termo em que aSignão os

Oficiaes de Meza, referido Mestre e mais Irmãos abaixo aSinados, e Eu Silverio Furtado da Silveira Escrivão que o Escrevy e aSigney // M.el João Per.a Juiz // Silverio Furtado da Silvr.a // Manoel Gomez Laborinho, Thezoureiro // Theod.o Bern.des da Fon.ca, Proc.or nomeado // Lourenço Roiz de Souza // M.el Roiz grassa // Carlos Glz Vidal // Ant.o Roiz da Guerra // Fran.co de Ar.o Corr.a // A.o de Souza Bessa // Narcizo Joze Brandr.a // *L.o cit., fls. 18.*

72

Termo quefas a Irm.de de S. J.e desta V.a S.e sedespregarem duas Taboaz do Camarim — Aos oito dias do mes de Novembro de mil Setecentos Setenta eSinco nesta Villa Rica de Nossa Senhora do Pillar do Ouro-preto no Concistorio da Capella do Patriarca S. Joze estando em Meza o Juiz emais Off.es desta Irmand.e pelo Procurador dela nomeado para este acto Teodozio Bernd.es da Fon.ca foi proposto que para melhor perfeição da Obra do retabulo da Capella Mor era conveniente q̃ se despregacem do mesmo duas Tabuas refendidas que mostra o Risco na boca do Arco pelo prejuizo que cauzava de ficar estreita a boca do camarim e de não se afastar mais os pilares das colunas de de dentro para os lados, por não sofocar o lugar dos Nichos. E por aSim convir a todos mandarão lavrar este termo que todos aSinarão com o M.e da Obra para por elle se governar. E Eu Silverio Furtado da Silvr.a Escrivão dad.a Irmand.e que o Escrevy e aSiney // Mel. João Per.a, Juiz // Silverio Furtado da Silvr.a, Escr.m // Lourenço Roiz de Souza // Theodozio Bern.des da Fon.ca // *L.o cit., fls. 20.*

73

Recibos de Lourenço Rodrigues de Sousa (1775-81)

R.ce do Sr. Manoel Gomez Loubarinho Tezourciro da Irmandade de S. Jozê déz oytavas de Ouro q̃ maz pagou por conta do pr.o pagam.to q̃ tenho vençido naz Obras q̃ ajustey do retabulo do mezmo Santo na sua Capella Villa Rica e de Fevr.o 9 de 1775 // Lourenço Roiz de Souza // *L.o de Recibos aberto em 1745, fls. 116 v.*

74

R.ce do Sr. Manoel Gomez Loubarinho Tezoureiro da Irmandade de S. Jozê Quatro oytavas de Ouro q̃ maz pagou por conta do pr.o pagamento q̃ tenho vençido nas Obraz q̃ ajustei do retabulo do mesmo Santo na sua Capella Villa Rica e de Fevr.o 25 de 1775 // Lourenço Roiz de Souza // *L.o e fls. cits.*

75

Recebi da Irm.de de S. Jozé p.r mão do Tezour.o Manoel Gomes Loubarinho doze oytavas de Ouro a conta das Obras V.a Rica a 26 de Junho de 1775 // Lourenço Roiz de Souza // *L.o cit., fls. 48*.

76

R.ce do Sr. M.el Gomes Loubar.o Tezr.o de S. Jozé Quatro oitavas e hu cruzado de Ouro a conta das Obras V.a Rica 12 de Julho de 1775 // Lourenço Roiz de Souza // *L.o cit., fls. 116*.

77

Recebi da mão do Irmão Tezoureiro o Sr. M.el Gomes Labour.o trinta oytavas de Ouro q̃ mas pagou aconta dos pagam.tos da Obra do retabulo da Capelamor como tambem mais vinte e duas oytavas e seis vintens de Ouro q̃ tudo fás aquantia de Sincoenta e duas oytavas e Seis v.tes V.a Rica 3 de Fevr.o de 1776 // Lourenço Roiz de Souza // *L.o cit., fls. 117*.

78

Recebi da mão do Irmão Tezour.o o Sr. Manoel Gomes Loubarinho quatro oitavas de Ouro q̃ me pagou aconta da Obra da Capela mor V.a Rica a 14 de Julho de 1776 // Lourenço Roiz de Souza // *L.o cit., fls. 118 v.*

79

Recebi da mão do Irmão Tezoureiro o Sr. Manoel Gomes Loubarinho oyto oytavas etrez quartos deOuro q̃ me pagou a conta das Obras da Capela mor V.a Rica a 25 de Agosto de 1776 // Lourenço Roiz de Souza // *L.o cit., fls. 117 v.*

80

Recebi da mão do Tezoureiro atual da Irmandade de S. Jozê Manoel Roiz Graça doze oytavas de Ouro e mais hũa oytava emeia de Ouro q̃ tudo recebi aconta da Obra do retabulo de S. Jozê q̃ estou fazendo Villa Rica a 28 de Junho de 1778 // Lourenço Roiz de Souza // *L.o cit., fls. 54 v.*

81

Recebi do Tezoureiro da Irmandade de S. Jozé Manoel Roiz Graça hua oytava e meia de Ouro a qual seatendeu na conta da Entrada de Joanna Vitoria dos Santos Martires V.a R.a a 14 de Julho de 1778 // Lourenço Roiz de Sz.a // *L.o cit., fls. 56 v.*

82

R.ce mais da mão do d.º Tezr.º aSima cinco oytavas de Ouro q̃ me pagou por conta do acrecimo do arco da Capellamor q̃ seacha dentro do camarim cuja q.tia elle d.º seobrigou a pagarma como couza sua V.a Rica a 9 de Mayo de 1779 // Lourenço Roiz de Souza // *L.º e fls. cits.*

83

Recebi da mão do Sr. Manoel Roiz Graça como Tezoureiro da Irmand.e de S. Joze duas oitavas de Ouro q̃ maz pagou por ter o d.º Tezoureiro juzto comigo de lhe reparar e compor novam.te amoldura q̃ feixa a Obra, sua Sanefa ealgũas couzas mais, e pellas ter recebido lhe passey este V.a Rica a 15 de Outubro de 1779 // Lourenço Roiz de Souza // *L.º cit., fls. 58*.

84

Recebi do Tezoureiro da Irmandade de S. Jozé Manoel Roiz Graça p.r mão do Escr.am da Irmand.e Ant.º Pr.a Lopez hũa Oitava etrez quartos deOuro q̃ mas pagou de Ouro de Esmolas da bacia q̃ tirou cuja quantia R.ce a conta da Obra digo do q̃ medeve a mezma Irmandade do feitio da Obra do retabulo da Capella Mor V.a Rica a 15 de Junho de 1780 // Lourenço Roiz de Souza // *L.º cit., fls. 119 v.*

85

Recebi da mão do Tezoureiro da Irmand.e de S. Jozé Manoel Roiz Graça seis Oitavas deOuro q̃ mas pagou p.r conta do q̃ me resta a mezma Irmand.e do feitio da Obra do retabulo da Capela Mor V.a Rica a 11 de Fevr.º de 1781 // Lourenço Roiz de Souza // *L.º cit., fls. 120 v.*

86

Recebi da mão do Tezoureiro da Irmandade de S. Jozé Manoel Roiz Graça nove oitavaz de Ouro q̃ maz pagou pello resto q̃ me devia a mezma Irmandade do resto da Obra da C digo da Obra da Talha da Capellamor dod.º Santo e por estar pago de toda a q.tia passei este V.a Rica a 8 de Abril de 1781 // Lourenço Roiz de Souza // *L.º cit., fls. 61 v.* (vd. nota 28).

87

Entrega do retábulo (1778)

Termo da aceitação que faz esta Irm.de do Patriarcha S. Joze da Obra da Capella Mor que fez o Alferez Lourenço Roiz de Souza — Aos onze diaz

do mez de Outubro de mil eSete Sentos eSetenta eOito estando em meza o Juiz emais Oficiaes e Irmãos de meza desta Irm.de do Patriarcha S. Joze dos Omens Pardos na sua Capella ahy tambem Seaxou prezente o Alferes Lourenço Roiz de Soiza como Mestre q̃ foi da obra de talha da Capella Mor, presbiterio, emais obra pertençente a ela constante do termo de ajuste que cõ esta Irmandade fez, e consta do termo lavrado neste Livro a fls. 18 eporele foi intregue a esta Irmandade o Risco eplanta da dita obra, eesta por finda eacabada, *esupozto com algũa parte da dita Obra senão axava conforme* as mediçoins daquele deSSenho principalmente nas pernas das cortinas que reveste a gloria do Padre Eterno, Coartoius que revestem as colunas dos cantos e as duas figuras que revestem as outras duas colunas procimas a bouca da tribuna; *com tudo sederam os ditos Irmãos em nome desta Irmandade, e como* admenistradores dela por intregues da dita obra, menos as peças referidas que seobrigou o dito Mestre por sua peSoa e bens afazelas eaSentalas inteiramente na conformidade do dito Risco sem que pera iSo con corra aIrmandade com coiza algua pelo aver feito uas mesmas *(sic)* das mesmas como hera obrigado pelo referido termo; e outro Sim que depois de concluídas as ditas peSas selheaveria respeito por arbitros aos acreSimos que seaxar em toda a obra com atenção ao mesmo Risco; epor aSim seconformarem hum e outros se lavrou oprezente termo obrigandoSe estes pela dita Irmandade ao seu cumprimento, eaquele pela sua peSoa na forma dita acuja fim aSignarão todos commigo João Mĩz Maya Escrivão actual desta Irmandade que o escrivi // João Mĩz Maya // Lour.º Roiz de Souza // Gl.º da Sylva Minaz // Narcizo J.e Bandr.a // o thezr.º Mel. Roiz grassa // o Pr.or Pedro Jozé Cardozo // Fran.co de ar.º Corr.a // Euzebio da Costa Atayde // Joze frau.co e S.a // Carlos Glz̃ Vidal // Joze Roiz da s.a // João Mĩz Maya //. *L.º de Atas e Delib., fls. 27 v.*

88

PINTURAS DE MANUEL RIBEIRO ROSA (1779)

Termo que fazem os Off.es desta Irmand.e Sobre oajuste da pintura da Capela mor, té o Arco Cruzeiro — Aos des a nove dias do mez de Setembro de mil Sete Centos Setenta e nove annos, nesta Capella de Sam Jozê, econSistorio della, estando em Meza prezentes o Juiz, emais Officiaes desta Irmaud.e, por elles foi assentado, ejusto com Manoel Ribeiro Roza, a este fazer apintura da Capella mór, té oarco Cruzeiro desta Capella na forma das condiçoenz ao diante copiadas, pelo preço, equantia de setenta e quatro oitavas deouro de seutrabalho, pagas pelos bens da mesma Irmand.e, a cujo cumprimento seobrigão os Off.es ficando elles responsaveis adarem todas as tintas, eoprecizo p.a a mesma obra, que será completa no tempo de cinco mezes queterão principio de hoje emdiante: Odito Roza seobrigou a assim cumprir, e a dar completa a

Obra com amelhor perfeição; epara assim constar sefez oprezente termo emq̃ todos aSinão comigo João Maxado iscrivão desta Irmandade que o sobscrevi // Narcizo José Bandr.ª // João Maxado desouza, Iscrivão // Manoel Ribeiro Roza // Thezr.º Mel Roiz Grassa // Valentim Marinho, Procurador // João Mĩz Maya // *L.º de Termos e Delib., fls. 30.*

89

Condiçoens do Termo Supra aq̃ elle se refere // Será obrigado o Ajnstante depois depronto oandaime, de sima delle, pintar no Tecto da mesma Capella Mór, o despozorio do Sñr. São Joze, com Suatárja com sens ornatos; e notodo della, sua prospectiva, té a Simalha real, esta fingida de pedra burnida, acôr á eleição do Off.al // Será obrigado na cortina do Pavilhão, afazer adamascado com franja de ouro, eforrada de sedas, ou pelucia; O P.e Eterno, Espirito Santo, eSerafinz, serão encarnados, eestufados aoiro, eprata onde pedir, porforma, q̃ oque for aprata, será bronzeado, menos os Rayos que seramdeouro; os dois Anjos grandes que estão sobre aSimalha dos pés direitos, serão encarnados, eestufados // A Simalhad.ª que serve de remate aos péz direitos, será fingida depedra azul, com seus filetos deoiro; enamesma forma seguirá as colunas defora, osclaustrados dourados, eas Cuplas dos nixos namesma forma; eas cortinas figira estofo de Seda dafabrica, as franjas domesmo deouro, etoda a mais talha deouro, ecôr depérola bornida: O rendado daboca dotrono, será dourado, como tambem as Colnnas q̃ Segue aopé, advertindo q̃ oq̃ puder ser a prata bronzeada sefará // O Sacrario, esuas ilhargas será deoiro, ecôr de pérola, eaporta do mesmo estufado, eencarnado, etodos osmais Lizos dehuma parte, eoutra comsuas tarjas efestoens; Abanqueta, os filetes dourados; amais pintura côr depérola burnida; *eas ilhargas do Presbiterio levarão seus paineis a eLeição dos Off.es da Irm.de* // Será aescada, eilhargas do Presbiterio, pintada aOleo, á eLeição do Off.al; eastribunas, eportas travessas, eotecto das d.as tribunas // O Trono, eCamarim, os Lizos côr depérola, eoque sediz talha, onro, ou prata bronzeado. O pórtico, quedentro deviza o Trono, será dourado, os seuos ornatos, efiletes, eomais fingirá Seda da fabrica; eno fundo dod.º Trono, fingirá hum Pavilhão // Será obrigado apintar o Arco Cruzeiro de Aparelho té opedestal, comseus ornatos, eda hi para baixo, aOleo, fingindo pedra // Emquanto ao beneficiado doaparelho, Sedeixa á eleição do Off.al, vendo que acuza aSua Consciencia, faltandolhe com adelig.ª, enecessario trabalho, oque-Senão espera // Hoje V.ª R.ª emMeza de 19 de 7br.º de 1779 // São estas as condiçoens q̃ aqui Seregistou dasproprias, q̃ seentregão aod.º M.el Ribr.º Roza, p.ª seu regimen, assinadas pelos q̃ abaixo sevê // Narcizo Joze Bandr.ª, Juiz // João Maxado de Souza, Iscrivão // O Thezr.º Mel Roiz grassa // Manoel Ribr.º Roza // Valentim Marinho, Procurador // João Mĩz Maya // *L.º cit., fls. 30 e 31.*

90

RECIBOS DE MANUEL RIBEIRO ROSA

Recebi do Sñr. Manoel Roiz Graça Tezoureiro da Irm.de de S. Joze vinte eoito oitavas, emeya, ecinco vinteins deouro em varias parcellas, p.r conta dapintura da Capella mor da Capella dod.o Santo; ep.a clareza passo oprez.te Som.te p.r mim assinado. V.a R.a 3 de Mayo de 1780 // Manoel Ribr.o Roza // *L.o de Recibos de 1745, fls. 59*.

91

R.ce do Sr. Manoel Roiz Graça tezoureiro da Irmandade do Sr. S. Joze vinte e seis oytavas e coarto e dous vintem de ouro por seditas doajuste dapintura da Capella do dito S.to epor ser verdade paSei este p.r mim feito e aSinado v.a Rica 20 de nobr.o de 1780 a // Manoel Ribr.o Roza // *L.o cit., fls. 61*.

92

R.ce do Tezoureyro da Irmandade do Sr. S. Joze Manoel Roiz Graça onze oytavas e meya e Sete vit.s de ouro q̃ me pagou da pintura edouramento da Capella mor eporter reçebido lhe paçei este por mim feito eaSinado hoye 4 de Mayo de 1782 a // Manoel Ribr.o Roza // *L.o cit., fls. 65*.

93

Recebi do Tezoureiro Mel Roiz Graça huma oytava e meya de ouro aconta do q̃ me devia dapintura da Capela mor da mesma Irmandade ep.r verdade paSo este p.r mim feito eaSinado v.a Rica 10 de agosto de 1783 a // Manoel Ribeiro Roza // *L.o cit., fls. 67 v.*

94

R.ce do Sr. Manoel Roiz Graça como tezoureiro da Irmandade do Patriarca S. Joze oyto oytavas etres coartos e coatro vt.s de ouro de resto doajuste da pentura toda q̃ fis na Capella Mor e cuja coantia ordenei ao dito Tezoureiro as deSe ao *Pe. Joze* dias e por verdade lhe paço oprezente de *minha* letra e sinal V.a Rica sete de novembro digo dezembro de 1783 // Manoel Ribr.o Roza // *L.o cit., fls. 68*.

95

ENTREGA DA PINTURA (1783)

Termo da aceitação que faz esta Irmandade do Patriarcha S. Joze de obras depintura da Capella mor e corredores etoda apintura q̃ fez Manoel

Ribeyro Roza — Aos Sete dias do Mez de Dezembro de Mil esete sentos, eoitenta e tres Annos estando emMeza o Juiz, emais Oficiais abayxo assignados e Irmãos apareceo prezente Manoel Ribr.º Roza Mestre pintor, eporeste foi dito q̃ queria fazer entrega daObra dapintura, e comefeito afez por este Termo ficando desObrigado de tudo, q̃ declara o Termo das Condiçoins feitas neste mesmo Livro afls. 30 e 31 a od.º Manoel Ribr.º Roza epor estar pago esatisfeito de toda a quantia pelo que foi Justa a dita obra; E o Juiz e mais oficiaiz e Irmaons a aCeitarão a d.ª Obra por acharem estar feita conforme o Termo eCondiçoins como fica dito aSima, emais acreSimos que fez na d.ª Capella edestez mesmos aCreSimos esta pago E eu Martinho Joze da Mota Escrivão desta Irmandade q̃ sobre escrevi e aSinei // Mart.º Joze da Motta // Euzebio da Costa Atayde, Jois // Mel Roiz grassa, Thezr.º /ĩ/ Marcos Coelho Netto, Proc.or // Manoel Ribr.º Roza // Antonio Leite da S.ª // João Mĩz Maya // Theodozio Bern.es da Fonseca // Fran.co de Ar.º Corr.ª // Ant.º Per.ª Lopez // Ant.º da Rocha Braga // Joaq.m Joze da Silva // Caetano Corr.ª de Freitas // Manoel João P.ª // *L.º de Atas e Delib., fls. 37 v.* (10)

Frontispício e tôrre (1799-1829)

Termo em que sedetermina que faSa huma torre de pedra nofronte Espisso daCapella — Aos vinte ehum dia domez deSetembro demil e sete Sentos enoventa enove estando juntas em meza os oficiais que aoprez.te servem e os mais Irmaons abaixo aSinados sendo proposto se sedevia ou não fazer duas torres depedra nesta Capela sendo digo Capela foi rezolvido p.r todos uniforme m.te que se fizesse som.te huma pelo risco que se hade fazer nomilhor comodo para em seus termos se aRematar aobra aq.m p.r menos a fizer epara constar sefez este termo emq̃ todos se aSinão com declaraSão q̃ depois de ser aRematada aobra dara o aRematante as fiansas neSeçarias de peSoas idonias acontento da Irmandade Eu Joze Gĩz S. Thiago Escrivam da m.ma q̃ oescrevi // Joze Glz S. Thiago // Narcizo J.e Bandr.ª // *L.º de Atas cit., fls. 83 v.*

No L.º de conta corrente dos membros da irmandade, na conta do irmão Antonio Francisco Lisboa, se lê: Pelo que recebeu (dêle, Antônio Francisco)

---

(10) A propósito da aceitação, lê-se o seguinte no *L.º de Recibos*, fls. 124: "R.ce do thizoureiro da Irmandade de Sam Joze M.el Roiz Graça huma outava e onze v.tes de Sitar os coatro off.es da Irmandade de S. Joze a reqr.to de M.el Ribr.º Pintor para aSeitação da pentura v.ª Rica hoje 2 do Maio de 1784 a // *João Bapt.ª Ferr.º*".

o tesoureiro Antônio da Rocha Braga, *em paga da metade do risco da torre* — cinco oitavas). Vd. doc. 68.

98

Termo que faz esta Irmandade de S. Joze sobre a fatura daObra dofronte Ospicio etorre depedra na forma do Risco e Suas Condiçõis como abayxo se declara — Aos vinte enove·dias domez de Abril demil eoito Sentos e dez esendo no Consistorio da Igreja de Sam Joze sendo prezente o Juiz, Escrivam emais Irmaonz dad.ª Irmand.ª pelo Irmão Procurador della foi Requerido em Mesa que era precizo Consertarse o Fronte Espicio da mesma Igreja para o que aprezentava o Risco que seachava no Cofre da mesma Irmandade: E sendo por todos uniformemente visto eigualmente anecessidade da mesma obra assentarão uniformemente que amesma sefizesse naforma das Condiçoins que abaixo se declarão a quem por menos ofizesse e entre os mais preços que houverão a ditta obra o mais barato foi o que deu *Miguel Moreira Maya* de quinhentos e cincoenta mil reis emSinco pagamentos iguais, a saber, oprimeiro no assentar as primeiras cantarias, osegundo assentando as portadas do Coro athe omeyo, o terseiro chegando ao Retabulo, oquarto ao receber a verga da Sineira e Piraminas ficando estas da altura de vinte palmos, eoquinto emficando aobra concluida com os reboques e cal que nesta forma ajustou oditto Maya, ejuntamente seobrigou afazella dentro no tempo de dous annos os quais correrão dodia de hoje em diante, sendo obrigado oditto Mestre da Obra adar saptisfação della na forma do Risco dentro do ditto tempo como tambem seobriga as mais Cantarias que faltão para Soleiras da Varanda e Peotoris ea Cruz para cima da Capella da Torre, tudo aproporção da mesma obra, como tambem será a Irmandade obrigada adar pedras de Alvenaria, Cal e os Cantos da Cantaria que precizar para aditta obra, como tambem será obrigado a assentar oditto Mestre da Obra os Balaustres que ouver mister que sefizerem depedra de Sabão Estampa do Sancto e os Biscates, Serafinz emais Ornatos tudo na forma do mesmo Risco e Condiçoinz, ficando a Irmandade obrigada a satisfação da Sobredita quantia ao dito Mestre Miguel Moreira Maya naforma ajustada eelle seobriga por sua pessoa ebenz aCumprir a sua parte com a dita obra conforme o aiuste feito e as seguintes condiçoinz que vão aodiante escriptas (11) // Epara assim constar mandou o Juiz emais Mesarios desta Irmandade fazer oprezente termo que todos assignarão com os mais Irmaons que perzentes se achavão eigual mente assignou o ditto Miguel Moreira Maya, Mestre da Obra. E eu Joze daCosta Lima Escrivão da Irmandade que oSobre escrevi e assignei // João Glz Dias // Miguel Mor.ª Maia ...../// *L.º de Atas e Delib., fls. 94 v.*

(11) Não se encontram no *L.º de Atas* as condições anunciadas. Defeito de redação, talvez, porque tais condições constam do próprio têrmo que estamos transcrevendo.

99

Termo de Avaliação na forma abaxo — Aos seis dias do mes de Janeiro de mil oito centos e dizasete annos nesta Villa Rica do Ouro Preto em o Consistorio da Capella de São Joze estando presentes o Juiz emais Officiaes da mesma Irmandade, ahi apparescerão prezentes Fernando Joze da Fonseca, Artífice e Mestre do Officio de Pedreiro, e juntamente Francisco Ferreira Coutinho official do mesmo officio epor elles uniformemente foi dito que por chamado do Procurador da Irmandade havião visto aohra depedra que se acha principiada no Front' Espicio dareferida Capella, epellos exames eCalculos que fizerão acharão valer segundo o estado actual della aquantia de cento noventa equatro mil equatro centos reis edecomo assim o disserão, para constar se Lavrou oprezente termo em que assignão os ditos officiais da Irmandade e Avalliadores. E eu Serafim Joze dos Santos Escrivão atual da Irmandade o Sub escrevi e aSino // Antonio Vieira de Carvalho, Juiz // Fernando Joze da Fonseca // Franc.co Frr.a Coutinho // Serafim Joze dos S.tos // *À margem:* "Digo este termo no anno de 1814 p.r falta de Advertencia" // *L.o de Atas e Delib., fls. 99 v.*

100

Termo sobre a deliberação da Obra do fronte Espicio da Capella e de reclamação do de fls. 94 v. — Aos vinte nove dias do mes de Outubro de mil oito centos e vinte annos nesta Villa Rica de Nossa Snr.a do Pillar do Ouro Preto em o Consistorio da Igreja de São José da dita Villa aonde seachavão prezentes o nosso Reverendo Capellão João Mor.a Duarte e o Juiz da Irmandade Faustino Monteiro Peixoto e os Mezarios actuaes emais Irmãos abaixo aSignados ahy pelo Procurador actual Bernardo Machado foi proposto a grande necessidade que havia de seconcluir aobra do fronte Espicio da Capella visto que pelo termo aque seobrigou Miguel Moreira Maya não ocumprio morrendo este decante *(decadente ?)* e sem bens porisso lheparecia justo que mandasse esta Irmandade tomar conta dadita obra para esta se fazer a custa da m.ma Irmandade a jornal perferindo em tudo aos nossos Irmaons e sendo estes sustentados a custa da m.ma Irmandade epor este termo derogandose o de folhas noventa equatro verço. O que sendo ouvido pelos ditos Mezarios, conformemente seassentou que a Meza tomasse conta da m.ma obra fazendosse esta a jornal e sustentados os Offeciaes a custa da Irmandade e ficando authorizado o nosso Irmão Procurador para fazer todas as despezas necessarias, eficando de nenhum effeito o dito termo folhas noventa equatro verso epara constar faço este termo emque todose se aSignão eeu João Nnnes Mauricio Lisboa, Escrivão da Irmandade o escrevi e aSigno // Faustino Montr.o Peix.to // João Nunes Maur.co Lx.a // ...../// *L.o cit., fls. 106 v.*

101

Termo de ajuste para se finalizar a Obra da Torre de Sam José, que fazem as Irmandades de S. Cecilia e Sam José — Aos vinte e sinco dias do mes de Julho do mil oitocentos e vinte e oito annos, no Concistorio da Capella de S. José em Mesa Plena a que se achava Prezedindo o Meretissimo Provedor Doutor Cornelio Ferreira França, Provedor das Capellas e Reziduos, e Juiz da Irmandade de S. Cecilia e mais Officiais da mesma abaixo assignados, e prezentes os Mesarios de São José, ahi pelo Procurador da nossa Irmandade de S. José o Alferes Bernardo Machado foi proposto a urgente necessidade que havia de se concluir a obra da Torre da nossa Irmandade visto que se achava prezente o nosso Irmão José Velozo Carmo, sendo o que por menos se obrigava a fazela assistindo com todos os matreaes, Pedras de alvenaria, Cantaria, e de Sabão para os Balaustres, Cal, Reboque da Torre, e fronte Espicio e a Cruz de ferro para o remate da Torre na forma do Risco, o que sendo ouvido por huma e outra Meza, se assentou que se fizesse o mesmo ajuste. E logo pelo dito Irmão José Velozo Carmo foi dito que elle se obrigava a concluir a dita obra da torre na forma das condiçoens assima ditas pela total quantia de Sette centos e sincoenta mil reis em tres pagamentos iguais, a saber = O primeiro, logo que tiver principiado ad.ª obra, oSegundo, quando chegar a Simalha, e oterceiro quando se concluir a d.ª obra, tendo principio, e concluzão quanto antes, prestando para seu fiador ao Cap.m Mor José Bento Soares, a satisfação e complemento deste Tracto: e estando também prezente o sobred.º Cap.m Mor José Bento Soares, por este foi dito que Affiançava ao d.º ajustante José Velozo Carmo por sua Pessoa e bens havidos e por haver, ao complemento da obra que tinha ajustado na forma deste termo na parte que lhe dizia respeito. E pellos ditos officiaes e Irmãons das sobreditas Irmandades se obrigarão pelos bens e reditos dellas a satisfação da referida quantia de Sette centos e sincoenta mil reis nos tempos aprazados e conforme os Tratos que há entre estas duas Irmandades. Finalmente pelo Procurador da Irmandade de S. Cecilia João José Araujo foi dito que esta Irmandade de S. José lhe levaria em conta os Recibos que apresentasse do d.º Vellouzo ou seu Fiador, em satisfação da conta a que he obrigado como dinheiro corrente que ouvido pelos Officiaes desta Irmandade de S. José, assim o convicrão. E por ser esta a forma de todos os ajustes e convençoens mandarão lavrar este termo que assignão todos os Officiaes de huma e outra Irmandade, Irmãos, o dito ajustante e seu Fiador. Eu Antonio Angelo da Costa e Mello, Escrivão da Irmandade o escrevi e assigno. Declarão mais que neste ajuste não entra o (uicho ?) e ornato delle, relativo á Imagem de S. José, mas sim depois de rebocar toda a Torre e fronte Espicio caiar com cal branca, e assentar as faxas que se lhe aprezentarem nas Piramides. E eu o sobredito Escrivão o declarei // Cornelio

Ferreira França // Joaquim Marianno d'Azer.^{do} Cout.^{o}, Secretario // ...../// Joze Velozo Carmo // Joze Bento Soares // *L.^{o} cit., fls. 122 v.*

102

Termo sobre a Sta Cruz q̃ se colloca na torre — Aos doze de Outubro de mil, oito centos, evinte e nove no Consistor.^{o} da Igreja de S. Joze prez.^{tes} o Juiz, Off.^{es} e mais Irmãos propoz o Irmão Proc.^{or} q̃ era indispensavel erigir-se no cume da torre uma Cruz de ferro, feita com gosto, e proporcionada á altura da torre, sendo muito para seu enfeite, adornar-se com duas esferas de cobre doirado, e hum gallo do mesmo metal, q̃ só assim realçava a obra; p.^{r} não haver esta condição com o aRematante, convierão todos nad.^{a} obra eq̃ o Thezr.^{o} dispendesse o q̃ fosse necessario p.^{a} a sobred.^{a} Cruz. Ep.^{a} constar lavra este Termo em que se assignão o Juiz emais Off.^{es} e Eu o Padre Manoel da Costa Ferreira q̃ este fiz e me assigno // Bernardo Machado, Juiz // O P.^{e} Manoel da Costa Ferreira // Domingos Roiz da S.^{a}, Proc.^{or} // Venacio José Dias, Thezr.^{o} // *L.^{o} cit., fls. 126.*

(Antes da tôrre atual, construída por José Veloso Carmo, houve outra, ou outras, a que hão de referir-se os documentos que seguem.)

103

Outra, ou outras tôrres (1758-83)

Recebi de pedro Mĩz como Thizoureyro de S. Joze dezanove oytavas de oyro porcedidas de taboados que me comprou para as Thorres de S. Joze p.^{a} sua clareza lhe paSey este som.^{te} por mim acignado V.^{a} R.^{a} 10 de Abril de 1758 // Joze Fran.^{co} + Vieira // A rogo do sobredito q̃ ce acignou com hũa crus que he seu cignal costumado // Joze de Souza Teyxr.^{a} — *L.^{o} de Recibos de 1745, fls. 107 v.*

104

Recebi do tezoureiro pedro martins meia oitava de ouro procedido do meu trabalho de ajudar a fazer as garinpas de São Joze por ter recebido pasei este por mim feito easinado Villa rica 12 de Abril de 1758 // Carlos Glz Vidal // *L.^{o} cit., fls. 108 v.*

105

R.^{ce} de Pedro Martins do Monte como Thezr.^{o} da Irm.^{de} de S. Joze dez oitavas de ouro aconta dameyor quantia que medeve de ferro q̃ me comprou

para as grimpas dad.ª Capella; epor verd.e e sua clareza lhe pacey este sómente por mim aSignado. V.ª Rica 18 de Abril de 1758 // João de Serqur.ª // *L.º cit., fls. 108 v.*

106

R.ce de Pedro Mîz como Thezour.º da Irmand.e de S. Joze dezacete oitavas tres q.tos e coatro vinteis procedidos das madeiras que botei p.ª as torres p.ª a dita capela do Santo epor verd.e lhe pacei este som.te por mim aSinado com hua cruz V.ª Rica 23 de Abril de 1758 // Manoel + Gomes Leitão // E eu q̃ este fiz a rogo do sobred.º Gregorio Alz da Silva // *L.º cit., fls. 108 v.*

107

Receby do Tizoureyro de S. Joze Pedro Martins dezaceis oitavas e tres coartos de ouro procedisos de pregos que me comprou para as torres e de ferragens que fis para o Sinno e para sua clareza lhe passey este som.te por mim aSignado Villa Rica 25 de Abril de 1758 // Gonçalo Brandão // *L.º cit., fls. 109.*

108

Recebi do tezureiro dairmandade de Sam Joze pedro martinis des outavas de ouro a conta de maior coantia que me he devedora a dita irmandade de telhas que me comprou para as torres e tilhados e por verdade pasei este de m.ª letra e sinal v.ª r.ª 3 de maio de 1758 // Matheus gracia // *L.º cit., fls. 109.*

109

R.ce por mão do Thezour.º da Irmand.e do Patriarca Sr. S. Joze vinte equatro oytavas e doze vinteins de ouro a conta de mayor quanthia que me he devedora ad.ª Irm.de porsedidas do cobre di que se fizeram as grimpas das torres da capella ep.ª sua clareza lhe passey este p.r mim feyto eacignado V.ª R.ª 14 de julho de 1759 // Asselmo da Silva Diniz // *L.º cit., fls. 111 v.*

110

R.ce do tizour.º da Irmandade de São Joze Felipe Roiz da S.ª sinco oitavas e meya de ouro q̃ me devia a Irm.de de resto de humas taboas q̃ forão para as torres da mesma capella e por as receber paSo este q̃ aSino V.ª Rica 4 de Março de 1760 // Luis de Amorim Costa // *L.º cit., fls. 8.*

111

Receby do Thezr.º da Irmandade do Patriarcha S. Joze M.el Roiz Graça nove oytavas de ouro procedidas de Jornais do meo trabalho que Trabalhey nas Torres e na caza do Patrimonio da d.a Irmandade ep.r aSim ser verd.e porcey esta dem.a Letra e Signal V.a Rica 4 de Mayo de 1782 // Joze Gomes de Lima // *L.º cit., fls. 65*.

112

R.ce do Thezoureiro da Irm.de do P. S. Joze M.el Roiz Gracia Nove oitavas de Ouro porsedidas de Jornaes do meu trabalho q̃ traBalhey nas cazas dad.a Irm.de e nas Torres da Capella dad.a Irm.de epor aSim ser verd.e passey este por mim feyto eaSinado V.a R.a 23 de M.º de 1782 // Ant.º da Rocha Braga // *L.º cit., fls. 64 v.*

113

Recebi do thizoreiro desta Irmand.e de S. Joze Manoel Roiz graça Cecenta etres oitavas e trez coartos ecoatro vinteins de ouro procedidos de Obras q̃ fez de concertos nas cazas do Patrimonio e nas torres enaporta Principal emq̃ entrão algumas madeiras epregos e jornais dos oficiais q̃ commigo trabalharão nos d.os conçertos epor verd.e paço oprez.te, V.a R.a 13 de Junho de 1782 // Joaquim Roiz graça // *L.º cit., fls. 121 v.*

114

R.ce do Tizr.º da Irmand.e de S. Joze Manoel Rodrigues Graça nove Oitavas emeya eSeis v.tes de oiro procedido do meu trabalho do Oficio de pedreiro que trabalhei em retilhar a torre e emcher as paredes no emgradam.to da dita com os meios companheiros Ofeciaes e Serventes e cayar a Igreja, por dentro e por fora e por aSim ser verd.e paSei este por mim somente aSignado com o Sinal costumado q̃ hê hũa Cruz V.a Rica a 22 de Julho de 1783 // Signal de João + Alves Viana // Como test.a que este fis aRogo dod.º Eugenio Pr.a da Costa // *L.º cit., fls. 123 v.*

115

Frontispício (1801-15)

Arecebi do tezoureiro da Irmandade de São Joze Bazilio Dosantos doze oitavas aSaber des oitavas do risco do fronte espicio í duas do meu trabalho de carpinteiro i por verdade paço este V.a R.a 28 de 9br.º de 1801 // João Maxado de Souza // *L.º de Recibos aberto em 1785, fls. 70*.

116

Reçebi do Tezr.º da Irm.de do Sr. São Joze Ant.º da Roxa Braga des oitavas de ouro aconta de mayor q.ta q̃ mehe devedora am.ma Irm.de do ajuste q̃ fis de tirar as Cantarias p.a o fronte ospicio dad.a Irm.de epor ter reSebido ad.a q.ta paSo este por mim feito e aSinado V.a R.a 19 de 8br.º de 1803 // Ant.º Joze de Lima // *L.º cit., fls. 79.*

117

Recebi do thezoureiro da Irmandade de São Joze Antonio da Roxa Braga treze oitavas emeia e dois vinteis de ouro a saber Coatro oitavas etres coarto e dois vinteis dos oficiais Serventes epregos eSustentos do concerto da torre do Sino mais tres oitavas dedois paos p.a o mesmo concerto e duas oitavas defazer duas frestas q̃ dei madeiras vidros epregos etintas hũa oitava de jornal epregos de duas cobertas deesteiras q̃ fis p.a o pedreiro lavrar a Cantaria da mesma Capela e duas oitavas de ripar a inpena dad.a Capella etres coartos de madeiras emeo trabalho do concerto q̃ fis nos balaustres das genelas do Concistorio q̃ foi a sobre dita Coantia ep.a sua clareza lhe paço este de minha Letra eSinal hoje v.a R.a 2 de Janeiro de 1807 // Joaq.m Joze da Silva // *L.º cit., fls. 81.*

118

Recebi da Irmand.e de São Joze Sarafim da Costa Fr.a como escrivão dela digo como tezoureiro dad.a Irmandade quinze oitavas de ouro a saber des emeia de Jornais de minha peçoa eoficiais q̃ trabalhemos na formatura da torre q̃ sefes de madeiras naCapela da mesma Irmandade eCoatro emeia de Sustentos eporverdade paço este pormim feito eaSinado V.a R.a 17 de Junho de 1815 // Joaq.m Joze da Silva // *L.º cit., fls. 94.*

119

PINTURAS DIVERSAS (1782-1818)

Recebi do Tizoureiro da Irmandade de S. Joze Sr. Manoel Roiz Graça sinco oitavas de ouro prossedidas do painel do teto da Capela mor e por aSim ser verdade, lhe paSei este por mim feito e aSinado Vila Rica 7 de Mayo de 1782 // Fran.co X.er Glz // *L.º de Recibos de 1745, fls. 121 v.*

120

Recebi da Irmand.e de S. Joze p.r o Procurador Sr. Manoel Per.a Alves a quantia 7:612 procedidos de jornaris q̃ vemci em o retoque q̃ fiz da pintura

em a capela Mor da dita Irmandade evarias tintas e ohilho q̃ comprei elevoume em conta o dito Procurador justamente a Sacras q̃ as pintei p.ª a mesma Irmandade que tudo vem a fazer a conta aSima referida de Sete mil e Seis Sentos edoze reis e por a Sim ser verdade paSo este por mim feito e aSinado hoje villa rica 4 de Agosto de 1815 a // Domingos Frz de Carv.º // *L.º de Recibos de 1785, fls. 95 v.*

121

Recebi do Procurador Sr. Manoel Per.ª Alves da Irmandade de S. Joze aquantia de dois mil duzentos digo e vinte e cinco procedidos de Jornais q̃ venci no retoque da pintura da capela Mor da dita Irmandade ede pregos caximbos e bixeiros e huma Argola p.ª a Campainha e p.r isto ser verdade pedi a Dom.os Frz de Carv.º q̃ este p.r mim fizeSe e eu me a Sino Hoje Villa Rica 4 de Agosto de 1815 // Joaq.m Frz. dos reis // *L.º cit., fls. 96*.

122

Recebi do Sñr. Manoel Per.ª Alves como Procurador da Irmandade de S. Joze quatro Sento e Sincoenta reis para comprar varias tintas q̃ forão precizas p.ª adita Capela no retoque dapintura epor hiSo ser verdade paSo este p.r mim feito eaSinado hoje Villa Ricca 11 de a Gosto de 1817 a // Domingos Frz de Carvalho // *L.º cit., fls. 96*.

123

Recebi do Tezoreiro da irmandade de S. Joze theatonio Glz Dias a Coantia de tres oitavas de oiro de em Carnar epintar o Senhor S. Joze emage da mesma irmandade epor a Sim ser verdade passo este p.ª a Sua clareza: hoje V.ª R.ª 27 de Março de 1808 // Joze Gervazio de Souza // *L.º cit., fls. 82 v.*

124

Recebi do Procorador de S. Joze desta Villa Rica hua oitava emporte de feitio da Pintura do Lampião Grande do meyo do Corpo da Igreja epor estar pago eSatisfeito passo este por mim feito e aSignado Villa Rica 5 de Novembro de 1818 // Joaq.m Matheus de S.ta Anna // *L.º cit., fls. 101*.

125

Rbi do Thezr.º da Irm.de de S. Joze desta Villa o Sarg.to Ant.º da Rocha Braga treze oitavas etres q.tos etres vintens de Oiro do feitio do doiramento dos castiçais epé da cruz de Talha, e pintura de seis flores regraxados de

carmezim e invernizadas, etintas, ep.ª sua clareza paso o prez.te por mim som.te aSinado Villa Rica 24 de 8br.º de 1802 // M.el Ant.º Mor.ª de Castilho // *L.º cit., fls. 72 v.*

126

ReSebi do Sñr. CaSemiro da S.ª Fr.ª como Tezou.ro da Irmandade do Patriarca S. Joze doze v.tes de ouro p.ª lhe envernizar humas Sacras: e huma piania da crus da Capelamor e por ter recebido lhe paSei este por mim feito eaSignado, hoje V.ª Rica 3 de dezembro de 1792 // Manoel Ribr.º Roza // *L.º cit., fls. 28.*

127

Resebi do Thezoureiro da Irmandade do P.ª S. Joseph o T.e Manoel da ConseiSão nove oytavas e tres coartos e dois v.tes de oyro p.ª a conta de dourar seis palmas de talha p.ª a mesma Irmandade as Coais ajusteias em meza polas prontas p.r dezoyto oytavas etres coartos de oyro epor verdade paSei este por mim feito eaSignado V.ª Rica 5 de Março de 1799 // Manoel Ribr.º Roza // *L.º cit., fls. 60 v.*

128

ReSebi do Tizoureiro da Irmandade de S. Joze Bazilio do Santos huma oytava de oyro p.r pintar coatro Jarinhas e huma taboal da Banqueta do Altar mor epor ter recebido paSei este p.r mim feito eaSinado hoje V.ª Rica 9 de Julho de 1801 // Manoel Ribr.º Roza // *L.º cit., fls. 68.*

129

Receby de Bazilio dos S.tos como Thezoureiro da Irm.de de S. Joze tres oitava de oiro procedidas de humas jarras q̃ dourei p.ª am.ma de cuja quantia fico satisfeito ep.ª oq̃. passo oprez.te p.r mim feito eaSignado v.ª R.ª 11 de M.ço de 1801 // Julião Alvares de Silva // *L.º cit., fls. 66.*

130

Recebi de Bazilio dos S.tos como Thezoureiro da Irm.de de S. Joze tres quartos digo huma oitava de ouro proSedidas de quatro Vazos que pintei p.ª am.ma Irmandade, por Verdade passo este por mim feito e aSignado V.ª R.ª 11 de M.ço de 1801 // João Pio da S.ª //*L.º cit., fls. 66.*

131

Receby do Senhor Lc.^{do} Manoel dear.^{o} como Thezr.^{o} do pratiarca Sam Joze hua oitava e 3 coarto de ouro por pintura que fis em hua caxinha para o Irmão Irmitam epor aver recebido paSey este por mim feito e aSinado hoje 6 de Abril de 1747 anos // João Felix dos Santos // *L.º de Recibos de 1745, fls. 92.*

132

Recebi do tizoureiro Manoel dear.^{o} Cortis 2/8as 3/4 de oiro que pagou por em Carnar hũa Imagem do (meu) Sr. Crucificado p.^{te} â capela do Sr. S. Joze hoje V.^{a} Rica 21 de Junho de 1746 // Manoel Glz deSouza // *L.º cit., fls. 90 v.*

133

Recebi de Luix do Santos Correya Thezr.^{o} da Irm.^{de} de Sr. S. Jozê trez coartos de ouro procedidos de huma caixinha comq̃. setira aesmola dod.^{o} Santo que lhe pintey epor aSim ser verd.^{e} lhe paSey este por mim feito eaSignado Hoje 29 de Março de 1753 a // Joaquim Anacleto da Sylva Ferr.^{a} // *L.º cit., fls. 84 v.*

134

Recebi do Sr. Ant.^{o} Leite da Silva como procurador da Irmandade de S. Joze duas oitavas eceis vinteis de ouro da pintura q̃ fis na capela mor e arco cruzeiro dad.^{a} Capela epor estar pago eçatisfeito paSei este por mim feito eaSinado V.^{a} R.^{a} 20 deagosto de 1767 a // Manoel Dias Guim.^{es} // *L.º cit., fls. 24 v.*

135

Recebi do Sñr. Antonio Dias de Araujo tres oytavas de ouro, procedidas depratiar hũa crus de Jaearandâ, edourar o Sino da Irmandade de São Jozê, da qual Irmandade hê o d.^{o} Sñr. Procurador; e para sua descarga lhepacei o prezente por mim feito eaSinado v.^{a} R.^{a} a 12 de Mayo de 1769 ann.^{s} // Francisco Xavier de Meyrelles // *L.º cit., fls. 30.*

136

Recebi do Sr. Alferes Fran.^{co} dear.^{o} Corr.^{a} Tezoureiro da Irm.^{de} de S. Joze deste ouro preto duas oitavas emeia deouro pela pintura do S.^{to} da dita Capella epelas ter recebido lhe paSei este Hoje V.^{a} R.^{a} 12 de dezbr.^{o} de 1771 a // Manoel Dias Guim.^{es} // *L.º cit., fls. 35 v.*

137

Recebi do Thezoureyro da Irmandade de S. Joze Joze Fran.co de Negreyros *duas oitavas* e *meia* e hum tostão de ouro (2-1/2-5) a conta deSete que tinhamos justo aConta da pintura deportas e Janelas torres almario Confecionario caixons epelas ter recebido passey este dem.a Letra e Signal hoje V.a R.a 14 de mayo de 1774 // Joaquim Roiz Barboza // *L.o cit., fls. 42 v.*

138

Recebi do Thezourero da Irmandade de S. Joze Joze Fran.co de Negreiros coatro oitavas e tres coartos de ouro aSaber duas oitavas e Coarto por conta das obras que ajustei com od.o Thezourero da pintura e o mais que eicede p.a a d.a coantia de resto que se me estava devendo de hũas palmas e catiçais p.a ad.a Capela e so me fica restando ad.a Irmandade p.a a conta das penturas acabadas que sejão duas oitavas etres vintens epor verdade eclareza detudo paSey este de m.a Letra e Signal hoje V.a R.a 17 de Junho de 1774 // Joaq.m Roiz Barboza // *L.o cit., fls. 46 v.*

139

Recebi do Irmão Thezour.o do Sr. Sam Joze Luis dos S.tos Correa hũa oitava de ouro porcedido de encarnar hũa Imagem de S. Joze epor verd.e paSei este por mim som.te aSinado hoje 29 de M.co de 1753 // Bazillio vr.a de Carvalho // *L.o cit., fls. 97 v.*

140

ReSeby de Pedro Mrz Santiago como Thezoureyro da Irmandade do Sr. S. Jozeph 2/8as de *ouro* de hũa caixinha q̃ lhe pintey p.a od.o Santo e pelas ter Recebydo as d.as duas oitavas lhe pacey este por m.a Letra eSignal V.a R.a 25 de Abril de 1755 // Antonio de Meyrelles Rebello // *L.o cit., fls. 99.*

141

Recebi do Procurador Antonio Dias de Araujo duas *oitavas* de *ouro* procedidas da reformação que fis em São Joze depintura, epara sua clareza lhe pacei oprezente por mim feito eaSignado. Vila Rica a 3 de Dezembro de 1757 a // Francisco Xavier de Meyrelles Rebello // *L.o cit., fls. 106 v.*

142

Recebi do Procurador do Patriarca São Joze Antonio Dias de Araujo duas oytavas de ouro porcedidas dapintura das grimpas; epara sua clareza lhepacei

oprezente por mim feito eaSignado. V.ª Rica a 16 de Abril de 1758 ann.s // Francisco Xavier de Meyrelles Rebello // *L.º cit., fls. 108 v.*

143

ReSebi da mão do Sor. LeSenciado M.el de Araujo Cortes Tizoureiro da Irmandade de S. Joze dos Pardos aq.ta de duas oitavas e coarto deOuro em po proSedidas de Seis Palmas q̃ lhe pratiei pollas ter ReSebido paSei o prezente hoje 28 de Maio de 1746 a // Joze Correa gomes Braga // *L.º cit., fls. 4 v.*

144

Hade haver od.º Irmão enfronte (José Correia Gomes Pereira Chasco) — P.r Pintar eemcarnar a Imagem do Patriarcha S. Jozê seleva enconta pella sua entrada oq̃ od.º Irm. pedio selevasse enconta dad.ª sua entrada — 1-1/2 (uma oitava e meia). *L.º cit., c/c de Irmãos aberto em 1745, fls. 48 e 49.*

145

R.ce da mão do Sr. Ten.e M.el da Comc.m como Tez.º da hirmandade de S. Joze huma oitava de ouro de retocar a pintura da Igreija da mesma hirmandade V.ª R.ª 21 de Fever.º de 1799 // Antonio Coelho de Olivr.ª // *Liv. de Recibos de 1785, fls. 58 v.*

146

R.ce do Sr. Casimiro da S.ª Minezes como thezoureiro da Irmandade de S. Joze coatro oitavas emeya deOiro da incarnar tres Images ep.ª clareza passo o prez.te de minha Letra e sinal V.º R.ª 3 de Janr.º de 1792 // Feliciano Manoel // *L.º cit., fls. 25 v.*

147

Emadeiramento da capela-mor e corpo (1760-96)

Arecebi do thezoureiro da irmandade de São Joze Fr.co dearauio corea doze oitavas aconta do meo trabalho que fis o madeiramento da capela mor e por estar pago e satisfeito paço este V.ª R.ª 18 de agosto de 1789 // João Maxado desouza // *L.º cit., fls. 18.*

148

Reçebi do tizoureiro da irmandade de S. Joze Jervazio Fr.ª dos santos por mão do procur.or Manoel Pr.ª alves trezentas ehũa oitava etres coartos

di ouro produto da obra do madeiramento do corpo da igreja di que me incarregou a dita irmandade na forma do termo lançado no Livro deles a saber duzentas e vinte i nove oitavas e dois vintens dos meos iornais i dos ofiçiais que trabalharão na dita obra i oitenta e duas oitavas i meia i seis vintens dos sustento para os oficiais e serventes da mesma obra i por verdade paço este por mim feito i asinado V.ª R.ª 20 de Março de 1793 // O Mestre João Maxado desouza // *L.º cit., fls. 36*.

149

Reçebi do procorador Manoel Pr.ª Alves duzentas e vinte e oito oitavas i tres coartos e hũ vintem produto da obra do forro do corpo da igreja de São Joze aSaber sento i oitenta dos meos jornais e dos mais ofiçiais di carpinteiro i serventes cuia obra me incarregou a dita irmandade na forma do termo lançado no Livro deles i por verdade lhe pasei este por mim feito i aSinado V.ª R.ª 28 de Janeiro de 1796 // Mestre João Maxado desouza // *L.º cit., fls. 39 v.*

150

Reçebi do tizoureiro da Irmandade de S. Joze Paulo Pr.ª Campos trinta i sete oitavas i coarto i hũ vintem a saber vinte i coatro oitava i tres coarto di iornais dos oficiais que trabalharão no resto da simalha i doze oitava i meilha dos sustento dos ditos oficiais i por verdade pasei este por mim feito e asinado V.ª R.ª 18 de Fevereiro de 1796 // João Maxado desouza // *L.º cit., fls. 42 v.*

151

Recebi do tizoureiro da irmandade de S. Joze o alferes Paulo Pr.ª campos vinte i sete oitavas tres corto e coatro vintens di oiro proçedidas di iornais i sustento para os oficiais i serventes que trabalharão nas obras do madeiramento i do foro da mesma capella i por verdade paço este por minha Letra i sinal V.ª R.ª 4 de agosto de 1797 // Mestre João Maxado desouza // *L.º cit., fls. 51*.

152

SOALHO

R.ce da matriz do tezoureyro Felipe Roiz da S.ª cinco oytavas de ouro aconta dosoalho q̃ fis nesta capela do Patriarca S. Joseph e pelas ter recebydo paSey este por mim feyto eaSignado Villa Rica 17 de Junho de 1760 // Leandro Soares de Carvalho // *L.º de Recibos de 1745, fls. 9*.

153

Receby do Irmão Tezoureyro João Mîz Maya da Irmandade do S.r S. Jozeph oyto oytavas ecoatro vintens de ouro procedidas de taboados epregos eresto do conçerto q̃ ajustey com ad.a Irmandade e fis no soalho da Igreia e por verdade eaver recebydo adita coantia de oyto oytavas e coatro vintens lhe pacey este de minha Letra esignal edeclaro ã od.o concerto fis com Jozeph Roiz da Silva q̃ este tambem aSignou V.a R.a 15 de Julho de 1762 a // Joze Roiz da S.a // Leandro Soares de Carvalho // *L.o cit., fls. 13 v.*

154

Termo q̃ fazem os Off.es desta Irmand.e de S. Joze com Joze Roiz daS.a p.a a factura das Campas das grades p.a baixo pelo preço de 18/8as — Aos dous dias domez de Março de 1773 annos, nestaCapella de São Jozé eConsistorio della estandojuntos em Meza os Officiaes desta Irmandade, p.r elles foi uniformemente assentado, que porquanto seachavão as Campas desta Capella das grades do Corpo della *para baixo* todas daminificadas, sefizessem outras denovo; p.a oq̃ foi prezente o carpinteiro Joze Rodrigues daS.a, com oqual ajustarão os ditos Officiaes afactura das d.as Campas e engradam.to com a mayor perfeição que pudesse ser, pela quantia de dezoito oitavas deouro deseu feitio, sendo a Irmandade obrigada adarlhe todo o necessario para afactura da obra; com declaração porem q̃ são as ditas Campas das grades até a porta, asq̃ couberem nesse territorio; epelo d.o Carpinteiro foi aceitado este ajuste como sedeclara, obrigandose perSi eSeus bens a dar cumprimento ao referido, dandolhe a Irmandade os preparos, aoq̃ tambem seobrigou esta e aSatisfazerlhe ad.a quantia pelos bens della; epara constar mandarão fazer este termo emq̃ seassinão comigo Narcizo Joze Bandr.a Escr.am desta Irm.de que o escrevi e declaro que faça duvida a entrelinha q̃ se acha entre aterceira, equarta regra que diz = para baixo = // Euzebio da Costa Ataide, Jois // Narcizo Joze Bandr.a, Escr.am // Fran.co de Ar.o Corr.a, Tzr.o // o Proc.dor Joze Pr.a dessa // *L.o de Atas e Delib., fls. 5 v.*

155

R.ce do Thezr.o da Irm.de de São Joze o Alf.es Fran.co de Araujo Corr.a coatro dit.as e dois tustoins de ouro por conta de huns pilares q̃ fes Fran.co Alz Lima p.a as grades dad.a Capela epelas receber paSo o prezente V.a Rica 10 de Julho de 1773 // Antonio Leite daS.a // declaro q̃ são sinco oitavas de ouro e não o q̃ dis aquantia aSima dia e era supra // Antonio Leite da Silva // *L.o de Recibos de 1745, fls. 40 v.*

156

TALHA OU MARCENARIA (1746-1807)

Recebi do Thezr.º da Irm.de de S. Joze Tehotonio Glz dias huma oitava de ouro emporte do feitio de hũ moxo de Jacaranda de pes de cabra q̃ fis p.a a capella da mesma Irm.de por estar pago e satisfeito passo este por mim feito e aSinado hoje v.a R.a 15 de dezbr.º de 1807 // Callisto Joze da Costa // *L.º de Recibos de 1785, fls. 83 v.*

157

ReceBi do tezour.º da Irm.de deS. Jozê Jozê Francisco de Negreyros dezaceis oitavas e meia de ouro e mais duas q̃ por mim pagou o d.º..... por conta da obra das Grades que ajustei por vinte equatro oitavas como consta do termo em o Livro delles e o q̃ excede dod.º ajuste fica ad.a Irm.de responsavel a pagar ao Sñr. Antonio Gomes que as hade acabar inteiram.te o q̃ fica faltando por aSim nos ajustarmos eod.º Snr. seobriga ep.a clareza paço oprez.te em q̃ seaSigna comigo od.º Gomes V.a Rica 13 de Janr.º de 1774 a // Manoel de Alm.da e Souza // Ant.º Gomes Barreiros // *L.º cit., fls. 41 v.*

158

Recebi do Tezr.º da Irmandade de Sam Joze o Sr. Joze Fran.co de Negreyros por mam do Cap.m Pedro Martins do Monte como Juis da mesma Irmandade onze oitavas equatro vintens de ouro por humas grades q̃ com od.º Juis ajustei p.a ad.a capella ficando a Irmandade obrigada atrazellas de S.ta Rita donde forão feitas q̃ se acham ate o fazer deste epor este meobrigo aCentallas postas que sejam na mesma capella epor verdade de tudo paSo este por minha Letra e Sinal Hoje v.a Rica 22 de Junho de 1774 a.s // Manoel Luis da S.a // *L.º cit., fls. 46 v.*

159

R.ce do Tezr.º da Irmandade de S. Jozé o Sr. Manoel Roiz Graça Dez oitavas de ouro q̃ ad.a Irmand.e me era devedor digo Dez oitavas de ouro a conta do que a mesma Irmand.e me deve procedidas do meu trabalho do Officio de Carpinteiro feito no *Frontespicio da capella mor* (retábulo ?) dad.a Irmand.e ep.r verd.e passey este por mim som.te aSignado e este termo foi a rogo de Manoel Macedo Campos Crioulo V.a Rica 21 de Setembro de 1778 // Manoel Macedo Campos // Como tt.a q̃ fis a rogo do d.º acima Amancio Joze Luna (ou Lima) // *L.º cit., fls. 55 v.*

160

Receby de Luiz dos Santos Correa Tezoureyro da Irmandade do Senhor S. Jozeph oyto oytavas de ouro procedidas de obra de capinteyro q̃ lhe fiz na capella mor; a saber cinco sepulturas aopé do perisbiterio da capella mor e aSim mais huma parede nova q̃ se fez na samchristia e mais concerto notelhado da caza q̃ assistem os Reverendos Capeloens, e aSim mais debayxo do coro hum comcerto numa parede e mais hum conserto q̃ fis na caza da fabrica q̃ hera alavantar otelhado q̃ estava abatido eaSim maiz varias miodezas dacapela q̃ fiz fora do ajuste epor aSim ser verdade estar pago esatisfeito lhe pacey este para sua clareza por mim feito easignado Villa Rica do ouro Preto 14 de Abril de 1750 // Leandro Soares // *L.º cit., fls. 89.*

161

Reçebi do Thezr.º da Irmandade de S. Joze o Sr. Manoel Roiz Graça duas oitavas e hũ cruzado de ouro (2-1/2-4) procedidas de Jornais do meo oficio de carpintr.º q̃ trabalhei no retabolo da Capela Mor e por aSim ser verd.e paçey este por mim som.te aSignado V.a R.a 25 de 9br.º de 1779 annos // Manoel DemaSe Do // *L.º cit., fls. 58.*

162

Termo que fazem o Juiz Off.es e mais Irmaons do Patriarcha S. Joze p.a aobra do Forro da Sachristia, eos dous Corredores correspondentes, desta mesma Cappella — Aos trinta dias do Mes de Julho do anno demil Sete Centos noventa e Cinco estando em Meza no Consistorio da mesma Cappella o Juiz emais off.es e Irmaons da m.ma Irmandade foi p.r todos elles assentado Vniforme mente q̃ Semandase fazer aobra do dito Forro da Sacrestia e Corredores, eomais Correspondente, en Carregandose de toda esta obra o Irmão Tenente Manoel da Con.çam off.al de Carapina comvocando p.a ella todos os Off.es q̃. nella quizerem trabalhar a troco dos Annuaes que devem aesta Irmand.e sem q̃ p.r isso levem mais Sallario do que costumão o que seobrigou od.º Tenente Manoel da Conceição pela sua parte o Administrar naforma determinada p.r beneficio desta Irmand.e q̃ sera obrigada aSustentar ao d.º Mestre da Obra e aos Off.es q̃ concorrerem aeste trabalho nos dias emq̃ nelle se ocuparem, concorrendo ad.a Irmand.e com tudo omais precizo demadeiras pregos, eos mais Aparelhos necessarios p.a areferida obra, a cujo fim se determinou ao Irmão Thezoureiro, que prezentemente serve, ou seu foturo Sucessor aSista com toda adespeza necessaria p.a o Referido pelos bens desta Irmandade, havendo de tudo recibo no L.º compet.e o q̃ sendo assim selhe levará em Conta nas q̃ der. E p.a constar mandarão lavrar oprezente Termo emq̃ todos seasignarão depois de lhes ser lido na prezença dos ditos Off.es emais Irmaons que prezente estavão e eu

M.el Teixr.a da S.a Escrivão desta Irmandade que Sob escrevi eaSignei M.el Teixr.a daS.a // Dom.os Fr.co de Carv.o — Juiz // Manoel Roiz Roza // Paulo Per.a Campos — Thezr.o // Bartolomeu Vas da Silva, Procurador // *L.o de Atas e Delib., fls. 76.*

163

Termo que fazem os Off.es da Irmandade de São Joze, para effeito de se fazer o acento das Grades do corpo da Capella, cujo ajuste se fez com Joze Rodrigues da Silva

Aos tres dias do mez de Mayo de mil Sete Centos e Setenta etres annos, nesta Villa Rica de nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, e Capella do Patriarca São Joze, e Consistorio della, achandose prezentes *em Meza o Juiz*, Escrivão, Tizoureiro, e Procurador da mencionada Irmandade; por elles foi uniformemente assentado; que porquanto tinha dado de esmolla para esta Irmandade hũas grades de jacarandá para o Corpo desta Capella oCapitão Manoel Joze Vellozo; tendoas mandado fazer por Francisco Alvares Lima, e este dizendo que as queria assentar; necessitava de sefazer o acento de pranxoens que bem pudessem receber as ditas grades; epor parecer ûtil aos ditos *Officiaes e denecessidade amencionada Obra, Ordenarão ao* Alferes Francisco de Araujo Correa, comprasse os pranxõens e o mais que fosse precizo, emandasse fazer aObra pagandoa pelos benz desta Irmandade oproduto porque fossem comprados os pranxoens e o mais precizo; como tambem aos Carpinteiros; e para a todo o tempo constar, memandarão Lavrar este termo emque todos seassinarão comigo Narcizo Joze Bandeira Escrivão desta Irmandade do Patriarca São Joze que o escrevy // Euzebio da Costta Ataide, Joiz // Narcizo Joze Band.ra, Escr.am // Fran.co de Ar.o Corr.a, Tzr.o // o Proc.or Joze Pr.a dessa //. *L.o de Atas e Delib., fls. 6 v.*

164

Termo q̃ faz a *Irmandade de S. Joze* sobre o ajuste das grades do Corpo da Igr.a q̃ as dâ de esmolla o Cap.m M.el Joze Vellozo com M.el de Alm.da

Aos oito dias do mez de Dezembro de mil Sete Centos Setenta etres annos nesta V.a R.a do ouropreto, e consistorio desta Capella estando em Meza o Juiz emais Off.es desta Irm.de, concordarão em Meza que tendose dado principio ao acento das grades, epor falta do mais que falta para seu completo fim, hera precizo ajustarse o resto dad.a Obra que faltava; aparecco justo mandarse chmar a Manoel de Almeida Off.al de marcineiro, oqual compareceo em Meza, e seobrigou a acabar ad.a obra por preSo equantia de vinte equatro oitavas de ouro do trabalho de suas maons, eacentalas seguindo em tudo o Risco que seacha em mão do Cap.m M.el Joze Vellozo; e elle d.o Off.al seobrigou afazer o resto que falta eacentalas no tempo prefixo de hum mes, enão ofazendo perder

ametade do seu ajuste cazo lhe tenha dado principio, e esta Irm.de obrigada a satisfazerlhe ad.a quantia logo q̃ acabar ad.a obra, esuprir com a madeira que faltar alem daq̃ seacha na Capella; epor aSim seajustarem mandarão lavrar este tr.o emq̃ seaSinão com od.o Off.al de .... sinal e eu Caetano Joze de Almeyda Escr.am dad.a Irm.de que o subscrevy eaSiney // Pedro Mîz do Monte // Caet.o J.e de Alm.da // Asinome p.r dar as d.as grades feitas eaSentadas a dous de Fevr.o M.el de Alm.da eSouza // o Thezr.o Joze Fran.co de Negreiros // *L.o cit., fls. 12.*

165

R.ce do thezor.o da Irmandade do Patrirca S. Joze Jozê Fran.co denegreiros triuta ecoatro oitavas ehũ vintem das hobras que lheestou fazendo nacapela de S. Jozê a saber oacampamento das grades para Sima o resto do aSento das grades que ficarão a meu cargo p.a as mandar acabar por cinco oitavas e meia e as portas de fora e as janelas pelo preço que ficaram enteiram.te restando a Manoel Roiz graça que as ajustou como consta do termo e me deo facoldade p.a a fatura dellas e pelas ter recebido as d.as trinta e coatro oitavas e hũ vintem paSei este de minha Letra eSignal hoje v.a R.a aSinco defevr.o de 1774 declaro que ajustei as campas d.as aSima e omais mandado por vinte eduas oitavas de ouro // Ant.o Gomes Barreiros // *L.o de Recibos de 1745, fls. 42.*

166

R.ce do thizor.o da Irmandade de S. Joze Jozê Fran.co denegreros trinta eoito oitava ehũ coarto eSinco vinteins de oiro aconta das portas ejanelas que seaxavão justas por hũ termo com *Manoel Roiz graça* por preço de oitenta e duas oitavas eu recebi tão som.tes corenta eseis oitavas preSo q̃ as ajustei *com od.o graça* por acabar adita hobra justa q̃ p.a acompletar fis Seis janelas na forma do termo eduas portas travessas daparte defora tãobem na mesma forma etoda a mais coantia que Exceder dos Recibos por mim paSados neste Livro hê p.a conta das hobras q̃ ajustei com od.o thizor.o q̃ vem a ser do acampam.to da capela mor por vinteduas oitavas meia duzia de bancos por oitava emeia acabalas grades por Sinco oitavas emeia que destas coantias tenho recebido o q̃ se declara no outro recibo q̃ se declara af. 42 eficame restando ad.a Irmandade p.a completar opagam.to das d.as hobras duas oitavas emeia eSete vinteins e pellas ter Recebido eSepassar o Referido na verd.e paSei esta aod.o thizor.o p.a as suas contas por minha Letra eSignal hoje v.a Rica 23 demaio de 1774 // Ant.o Gomes Barreiros // *L.o cit., fls. 46.*

167

Reçebi do Sr. M.el Roiz graça thezr.o da Irmandade do Sr. S. Joze coatro oitavas ecoarto de ouro feitio das Portas eaSento das mesmas treveças eoPa-

vilhão dos nichos e as Borolas (12) todas e hũa pianha p.ª o trono e aSim mais recebi tres oitavas edois vintens de sete L.as de sera e por aSim ser verdade paçei este por mim feito e aSignado V.ª R.ª 12 de Maio de 1780 annos // Joaq.m Roiz Graça // *L.º cit., fls. 60*.

168

ReSebi dotizoureiro dairmandade do patriarca S. Joze francisco dearaujo Nove oitavas deouro aconta de dezoito do aiuste das sepulturas das grades p.ª baixo epara sua clareza lhe paSei este por mim feito eaSignado hoje 23 de Maio de 1773 a.s // Joze Roiz da S.ª // *L.º cit., fls. 39 v.*

169

Recebi do thezoureiro da Irmandade de S. Joze Paulo Pr.ª Campos Sento e quinze oitavas e tres quartos aSaber oitenta e duas oitavas equarto e hum vintem dos Jornais dos ouficiaes e mestre que trabalharão no vigamento eSoalho do concistorio eforros evarios concertos nas portas etrinta eduas oitavas etres quartos eSete vinteins de sustento e serventes emadeiras p.ª odito vigamento epor verdade paço este de m.ª letra e Sinal digo somentes por mim aSinado V.ª R.ª 7 de M.ço de 1796 // Manoel da Conceição // *L.º de Recibos de 1785, fls. 45*.

170

Receby do Thezour.º da Irm.de do Sr. S. Joze Luis dos Santos Correa hua oitava ecoarto de ouro procedido de caiar a capela epor estar pago eSatisfeito lhe pasei este por mim som.te aSinado hoie V.ª Rica 3 de Mayo de 1753 a // Manoel Ramos Ribeiro // *L.º de Recibos de 1745, fls. 98*.

171

Reçebi do thezr.º da Irmandade de S. Joze Manoel Roiz Graça cinco oitavas de ouro do aiuste q̃ fis com elle p.ª cortar as Pedras do Arco Cruzeiro eabrir o Oculo da parede que vai p.ª o Consistorio epor ter recebido ad.ª coantia pacey este por mim somente por mim *(sic)* aSignado com o meo Signal costumado q̃ he hua cruz // Signal + de Manoel de Souza // Como test.ª q̃ este fis aRogo do d.º Joaq.m Roiz Graça // *L.º cit., fls. 56 v.* (Êste recibo não tem data, mas está entre outros de 1779).

---

(12) Borlas.

172

R.ce do tizoureiro Manoel Roiz Graça hua oitava etres coartos de ouro procedidas do meu oficio de Pedr.o de retelhar a capela mor do S.r São Joze epor receber ad.a q.ta pacey este por mim feito e aSignado 9 de Mayo de 84 (1784) // Gervazio Frr.a dos Santos /y *L.o cit., fls. 71.*

173

R.ce do Sr. Alf.es Pedro daS.a Leytão como Thezoureyro da Irm.de do Patriarca S. Joze quatro oitavas e quarto e seis vintens de ouro procedidas dos meus jornaes de Pedr.o de trabalhar na capella M. ep.a clareza pacei este p.r mim som.te aSignado v.a Rica 2 de 9br.o de 1765 // Miguel da Costa peixoto // *L.o cit., fls. 21 v.*

174

R.ce do Alf.es Pedro saS.a Leytão como tizou.o do Patriarca S. Joze nove oitavas e tres q.tos e dois vinteis de ouro porsedidas de retilhar a Igreja do mei ofisio e de serventes epelos ter recebydo lhe passei esta som.te por mim aSinado v.a rica 12 de 9br.o de 1765 // João Alves Viana // *L.o cit., fls. 21 v.*

175

Recebi de Manoel Roiz graça como thezoureiro da Irm.da de S. Joze que servio tres coartos de ouro procedido do meu trabalho de oficio de Pedr.o villa Rica 9 de Fev.ro de 1785 // Gervazio Frr.a dos S.tos // *L.o cit., fls. 72.*

176

Recebi do Sr. Luiz dos Santos correa tezoureiro da Irmandade do Sr. Sam Jozé de huma obra que se fez 6 e 1/2/6as de ouro parssedida de obras de meu travalho derreboque que fis na capella epor aSim ser verdade lhe paSei (sic) so por mim aSinado // + Baltazar Rõiz de AMorim (entre os recibos de 1750) // *L.o cit., fls. 84.*

177

Recebi do Sr. Lois dos santos correa como Thezoureiro da irmandade do Sr. São Joze tres oitavas de ouro porcedidas de hum baldrame de pedra q̃ lhe fis por baixo da parede da Sancrestia da mesma parede da capella acoal fis por ordem do Luis emais ofeciais de meza e por verdade paSei este por mim

feito eacinado V.ª Rica 23 de dezembro de 1749 a // Ant.º Frz debarros // *L.º cit., fls. 94 v.*

178

Recebi do irmão thizoureiro dairmand.e dos.r Sam Joze João Mîz Maia coatro oitavas e doze vinteins de ouro aconta doq̃ medeve ad.ª Irm.de das obra do reboques e tilhados q̃ fis na d.ª capela e por ter recebido paSei aprez.te dem.ª letra e sinal V.ª Rica de maio 31 de 1761 // Pedro Mîz Corr.ª // *L.º cit., fls. 12.*

179

Recebi do tizoureiro da Irmand.e de S. Joze Manoel Rodrigues graça dezasete oitavas e Meia de ouro de rebocar toda a capela mor ep.ª clareza lhe pacei este por mim feito e aSinado Vila Rica 5 de outr.º de 1770 // Joze Demagalhães // *L.º cit., fls. 114 v.*

180

Recebi de Manoel Roiz Graça Thezr.º da Irm.de de São Joze huma oitava emeia de Ouro procedidas de trabalho que venci nas janelas do concistorio do meu oficio de Pedreiro e por estar pago da d.ª quantia lhe paSei o prez.te por mim som.te aSignado V.ª Rica 10 de 8br.º de 1770 // Declaro q̃ assignou a rogo de Joze + Fran.co Lopes o P.e Joze Ant.º da S.ª // *L.º cit., fls. 114 v.*

181

R.ce do Tezoureiro Antônio da Roxa Braga acoantia de sete oitavas de oiro ep.ª sua clareza paSo este p.r mim feito e a sinado V.ª R.ª vinte sete de 9br.º de 1806 // Manoel Roiz Falcato // *L.º de Recibos de 1785, fls. 78 v.*

182

ReSebi do tezoireiro da Irmandade de S. Joze des oitavas de oiro por Sedidas de Lavrage de pedras p.ª ad.ª Capela e por a sim ser verdade paso este p.r mim feito e a Sinado v.ª rica 12 de 9br.º de 1806 // Manoel Rodrigues Falcato // *L.º cit., fls. 80 v.*

183

OURIVES E FERREIROS

R.bl do Thezour.º da Irm.de de Sam Joze oitava e meya de ouro da prata que levou a Sucena q̃ concertey do mesmo Santo epor verd.e passey o prez.te

V.ª Rica 4 de Julho de 1781 // Manoel Pinto Lopes // *L.º de Recibos de 1745, fls. 121.*

184

Reçebi do Thezoureiro da Irmand.ᵉ de S. Joze Manoel Roiz graça tres quartos de ouro prosedido de hum varão e hüa feixadura q̃ fis para a mesma Irmand.ᶜ por verdade paSo este som.ᵗᵉˢ por mim aSinado V.ª R.ᶜª 13 de Mayo de 1781 // Manoel Simoens de Mattos // *L.º cit., fls. 124 v.*

185

Recebi do thezoureyro da Irm.ᵈᵉ do patriarca S. Joze deste V.ª R.ª da Matris de N. S. do pillar do ouro preto Manoel de Araujo Cortes 2/8ᵃˢ de ouro de duas fechaduras evarios miudezas do meu oficio de SaRalheyro por aver recebido lhe paSey este por mim feyto e aSinado hoje V.ª R.ª 14 de 7br.º de 1746 a // Domingos Fran.ᶜᵒ // *L.º cit., fls. 94.*

186

ReSebi de Luis dos S.ᵗᵒˢ Thezoreiro dairmandade do Sor. Sam Joze huma oyttava de ouro porsedida de hum esplandor p.ª od.º S.ᵗᵒ e outtro p.ª o menino os coais..... a huma imagem do Sor. Sam Joze q̃ o Sr. Joze Ribr.º guim.ᵉˢ emprestou p.ª ad.ª irmandade pedindo por esta vila e por verdade passei estte vila Rica 19 de nobr.º de 1748 // Ant.º de oLivr.ª Lima // *L.º cit., fls. 93 v.*

187

Em Mᶜº de 1746 comprey ao Sr. Pantalião da Costa Dantas dous Marcos emeyo deprata q̃ emportarão em quatorze oitavas emeya q̃ foy p.ª hua Vara de prata que mandey (fazer ?) p.ª ad.ª Irm.ᵈᵉ por Joze Frr.ª // he verdade q̃. Reb. a dita coantia aSima // P.ᵃᵐ Da Costa Dantas // *L.º cit., fls. 91 v.*

188

Receby do thezoureiro Manoel de araojo Cortez duas oytavas e tres vinteins de ouro que pagou como thezoureyro da Irmandade dopatriarca Sam Joze de resto de huns remates de huma cruz para o altar da mesma capella e pelas ter recebido lhe paSei este Sô.ᵗᵉ por mim aSinado hoje V.ª Rica 22 de Junho de 1746 // Joze Frr.ª da Silva // *L.º cit., fls. 2.*

189

ReSebi do tizoureiro da irmandade de S. Joze Manoel Roiz graSa coatro 8.as de ouro porsedido de hum resplandor q̃ fis para huma imaje· V.a R.a 14 de M.o de 1784 // João Pr.a de Ar.o // *L.o cit., fls. 129 v.*

190

R.ce do Alferez João Mĩz Maia Tzr.o da Irm.de de S. Joze duas oitavas e trez vintenz de ouro a conta de mayor q.ta q̃ medeve ad.a Irm.de de ferragenz q̃ fiz p.a portaz ejanellaz daCapella mor epor verdade lhe paSei este por mim feito eaSignado Hoje V.a R.a 12 de Setbr.o de 1770 // Manoel Roiz Roza // *L.o cit., fls. 32.*

191

R.e do Thezr.o da Irm.de de S. Joze M.el Roiz graça duas oitavas de ouro procedidas do feitio de hũas ferrages q̃ lhefis e p.r aSim ser verd.e lhepacei este som.tes por mim aSinado V.a R.a 30 de Março de 1763 // Viturino Per.a Cazado // *L.o cit., fls. 15.*

192

R.ce do Irmão thezoureiro da Irmandade do Senhor S. Jozê desta V.a Serafim da Costa Ferreira a quantia de onze oitavas e quarto e quatro v.tes em dr.o procedidas de varios concertos q̃ fis p.a a mesma Irm.de e huma chave nova p.a o Saclario de prata doirada e p.r aSim ser verd.e passey este p.r mim feito e aSignado v.a R.a 28 de 8br.o de 1815 // Joze Roiz Neves // *L.o de Recibos de 1785, fls. 94.*

193

Reçeby do Sr. João Roiz do Naçimento hũa oitava de ouro do conçerto da Vara de S. Joze epor verd.e lhe paSey este V.a R.a 28 de Janr.o de 1791 annos // João Luis Calheiros // *L.o cit., fls. 22.*

194

R.ce de João Roiz do Nacimento meia pataca (1/4 de 8.a) do concerto de Susena do S.to ep.r estar pago e satisfeito paso o prezente pormim sômente asignado. V.a R.a 28 de Agosto de 1791 // João Luis Nunes // *L.o cit., fls. 24.*

195

(Sinos) — R.ce do Tezoureyro da Irmandade do Sr. São Joze corenta e duas oitavas menos dois vinteis da Fundição do sino gr.de epor verd.e lhe paSei

este de minha Letra e Signal Cong.ˢ do Campo 10 de Abril de 1763 // Joze Antonio// *L.º de Recibos de 1745, fls. 15 v.*

196

Receby do Thezoureyro da Irmandade do Sr. S. Joze M.ᵉˡ Roiz Graça sinco oitavas de ouro porcedidas da condução do sino gr.ᵈᵉ das congonhas emthe estta V.ª e por as ter recebydo paçei este dem.ª Lettra esinal oje V.ª Rica 13 de Abril de 1763 // M.ᵉˡ Cast.º p.ª Caxeta // *L.º cit., fls. 15 v.*

197

R.ᶜᵉ do Tezoureyro Manoel Roiz grasa des oitavas emeya do resto dos dois sinos q̃ fis p.ª a Igr.ª do Sr. São Joze de Villa Rica epor estar pago eSatisfeito lhe pascey este de minha Letra e Signal Cong.ˢ 27 de Mayo de 1763 // Joze Antonio // *L.º cit., fls. 16.*

198

Recebi do Snr. Gonçallo da S.ª minas corenta e seis mil equinhentos e trinta edois Reis a conta de mayor coantia do feitio do sino q̃ fis p.ª a Irmandade de S. Joze dos pardos desta Villa dequem o dito he tezoureyro epor verd.ᵉ pascei este dem.ª letra eSinal hoje Villa Rica 15 de novembro de 1768 a // Joze da Costa Carv.º // *L.º cit., fls. 28 v.*

199

R.ᶜᵉ do Thezr.º da Irm.ᵈᵉ de S. Joze Gonsallo daS.ª Minaz tres ovtavas e trez coartoz etrez vintenz de ouro procedidas defeitio da ferraje quefis p.ª o Sino dad.ª Irm.ᵈᵉ por verdade lhe passei este por minha Letra eSignal V.ª R.ª 20 de Fbr.º de 1769 // Manoel Roiz Roza // *L.º cit., fls. 29.*

200

Resebi do Sr. Alferes francisco dearaujo Correa como tezoureiro da Irmandade do Sr. S. Joze Sincoenta oytavas digo Sincoenta e coatro oytavas e tres coartos de ouro a importancia dos dois sinos e o estanho epor verd.ᵉ lhe paSei este por mim feito eaSinado Sid.ᵉ dem.ⁿᵃ e de Junho 8 de 1773 a // Chrispim Glz deOlivr.ª // *L.º cit., fls. 40.*

201

Recebi do Thezr.º Pedro Mĩz Monte tres oitavas e hũ coarto e sinco v.ᵗᵉˢ de ouro digo tres oitavas e tres v.ᵗᵉˢ de ouro procedidas de huns bancaez para

hũm Signo grande dad.ª Capella apor aSim ser verd.e pedi a Amaro Peixoto Machado que este por mim fizesse e como Test.ª aSignaçe e eu meacigneu com o meu Signal que costumo q̃ he hũa crus V.ª Rica 12 de Abril de 1758 // Signal de *Jozê* de Abreu + Cadaval Escravo de D.os de Abreu Cadaval // *L.º cit., fls. 108.*

202

IMAGENS (1746-85)

Recebi do Tizoureiro da Irmandade do Patriarca Sam Joze M.el de Araujo Cortes coatro oitavas de ouro em po de hũa emagem de Santo Cristo q̃ lhe fis p.ª o altar epor estar pago e sastifeito lhe passei este hoje 14 de Setbr.º de 1746 // Pedro de Miranda // *L.º cit., fls. 91.*

203

R.ce de Manoel Roiz Gracia Thezoureiro q̃ servio a Irmandad.e de S. Joze oitava e meya de ouro porsedidas de duas Images dasenhora do parto que fis p.ª ad.ª Irmand.e epor aSim ser verd.e paSo este por mim sô mente aSignado com o Signal que costumo V.ª Rica 9 de Fevereiro de 1785 a // *Gracia de Souza* // Como test.ª que este Fis e vi aSignar Fran.co Ribr.º decarv.º // *L.º cit., fls. 72.*

204

DIVERSOS (1746-1835)

Recebi do Tizoureiro M.el Gomes Laborinho 27 oitavas de ouro aconta do Trabalho do Oficial de carapina Izidoro da S.ª ep.r ser verdade lhe paSei este p.ª sua descarga som.te por mim aSignado V.ª Rica a 26 de Junho de 1775 // M.el Timotheo da S.ª // *L.º de Recibos de 1745, fls. 470.*

205

Recebi do Sr. Luis Correia como tezoureiro dos.r S. Jozeph coatro oitavas e doze vinteis deouro por Sedidas de oito dias de meu trabalho de carapina epelas ter recebido lhe paSei este para sua clareza por minha Letra e Sinal hoje V.ª Rica 24 de Março de 1746 annos // Antonio Pinto vr.ª // *L.º cit., fls. 90.*

206

Recebi do tizoureiro Pedro Mĩz duas oitavas em.ª q̃ me pagou do acreSimo q̃ fis na capella dos.r Sam Joze ep.r sua clareza lhe passei este dem.ª Letra eSinal v.ª Rica 15 de Julho de 1759 // Pedro Mĩz Corr.ª // *L.º cit., fls. 112.*

207

Recebi dos.r Gonsallo daS.a Minas thezoureiro da irmandade de S. Joze sete oitavas e hum cruzado de ouro (7-1/2-4) de feitio de huma cruz de Jacaranda que fis p.a ad.a irmandade epor verdade lhe pasei este por mim feito e aSignado V.a Rica 27 defevereiro de 1769 a // Joaquim dos Reis // *L.o cit., fls. 29*.

208

R.ce do tezoireiro da Irmand.e de S. Joze Antonio da Rocha Braga 1 = 3/4'' 4 v.tes de ouro procedidas digo duas outavas equatro vt.es procedidas da obra do meu oficio de latuero q̃ fis p.a a mesma Irmand.e e pr.r assim ser verd.e paço este p.r mim feito e aSinado V.a R.a 27 de dezembro de 1806 // Ant.o Roiz Graça // *L.o de Recibos de 1785, fls. 80*.

209

Recebi do Tezoreyro da irmandade de S. Joze Theatonio G̃lz dias a Coatia de huma oitava e meya de ouro de comcerto da dita Imagem de S. Joze epor asim ser verd.e paso este por mim feito e asinado. Hoje Vila Rica 29 de Marco de 1808 // Domingos Carv.o Ribr.o // *L.o cit., fls. 82 v.*

210

R.ce do Alf.es Pedro da Silva Leytão thezoreyro da Irmandade de S. Joze seis oitavas de ouro que cobrei por conta da oBra da capela mor que fes Ant.o Roiz Falcato epelas ter R.co lhe paSey este som.te por mim aSignado hoje villa Rica 2 de Julho de 1768 a // Martinho frz // *L.o de 1745, fls. 27 v.*

211

Recebi damão doprocurador Felis dasilva duas 8.as de ouro de 1200 procedidas dehum jogo de laranjinha q̃ eu lhefis epor estar paguo dela lhe paSei este por Mim feito eaSinado hoje V.a Rica 8 de abril de 1752 q̃ foi p.a airmandade de S. Joze // Antonio Bento Vas // *L.o cit., fls. 96*.

212

Recebi defelipe daS.a digo Rodriges da S.a coatro outavas de ouro q̃ me divia da Irmandade de S. Joze de lhe fazer hũ jogo da bola epor vredade lhe paSei este de minha Letra eSinal hoje V.a Rica 22 de Agosto de 1759 a // Manoel Timothio // *L.o cit., fls. 7 v.*

213

Recebi do Tizourero da Irmandade do Pratiarca S. Jozeph Filipe Rodriges coatro outavas de ouro q̃ me pagou por corente e jogo da irmand.e p.a seu rendimento por lhe ter recebido lhe paSei este por minha letra e Sinal hoje 3 de Julho de 1760 a // Manoel Timothio // *L.o cit., fls. 9 v.*

214

R.ce do Alf.es João Mĩz Maya como Thezr.o da Irm.de do P. S. Jozé huã oit.a e meya de ouro procedidas de huns Remates q̃ seachão nos lados do Presbiterio q̃ os fez meu f.o epor verdade pacei este V.a R.a 8 de Janr.o de 1777 a // Theodozio Bern.des da Fon.ca // *L.o cit., fls. 49 v.*

215

Recebi do Thezoureiro da Irmandade de S. Joze Fran.co de Ar.o Corea doze oitavas aconta do ajuste dos castiçais epalmas eCruz e Sacras que ajustei com a Irmandade e por R.er pasco este de m.a letra e Sinal hoje V.a R.a 1.o de março de 1772 // Joaquim Roiz B.ar // *L.a cit., fls. 36 v.*

216

Termo que faz a Irmand.e do Patriarca S. Jozé sobre o ajuste de quatro palmas, seis Castiçaes, tres Sacras, e hũa cruz, tudo feito de madeira e pratiado á custa do Mestre — Aos vinte e Seis dias do mez de Dezembro de mil Sete Centos Setenta e hum annos, nesta Capella do Patriarca São Joze, e Consistorio della estando prezentes o Juiz e mais Off.es da Irmandade do mesmo Santo, compareceo prezente Joaquim Manoel; e por elle foi dito, que elle havia justo com os Sobreditos Off.es afazer Seis castiçaes, quatro palmas, trez Sacras e hua Cruz tudo de madeira de pranxão feitas na forma do risco q̃. aprezentava; pratiando tudo a sua custa; tudo por preço, equantia de quarenta e duas oitavas de oiro; dandoas feitas e acavadas; a saber as palmas no dia 19 do prezente mez e anno; eomais dahi a trez mezes; com declaração, que selhedará ad.a quantia acabada q̃ seja a Obra, efeita a entrega da mesma, estando feita ella em termoz; epelos ditos Offeciaes p.r todos uniformemente foi assentado, que fizesse od.o Mestre amencionada obra pela d.a quantia, na forma aSima declarada; ecom as mesmas condiçoens; obrigandose apagarlhe pelos benz da Irmandade, areferida quantia; deque p.a constar, mandarão fazer oprezente termo, emque todos seaSsinão em dito dia, mez, e anno retro declarado; eeu Narcizo Joze Bandr.a Escrivão dad.a Irmand.e que o escrevi // Joaquim Manoel

Roiz Barboza // Euzebio da Costa Ataide // Fran.co de Ar.o Corr.a // Sebastião de barros S.a // Narcizo Joze Bandr.a, escr.m // *L.o de Atas e Delib., fls. 3.*

217

Recebi do Tizureiro da irm.de de Sam Jozê Jozê Fran.co de Negreiros duas 8.as deouro aconta de seis 8.as e meia q̃ me ficou devendo de sete e meia q̃ emportaram as tochas, epelas haver recebido passo este de minha letra e signal V.a R.a 21 de Agosto de 1773 ann // Manoel Montr.o de Souza // *L.o de Recibos de 1745, fls. 41 v.*

218

Recebi do thezourero da Irmandade do Sr. São Joze Joze Fran.co denegreyros hũa oitava e hũ tostam aconta de hũ almario q̃ lhe fis p.a ad.a Irmandade por preço de nove oitavas de ouro dando feyto e acabado o que falta p.a isto somentes hũ repartimento de taboa no meyo p.a devizão das portas q̃ por este me obrigo a concluir a todo tempo epor verdade lhe pascei este de minha letra e Signal hoje V.a R.a Pr.o de Setembro de 1774 a // Marcello Frr.a daS.a // *L.o cit., fls. 47.*

219

Receby de Alberto Gomes huma 8.a de ouro que me deu de feitio de huma cruz de Jaqueranda q̃ lhe fis p.a a Capella de Sam Joze e por estar pago e satisfeito lhe passei este por mim aSinado V.a Rica 12 de Agosto de 1746 // Ant.o Joze da Silva // *L.o cit., fls. 2.*

220

R.cc do thezoureiro da irmandade de S. Joze M.el Roiz Graça 'hũa oitava procedido de obra de pedreiro de maior coantia que me hê devedora ad.a irmandade hoie V.a Rica 24 de Febr.o de 1763 // Manoel da Costa Ramos // *L.o cit., fls. 15.*

221

Receby do Irmão Trizour.o Luis dos Santos Correa da Irm.de dos.r São Joze tres oitavas equatro vintens de ouro procedidas de Jornais de meu officio de pedreyro, de retelhar o rebocar a cappella do Santo, e alguns consertos mais de q̃ importarão ad.a q.tia e de como a receby lhepassey este por mim somentes aSignado V.a Rica 29 de Settembro de 1752 // Manoel Ramos // *L.o cit., fls. 5 v.*

222

Recebi do *irmão thezoureiro* Pedro Martis duas oitavas etres vinteins de ouro de resto do comcerto do Sino p.ª suas contas e clareza lhe paSei este por mim feito eaSignado hoje 16 de junho de 1754 a // Euzebio da S.ª Ataide // *L.º cit., fls. 6 v.*

223

R.ce do thezoureiro Pedro Miz aconta do comcerto do Sino hũa oitava e tres coartos de ouro q̃ ajustei com o dito por tres oitavas e tres coartos etres vinteins de ouro epor ter recebido lhe pacei este para sua clareza V.ª R.ª hoje 4 de Julho de mil 755 // Euzebio da Silva Ataide // *L.º cit., fls. 7*.

224

R.ce do Sr. thezoureiro Manoel Roiz graça cinco oitavas e dois vinteins de ouro q̃ me pagou de ferages q̃ fiz p.ª a capella do partriarca S. Joze epelas ter recebido pacei este dem.ª Letra e Signal hoje V.ª Rica 26 de 9br.º de 1762 // Euzebio da Costa Ataide // *L.º cit., fls. 14 v.*

225

Recebi de João Mîz Maya thezour.º da Irm.de do Patriarca S. Joze tres coartos de ouro procedidas de huma crus de Jacarandá que fiz p.ª a Imagem do Santo Christo p.ª o altar de S. Jozé e por haver recebido pacei este por mim som.te aSignado V.ª R.ª 16 de Julho de 1762 a // Domingos da Mota // *L.º cit., fls. 14*.

226

Receby do Sr. Antonio Leyte da S.ª como procurador da Irmandade de S. Jozê nove oitavas e hum cruzado de ouro (9-1/2-4) que me pagou de Jornais de mei oficio de pedreyro de meu Travalho que fiz nad.ª capela epor verd.e lhe pacei este som.te por mim aSignado por não saber ler nem escreve pedi e roguei a Manoel Jozé da S.ª que este fizeçe ecomo testemunha aSignace V.ª Rica 25 de Agosto de 1761 a // *Ant.º + da S.ª Valente* // Como Testemunha que este fis a rogo do Sobredito Manoel Joze da Silva // *L.º cit., fls. 25 .//*

227

R.ce do Thezoreiro da Irmandade Paulo Per.ª campos digo da Irmandade de S. Joze aq.ta de vinte e cete oitavas emeia etres vinteins dos meos Jornais e dos Oficiais de emtalhador da obra do Candieiro e mais obras que se fizerão

na mesma capela como consta do termo no Libro deles ep.ª clareza dod.º Tezoureiro lhe paSo oprez.te de m.ª letra eSinal Villa Rica 15 de Fevereiro de 1796 declaro que foi Recibo da hera de 94 // Manoel Gomes Laborinho // *L.º de 1785, fls. 42.*

228

ReSebi do thezr.º da Irmand.e de S. Jozê Joze Fran.co de Negreiros doze oitavas e meya e humvintem a conta da ferrage q̃ lhe fis p.ª ad.ª Irmandad.e por preSo de vinte e duas oitavas e coatro vinteins e por as ter reSebido lhe passo este de m.º Letra e Signal oie 29 de junho de 1774 // Ant.º de Crasto Lobo // *L.º cit., fls. 47.*

229

R.ce dos.r Alf.es João Mîz Maya Tezr.º da Irmandade de S. Joze duaz oitavas deouro procedidaz do meu travalho do oficio depedr.º de rebocar e caiar a Capella Mor dad.ª Irm.de ep.ª sua clareza lhe passey este som.te p.r mim aSinado V.ª R.ª a 12 de Fevr.º de 1777 // Bento pr.ª da S.ª // *L.º cit., fls. 52.*

230

R.ce do tizoureiro de S. Joze M.el Roiz graSa sinco oitavas de ouro q̃ me pagou proSedidas de coatro feixaduras e huas Xaves q̃ lhe fis p.ª adita irmand.e e por verdade lhe paSei este por mim feito eaSignado V.ª R.ª 8 de 7br.º de 1778 // Julião de Castro lima // *L.º cit., fls. 55.*

231

Recebi do trezr.º da Irm.de de S. Joze Manoel Roiz Graça coatro outavas etres coartos procedidas de meu trabalho de carapinteiro na obra da capela mor no tempo que servio de tezr.º Manoel Gomes Labor.º ep.ª sua descarga paSei este pormim feito e aSinado Villa Rica 26 de Mayo de 1779 // Manoel Bernardino de Sena // *L.º cit., fls. 57 v.*

232

Recebi do thezr.º dairmand.e do patriarca do Sñr. S. Joze Manoel Roiz Graça çeis oitava emeya acoatro vinteins proçedidas de jornais q̃ trabalhei na tore enas cazas do pratimonio dadita irmandade epor aSim ser verdade pacei este por mim feita eaSinado V.ª R.ca 4 de Mayo de 1782 // João Roiz do nacimto // *L.º cit., fls. 65.*

233

R.ce do Thezoureiro Manoel Roiz GraSia em meza duas outavas e meia de ouro por sedidas de um soclaco q̃ fis detras da lgr.a de Sam Joze por ter reSebido passei este por mim tão som.te aSinado Capela em 16 de Maio de 1784 // João da Fon.ca neto // *L.o cit., fls. 72.*

234

R.ca do Sñr Luis dos Santos Corr. Thizr.o do Patriarcha São Jozé tres oitavas equatro vintens de ouro procedidas de sinco dias de trabalho de rebocar na Capela de São Joze e por verd.e lhe passey este por mim só mentes aSignado V.a R.a 21 de Outr.o de 1748 a // Manoel da Costa Ramos // *L.o cit., fls. 93 v.*

235

R.ce do procurador de S. Joze 3 oitavas de ouro produto das bixas q̃ fis p.a o cafaris da sancristia da capella da mesma irmandade e por verdade passo este p.r mim feito e aSignado V.a R.a 20 de 7br.o de 1795 // Joze Francisco // *L.o de Recibos de 1785, fls. 38 v.*

236

R.ce do thezoureiro da Irmand.e do S.r São Joze por mão do Procurador M.el Pr.a Alz coatro oitavas de Oiro procedidas de coatro paineis da Paixão ep.a clareza paso este p.r mim feito eaSignado V.a R.a 16 de Mayo de 1793 // Julião Alz Filgueiras // *L.o cit., fls. 30 v.*

237

Recebi do Sr. Alf.es Fran.co de Ar.o Corr.a como thezr.o da Irmandade de S. Joze duas oitavas procedidas do meu trabalho do Ofico de Pedreiro epellas receber paSei oprez.te som.te p.r mim aSignado Hoje V.a Rica 26 de Junho de 1789 // Leandro dagoarda // *L.o cit., fls. 16 v.*

238

Pello q̃ se pagou ao Ten.te Ancelmo Ferr.a Pires mestre de Pedreiro de dizanove dias que trabalhou na obra do Ciminterio a 800 rs. cada hum aq.ta de 20$480 rs. e como recebeu aSigna // Ançelmo Frr.a Pires // *L.o de Rec. e Desp., aberto em 1822, fls. 50 v.* (exercício de 1834).

239

Pelo q̃ se pagou ao Pintor Marcelino da Costa Per.ª p.ª fazer o doiram.to das fachas — 6$240 rs. — e aSigna // Marcelino da Costa Perª // *L.º cit., fls. 15 v.* (1825).

240

Pelo q̃ se pagou a Joaq.m Jozê da S.ª de fazer duas portas de Vidraças equatro Postigos evarias Obras da Capella aq.tia de quarenta mil reis e aSigna // Joaq.m Joze da Silva // *L.º cit., fls. 4* (1822).

241

Pelo que se pagou ao Mestre da Obra (Frontispicio) Joze Vellozo Carmo de seu trabalho — 48$000 // Joze Velozo Carmo // (1823). *L.º cit., fls. 5 v.*

242

Pelo q̃ se pagou Offecial de Pedreiro José de Faria — 26$400 // Joze de Faria // *L.º cit., fls. 9* (1824).

243

Pelo q̃ sepagou ao Offecial de Pedreiro João Borges por conta, 30$000 // João Roiz Borges // *L.º cit., fls. 9* (1824).

244

Pelo que se pagou ao Offecial de Pedreiro Ant.º Maria que por não saber escrever aSigna de Cruz — 20$000 // De Ant.º + M.ª de Brito // *L.º cit., fls. 9* (1824).

245

Pelo que se pagou a Manoel Joze Rodrigues de huma Ambola deprata com o pezo de 286/8.as e dourada com o seu feitio — 65$320 // Manoel Joze Roiz // *L.º cit., fls. 16* (1825).

246

Pelo q̃ se pagou ao ferreiro Fran.co Hilario de fazer a Cruz, e ferragem p.ª o sino, 14$400 // Fran.co Hilario // *L.º cit., fls. 26 v.* (1829).

247

P.lo q̃ sepagou ao Pintor Marcelino da Costa Per.a de oiro, tintas e oleo p.a a Cruz — 22$910 // Marcelino da Costa Per.a // *L.o cit., fls. 26 v.* (1829).

248

P.lo q̃ se pagou a Fran.co Ant.o Pim.ta de fazer hum gallo e quatro fachas — 11$730 // Francisco Antonio Pimenta // *L.o cit., fls. 26 v.* (1829).

249

Pello q̃ sepagou a M.el Ant.o do Sacram.to de toxas q̃ fes p.a a Irmandade aq.ta de 6$450 rs. e como recebeu aSigna // Manoel Antonio Sacram.to // *L.o cit., fls. 51 v.* (1834)

250

Pelo q̃ pagou ao Mestre pedreiro Caetano J.e, de ladriar a Sancrestia aq.ta de 16$000 e como recebeu aSigna a rogo do d.o Fran.co do Nascim.to // *L.o cit., fls. 54* (1835).

251

Pelo q̃ pagou a Agostinho Pio Per.a da Pintura da Sacrestia aq.ta de 11$840 rs. e como recebeu aSigna // Agostinho Pio Pereira // *L.o cit., fls. 54* (1835).

252

Pelo q̃ pagou a M.el Pio dos S.tos de fazer a parede do Coredor da Capela aq.ta de 5$000 e como recebeu aSigna // Manoel Pio DoSantos // *L.o cit., fls. 54* (1835).

253

Pelo q̃ pagou a Mariano Freire dos Santos de fazer o vazo de prata a q.ta de 21$060 e como recebeu aSigua // Mariano Freire dos Santos // *L.o cit., fls. 54* (1835).

254

Pelo q̃ pagou a Agostinho J.e da S.a do feitio de dous touxeiros q̃ fes p.a o Altar Mor aq.ta de 26$640 rs. e como recebeu aSigna // Agostinho Joze da Silva // *L.o cit., fls. 54 v.* (1835).

255

Pagou a Balthezar Gomes de huma caldeirinha de cobre p.ª agoa benta: 1-12-0 // *L.º de Rec. e Desp. aberto em 1770, fls. 4* (1770).

256

(Por oiro) q̃ pagou a M.el de Alm.da de feitio de hũa meza para o consistorio — 2-1/2-0 (1771) // *L.º cit., fls. 9 v.*

257

Por d.º q̃. pagou a Joaq.m M.el á conta do ajuste das palmas e castiçais — 12/8.as // *L.º cit., fls. 9 v.* (1772). *Êste com o nome de Joaquim Rodrigues Barbosa recebeu no exercício financeiro seguinte mais 22/8as pelo mesmo "ajuste".*

258

Por d.º q̃. pagou a Ant.º Fran.co Lx.ª p.ª a fatura do risco p.ª a obra da Capella mór — 15/8.as // *L.º cit., fls. 13 v.* (1773).

259

Por d.º q̃. pagou a Dom.os Glz da Costa, do telhado e mais obras — 10-1/2-0 // *L.º cit., fls. 17* (1774).

260

Pagou a Joze Glz S. Thiago de seu trabalho de seu oficio de Carpintr.º e de hũa duzia de pau apique — 3/4 (1774). *L.º cit., fls. 72.*

261

Pagou a Ant.º de Faria Salgado do Canto de pedra p.ª o Paredão perto das cazas da Irm.de — 4-1/2-0 (1786). *L.º cit., fls. 77.*

262

Recebi do Thezoireiro da Irmandade de S. Joze desta V.ª Ant.º da Rocha Braga coatro outavas de oiro p.ª digo coatro outavas e catorze vintens deouro importe da madeira, sola e taixa dos tamboretes q̃ fis p.ª a capela da mesma irmandade e p.ª sua clareza paSo este por mim feito eaSinado V.ª R.ª 25 de 8br.º de 1802 // M.el Ant.º do Sacramento // *L.º de Recibos aberto em 1785, fls. 72 v.*

263

ReSebi do tizoureiro de S. Joze tres oitavas e meia procedidas de coatro, digo de tres tamboretes que fiz p.ª ad.ª irmandade epor aver reSebido dod.º tizoureiro João Mĩz Maia ad.ª coantia lhe paSei este de minha Letra eSignal V.ª Rica 12 de julho de 1770 // Fran.co Alz Lima // *L.º de Recibos de 1745, fls. 31 v.*

264

Receby do Tezoureyro da irmandade do Patriarcha S. Joze Philipe Roiz daS.ª doze outavas de ouro pracedidas de hum paredão que fis no jogo da bola e por os ter recebido lhe pascey este som.te por mim aSignado hoje V.ª R.ª 9 de Julho de 1760 declaro que a sobredita q.ta ja della pascey recibo no credito // Ant.º + Roiz Falcato // como Test.ª q este fis a rogo do sobred.º Fran.co de Lima // *L.º cit., fls. 9 v.*

265

R.ce de Ant.º Fereyra do Santos Thezoureyro da Irmand.e de S. Joze por mão do Procurador João Mĩs Maya, tres quartos e tres vintens de ouro proçedidos do meu trabalho de Carpintr.º das Cazas ep.ª clareza pasço este por mim feyto da Signado v.ª R.ª 4 de 9br.º de 1786 // Ant.º da Rocha Braga // *L.º de 1785, fls. 8 v.*

266

R.ce do Thezoreiro da Irmandade Paolo Per.ª campos digo da Irmandade dᵉ de S. Joze aq.ta de vinte e cete oitavas emeia etres vintens dos meos Jornais e dos Oficiais de emtalhador da obra do Candieiro e mais obras que se fizerão na mesma capela como consta do termo no Livro deles ep.ª clareza dod.º Tezoreiro lhe paSo oprez.te de m.ª letra eSinal Villa Rica 15 de Fevereiro de 1796 declaro que foi Recibo da hera de 94 // Manoel Gomes Laborinho // *L.º de Recibos de 1785, fls. 42.*

RELAÇÃO DE OFICIAIS QUE TRABALHARAM EM SÃO JOSÉ

1 — AGOSTINHO JOSÉ DA SILVA — *Entalhador* — Doc. 254. Trabalhou na igreja do Carmo de Ouro Prêto. Vide F. A. Lopes, *Hist. da constr. da Igr. do Carmo de Ouro Prêto*, 79, 149, 156 e 157.

2 — AGOSTINHO PIO PEREIRA — *Pintor* — Doc. 251.

3 — ÂNGELO CLERICI — *Pintor* — Vd. Furtado de Menezes, *Bicent. de O. Prêto,* 272; e F. A. Lopes, *ob. cit.*, 91.

4 — ANSELMO FERREIRA PIRES — *Mestre pedreiro* — Doc. 238. Em 1824 trabalhou na "nova torre da Igreja" do Pilar (anot. da DPHAN).

5 — ANTÔNIO BENTO VAZ — *Marceneiro* — Doc. 211. Trabalhou para a O. 3.ª de São Francisco (Trindade, *S. Francisco de Assis de Ouro Prêto,* 478).

6 — ANTÔNIO DE CASTRO LÔBO — *Ferreiro* — Doc. 238. Em Ouro Prêto trabalhou ainda para S. Francisco e Mercês de Cima.

7 — ANTÔNIO CLAUDINO — *Pintor* — Furtado de Menezes: "No mesmo ano (1889) foi contratado o consêrto do teto da igreja e a pintura do corpo da capela, do arco cruzeiro e dos quatro altares laterais com Antônio Claudino...", *Ob. cit.*, 272.

8 — ANTÔNIO COELHO DE OLIVEIRA — *Pintor* — Doc. 145.

9 — ANTÔNIO DE FARIA SALGADO — *Pedreiro* — Doc. 261.

10 — ANTÔNIO FERNANDES DE BARROS — *Pedreiro* — Doc. 177. Fêz o chafariz do Caquende; arrematou a "nova rua do beco que vay p.ª Santa Quiteria"; fêz a ponte "junto á capela do Padre Faria"; arrematou juntamente com Antônio da Silva Herdeiro as obras do chafariz do Ouro Prêto (anot. da DPHAN; e Feu de Carvalho, *Pontes e Chafarizes,* 113). Em 1746-47, morava em Antônio Dias de Vila Rica.

11 — ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA — *Arquiteto e escultor* — Docs. ns. 67-68-69-97 e 258. As atividades dêste genial artista excusam de ser aqui recontadas, conhecidas que o são de sobejo.

12 — ANTÔNIO GOMES BARREIROS — *Marceneiro* — Natural de Antônio Pereira, comarca de Mariana, filho de Antônio Gomes Barreiros e Bárbara da Conceição. Foi casado com Joana Custódia da Silva. Sem filhos. Morreu, pobre e endividado, em Congonhas do Campo a 1.º de Março de 1814 (Invent. processado, em 1815, no cartório do 1.º Of. de Ouro Prêto). Docs. 157, 165 e 166.

13 — ANTÔNIO JOSÉ DA COSTA — *Pedreiro* — Presumo que foi sócio de Antônio Rodrigues Falcato nas obras de S. José. Cf. os documentos referentes a êste último. Trabalhou para a O. 3.ª do Carmo em Vila Rica. "Natural de São Martinho de (ilegível) [13], arcebispado de Braga, filho de Domingos Pereira da Costa e Catarina Ribeiro da Costa. Solteiro. Residia em S. Bartolomeu, comarca de Vila Rica.

---

(13) Há de ser S. Martinho de Gandara, uma das três freguesias, com êste título, do arcebispado de Braga.

Faleceu a 25 de Julho de 1806 e foi sepultado na igreja do Carmo de Vila Rica." (Apontamentos do Sr. Manuel José de Paiva Júnior).

14 — ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA — *Marceneiro* — Doc. 219.

15 — ANTÔNIO MARIA DE BRITO — *Pedreiro* — Doc. 244.

16 — ANTÔNIO DE MEIRELES REBELO — *Pintor* — Doc. 140.

17 — ANTÔNIO DE OLIVEIRA LIMA — *Ourives* — Doc. 186.

18 — ANTÔNIO PINTO VIEIRA — *Carpinteiro* — Doc. 205.

19 — ANTÔNIO DA ROCHA BRAGA — *Carpinteiro* — Docs. 112 e 265. Em 1802 foi eleito tesoureiro.

20 — ANTÔNIO RODRIGUES FALCATO — *Pedreiro* — Construtor da obra de pedra da capela-mor. Docs. 53 a 66, 210 e 264. "Autor da primeira planta da capela de Congonhas, juntamente com Antônio Gonçalves Rosas. A obra foi iniciada em 1758." (Anot. da DPHAN).

21 — ANTÔNIO RODRIGUES GRAÇA — *Latoeiro* — Doc. 208. Entre os filhos de Manuel Rodrigues Graça figura um Antônio, que será por certo o que estou a relacionar. Vd. abaixo o n.º 109.

22 — ANTÔNIO DA SILVA VALENTE — *Pedreiro* — Doc. 226.

23 — BALTAZAR GOMES DE AZEVEDO — *Serralheiro* — Doc. 255. Trabalhou também para as Ordens Terceiras de S. Francisco e do Carmo. Vd., respectivamente, Trindade, *ob. cit.*, 480; F. A. Lopes, *ob. cit.*, 62.

24 — BALTASAR RODRIGUES DE AMORIM — *Pedreiro* — Doc. 176.

25 — BASÍLIO VIEIRA DE CARVALHO — *Pintor* — Doc. 139.

26 — BENTO PEREIRA DA SILVA — *Pedreiro* — Doc. 229.

27 — CAETANO JOSÉ — *Pedreiro* — Doc. 250.

28 — CALIXTO JOSÉ DA COSTA — *Marceneiro* — Doc. 156.

29 — CARLOS GONÇALVES VIDAL — *Ferreiro* — Doc. 104.

30 — CRISPIM GONÇALVES DE OLIVEIRA — *Fundidor de sinos* — Doc. 200. Fêz sinos para as igrejas do Carmo, de Mariana e Vila Rica (Anot. da DPHAN).

31 — DOMINGOS CARVALHO RIBEIRO — *Marceneiro ?* — Doc. 209.

32 — DOMINGOS FERNANDES DE CARVALHO — *Pintor* — Doc. 120.

33 — DOMINGOS FRANCISCO — *Serralheiro* — Doc. 185. Morador do Sumidouro, comarca de Mariana, em 1746-47.

34 — DOMINGOS GONÇALVES DA COSTA — *Pedreiro* — Doc. 259.

35 — DOMINGOS DA MOTA — *Marceneiro* — Doc. 225.

36 — EUSÉBIO DA COSTA ATAÍDE — Nos recibos mais antigos assinava-se Eusébio da Silva Ataíde. Trata-se da mesma pessoa, perfei-

tamente identificada pela letra e assinatura. *Ferreiro* — Docs. 222, 223 e 224. "Recebeu 37$162 *de obras que fêz no palácio desta Capital,* em 1781." (Anot. da DPHAN).

37 — FELICIANO MANUEL — *Pintor* — Trata-se certamente de Feliciano Manuel da Costa, que trabalhou também em S. Francisco de Assis de Ouro Prêto. Doc. 146. Faleceu em Vila Rica, donde era natural, a 29 de Abril de 1814. Lê-se em seu testamento: "Declaro que sou natural de Vila Rica, filho natural do Dr. Cláudio Manuel da Costa, já falecido, e de minha mãe Francisca Arcângela de Sousa, ainda viva; sempre me conservei solteiro, sem filho que me haja de suceder." (Testamento no cartório do 2.º Ofício de Ouro Prêto).

38 — FERNANDO JOSÉ DA FONSECA — *Mestre Pedreiro* — Aparece como avaliador, no doc. n.º 99.

39 — FRANCISCO ALVES LIMA — *Marceneiro* — Docs. 155 e 263.

40 — FRANCISCO ANTÔNIO PIMENTA — *Ferreiro* — Doc. 248.

41 — FRANCISCO BRANCO DE BARROS BARRIGA — *Entalhador* — Doc. 16. Riscou a talha da capela-mor da matriz do Pilar em 1746 (Anot. da DPHAN).

42 — FRANCISCO FERREIRA COUTINHO — *Pedreiro* — Aqui aparece como avaliador. Doc. 99.

43 — FRANCISCO HILÁRIO — *Ferreiro* — Doc. 246.

44 — FRANCISCO XAVIER GONÇALVES — *Pintor* — Doc. 119. Trabalhou em S. Francisco de Assis de Ouro Prêto.

45 — FRANCISCO XAVIER DE MEIRELES. Também se assinava Francisco Xavier de Meireles Rebelo — *Pintor* — Docs. 135, 141 e 142. Ilustrou com a efígie de S. Francisco, em côres, o *Livro da Fundoção* da O. 3.ª da Penitência de Vila Rica.

46 — GARCIA DE SOUSA — *Santeiro* — Doc. 203. Fêz imagens para S. Francisco de Assis de Mariana.

47 — GERVASIO FERREIRA DOS SANTOS — *Pedreiro* — Docs. 172 e 175.

48 — GONÇALO BRANDÃO — *Ferreiro* — Doc. 107.

49 — ISIDORO DA SILVA — *Carpinteiro* — Doc. 204. Escravo ?

50 — JOÃO ALVES VIANA — *Pedreiro* — Docs. 114 e 174. Foi o construtor da igreja do Carmo (Vila Rica). Trabalhou também em S. Francisco de Assis. Nasceu em São Tiago de Cardielos, comarca de Valença do Minho, filho de Clemente Afonso Pimenta e Ângela Rodrigues. Veio de Portugal viúvo de Maria Rodrigues, tendo de seu matrimônio um filho único, de nome Clemente. Em Vila Rica teve dois filhos naturais, Francisco e Feliciano, que foram seus herdeiros em igualdade

de condições com o filho legítimo, residente em Cardielos. Faleceu com solene testamento, em Vila Rica, a 28 de abril de 1781. Seu testamenteiro, João Fernandes Parente, morador em S. João do Morro Grande, era seu primo, e fêz em juízo esta surpreendente declaração: "Diz João Fernandes Parente, primo, testamenteiro e tutor dos órfãos do falecido intitulado nestas minas João Alves Viana, sendo seu verdadeiro e legítimo nome, em Portugal, João Afonso Pimenta..." (Autos de testamentaria no Cartório do 2.º Ofício de Ouro Prêto).

51 — JOÃO FÉLIX DOS SANTOS — *Pintor* — Doc. 131.

52 — JOÃO DA FONSECA NETO — *Pedreiro ?* — Doc. 233.

53 — JOÃO FRANCISCO — *Carpinteiro* — Doc. 15.

54 — JOÃO LUíS CALHEIROS — *Ourives* — Doc. 193.

55 — JOÃO LUíS NUNES — *Ourives* — Doc. 194.

56 — JOÃO MACHADO DE SOUSA — *Mestre Carpinteiro* — Docs. 115 e de 147 a 151.

57 — JOÃO PEREIRA DE ARAÚJO — *Ourives* — Doc. 189.

58 — JOÃO PIO DA SILVA — *Pintor* — Doc. 130.

59 — JOÃO RODRIGUES BORGES — *Pedreiro* — Doc. 243.

60 — JOÃO RODRIGUES DO NASCIMENTO — Trabalho não especificado — Doc. 232.

61 — JOAQUIM ANACLETO DA SILVA FERREIRA — *Pintor* — Documento 133.

62 — JOAQUIM FERNANDES DOS REIS — *Ferreiro* — Doc. 121 (Cf. o doc. 120).

63 — JOAQUIM JOSÉ DA SILVA — *Carpinteiro* — Docs. 117, 118 e 240. Trabalhou com o Aleijadinho na igreja do Carmo em Sabará, de 1781 a 1883 (DPHAN).

64 — JOAQUIM MANUEL RODRIGUES BARBOSA — *Marceneiro* — Docs. 137, 138, 215, 216 e 257. Fêz um esquife para a O. 3.ª da Penitência.

65 — JOAQUIM MATEUS DE SANTANA — *Pintor* — Doc. 124.

66 — JOAQUIM DOS REIS — *Marceneiro* — Doc. 207. Faleceu a 17 de junho de 1771. Está sepultado na igreja do Carmo. Foi casado com Francisca Maria de Santana (Notas do Sr. Manuel de Paiva).

67 — JOAQUIM RODRIGUES GRAÇA — *Carpinteiro* — Docs. 113 e 167. Filho de Manuel Rodrigues Graça e Maria Gomes do Espírito Santo. Natural da freguesia do Pilar de Vila Rica. Casou-se, em 1796, com Ana Ferreira da Costa (Notas de Manuel de Paiva).

68 — JOSÉ DE ABREU CADAVAL — *Ferreiro* — Doc. 201. Escravo de Domingos de Abreu Cadaval.

69 — JOSÉ ANTÔNIO — *Fundidor de sinos* — Docs. 195-197. Residia em Congonhas do Campo. Trabalhou para a igreja do Carmo de Mariana.

70 — JOSÉ CORREIA GOMES BRAGA — *Pintor ?* — Doc. 143.

71 — JOSÉ CORREIA GOMES PEREIRA CHASCO — *Pintor* — Doc. 144.

72 — JOSÉ DA COSTA CARVALHO — *Fundidor de sinos* — Doc. 198.

73 — JOSÉ DE FARIA — *Pedreiro* — Doc. 242.

74 — JOSÉ FERREIRA DA SILVA — *Ourives ?* — Morador em Vila Rica. Doc. 188. O Sr. Manuel de Paiva tem sôbre José Ferreira da Silva uma nota que diz: "José Ferreira da Silva, casado com Teresa de Jesus, é natural da freguesia do Pilar de Vila Rica, filho de Manuel Ferreira da Silva e Ana Clara do Sacramento."

75 — JOSÉ FRANCISCO — *Pedreiro ?* — Doc. 235.

76 — JOSÉ FRANCISCO LOPES — *Pedreiro* — Doc. 180. É provável que êste seja o mesmo do n. precedente.

77 — JOSÉ GERVÁSIO DE SOUSA — *Pintor* — Doc. 123. Trabalhou em S. Francisco.

78 — JOSÉ GOMES DE LIMA — Provàvelmente *carpinteiro* — Doc. 111.

79 — JOSÉ GONÇALVES SANTIAGO — *Carpinteiro* — Doc. 260.

80 — JOSÉ DE MAGALHÃES — *Pedreiro* — Doc. 179.

81 — JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS — *Pedreiro* — Construtor do corpo da igreja. Docs. de 17 a 28. Construtor de S. Pedro de Mariana, do Rosário da mesma cidade, e da capela S. Brás do Suassuí (Diversos autos de cobrança no cartório do 1.º Ofício de Mariana. Pesquisas do Sr. Antônio Ferreira de Morais). De uma anotação do Sr. Manuel de Paiva: "José Pereira dos Santos, morador no arraial do Suassuí, freguesia de Congonhas do Campo, era natural de Águas Santas, bispado do Pôrto, filho natural de Lourenço Antônio de Sampaio e Maria Pereira. Viúvo com dois filhos, Fernando Pereira dos Santos e João Pereira dos Santos. Era terceiro-franciscano em Vila Rica. Faleceu a 2 de Setembro de 1802, em Suassuí."

82 — JOSÉ RODRIGUES NEVES — *Ourives* — Doc. 192.

83 — JOSÉ RODRIGUES DA SILVA — *Carpinteiro* — Docs. 153, 154, 163, 168. Trabalhou em S. Francisco de Assis de Ouro Prêto, na igreja do Carmo de Sabará, Rosário de Ouro Prêto. Tomou parte no auto de vistoria que se procedeu na matriz de Carijós (Queluz de Minas, atual Conselheiro Lafaiete) (Anot. da DPHAN). Morava na Rocinha,

freguesia do Pilar; foi casado com Francisca de Matos. dois filhos: *José* e *Faustino*.

84 — JOSÉ VELOSO CARMO — *Condutor de obras* — Pedreiro ? Docs. 101 e 241. Construtor e sócio de José Ribeiro Carvalhais em várias obras, inclusive a da casa da Câmara e Cadeia de Vila Rica (atual Museu), projeto de Cunha Menezes. Em maio de 1805, arrematou a fatura de mais duas grades de ferro, para duas janelas das enxovias, do lado de Antônio Dias, por 89/8as de ouro. Em 1805 (28 de setembro) foi reformado pela Câmara o contrato efetuado com José Ribeiro Carvalhais, continuando as obras a correr por conta do cel. José Veloso Carmo. Em 15 de janeiro de 1826, arrematou diversas obras na matriz do Pilar pela importância de 11:000$000. Nas obras da reedificação da matriz do Pilar, teve por fiador, tal como aconteceu nas de S. José, o capitão-mor José Bento Soares. Trabalhou também em S. Francisco. O coronel José Veloso Carmo faleceu a 15 de maio de 1819.

85 — JULIÃO ÁLVARES DA SILVA — *Pintor* — Doc. 129. Trabalhou ainda para as irmandades do Pilar e do Rosário (DPHAN).

86 — JULIÃO ALVES FILGUEIRAS — *Pintor ?* — Doc. 236.

87 — JULIÃO DE CASTRO LIMA — *Serralheiro* — Doc. 230.

88 — LEANDRO DA GUARDA — *Pedreiro* — Doc. 237.

89 — LEANDRO SOARES DE CARVALHO — *Mestre carpinteiro* — Documentos 14, 152, 153 e 160. Trabalhou no barrete em S. Francisco. Faleceu em 1777.

90 — LOURENÇO RODRIGUES DE SOUSA — *Entalhador* — Docs. de 70 a 87. Natural de Antônio Dias de Vila Rica, filho natural de Caetana Rodrigues de Sousa, "preta mina, fôrra", e de Manuel de Sousa da Fonseca, natural de Penafiel. Lourenço (alferes) faleceu solteiro. Seu testamento foi aberto a 2 de agôsto de 1806, e no respectivo têrmo se declara que êle era falecido "há mais de 24 horas, tempo em q̃ de Catas Altas da Noruega se veio a Vila Rica buscar seu testamento". Possuía duas moradas de casas na rua dos Paulistas, duas nas Lajes, e casas e terras em Catas Altas de Noruega, onde faleceu em 1806.

Foi sua herdeira e testamenteira Feliciana Maria da Purificação, casada com Martinho Pereira Barroso *(Cart. do 1.º Of. de Ouro Prêto, Inventários, letra L)*. "Batizado na matriz de Antônio Dias a 19 de janeiro de 1738" (DPHAN). Em Ouro Prêto trabalhou também em S. Francisco e nas duas capelas de N. S.a das Mercês.

91 — MANUEL DE ALMEIDA E SOUSA — *Marceneiro* — Docs. 157, 164 e 256. Trabalhon com José Pereira dos Santos, nas obras de S. José (Vila Rica) e de S. Pedro de Mariana (Vd. o n.º 112 abaixo).

92 — MANUEL ANTÔNIO MOREIRA DE CASTILHO — *Pintor* — Documento 125.

93 — MANUEL ANTÔNIO DO SACRAMENTO — *Carpinteiro* — Doc. 249.

94 — MANUEL BERNARDINO DE SENA — *Carpinteiro* — Doc. 231.

95 — MANUEL DA CONCEIÇÃO — *Carpinteiro* — Docs. 162 e 169.

96 — MANUEL DA COSTA RAMOS — *Pedreiro* — Docs. 220 e 234.

97 — MANUEL DIAS GUIMARÃES — *Pintor* — Docs. 134 e 136. Trabalhou em S. Francisco. Das notas do Sr. Manuel de Paiva: "Natural da freguesia de São Salvador do Pinheiro, têrmo de Guimarães, filho de Antônio Dias e Senhorinha Francisca. Solteiro, mas teve de sua escrava Tomásia uma filha de nome Ana. Faleceu a 27 de janeiro de 1784". Morava no Padre Faria.

98 — MANUEL GOMES LABORINHO — *Carpinteiro* — Doc. 266. Trabalhou em S. Francisco.

99 — MANUEL GONÇALVES DE SOUSA — *Pintor* — Doc. 132.

100 — MANUEL JOSÉ RODRIGUES — *Ourives* — Doc. 245.

101 — MANUEL LUÍS DA SILVA — *Marceneiro* — Doc. 158.

102 — MANUEL DE MACEDO CAMPOS — *Carpinteiro* — Docs. 159 e 161. Nascido e batizado em Mariana. Não declara a filiação. Casado, sem filhos, com Maria de Macedo Campos, crioula como êle (*Autos de Inv. no cartório do 1.º Of. de O. Prêto* — M. 12).

103 — MANUEL MONTEIRO DE SOUSA — *Carpinteiro ?* Docs. 217 e 227.

104 — MANUEL PINTO LOPES — *Marceneiro* — Doc. 183. Trabalhou na matriz de Catas Altas do Mato Dentro (DPHAN).

105 — MANUEL PIO DOS SANTOS — *Pedreiro* — Doc. 252.

106 — MANUEL RAMOS RIBEIRO — *Pedreiro* — Docs. 170 e 221.

107 — MANUEL RIBEIRO ROSA — *Pintor* — Docs. 88 a 95 e de 126 a 128. Era natural de Mariana, filho de Rita Ribeiro, preta fôrra. Casou-se na matriz do Pilar de Vila Rica, a 31 de agôsto de 1794, com Sebastiana Arcângela da Assunção. Faleceu a 4 de fevereiro de 1808 *(L.º 3.º de Casamentos, do Pilar, fls. 180 v., e L.º 2.º de Matrícula de Irmãos das Mercês e Perdões, fls. 287 v.)*.

Ribeiro Rosa trabalhou também em S. Francisco de Assis e na capela de Mercês e Perdões.

Pertenceu à Ordem das Mercês e à irmandade de S. José, tendo exercido nesta o cargo de procurador.

108 — MANUEL RODRIGUES FALCATO — *Pedreiro* — Docs. 181 e 182.

109 — MANUEL RODRIGUES GRAÇA — *Carpinteiro*, de grande atividade profissional em Vila Rica. Docs. de 29 a 52 e 166. Foi casado com Maria Gomes do Espírito Santo e teve os seguintes filhos: Luzia Ro-

drigues do Nascimento, Luís Rodrigues Graça, Manuel Rodrigues Graça e Antônio Rodrigues Graça *(Autos de Inv. no cartório do 1.º Of. de O. Prêto)*. Não consta do inventário o filho Joaquim, relacionado acima sob o n. 67. Trabalhou em S. Francisco, no Palácio do Govêrno, igreja das Mercês e Perdões e na Casa da Câmara e Cadeia (atual Museu). Faleceu a 28 de outubro de 1799 *(L.º de c/c dos Irmãos, fls. 9 v.)*.

110 — MANUEL RODRIGUES ROSA — *Ferreiro* — Docs. 190 e 199. "Homem pardo", natural de Santa Quitéria, ao tempo capela filial de Congonhas do Campo, filho de Antônia, "nação Angola", e de pai incógnito. Faleceu em Vila Rica a 18 de junho de 1807. Solteiro. Possuía uma casa na rua do Rosário, outra nas Cabeças e "tenda de ferreiro" *(Autos de testamentaria, no cartório do 1.º Of. de O. Prêto, letra M, 1809)*.

111 — MANUEL SIMÕES DE MATOS — *Serralheiro* — Doc. 184.

112 — MANUEL DE SOUSA — *Pedreiro* — Doc. 171. Manteudo a anotação do n. 91, acima, lembro que êste, com mais probabilidade talvez, em razão do ofício, pode ter sido o companheiro de José Pereira dos Santos, tanto aqui, como em S. Pedro de Mariana.

113 — MANUEL TIMÓTEO DA SILVA — *Ferreiro* — Docs. 204, 212 e 213. Segundo nota de Manuel de Paiva, referente a Manuel Timóteo da Silva Bueno, êle seria natural de Santos (S. Paulo), filho natural do padre Domingos da Silva Bueno e de Catarina da Silva. Solteiro, mas deixou uma filha, Ana da Silva. Faleceu em Vila Rica a 22 de maio de 1790, sendo sepultado em S. José.

114 — MARCELINO DA COSTA FERREIRA — *Pintor* — Docs. 239 e 247.

115 — MARCELO FERREIRA DA SILVA — *Carpinteiro* — Doc. 218.

116 — MARIANO FREIRE — *Ourives* — Doc. 253.

117 — MARTINHO FERNANDES — *Canteiro* — Doc. 210. Vd. Trindade, *ob. cit.*, 487.

118 — MIGUEL DA COSTA PEIXOTO — *Pedreiro* — Doc. 173. Trindade, *ob. cit.*, 487.

119 — MIGUEL MOREIRA MAIA — *Pedreiro* — Docs. 98 e 100.

120 — PEDRO MARTINS CORREIA — *Pedreiro* — Docs. 178 e 206. "Nomeado louvado nas obras de ponte do Caquende ou Rosário em 1755" (DPHAN).

121 — PEDRO DE MIRANDA — *Fabricante de imagens* — Doc. 202.

122 — VITORINO PEREIRA CASADO — *Ferreiro* — Doc. 191.

123 — (Anônimo) — *Ourives ?* — Filho de Teodósio Bernardes da Fonseca. Doc. 214.

NOTAS FINAIS

I — *Litígio com Manuel Rodrigues Graça*

Manuel Rodrigues Graça litigou com a irmandade. Eis alguns documentos referentes a êsse pleito:

Recebi de João Rodrigues do Nascimento aquantia de oito oitivas como Thezr.º da Irm.de de Sam Joze dos Pardos desta Villa, p.a a vistoria que se fez na Igr.a na cauza de Libello q̃ tras M.el Roiz Graça com a m.ma Irm.de e por haver recebido do m.mo passo o prezente que aSigno V.a Rica 20 de Dezbr.º de 1785 a.s // O Tab.m Manoel Joze da Costa Mouram // *L. de Recibo de 1785, fls. 4*.

Termo q̃ fazem os Offeciaez desta Irmand.e do Patriarcha S. Joze, emais Irmaons abaixo aSignados p.a defender o Libello, q̃aesta Irmand.e pôs Manoel Roiz Graça — Aos dez dias do mêz de Julho de mil Setecentoz eoitenta e cinco annoz estando em Meza o Juiz, emais Ofeciaes desta Irmand.e pello Procurador della Manoel Per.a Alves foy dito em Meza q̃ M.el Roiz Graça tinha mandado Citar aelle Procurador p.a hũ Libello onde neste lhe pedia o resto do Madeiram.to do Corpo da Igr.a na forma da sua rematação e Condiçoins assim como tambem hũ téno (sic) resto das portas ejanellas da Capella Môr — como tambem Sete oitavas e Sete Vinteins, emq̃ dis alcanssara a Irm.de do tempo emq̃ servio de Thezr.º, e requerendo od.a Procurador em Meza o exame da rematação e Condiçoins no 1.º dos termos prinr.º q̃ seacha findo onde elle rematante seacha assignado em Condiçoins e rematação, ep.r não achar mos a obra conforme as condiçoins nos pareceo justo ter od.º Procurador (sic) requeresse Vestoria a mesma obra p.a fim deq̃ com ella seevitaçe o pleyto, ecomo od.º Graça insiste nelle eparecendo-nos justo o seu requerim.to ordemnamos q̃ o Irmão Thezr.º assista com toda a despeza neçessaria p.a defeza dod.º Libéllo cobrando recibos p.a selhe levar em conta nasq̃ der aesta Irm.de, ep.r assim concordarmos mandamoz Lavrar oprez.te termo, emq̃ todos nós assignamoz e Eu Antonio Leite da Silva Escr.m desta Irm.de q̃ este fis escrever sobescrevi eaSigney // Antonio Leite da Silva // O Juis João Mîz Maya // othezr.º João Roiz donacim.to // O P.or Manoel Per.a Alz // João Maxado de Souza // ...../// *L.º de Atas e Delib.*, fls. 45.

Termo de amigavel Compozição sobre opleito q̃ tras M.el Roiz Graça comesta Irm.de — Aos onze dias do Mes de Junho de mil eSete Sentos e oitenta e seiz annos no ConSistorio desta Cappela de S. Joze compareSerão em Meza o Juiz Escrivão Tezr.º e Procurador e mais Irmãos dela aodeante aSignados igual m.te Manoel Roiz Graça o q.l veyo p.a o fim de tratarmos aprez.te amigavel

Compozição, e por todos foi vniforme m.te rezolvido q̃ p.r evitar custaz, epleitos des necessarios convinhão em q̃ se substasse na cauza no seguim.to dela da contenda q̃ trazia o dito Graça sobre o q̃ aeste deve a Irm.de ep.a efeito de substar foçe a vistoria publica contadas as custas athe o prezente p.a sepagarem, aSaber ametade a Irm.de e outra ametade od.o Graça, e cazo ad.a vistoria estrive a sua determinação a favor da Irm.de no compito em que estiver devendo ao d.o Graça consequentemente foi rezolvido q̃ o liquido, que ficasse devendo a Irm.de aod.o Graça será pago a este nas festividades que sefizerem com preferencia ao rateyo ser o primr.o salvo as despezas anuais, epor estarem todos justos e comforme na dita forma mandamos passar o prez.te Termo em q̃ todos nos aSignamos e eu Cassimiro da S.a teivr.a demenezes escr.m desta Irm.de q̃ sobre escrevi eaSinei // Cassimiro da S.a teixr.a demenezes // Juiz M.el João P.a // Ant.o Fr.co dos Santos Tizr.o // João Mĩz Maya Proc.or // Mel. Roĩz graSa // Manoel da Conceyção // *L.o de At. e Delib., fls. 51.*

ReSebi do thezr.o da Irmandade do Sr. Sam Joze o Sr. Alferes fr.co de araujo coReia dezasete outavas e meya e ses vinteis de ouro a conta das q̃ tenho com a Irmandade na forma do trato da acomodasam que entre nos houve assim do bilhete de pedro Ramos que emporta em honze outavas etres coartos etres vinteis que junto com o mais que ReSebi fas arreferida emportansia 17-1/2-6 e por ter ReSebido ad.a coantia paSei este por mim feito eaSinado V.a R.a 8 de julho de 1787 // M.el Roiz graça // *L.o de Recib. de 1785, fls. 11.*

II — *Antônio Francisco Lisboa, juiz da irmandade*

Termo de posse q̃ dão os Of.ez desta Irm.de do Patriarcha S. Joze aos novos Eleitos — Aos nove dias do mes de Dezbr.o de mil eSete Sentos e Oitenta eSete annos nesta Capela e Consistorio dela apareSerão prezentes aSaber como Juis Ant.o Francisco Lisboa como Escrivão Manoel Soares de Azd.o como Thezr.o apareceo prezente o Irmão Manoel Roiz Roza q̃ sahio eleito p.a od.o carrego epor elle foi dito q̃ p.r axar ter pouco tp.o não aSeitava od.o carrego de Thezr.o o q̃ fica digo e acordarão em Meza q̃ ficaçe servindo o atual Alf.ez Fran.co de Ar.o Correa apareceo prezente o Irmão Fran.co Gomes do Coito como Procurador eleito elhe empoSamos da dita Irm.de eada hũ de perci nos seus carregos respetivos p.a zelarem e goardarem e defenderem tudo coanto partençer ad.a Irm.de em serviço do mesmo Santo doq̃ p.a eonstar mandamos lavrar este Termo emq̃ todos aSignam e eu João Mĩz Maya Escrivão dad.a Irm.de no empedim.to do atual Lourenço Maxado q̃ escrevi e aSignei // Ant.o Fran.co Lx.a // João Mĩz Maya // M.el Soares de Az.do // Manoel ..... // Fran.co de Ar.o Corr.a // Fran.co Gomes do Coutto // José Vieyra Rijo // Antonio Leite da S.a // João Roiz do nacim.to // Caetano Corr.a de Freitas // Fr.co Frr.a coutinho // Sebastião de Barros S.a // *L.o de Atas e Delib., fls. 55 v.*

III — *Contrato com a irmandade de Santa Cecília*

Aos nove dias do mes de Março de mil oitocentos e vinte tres annos nesta Villa Rica d^e^ Nossa Senhora do Pillar do Ouro Preto em Consistorio da Capella de São Joze da mesma Villa em Meza plena aque seachava Prezidindo o Nosso Irmão Juiz Manoel João Pereira e prezentes eu Escrivão abaixo asignado Procurador Bernardo Machado e Thezoureiro Serafim Joze dos Santos e com reunião dos Officiaes Mezarios de Santa Cecilia Juiz o Illustrissimo Doutor Juiz de Fora Antonio Augusto Monteiro de Barros Secretario Luiz Joze da Silva Procurador João Joze de Araujo e Thezoureiro Antonio Vieira deCarvalho; ahy pelo Nosso Irmão Procurador Bernardo Machado foi proposto em Meza que visto terem os ditos Officiaes de Santa Cecilia reprezentado a esta Meza que se querião unir a nos na forma dos Capitullos das suas noçoens que seachão Registados no Livro competente de Registos que sedevião lavrar os competentes termos com os protestos seguintes de ficarem salvas todas as Regalias desta Irmandade, bem como a de Santa Cecilia na forma da resposta que esta Meza deo as ditas noçoens que ha aqui por incorporada a este termo como parte essencial delle, como também protesta pelos direitos dos Nossos Irmãos que seachão Auzentes e não forão ouvidos para esta reunião, deque em tempo algum possão os ditos Irmaons de Santa Cecilia levantarse com a nossa Capella e nem ter o titullo de sua, e no cazo de sequererem separar não poderem haver desta Irmandade quantia alguma que gastarem não só nas Obras como nas mais despezas economicas. E logo pelos ditos Offeciaes Mezarios de Santa Cecilia uniformemente foi dito que aceitavão a reunião e de fazerem a sua emigração para esta Capella no dia que lhes fosse mais conveniente, bem como se obrigavão a cumprirem todo o expressado nos Capitullos de suas noçoens as quaes tambem havião aqui por incorporadas a este termo como parte essencial delle.

E que tambem protestão pelos direitos e regalias da sua Irmandade e pelos seus Irmãos Auzentes que não forão ouvidos. O que tudo sendo ouvido por huma e outra corporação assim oprometerão cumprir cada huma na parte que lhe diz respeito ficando salvos os protestos de huma e outra Irmandade. E do referido para constar mandarão lavrar o prezente termo de reunião emque todos seasignão aqui commigo João Nunes Mauricio Lisboa Escrivão desta Irmandade que escrevi easigno // M.^el^ João P.^a^ Juis // o Juiz Antonio Augusto Montr.^o^ de Barros // João Nunes Machado Lisboa Escr.^m^ // o P.^e^ João Mor.^a^ D.^te^ // Bernardo Machado Proc.^or^ // Luiz Joze da Silva Secr.^o^ // Serafim Joze dos S.^tos^ Thezr.^o^ // João Joze Ar.^o^ p.^or^ // Antonio Vieira de Carvalho Tizr.^o^ // João de Deos Mag.^es^ Gomes // Jeronimo da Costa Guim.^es^ // João Dias de Alm.^da^ // Vicente Tassára de Padua // José Dias Monteiro // Faustino Monteiro Peixoto // Manoel Glz. Neves // Callisto Joze da Costa // João Per.^a^ do Nacim.^to^ // Antonio Ferr.^a^ Xavier. // *L. de A. e Delib., fls. 112 a 113.*

Do *L.º de Recibos* da Irmandade de Santa Cecília, incorporado no arquivo de S. José, extraio os seguintes documentos:

Recebi do Sr. Cap.m M.el da Asenção Cruz quatro mil e oito centos reis producto de hnm cofre q̃ me mandou fazer para a Confraria ep.a calreza passo este p.r mim asignado V.a R.a 4 de Fever.º de 1817 // Manoel Ant.º do Sacram.to // *L.º cit., fls. 6*.

Recebi dod.º Sr. asima tres mil nove centos e sesenta reis de huma Imprensa e mandeira p.a o Sello grande da Confraria V.a R.a 4 de Fever.º de 1817 // Manoel Ant.º do Sacram.to // *L.º e fls. cits.*

Recebi do d.º Sr. asima aquantia de cinco mil reis ferrage e feixaduras p.a o cofre dad.a Confraria ep.a clareza passo este p.r mim só m.te asignado V.a R.a 4 de Fever.º de 1817 // Giraldo Lopes da Cruz // *L.º e fls. cits.*

Recebi do Sr. Cap.m Manoel da Asenção Cruz na forma asima (14) aq.tia de nove mil reis de huma salva de prata *q̃ o me comprou* p.a a Confraria com o pezo de noventa oitavas epara clareza passo este p.r mim só mente asignado V.a R.a 4 de Fever.º de 1817 // Adriano Joze de Moura // *L.º cit., fls. 9*.

Pello que pagou a Antonio Vieira de Carv.º vinte e quatro mil e oito centos reis a conta do feitio da Cruz e como recebeo aSigna V.a Rica 3 de Janr.º de 1822 // Antonio Vieira de Carv.º // *L.º cit., fls. 37*.

Pello q̃ pagou a Antonio Vieira de Carv.º oito mil reis de feitio da Vara q̃ fes p.a a Confr.a de pratta e como recebeo aSigna Villa Rica 3 de Janr.º de 1822 // Ant.º Vier.a de Carv.º // *Ib. ib.*

Feitios que pagou a Antonio Vr.a Garressa a saber do Thoribulo, naveta, resto da Cruz, e de hua Vara tudo de prata Secenta e Sette mil oitocentos Setenta e cinco — 67$875 — // Antonio Vieira // *L.º cit., fls. 63* (1822).

A Antonio Vieira Garressa para duas out.as e meia de Oiro para doirar os Anginbos da cruz deprata aq.ta de quatro mil reis // Antonio Vieira // *L.º cit., fls. 61* (1882).

IV — *Aclamação do Imperador*

"Ao Rdo. Manoel Roiz Jardim da Oração que fes na tarde do dia da Festa á felis Aclamação de S. Mag.e Imperial q̃ sefinalizou com Thedeum Laudamus — trinta mil reis." *L.º cit., fls. 62* (1822).

---

(14) "como Thezour.º da Confraria de S. Cecilia".

Ao m.mo Rdo. Vigario (15) da Freg.a de Pé de Altar na dita Festividade dez mil e oito centos reis. *Ib. ib.*

V — *Promessas para construção da nova capela*

"Promessas q̃ fazem o Juiz, e mais Irmãos do Patriarcha São Jozé p.a a fatura da Capella Nova cujas promessas forão em Meza feita na Capella em o primr.o de Novembro de 1746 a.s.

O Irmão Juiz Manoel Barreto de Gusmão premete alem da sua esmolla do Compromisso cincoenta oitavas de ouro em dois ou tres pagamentos conforme o ajuste ou rematação q̃ dad.a obra se fizer, ep.r este seobrigou ad.a satisfação, de que aSignou // M.el Barr.to de gusmão //.

A Irmão Juiza Micaella Bap.ta premette de sua esmola alem da do Compromisso cincoenta oitavas de ouro de q̃ se assignou em Meza // Assigno a rogo de + Micaella Bp.ta — Joze Giraldes Meirellez //.

O Ir. Escrivão Ant.o da Silva premete de sua esmolla alem da do Compromisso — 25/8.as // Antonio da Silva //.

OIr. Thizr.o M.el de Ar.o cortez premete de sua esmolla doze oitavas de ouro deq̃ se aSignou em Meza // Manoel de Arauyo Cortez //.

O Ir. Procurador Alberto Gomes premete de esmolla doze oitavas de ouro deq̃ se aSignou em meza // Alberto gomes //.

O Ir. Procurador Vic.te Moreyra de Oliveira premete dezaseis oitavas de ouro deq̃ se aSignou em meza em 4 pagamentos // Vicente Mor.a deolivr.a //.

O Ir. João Pimenta premete de sua esmolla duzentos mil reis em quoatro pagam.tos: e antez de se pegar na obra fazer o pr.o pagam.to q̃ será de cincoenta mil reis, e fazendose a Igreja com arco de Pedra, e Prisbiterio, e portaez, e porta principal tudo de pedra de cantaria premete maiz cem mil reis e destes 100$ rs. pagarâ logo adiantado vinte e cinco mil reis q̃ faz a soma de cincoenta oitavas de ouro com obrigação porem de se lhe dar hũa sepultura na d.a Igreja p.a elle e sua m.er logo abaixo dos degraos do Altar Mor onde o Sacerdote principia o introito da Missa de que seaSignou em Meza // João Pimenta //. *L.o de Recibos aberto em 1745, fls. 13 e 13 v.* (Outros irmãos subscrevem ainda 63/8.as, somando o total de 416/8.as (16).

---

(15) Padre Serafim de Sampaio Vale.

(16) Pelos recibos, constantes do arquivo da irmandade, José Pereira dos Santos recebeu 894$962. Se aqui não há omissão, os subscritores, nomeados acima, pagaram mais de dois terços da obra de pedra (do corpo da igreja).

VI — Contrato com o Corpo da Guarnição Fixa da Província

"Termo de Meza — Aos tres dias do mês de Maio de mil oitocentos sessenta e quatro no Consistorio da Capella (da irmandade) de S. José nesta Cidade presentes os Mezarios abaixo assignados foi entregue pelo Procurador da referida Irmandade em Officio sem data dos Relatores da Comissão os Srs. Capitão Joaquim José Moreira de Mendonça, Capitão Domingos de Magalhães Gomes e Alf.s Rodrigo Pinto Homem, que deram sua opinião refundindo num so o contrato em que havia divergencia entre os Membros da primitiva commissão que foi nomeada para confeccionar o Contracto desta Irmandade com o Corpo de Guarnição Fixa desta Provincia — o qual depois de lido e approvado resolveu a Meza o mesmo contracto redigido conforme o parecer da nova Commissão ao Comandante do Corpo para este emittir sua opinião, do que para constar se passa este termo em que assignão os Mezarios inclusive eu escrivão da Irmandade que o escrevi // Escrivão José da Costa Lana Junior // Juiz Fran.co Teixr.a Am.al // Thesoureiro Antonio do Carmo Lino // Procurador Antonio J.e S.a Coelho //".

"Termo de Meza — Aos onze dias do mês de Maio de mil oitocentos sessenta e quatro no Consistorio da Capella de S. José desta Cidade achando-se presentes os Mezarios da mesma abaixo assignadas foi entregue pelo Procurador da Irmandade em officio do Sr. Major Commandante Interino do Corpo de Guarnição desta Provincia com data de dez de Maio do corrente anno, no qual devolvendo á Meza desta Irmandade o Contracto que esta havia anteriormente submettido á sua approvação assim se exprime: — Numero cento e setenta e seis — Quartel do Commando Interino do Corpo de Guarnição de Minas em Ouro Preto dez de Maio de mil (oitocentos) sessenta e quatro — Illustrissimos Senhores — Devolvendo à Vossas Senhorias o contracto que assignei confeccionado pela Meza Administrativa da Irmandade de São José desta Capital tenho em resposta do officio de Vossas Senhorias que recebi datado de oito do fluente mês, a declarar-lhes que me conformo com a disposição dos Artigos consignados no dito contracto, para cuja execução da parte do Corpo que interinamente commando, empregarei com a maior solicitude os meios que cabem na orbita de minhas attribuições. Prevaleço-me desta occasião para reiterar os meus protestos de muita estima que tributo ás pessoas de vossas Senhorias a quem Deus guarde — Ilustrissimos Senhores Mezarios da Irmandade de São José — *José Martini,* Commandante interino // O Contracto incluso no referido Officio que tambem veio devidamente assignado é do theor seguinte: — Contracto que faz a Confraria de São José desta Capital com o Corpo da Guarnição da Provincia de Minas Geraes — ARTIGO PRIMEIRO: A Irmandade de São José desta Capital será a Confraria do Corpo de Guarnição desta Provincia de Minas Geraes, e como tal obrigada: — *Paragrapho*

primeiro: A considerar Irmãos todos os soldados ou recrutas uma vêz que fação parte do dito Corpo. *Paragrapho segundo:* A prestar a Capella para celebração de todos os actos religiosos que reclame o mesmo Corpo. *Paragrapho terceiro:* A fazer conduzir o corpo de qualquer Irmão que fallecer dentro da Capital, prestar a sua custa um caixão decente e sepultura. ARTIGO SEGUNDO: O Corpo de Guarnição desta Provincia de Minas Geraes terá por Confraria a Irmandade de São José desta Capital gozando dos privilegios especificados no artigo primeiro e seus paragraphos e obrigado a corresponder á Irmandade. *Paragrapho primeiro:* Em seu Capellão, quando este não receber ordem em contrario com uma Missa por cada domingo ou dia santificado, ainda sem assistencia do Corpo. *Paragrapho segundo:* Em seu Quartel-Mestre, com o producto que resultar da mensalidade de sessenta reis, cobrada de cada um Irmão soldado ou recruta mesmo destacado, e bem assim com a quota de cinco mil e quinhentos reis que, por disposição legislativa, receberá dos cofres publicos por cada Irmão soldado ou recruta que fallecer dentro da Capital, entregando mensalmente tudo á Irmandade representada por seu Thesoureiro. ARTIGO TERCEIRO: São isentos de cargos os Irmãos soldados ou recrutas por serem onorosos e incompativeis com os seus vencimentos. ARTIGO QUARTO: Este contracto será firmado pelo Commandante do Corpo e pela Meza da Irmandade, que representão as partes contratantes, as quaes serão fieis no cumprimento, fazendo um serviço a Deus e á Religião. Consistorio da Capella na Imperial Cidade do Ouro Preto em 8 de Maio de mil oito centos sessenta e quatro. *José Martini,* Commandante interino — Juiz, Francisco Teixeira Amaral — Escrivão José da Costa Lana Junior — Tresoureiro Antonio do Carmo Lino — Procurador Antonio José da Silva Coelho. Nada mais se continha no dito coutracto e que fielmente transcrevo e para constar lavrou-se o presente termo em que se assignão os ditos Mezarios comigo escrivão que o escrevi — Eser.^{m} José da Costa Lana Junior // Juiz Fran.^{co} Teixr.^{a} Am.^{l} // Thesoureiro Antonio do Carmo Lino // Procurador Ant.^{o} J.^{e} da S.^{a} Coelho //.

VII — *Graças Pontifícias*

Termo que faz esta Irmandade do Patriarcha S. Jozé da aceitação de coatro Breves de graças concedidas pelo nosso SS. Pe. Pio Papa 6.º — Aos dezoito dias do mes de Mayo de mil Sete Sentos eoitenta eoito estando em meza na sua Cappella os Off.^{es} actuaes dad.^{a} Irmandade e mais Irmaonz della ahy apareceo prezente o Irmão o Cap.^{m} João Miz Maya aq.^{m} esta dita Irmandade havia encarregado pelo termo lançado neste Livro afl. 47 a empetração de varias graçaz e Indulgencias, em Privilegio dos Irmaonz desta mesma Irmandade e comefeito aprezentou na prez.^{te} meza coatro Breves, diliberados pelo SS. P.^{e} Pio o 6.º q̃ ora prezide dos quaes por todos os Off.^{es} e Irmaonz forão aceitos, ejuntamente a despeza q̃ com elles havia feito como consta da

conta exarada neste livro afl. 45 e verço: ep.r detudo seaxar esta dita Irm.de inteiram.te Saptisfeita, não só com as d.as graças mas tão bem com o bom zello e Saptisfação comq̃ odito Irmão o Cap.m João Mīz as procurou lhedá esta meza p.r este termo plena e geral quitação, o qual sefes e SeaSignou p.r todos os off.es e Irmaonz prez.ter comigo Manoel Soares de Az.do Escrivão desta Irm.de q̃ o escrevy // Manoel Soares de Azd.o // Fran.co de Ar.o Corr.a // Fran.co Gomes do Coutto //..... *L.o de A. e Delib., fls. 56 //.*

R.cg do Alf.es Fran.co de Ar.o Correa Tezr.o da Irmand.e de S. Joze desta V.a cinco oitavas e quatro vintens de ouro de papel e trabalho q̃ tive na versão de quatro Indulgencias Apostolicas q̃ alcançarão os Irmãos dam.ma Irm.de da Sé Apostolica, ep.r hũ requerimento que lhe fiz p.a o Exmo. e Rmo. Sñr. Bispo deste Bisp.do a resp.to dos m.mos Iudultos. E p.a constar onde convenha lhepassei este som.te p.r mim assignado. V.a R.a 23 de Junho de 1788 // Joseph Caet.o P..... // *L.o de Recibos aberto em 1785, fls. 14.*

R.ce do Alf.es Fran.co de Ar.o Corr.a Thezr.o da Irmandade do Patriarcha S. Joze desta Villa sette oitavas de ouro procedidas de hũ Instrumento em publica forma q̃ extrahi de quatro Indultos Apostolicos q̃ os m.mos Irmãos Off.es alcançarão da Sé Apostolica e de hũ requerim.to q̃ os m.mos fizerão a S. Santid.e ep.r estar pago da referida quantia ep.a constar aonde convenha lhe passei este som.e p.r mim assignado. V.a R.a 10 de julho de 1789 // Joseph Caet.o Per.a // *L.o cit., fls. 17.*

VIII — *Madeiras para as obras da capela*

Termo — Aos vinte e tres dias do mez de Janeiro demil Setecentos e oitenta annos, nesta Villa Rica de nossa Senhora do Pilar do ouropreto e na capella, e consistorio da Irmand.e de São Joze, estando em Meza o Juiz emais Off.ez da mesma Irmand.e e Irmaons abaixo aSinados, por todos uniformente foi aSeutado, e justo com Estevão Alz de Azevedo aeste fazer, aprontar, e trezer aesta Capella as madeiras abaixo declaradas, para o emmadeiramento, e forro della, pelo preço equantia de duzentas ecatorze oitavas, tres quartos, edous vintens deouro, pagas pelos bens desta Irmandade, os quaes obrigão os Officiaez; e o dito Azevedo tambem os seus ao cumprimento do mesmo ajuste ecom amayor brevidade, cujas madeiras são as seguintes = 32 paus de 30 palmos de comprido, ede groço hum eoito, e de largo 3/4 = 8 frexaes de 40 palmos de comprido, hum palmo de alto, ede groço 3/4 = 3 cumieiras de 35 palmos e de groço 3/4 em quadro = 3 cumieiras mais de 44 palmos, edegroço 3/4 em quadro = 8 olivéis de 20 palmos, edegroço 3/4 em quadro = 12 pernas para tezouras de palmo em quadro, e de comprido 30 palmos = 6 paus de 20 palmos e 3/4 em quadro p.a os travessoens // Toda esta madeira aSima dita hão de ser

daqualid.º canella preta = Jundiahiba = Piuna = Arara = Salçafrás = Sobro vermelho = Locurana vermelha = Folha miuda = Camboatá vermelho, tudo livre do branco = 13 duzias de forro de canella parda, depalmo e meyo, até palmo e quatro dedos, livre de branco = 121 cambotas de 10 palmos de comprido cada huma, 3 dedos de groço e 1 eoito de alto, daqualid.ª assoita cav.os, Locurana dagua, camboatá = 8 pranxoens de canella preta ou jacarandá de 20 palmos de comprido, e de largo palmo e 3/4 té palmo emeyo, livre de branco — não contem mais o dito rol das madeiras, eoutro sem.ª leva od.º Az.do p.a oSeu regimen. Para constar sefez o prez.te termo emq̃ todos se aSinão nesta d.a V.a R.a no dia, mez, eanno declarado no principio cõmigo João Maxado Iscrivão desta irmandade que o fis escrever e sob escrever // João Maxado de Souza, Iscrivão // Narcizo J.e Bandr.a, Juiz // Valentim Marinho, Procurador // o thezr.º Mel. Roiz grassa // Estevão Alz de Azevedo // Amancio Joze Luna // Fran.co de Ar.º Corr.a // *L.º de A. e Delib., fls. 31.*

IX — *Cajado ou báculo de São Brás*

Termo — Aos sinco dias do mes de Outubro de mil Sete Sentos e oitenta anoz deo o Sñr. Cap.m Manoel Pr.a de Albim dez oitavas em.a eSeis vt.es de oiro p.a sefazer hum cajado deprata p.a estar na mão de S. Braz com a cominação q̃ sempre ficará sendo dod.º Sr. Albim enunca da Irmand.e do referido Santo nem outra qual quer aque seacha aneixa nem o Revdo. Vigr.º opoderarão tirar nem valerce delle p.a couza algũa p.r ser pozitivamente dod.º Sr. Albim e este querer q̃ sirva eosteja na mão do Gloriozo S. Braz com declaração porem q̃ Erdr.º ou testamentr.º dod.º Sr. Abim o não poderá tirar ou repetir em quanto o mundo durar e o dito Cajado sefará no termo de seis mezes ecomo aSim nos ajustemos eobriguemos sefez oprez.te termo emq̃. todos aSignamos e Eu Escrivão q̃ este fis e Asigney Antonio Per.a Lopes // o thezr.º Mel. Roiz grassa // o Procurador Marcos Coelho Neto // Mel. Pr.a Alboim // o Juiz Manoel Roiz Roza/ /. *L.º cit., fls. 33 v.*

X — *Pregadores notáveis*

A irmandade de São José primava na escolha de pregadores para as solenidades de sua igreja. Aí pregaram, o Cônego Luís Vieira por diversas vêzes; Frei Francisco de São Carlos (autor do poema *Assunção*); Padre Miguel Eugênio da Silva Mascarenhas, José Maria Fajardo de Assis:

"R.ce do Tezoireiro da Irmandade de S. Jozé João Martins Maia quatorze oitavas dum Sermam q̃ preguei na festa do dito Santo e por ser verdade lhe passei este de minha Letra e Sinal. V.a Rica 16 de Maio de 1770 // Luis Vr.a da Silva // *L.º de Recibos de 1745, fls. 30 v. //*.

Recehi do Thezoireiro de S. Jozê o Thenente Manoel da Conceição, por mão do Syndico, dezeceis oitavas de oiro, esmola de hum Sermão pregado dia do Patrocinio do mesmo Santo na sua Capella: e por clareza da verdade passei este por mim feito e assinado. 23 de Novhr.º de 1798 em Villa Rica // Fr. Fran.co de S. Carlos // *L.º de Recibos de 1785, fls. 55*.

XI — *Caminho Novo*

"R.bi do Procurador da Irm.de de S. Joze aquantia de vinte eSeis mil eduzentos equarenta edois reis emeyo de Jornais do Caminho Novo q̃ sefez p.a a Capela do m.mo Santo e como assesti com o dinr.º p.a pagar aos trabalhadores ep.r ter recebido esta quantia passo o prez-te V.a R.a 2 de Novembro de 1818 // João Fran.co Alz. // *L.º cit., fls. 100*.

XII — *Imagem de S. José*

"R.ce do Tezoureyro Fran.co de Ar.º duas 8.as e meia ecoatro v.es de ouro q̃ mepagou de doze varas de liage q̃ forão p.a afunção da tres ladação do patriarca S. Jozé epor verd.e pacey oprezente dem.a Letra esignal V.a Rica 27 de Julho de 1757 // Joze Vellozo Carmo // *L.º de Recibos de 1745, fls. 105*.

XIII — *José Pereira dos Santos e Manuel de Sousa*

"Devo que pagarei a m.el de Souza a coantia de duzentos eSeSenta e oito mil eSem Reys porSedidos do seu trabalho que comigo trabalhou na nova hobra de S. Pedro na cid.e marianna edemais do seu trabalho que comigo trahalhou na faqtura da nova hobra do patriarca S. Joze porSedidas de todas as nossas contas que temos tido the hoje, cuja coantia ..... lhe paragei ..... e por verdade de tudo lhe pacei este por mim feito caSignado hoje v.a Rica dezasete dejanr.º de 1758 // Joze Pr.a Dos S.tos // *Autos de cobrança no Cart. do 1.º Of. de Mariana*.

XIV — *Último pagamento a Antônio Rodrigues Falcato*

A irmandade passara um crédito ao Falcato, e êste o transferira a Antônio José da Costa, como consta de vários recibos dêste último. Donde infiro que se relaciona com as contas de Falcato o seguinte recibo:

"R.ce de Antonio Freyre dos S.tos Thezr.º da Irmand.e de S. Joze p.r mão do Proc.or da mesma Irm.de João Mĩz Maya oito oitavas e meya e hũ vintem de resto de hũ cred.º q̃ a mesma Irm.de me hera devedora da q.tia de cincoenta e hũa oitavas e meya e seis vinteins e p.r aver recebido passo este p.r mim

som.e aSignado. V.a Rica a 2 de Nov|o de 1786 a.s // Ant.o Joze da Costa // *L.o de 1785, fls. 8 v.*

XV — *Outros recibos de Manuel Rodrigues Graça*

ReSebi de pedro martis como tezoureiro da Irmandade de sam Joze 1/8.a de ouro de conserto que fis na capela no anno de 1753 p.a o de mil 754 por aver reSebido e por verdade lhe paSey este por mim feito e aSinado V.a R.a 4 de maio de 1755 a // Manoel Roiz graça // *L.o de Recibos de 1745, fls. 99.*

ReSebi da mam do tezoureiro fran.co de araujo coreva duas outavas de ouro do conserto das cazas onde mora o padre capelam ep.a sua clareza paSey este por mim feyto eaSinado V.a R.a 27 de Julho de 1757 a // Manoel Roiz graça // *L.o cit., fls. 105.*

XVI — *Assinaturas ilustres*

Aparecem nos livros de S. José assinaturas de figuras de destaque na história religiosa de Minas:

D. frei Antônio de Guadalupe na *fls. 3 do Caderno de Provisões e Provimentos de Visitas.*

D. frei Manuel da Cruz na *fl. 4 v. do L. de Recibos* aberto em 1745 (Primeira Visita Pastoral do Bispo Diocesano a Vila Rica — 1749).

Cônego dr. Amaro Gomes de Oliveira na *fl. 4 v. do L.o cit.*

Cônego dr. José Botelho Borges na *fl. 6 v. do L.o cit.*

Cônego dr. José dos Santos, na *fl. 1.a do Caderno cit.*

Padre Francisco da Silva Almeida, primeiro vigário colado da matriz do Pilar, na *fl. 4 do Caderno cit.*

Cônego Francisco Ribeiro da Silva, na *fl. 6 do cit. Caderno.*

XVII — *Ordem régia sôbre eleições*

D. Maria por Graça de Deos Rainha de Portugal e dos Algarves daquem e dalem Mar em Africa Senhora de Guiné &. Faço saber a vós Provedor da Comarca de Vizeu que o Juiz eleito da Igreja e Freg.a de S. Pedro de Cota dessa Comarca mereprezentara que desde tempo immemorial se achavão em pacifica posse de fazerem as Elleiçoins para os referidos empregos e para os de Mordomos que hão de servir as Confrarias e Irmandades erectas na mesma Igreja, como tambem das Capellas dentro da Freguezia com assistencia e Presidencia do Parocho della precedendo aviso deste, ou de seu Coadjutor no assignalado dia em que se destinava praticar qualquer das indicadas Elleiçoins

para cujo fim se chamavão a votos os Mordomos e Off.es dos annos antecedentes, e mais moradores do Povo que quizessem votar em os novos Mordomos e Off.es que ouvessem de servir no seguinte anno, o que assim se executava dentro da propria Igreja, sem que acontecesse em tempo algum desunião ou discordia no bom Governo e Administração da ditas Confrarias e Irmandades, em razão de que para aquelles Empregos se Ellegião os mais dignos de cada hum dos lugares mais populosos, e estes quando faziam as Elleiçoins fucturas tinham conhecim.to da maior capacidade e zelo e fidelidade dos moradores de seus respectivos povos, uão sendo facil haver suborno de votos nas ditas Elleiçoins: que havendose assim praticado as sobreditas Elleiçoins com todo o acerto e tranquilidade publica e particular, hum Francisco Roiz viuvo do lugar de Nogueira da referida Freg.a sugeito de humilde Nascimento pelos seus primeiros exercicios, tendo sido Desimeiro, e hoje Rendeiro de algumas Rendas fazendose dispotico com os seus dinheiros tem suscitado desordens, disturbios e contendas na dita Irmandade de S. Pedro e nas Confrarias respectivas de forma que no anno de 1791 em a de S. João Baptista do Lugar de Nogueira onde he morador chegara ao temerario excesso e despotismo de mandar ajuntar o Povo e seu Juiz pedaneo no meio da rua e ahi mesmo com alguns rusticos e ignorantes e seus devedores e de sua parcialid.e effectuaram huma nulla Elleição offerecendose para Mordomo com seu Genro Joaquim José da dita Confraria para o que não forão por vós aceitos, mas sim aquelles que havião sido Canonicamente Elleitos na Igreja na forma do antigo uzo e custune, e porque o dito Fraucisco Roiz, como perturbador do Socego publico não cessava de inquietar aos Sup.es, formentando desordens e intrigas e extranhas novidades, que os insulta em seus Empregos, motivo porque Me pedião fosse Eu Servida determinar que as ditas Elleiçoins das Irmandades e Confrarias referidas se fizessem para o tempo fucturo dentro da Igreja Matriz na forma do uzo e costume sempre praticado sem embargo de qualquer determinação in contrario e que o sobredito Francisco Roiz nem outra alguma pessoa se intrometa nas ditas Elleiçoins debaixo das penas de 30 dias de Cadeia e 200 cruzados applicados para as obras da mesma Igreja. Ao que Attendendo e ao que constou da vossa informação e Resposta do Procurador da Minha Rial Coroa a quem se deu vista: Hei por bem Ordenarvos que as Elleiçons das Irmandades e Confrarias da Freg.a de que se tracta se contunuem a fazer todas na Igreja como sempre se fizerão, annualandose a de que se queixão os Sup.es por se haver feito na resa, lugar mais improprio para tais actos. E outro sim vos Ordeno que façais proceder a nova Elleição sem Prezidencia dos Parochos por se incontrar com varias Provisoins Minhas e Sentenças do Juizo da Coroa para se não intrometterem os mesmos Parochos de modo algum com as Irmandades e Confrarias Seculares que são da Minha Rial Jurisdição, pena de serem prezos, e não serem soltos sem Ordem Minha todos os que directa ou indirectamente concorrerem para que as Elleiçoins sejão feitas de outra forma, alem

de ficarem ellas de nenhũ vigor. O que cumprireis e fareis executar, e registar esta Ordem nos Livros dessa Provedoria, e das sobreditas Irmandades. A rainha N. Snrã. o Mandou pelos Ministros abaixo assignados do Seu Conselho e Seus Desembargadores do Paço // Henrique Bernardo da Costa Sarmento a fis em Lisboa a 27 de Outubro de 1794 annos // José Federico Ludovici a fis escrever // José Bernardo da Gama e Athaide // Manoel Nicolao Esteves Negrão // Por Desp.º da Mesa do Dez.º do Paço de 23 de 8br.º de 1794 // Pela Rainha // Ao Provedor da Comarca de Vizeu // Cumpra-se e Registese nos L.os deste J.º e nos das Confrarias, e se passem as Ordens necessarias — Fornos 19 de 9br.º de 1794 // Está conforme // O Escr.am da Irm.de João Nunes Maur.º Lx.a // *L.º de Eleições, fls. 60 a 62*.

XVIII — *Porta principal*

Por têrmo de 4-X-1849, "a porta principal foi substituida". Para a nova concorreu o vigário Feliciano Ferreira de Carvalho com a quantia de 44$000.

XIX — *Porta lateral*

Por têrmo de 3-2-1823, "por ter partido a vêrga da porta travessa e ter-se rachado tôda a parede em termos de haver grande ruina, sendo seu voto que se devia fechar a dita porta".

Efetivamente se fechou a referida porta, que é a lateral do corpo da igreja, lado do evangelho.

XX — *Relógio*

Do têrmo de 21-VII-1859: "...foi presente o oficio da Camara Municipal oferecendo para ser colocado na tôrre da igreja desta Irmandade o relogio ha pouco vindo da Côrte e que não tinha capacidade precisa para substituir ao existente na cadeia desta Capital..."

Não há outras referências a êsse relógio.

XXI — *Cemitério*

Do têrmo de 24-VIII-1832: "...em vista da intimação da Camara, que se fizesse o cemitério do lado esquerdo da capela, logar que foi demarcado pelo fiscal..."

Do têrmo de 12-V-1864: "deliberou-se em *razão de já não haver mais sepulturas dentro da capela,* se fizesse uma tapagem provisória para ser benzida e ir-se enterrando nela, até que possa a Irmandade, em ocasião mais propícia, tratar convenientemente do cemitério.

XXII — *Altares laterais*

A igreja de S. José tem quatro altares laterais, dois dos quais de talha magnífica que se assemelha a rendado da mais delicada confecção. Dêstes altares nada dizem os documentos da Irmandade.

XXIII — *Irmandade imperial*

"Em 22 de março de 1889, por uma portaria, o Imperador concedeu-lhe (à irmandade) o título de imperial, e a 6 de abril licença para usar das armas do Império; atendendo a essas concessões, a mesa reuuida a 1.º de dezembro de 1889, ao resolver a supressão do uso das armas imperiais e do título, e a retirada das armas que se achavam sôbre a porta principal e na bôca do trono, resolveu igualmente por unanimidade lançar na ata "um voto de eterno agradecimento a S. M. e Imperial Família, pelos relevantes serviços que prestaram à irmandade e à humanidade pelo seu espírito de Religião e caridade, como é reconhecido pelos próprios adversários da Monarquia, e que em tempo se remeta ao sr. D. Pedro II cópia da presente ata (*Bicent. de O. Prêto*, 272)".

XXIV — *Bernardo Guimarães*

Encontra-se no arquivo da irmandade uma carta de d. Teresa Guimarães, viúva do saudoso Bernardo Guimarães, datada de 2 de abril de 1891, pedindo licença à mesa para colocar na capela uma urna com os ossos de seu finado marido. De fato esta urna lá existe *(Id. id.)*.

XXV — *Padre Pedro de Árbues*

"Além do de Bernardo Guimarães, acha-se sepultado, no cemitério desta capela, o corpo do padre Pedro de Árbues, falecido a 27 de dezembro de 1906. Foi um dos grandes benfeitores da capela."

PAGAMENTOS REALIZADOS PELA IRMANDADE

Excepcionalmente, em menos de meia dúzia de casos, os pagamentos, sempre feitos em ouro, nos tempos coloniais, foram efetuados em réis. No inventário dos bens da irmandade figura a balança em que o ouro, à vista do credor, era pesado em oitava e suas frações, e em vintens. Trinta e dois (32) vintens formavam uma oitava. Esta, por êsse tempo, era cotada em Vila Rica a 1$200 rs. Um vintem representava, portanto, 37 réis e meio ($037,5).

Damos, a seguir, a relação dos pagamentos constantes dêste opúsculo, com a advertência de que só mencionamos vencimentos ou jornais dos artífices que trabalharam na igreja e em suas alfaias.

	Na 1.ª coluna, oitava, etc.; na 2.ª, réis correspondentes)		
José Pereira dos Santos, além de 662$500 que lhe foram pagos em réis, recebeu	193 ½ 7		232$462
Manuel Rodrigues Graça	466 ¼ 3		559$612
Antônio Rodrigues Falcato, além de 448$938	177 0 0		212$400
Antônio Francisco Lisboa	20 0 0		24$000
Lourenço Rodrigues de Sousa	134 ¼ 2		161$175
Manuel Ribeiro Rosa	88 ¼ 0		105$900
João Machado de Sousa	619 ½ 6		743$625
Leandro Soares de Carvalho	24 ½ 4		29$550
Carlos Gonçalves Vidal	0 ½ 0		$600
José Gomes de Lima	9 0 0		10$800
Antônio da Rocha Bragà	9 ¾ 3		11$812
Joaquim Rodrigues Graça	68 0 4		81$750
João Alves Viana	19 ½ 0		23$400
Joaquim José da Silva, além de 40$000	28 ½ 2		34$275
Francisco Xavier Gonçalves	5 0 0		6$000
José Gervásio de Sousa	3 0 0		3$600
Soma a transportar	1.867 ¼ 7		2:240$962
Transporte	1.867 ¼ 7		2:240$962
Baltazar Rodrigues de Amorim	6 ½ 0		7$800
Antônio Fernandes de Barros	3 0 0		3$600
Pedro Martins Correia	6 ¾ 4		8$250
José de Magalhães	17 ½ 0		21$000
José Francisco Lopes	1 ½ 0		1$800
Manuel Rodrigues Falcato	17 0 0		20$400
Manuel Pinto Lopes	1 ½ 0		1$800
Manuel Simões de Matos	0 ¾ 0		$900
Domingos Francisco	2 0 0		2$400
Antônio de Oliveira Lima	1 0 0		1$200
José Ferreira da Silva	2 0 3		2$512
João Pereira de Araújo	4 0 0		4$800
Manuel Rodrigues Rosa	5 ¾ 6		7$125
Vitorino Pereira Casado	2 0 0		2$400

José Rodrigues Neves	11 ¼ 4	13$650
João Luís Calheiros	1 0 0	1$200
João Luís Nunes	0 ¼ 0	$300
José Antônio	52 ¼ 6	62$925
Crispim Gonçalves de Oliveira	54 ¾ 0	65$700
José de Abreu Cadaval	3 0 3	3$712
Pedro de Miranda	4 0 0	4$800
Garcia de Sousa	1 ½ 0	1$800
Isidoro da Silva	27 0 0	32$400
Antônio Pinto Vieira	4 ¼ 4	5$250
Joaquim dos Reis	7 ½ 4	9$150
Antônio Rodrigues Graça	2 0 4	2$550
Domingos Carvalho Ribeiro	1 ½ 0	1$800
Martinho Fernandes	6 0 0	7$200
Antônio Beuto Vaz	2 0 0	2$400
Soma a transportar	2.118 0 5	2:541$787
Transporte	2.118 0 5	2:541$787
Joaquim Mateus de Santana	1 0 0	1$200
Manuel Antônio Moreira de Castilho	13 ¾ 3	16$612
Julião Álvares da Silva	3 0 0	3$600
João Pio da Silva	1 0 0	1$200
João Félix dos Santos	1 ¾ 0	2$100
Manuel Gonçalves de Sousa	2 ¾ 0	3$300
Joaquim Anacleto da Silva Ferreira	0 ¾ 0	$900
Manuel Dias Guimarães	4 ½ 6	5$625
Francisco Xavier de Meireles	7 0 0	8$400
Francisco Branco de Barros Barriga	34 0 0	40$800
Joaquim Manuel Rodrigues Barbosa	53 ¼ 5	64$087
Basílio Pereira de Carvalho	1 0 0	1$200
Antônio de Meireles Rebelo	2 0 0	2$400
José Correia Gomes Braga	2 ¼ 0	2$700
José Correia Gomes Pereira Chasco	1 ½ 0	1$800
Feliciano Manuel da Costa	4 ½ 0	5$400
Antônio Coelho de Oliveira	1 0 0	1$200
Antônio Leite da Silva	5 0 0	6$000
Calixto José da Costa	1 0 0	1$200
Manuel de Almeida e Sousa	18 ½ 0	22$200
Manuel Luís da Silva	11 0 4	13$350
Manuel de Macedo Campos	12 ½ 4	15$150

Antônio Gomes Barreiros	72 ¼ 6	86$925
José Rodrigues da Silva	9 0 0	10$800
Manuel da Conceição	115 ¾ 0	138$900
Manuel Ramos Ribeiro	4 ¼ 4	5$250
Manuel de Sousa	5 0 0	6$000
Gervasio Ferreira dos Santos	2 ½ 0	3$000
Miguel da Costa Peixoto	4 ¼ 6	5$325
Soma a transportar	2.515 ¼ 3	3:018$412
Transporte	2.515 ¼ 3	3:018$412
Manuel Timóteo	8 0 0	9$600
Manuel Monteiro de Sousa	2 0 0	2$400
Teodósio Bernardes da Fonseca (s/ filho)	1 ½ 0	1$800
Marcelo Ferreira da Silva	1 0 5	1$387
Antônio José da Silva	1 0 0	1$200
Manuel da Costa Ramos	4 0 4	4$950
Eusébio da Costa Ataíde	8 ¾ 5	10$687
Domingos da Mota	0 ¾ 0	$900
Antônio da Silva Valente	9 ½ 4	11$550
Antônio de Castro Lobo	12 ½ 1	15$037
Bento Pereira da Silva	2 0 0	2$400
Julião de Castro Lima	5 0 0	6$000
Manuel Bernardino de Sena	4 ¾ 0	5$700
João Rodrigues do Nascimento	6 ½ 4	7$950
João da Fonseca Neto	2 ½ 0	3$000
José Francisco	3 0 0	3$600
Julião Alves Filgueiras	4 0 0	4$800
Leandro da Guarda	2 0 0	2$400
Baltazar Gomes de Azevedo	1 ½ 0	1$800
Manuel de Almeida	2 ½ 0	3$000
Domingos Gonçalves da Costa	10 ½ 0	12$600
José Gonçalves Santiago	0 ¾ 0	$900
Antônio de Faria Salgado	4 ½ 0	5$400
Antônio do Sacramento	4 ¼ 6	5$325
Francisco Alves Lima	3 ½ 0	4$200
Soma	2.622 ½ 0	3:147$000

Receberam em réis:

José Pereira dos Santos (parte do pagamento) ..	662$500
Antônio Rodrigues Falcato (idem)	448$938
Soma	4:258$438
José da Costa Carvalho	46$532
Joaquim José da Silva	40$000
Anselmo Ferreira Pires	20$480
Marcelino da Costa Pereira	29$150
José Veloso Carmo (parte mínima do seu contrato)	48$000
José de Faria	26$400
João Rodrigues Borges	30$000
Antônio Maria de Brito	20$000
Manuel José Rodrigues	65$320
Francisco Hilário	14$400
Francisco Antônio Pimenta	11$730
Manuel Antônio do Sacramento	6$450
Caetano José	16$000
Agostinho Pio Pereira	11$840
Manuel Pio dos Santos	5$000
Mariano Freire dos Santos	21$060
Agostinho José da Silva	26$640
Domingos Fernandes de Carvalho	7$612
Joaquim Fernandes dos Reis	2$225
Soma	4:707$277

CÔNEGO RAIMUNDO TRINDADE

ALMEIDA JÚNIOR: SUA TÉCNICA, SUA OBRA

Coube ao nobre Estado bandeirante, por significativa coincidência, a glória de ter dado ao Brasil dois de nossos maiores artistas; aqueles que se classificam entre os que mais pensaram nos assuntos brasileiros, no ambiente brasileiro, na poesia rústica, na simplicidade melancólica de nossa vida sertaneja, na beleza e no esplendor de nossa luz tropical. São êles Antônio Carlos Gomes, de Campinas e José Ferraz de Almeida Júnior, de Itu.

Sôbre a data do nascimento de Almeida Júnior não há dúvida alguma. Verificou-se exatamente há um século, isto é, no dia 8 de maio de 1850 *. Entretanto, três documentos trazem-na errada, podendo, com o correr do tempo, provocar incertezas, equívocos e confusões. O primeiro é o *Guia das Galerias da Escola Nacional de Belas Artes,* publicado em 1920, quando quase todo o valiosíssimo acervo, laboriosamente conquistado por aquela unidade universitária, não lhe havia ainda sido tirado, para com êle se constituir o novo Museu Nacional de Belas Artes.

O segundo documento é o *Guia do Museu Nacional de Belas Artes,* publicado em 1945. Ambos consignam a data de 1851 como a de seu nascimento. O terceiro, menos importante que os primeiros, é uma carta do Diretor da Escola de Belas Artes de Paris, o insigne mestre Paul Landowski, ao sr. Pedro Corrêa de

---

(*) Êste trabalho foi escrito por ocasião de se comemorar o centenário do pintor. — *N. da R.*

Araújo, tratando da passagem de Almeida Júnior por aquela grande escola de arte. Aí, a data não está exata, talvez por simples engano de cópia, pois dá 3 de maio de 1850, e não o dia 8, como sabemos.

Outras confusões, sôbre a vida e a obra de Almeida Júnior, estampadas na *Enciclopédia Jackson,* pág. 370 do vol. 1, já foram desfeitas pelo crítico Sérgio Milliet no livro *Pintores e pinturas,* publicado em 1940.

Foram pais do pintor, José Ferraz de Almeida e d. Ana Cândida de Amaral Sousa. De sua infância e adolescência pouco se sabe. Apenas que, desde a meninice, gostava de desenhar e colorir.

Reis Júnior, autor da *História da Pintura no Brasil,* publicada em 1944, pergunta, à pág. 183: "Donde veio a Almeida Júnior essa vocação artística?" e prossegue: "Na sua ascendência não há menção de pendor para as Artes; o meio familiar em que transcorria a sua infância, era o ambiente simples da pacata família brasileira, ambiente carinhoso, cheio de afeto, mas desprovido de qualquer preocupação de gosto. Itu, lá por essa altura da nossa história, era uma cidade perdida no *hinterland,* habitada por gente patriarcal, atarefada com questões da terra, com assuntos chãos". Nada, portanto, que pudesse despertar no pequeno José, interêsse pela Arte. Nasceu pintor...

Entretanto, Gastão Pereira da Silva, em *Almeida Júnior, sua vida e sua obra,* afirma, à pág. 20, que José Ferraz de Almeida (pai) tinha gôsto pela pintura, dedicando-se mesmo a ela com certa insistência. Estaria assim explicada a heredita-riedade procurada pelo escritor Reis Júnior, que em Almeida Júnior se desenvolveu ao mais alto grau, graças ao apôio de amigos e a seu espírito forte e constante.

De qualquer maneira, vencida a inicial oposição, sempre presente aos que se mostram inclinados para os misteres das Artes, obtém Almeida Júnior auxílio de seus conterrâneos para vir à Côrte frequentar a Academia Imperial das Belas Artes, onde se matriculou em 1869, com 19 anos de idade, segundo os

autores, inclusive Carlos Rubens na sua pequena *História das Artes plásticas no Brasil,* publicada, em 1941. Mas, um requerimento de Almeida Júnior pedindo matrícula na Academia, existente ainda no arquivo da atual Escola, datado de 1871, diz: "José Ferraz de Almeida Júnior, filho de José Ferraz de Almeida, natural da Província de S. Paulo, idade 19 anos", etc. Ora, se Almeida Júnior nasceu em 1850, não teria em 1871 19 anos, mas 21. Nessas condições, ou a data do requerimento está errada, o que não é plausível, ou o nosso grande homenageado, apesar de tímido e simplório, como o julgavam os contemporâneos, gostava de diminuir o pêso dos anos.

De qualquer maneira, com 19 ou com 21 anos, uma vez matriculado na Academia, ali estudou o jovem artista matemáticas aplicadas, desenho geométrico, desenho figurado, desenho de modêlo-vivo, anatomia artística, em que muito se salientou, história das artes e estética, e pintura histórica, logrando obter prêmios honoríficos que o habilitavam a concorrer ao prêmio de viagem e lhe davam direito ao título de professor de desenho, que lhe permitiria ganhar o pão de cada dia.

Foi, na Academia, aluno de Le Chevrel, na cadeira de Desenho, e de Vítor Meireles na de Pintura. Vê-se, assim, que Almeida Júnior estudou muito, formando um cabedal de conhecimentos que o tornaram artista culto e consciente. O ensino na Academia era rigoroso, e o julgamento severo. É verdade que as Escolas de Arte, como quaisquer outras, não dão talento a quem não o tem, mas o exemplo de Almeida Júnior prova que o estudo sério e profundo fornece a base sôbre a qual o espírito — naturalmente bem dotado — poderá edificar obra sólida e respeitável. Não creio, como alguns, que o ensino da Academia Imperial e o da atual Escola Nacional, por não aceitar os últimos e instáveis movimentos das Artes, seja prejudicial a seus alunos. A Academia de então, como a Escola de hoje, preferia o que já estava classificado e indiscutìvelmente aceito por todos. Êsse conhecimento forma os alicerces para futuras aquisições dos que forem dotados de vocação. Assim, a Academia não aceitava, naquela época, o impressionismo, então

efervescente na Europa, hoje a Escola não tem como ensinar os inúmeros "ismos" que surgiram depois daquele movimento até hoje.

Almeida Júnior, terminado o Curso da Academia, não concorreu ao prêmio de viagem. Não o fêz, porém, por timidez. Sua propalada timidez era aparente; seu espírito, ao contrário, era forte e seguro de si próprio. Não poderia Almeida Júnior temer, a ponto de desanimar, a concorrência leal de seus colegas e o julgamento honesto e desinteressado de seus mestres. O grande pintor Rodolfo Amoedo explicava o fato pela demora entre um concurso e outro, dentro da mesma seção. É que, sendo pequena a verba para o custeio dos pensionistas na Europa, embora se realizasse, quase anualmente, um concurso, esperava-se, entretanto, que voltasse de lá um pintor para mandar-se outro pintor, que voltasse um escultor para enviar-se outro escultor. O caso é que Almeida Júnior, depois de um curso brilhante, não concorreu ao prêmio de viagem, só tendo oportunidade de ir estudar nos grandes centros do Velho Mundo, graças à munificência de D. Pedro II, que lhe concedeu, de seu bolsinho, uma pensão mensal de 300 francos. Assim, em 1876, pensionista de S. M. o Imperador do Brasil, partiu para Paris onde permaneceu seis anos, fazendo o curso da École Nationale Supérieure des Beaux Arts, conquistando, ali também, prêmios de alta distinção, e expoudo anos seguidos no "Salon des Artistes Français".

É interessante conhecer a carta que a êsse respeito recebeu o artista patrìcio Pedro Corrêa de Araújo, do Diretor daquele estabelecimento; carta a que já me referi, e que pertence hoje ao rico e bem organizado arquivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a orientação de Rodrigo M. F. de Andrade.

Quem sabe, como eu, quanto são rigorosos os franceses no julgamento de concursos escolares e na escolha dos trabalhos para o "Salon des Artistes français", principalmente quando se trata de aluno ou artista estrangeiro, pode avaliar o valor dos prêmios obtidos por Almeida Júnior na Escola de Belas Artes

de lá, e o da recepção de seus trabalhos durante quatro anos no "Salon" de Paris.

Teve Almeida Júnior, na França, como principal professor, a Alexandre Cabanel, que viveu alheio à revolução impressionista. De maneira que lá, como aqui, todo o ensino recebido pelo ilustre brasileiro foi aquele comum e pejorativamente denominado de clássico ou acadêmico. E Almeida Júnior, que mais tarde se revelaria irriquieto e pesquisador, foi placidamente, sem qualquer ameaça de revolta, ótimo aluno lá e aqui.

Revelou, depois, que tinha um temperamento próprio, uma visão original, já por não ficar imitando seus mestres Vítor Meireles e Cabanel, já por ter, mais tarde, reformado totalmente sua fatura e sua visão.

Destacam-se duas fases no desenvolvmiento da arte de Almeida Júnior. A primeira abrange sua formação até 1882, e a segunda daí até a morte em 1899.

Em ambas só empregou o processo da pintura a óleo, mas usando de faturas tão diversas que tornou os dois períodos perfeitamente reconhecíveis e delimitados.

Na primeira fase, época em que pintou o "Descanso do modêlo", "Caipiras negaciando", "Fuga para o Egito", o "Derrubador brasileiro", a pasta de sua pintura é gorda, rica, possante e aplicada franca e largamente, sem o uso de requintes de fatura como o "esfregaço" e o "regraxo", numa preocupação elevada de pesquisa da matéria pelos valores e pelo modelado.

Cabe aqui, para aqueles que não estejam familiarizados com a técnica da pintura a óleo, rápida explicação do que sejam o "esfregaço" e o "regraxo". São êsses têrmos as traduções dos têrmos franceses "frottis" e "glacis". Visam a completar uma pintura que não tenha satisfeito o autor, seja porque os tons não se liguem perfeitamente, seja porque determinadas côres não hajam atingido a intensidade desejada. O "esfregaço" é a aplicação, sôbre partes ainda não solidificadas (sêcas) da pintura, de uma mistura de côr com o branco, esfregando-se o pincel de maneira que haja interpenetração superficial das duas camadas. "Regraxo" é a aplicação de côr pura, diluida em

verniz, isto é, aplicação transparente, sôbre parte de pintura já bastante solidificada (sêca), não havendo, portanto, mistura.

A grande importância que dou ao fato de Almeida Júnior não haver, pelo menos na sua primeira fase, empregado essas delicadezas de técnica, é que, graças a isso, sua fatura de então foi eminentemente franca, exuberante e rica. Além do quê, envelhece demoradamente, sem as surpresas quase sempre desagradáveis que nos causam as sérias modificações provocadas, seja pelo possível desaparecimento natural de tudo quanto tenha sido superposto à superfície inicial da obra, seja pelo zêlo de restauradores pouco avisados, que, desejando retirar o verniz velho, levam também os "regraxos" e parte dos "esfregaços", desfigurando lamentàvelmente a obra com a melhor das intenções.

As obras de outro grande mestre brasileiro, Rodolfo Amoêdo, são exemplos convincentes do que acabo de afirmar.

Êsse notável artista, levado pelo seu espírito estudioso e pesquisador de técnica, empregava todos os recursos para obter o efeito desejado. Suas pinturas, quase tôdas de grande beleza, devem ser tratadas com imenso cuidado pelos responsáveis, pois qualquer limpeza, mesmo superficial, nelas procedida sem grande conhecimento de causa, poderá destruir completamente tôdas as delicadezas e preciosidades de técnica, concentradas pelo fino espírito do autor.

Já com Almeida Júnior, não. Sua fatura da primeira fase, que pude conhecer mais, é tão franca, tão diferente da de seus mestres e tão próxima da de Gustavo Courbet (1819-1877), pelo vigor e riqueza da matéria pitórica e pelo realismo do resultado, numa pasta que cobre o *subjetil* uniformemente com uma camada de alguns milímetros de espessura, que resistiria mais ao tratamento dos conservadores e ao tempo, se não fôsse, infelizmente, o emprêgo, por certo feito pelo artista, de uma tinta belíssima de tom, mas perniciosíssima, ainda empregada na época, o betume, que não seca, e que se desloca com as mudanças de temperatura, arrastando consigo esfumados e meias-tintas.

Foi um dos serviços prestados à pintura pelos impressionistas o abandono do emprêgo do betume, que tão funestos resultados deu na pintura do século XVIII e comêço do XIX.

As obras da primeira fase de Almeida Júnior estão no período áureo de sua conservação; estão em plena maturidade, pois que se nos apresentam apenas com ligeiro amarelecimento, graças à pouca velhice do óleo, que lhes acrescenta certo encanto romântico, de muito agrado para críticos e entendidos.

Aqui vai outra explicação (desculpem o vêzo de ensinar, em já antigo professor), explicação de ordem técnica, que talvez esclareça muita coisa àqueles dentre os que me dão a honra de ler-me que não estejam familiarizados com a prática da pintura a óleo.

A pintura a óleo, o mais recente dos grandes processos empregados, é a que envelhece e morre mais depressa, contendo em seu próprio veículo, o óleo, naquilo que lhe proporciona grandes vantagens sôbre os demais processos, a causa de sua fraqueza. Os óleos empregados em pintura, óleos vegetais, não secam pela evaporação. Ao contrário, aumentam de pêso, pois secam, ou antes, solidificam-se pela absorção de oxigênio. O têrmo "secar" não é próprio, ao empregar-se quanto à pintura a óleo porque, no caso, não há evaporação de coisa alguma, e sim condensação e absorção de oxigênio.

Parece que a incorporação de oxigênio provoca a formação de um novo corpo, visto que o óleo solidificado não sofre mais a ação de nenhum de seus dissolventes, quando em estado líquido, sendo, entretanto, atacado pelo álcool, que é inerte sôbre o óleo fresco... Há, portanto, séria modificação na natureza do óleo, no processo de seca ou de solidificação.

Oxidando-se, o óleo toma, a princípio, a côr amarelada que apresentam os quadros de Almeida Júnior e, depois, com o passar dos anos, êsse tom cada vez mais se intensifica e escurece, até o enegrecimento total, ou a completa carbonização do óleo, que é o destino fatal, inexorável, de tôda pintura em tal processo, como vem sendo executado desde Leonardo da Vinci até nossos dias. Alguns quadros dêste genial artista e sábio estão

chegando a essa fase final, em seu caminho *rápido* para o desaparecimento.

A obra de Almeida Júnior é, porém, muito recente, sua oxidação está apenas se iniciando, e a aparência, no momento, é das mais belas. A pasta se encontra ainda mal solidificada, tendo tomado o aspeto de esmalte, de grande riqueza de tons quentes.

Outro ponto interessante do talento de Almeida Júnior é que, mesmo residindo em Paris durante seis anos, lá trabalhando muito e produzindo grande parte de sua numerosa obra, sempre pensou na pátria distante, incluindo em sua temática os assuntos nacionais, como o "Derrubador brasileiro", "Caipiras negaceando", etc. São dessa época, ainda, um quadro de gênero, o "Descanso do modêlo", jóia de nossa Pinacoteca, e um quadro religioso, notável pela tranqüilidade e doçura do ambiente: a "Fuga para o Egito".

Na segunda fase de seu desenvolvimento artístico, isto é, no período que vai de seu regresso ao Brasil até a morte, Almeida Júnior, cultivando sempre o espírito de brasilidade na escolha dos motivos para suas obras, modificou sùbitamente, e creio que conscientemente, sua fatura. Parece-me que, não conseguindo com a maneira anterior "realizar" nossa natureza tropical, ensolarada e clara até o desaparecimento da côr e dos volumes, pois, todos sabemos que não é nos trópicos, mas nos países de clima temperado e frio que se encontram os grandes coloristas, pelo fato, de fácil verificação, de que muita luz arrasta a natureza para os tons uniformemente amarelados e claros; parece-me que Almeida Júnior modificou conscientemente sua fatura e sua visão (e não instintivamente, como afirma Luís Martins, em um artigo publicado na revista do Arquivo Municipal de São Paulo) tornando a pasta tênue, cobrindo pouco a tela, evitando contrastes violentos, e abandonando a procura da diferenciação das matérias, como praticava na primeira fase com tanta ênfase e segurança para poder representar com mais verdade a natureza, simples, singela e melancólica do sertão e do sertanejo brasileiros.

São dessa época "Violeiro", um dos mais interessantes pela naturalidade dos personagens que representam realmente os sentimentos românticos de nossos caipiras; "Picando fumo" e "Partida da monção".

Fêz também Almeida Júnior grande galeria de retratos, dos quais destaco o de Prudente de Morais, recolhido ao Museu Paulista, e que alcansa notável harmonia de tons cinzentos, de grande nobreza e elevação.

Para estabelecer a composição de seus quadros, Almeida Júinor usou sempre de poucos elementos. Uma ou duas figuras lhe bastavam para plasmar os maiores poemas pitóricos já produzidos no Brasil; "Derrubador brasileiro", uma figura; "Caipiras negaceando", duas figuars; "Violeiro", duas figuras; "Fuga para o Egito", grupo indivisível, formado por três figuras reunidas em só conjunto, e finalmente o de maior número de elementos "Partida da monção".

O arabesco de suas composições é simples, mas altamente decorativo. Quase sempre, na primeira fase, a figura se destaca iluminada sôbre fundo escuro como, o "Derrubador", ou ao contrário, como na "Fuga para o Egito", em que o grupo está situado contra a luz poente, que se vem refletir na água onde mata a sêde o asno (fig. 1).

Na segunda fase, os contrastes francos de luz -e sombra quase desaparecem, como desapareceu a preocupação de empastamento e de procura de matéria pela fatura rica e movimentada.

O arabesco, neste período, perde a forma clássica ou acadêmica, tornando-se mais real, mais dramático e menos cenográfico. Tal é o caso de "Violeiro" e o de "Picando fumo" (fig. 2).

Desta fase, destaco "Partida da Monção", por ser o único quadro de Almeida Júnior em que há grande número de figuras dispostas em dois grupos, ligados pela vegetação do segundo plano, formando o conjunto um grande "S" deitado quase na diagonal da tela (fig. 3).

Almeida Júnior foi sem dúvida um dos maiores pintores brasileiros, quer como técnico, quer como artista nacionalista.

Dotado de decidida, legítima e alta vocação e de grande energia, constância e aplicação nos estudos, serve de exemplo edificante para os dias de hoje. Tendo cursado duas escolas onde o ensino sempre foi o clássico, ou acadêmico, tornou-se, entretato, pela lucidez intelectual, pela fôrça técnica e expressiva de suas obras, pelo entranhado amôr à pátria e à sua gente, um artista ímpar em sua terra e produziu obra sólida que eleva o nosso patrimônio moral e intelectual.

ALFREDO GALVÃO

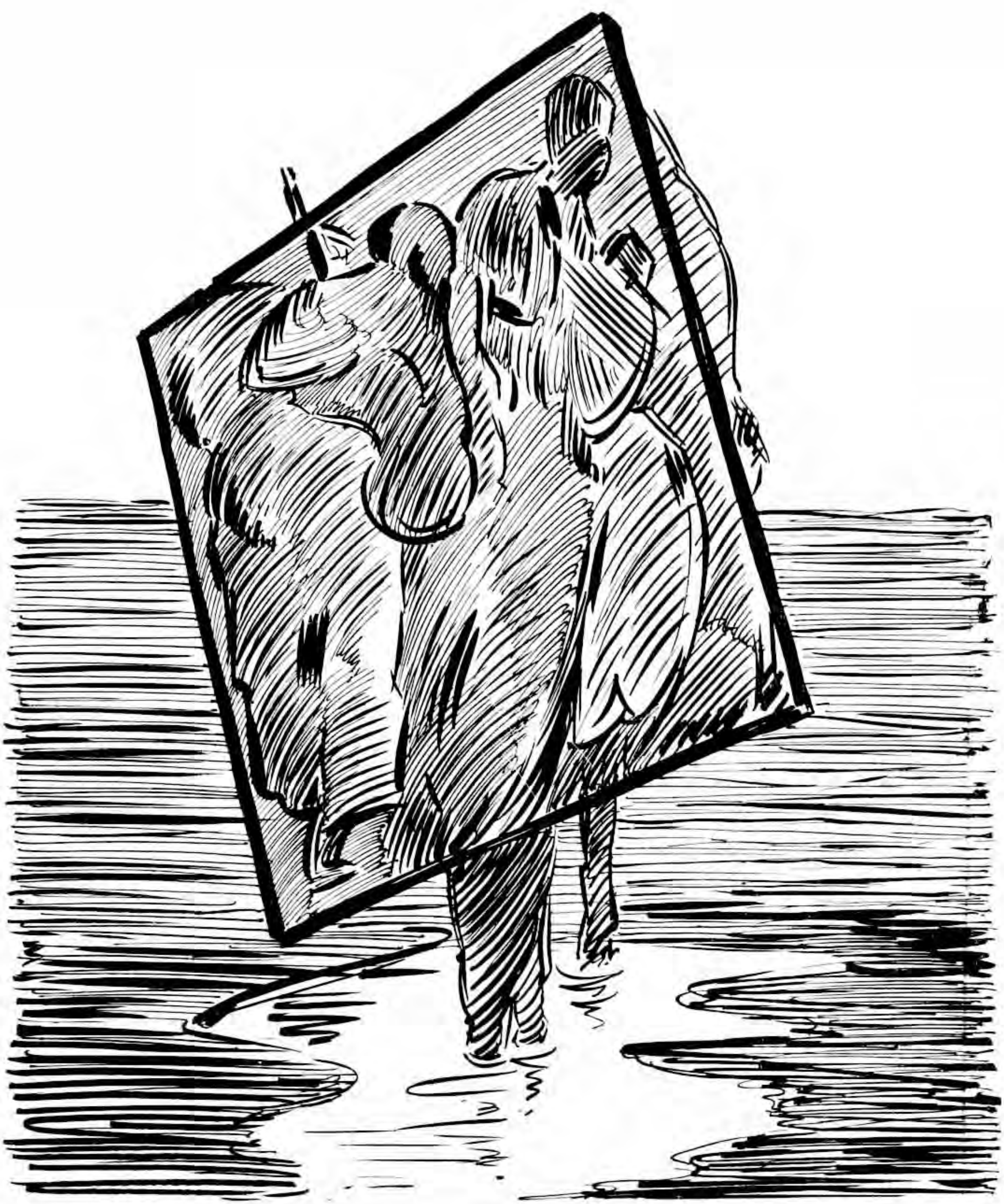


Fig. 1



Fig. 1-A



Fig. 2.

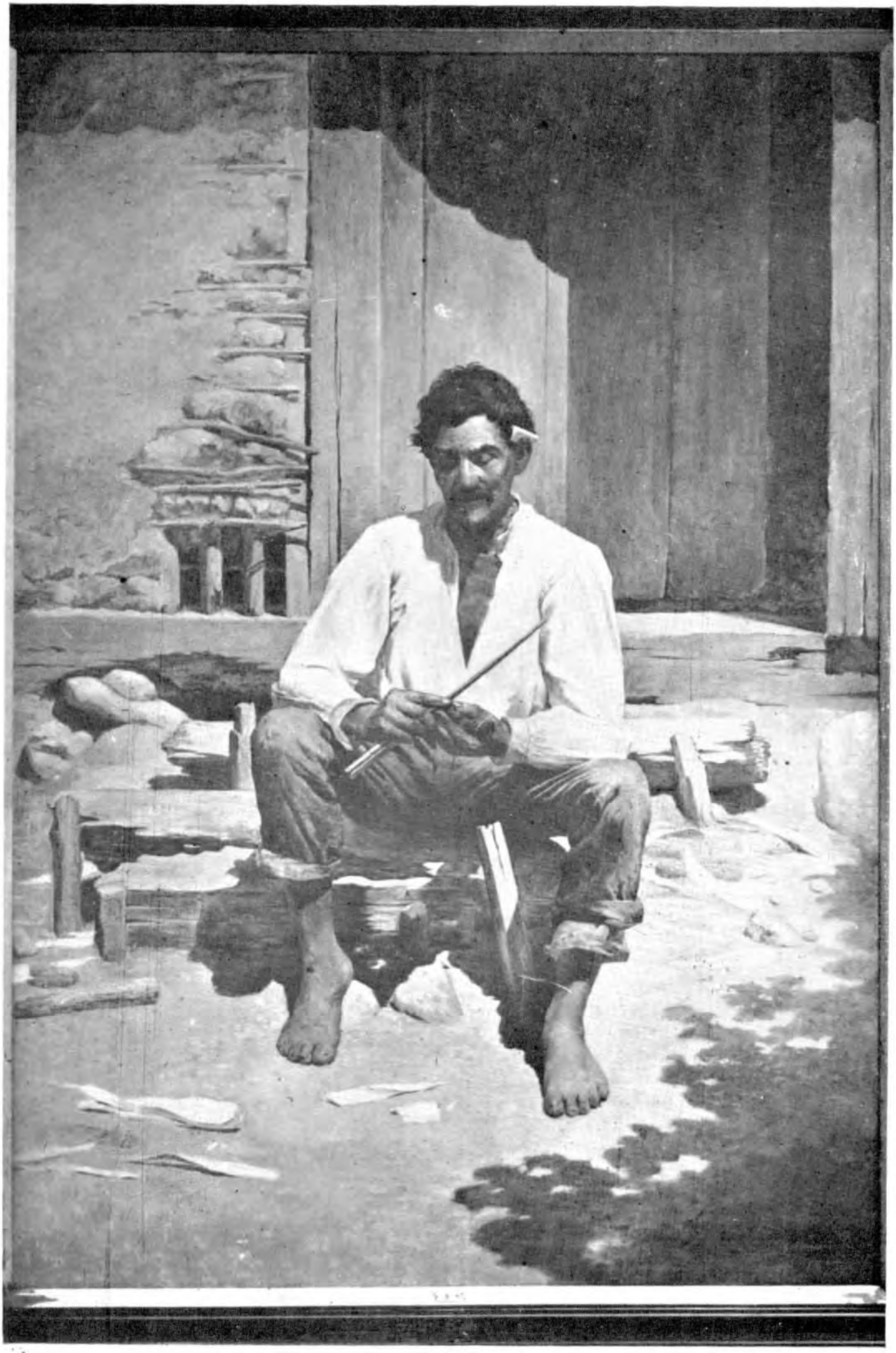
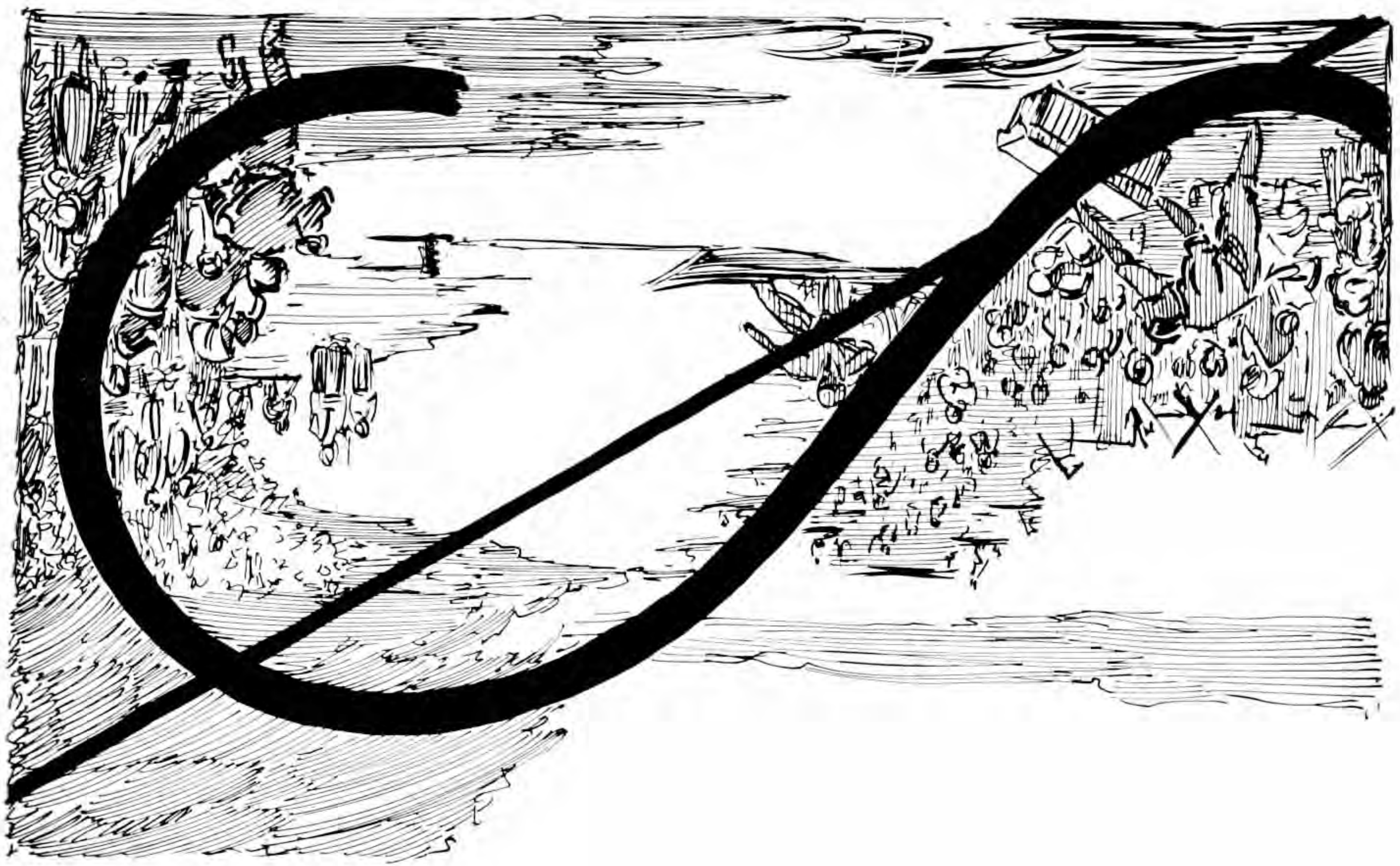


Fig. 2-A



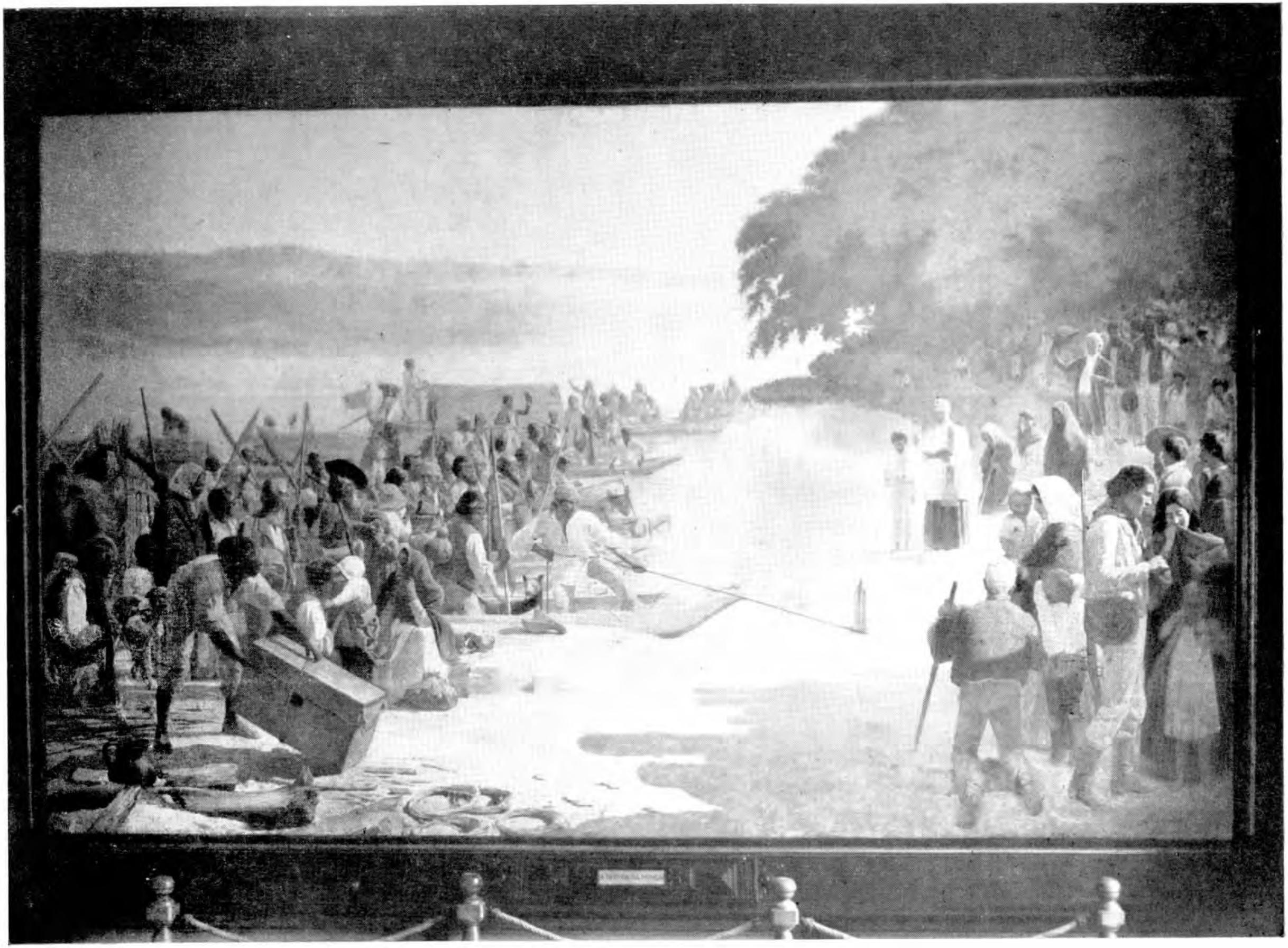


Fig. 3-A

DOIS ENGENHOS PERNAMBUCANOS

I — ENGENHO MORENOS

É dos engenhos cuja história secular se pode acompanhar até a presente data.

Num mapa de 1665 da "Capitania de Phernanboque", da autoria do cartógrafo holandês Vingbons (Atlas da Biblioteca do Vaticano), aparece assinalado o engenho Apresentação, precisamente no ponto em que se encontra Morenos, a oeste de Jaboatão.

Antiquíssima fundação de fins do século XVI ou de começos do século XVII, foi arrolada por Van der Dussen em seu relatório de 1639 como engenho d'água, mas sem estar moendo àquela data.

Já era Jaboatão próspera paróquia, sob a invocação de Santo Amaro, e contava em seu têrmo nove engenhos assim relacionados no referido documento: Engenho Gurjau (de Cima), pertencente a André Soares; Engenho N. S.ª da Apresentação, pertencente a Baltasar Gonçalves Moreno; Engenho São João Batista, pertencente a Antônio Bulhões; Engenho Suassuna, pertencente a João de Barros Correia; Engenho Santana, de Manuel de Sousa de Abreu, que, na ausência dêste foi confiscado; Engeno N. S.ª da Conceição, de Antônio Pereira Barbosa, pela mesma razão confiscado; o Engenho de Antônio Nunes Ximenes, e mais dois outros então abandonados: N. S.ª da Guia e Camaçari, dos quais só se extraía lenha.

Apresentação continuou, pois, durante a ocupação, em poder de quem presumìvelmente fôra seu fundador, e o nome de Baltasar Moreno figura na lista dos devedores portugueses da

Westindische Compaynie, quando esta se retirou de Pernambuco, pela soma de 45.504 florins. Era um dos mais alcançados, entre os trezentos aproximadamente, que dela constam. Já àquela altura era o engenho também chamado pelo nome do proprietário, pois, de volta das Tabocas, o comandante das hostes holandesas, coronel Hans, fêz alta no engenho do Moreno Gordo, de onde assina (1645) a parte sôbre a derrota sofrida, ao Alto Conselho no Recife [1]. Também pararia no engenho, em 1859, o Imperador Pedro II, de volta de sua visita ao histórico campo de batalha. Morenos fica apenas a duas léguas das Tabocas, na estrada entre a Vitória de hoje e o Recife.

Curiosa coincidência essa, que faria do antigo engenho de Baltasar Moreno, a partir do século XIX, o solar dos descendentes da casa do Moreno de Penafiel, onde nasceu Domingos de Sousa Leão, o primeiro da família, que veio para Pernambuco em fins do século XVII !

Nem Jaboatão, Borges da Fonseca ou Pereira da Costa, nos *Anais Pernambucanos*, dão notícia dêsse Baltasar Gonçalves Moreno, a menos que seja o mesmo Baltasar Gonçalves, a quem Matias de Albuquerque doou, em 1625, quatro mil braças em quadra, entre as terras próximas de Maciape e Musuripe, em São Lourenço. Contudo, o apelido Moreno aparece várias vêzes entre os oito mil brancos que viviam em princípios do século XVII na Nova Lusitania, dois dêles militares ilustres.

A falta de registro da respectiva sesmaria no competente Livro de Sesmarias da Capitania, verificada em 1753, como adiante veremos, faz com que não haja vestígio da primeira doação e das imediatas transferências. Houve muita omissão, e raramente foram demarcadas, como dispunham as Ordenações. Não sabemos, assim, quantas gerações de Morenos se sucederam no engenho. Mais de uma haveria que presumir, à vista da alcunha por que ficou conhecido. Entretanto, é possível que, em 1654, já fôssem os filhos de Baltasar os devedores da W. I. C.

---

(1) J. A. Gonçalves de Mello: *Antônio Dias Cardoso*, Recife, 1954, 46.

O seguinte nome de proprietário a emergir de documentos é o da Condessa de Penaguião. Conforme escritura de compra e venda, de 1689, transladada nos de demarcação do Engenho Pintos, e efetuada em 1844 (tabelião Valois, de Jaboatão), vendeu seu bastante procurador em Pernambuco, em 1689, o engenho e tôdas as suas terras.

Como se explicará a posse de Morenos por essa fidalga lisboeta, então viúva do 3.º Conde e Penaguião (título da casa dos Sá e Menezes) ? Era ela irmã do 6.º Conde de Atouguia, que foi nomeado Governador Geral do Brasil em 1652, e sogra do general Francisco Barreto, governador da capitania de Pernambuco e seu "restaurador", o qual, de regresso a Portugal, se casou (1665) com D. Maria Francisca de Sá, falecida poucos anos depois.

O mais verossímil é supor-se que a Condessa a houvesse herdado da filha ou do genro, cuja morte ocorreu em janeiro de 1688. Daí, chegarmos à conclusão lógica de que Morenos teria passado às mãos de Barreto durante o seu govêrno.

Provedor da Fazenda Real, João do Rego Barros, segundo funcionário da Coroa na hierarquia colonial, e figura de prol na Capitania, foi procurador da Condessa como o teria sido do General.

Restaurado Pernambuco em 1654, mandou D. João IV, por provisão de 29 de abril dêsse ano, que tôdas as terras pertencentes à Coroa fôssem divididas pelos oficiais e soldados do exército pernambucano. Segundo Fernandes Gama (*Memórias Históricas da Capitania de Pernambuco*), verificou-se muita confusão e arbitrariedade na determinação das terras que pertenciam à Coroa. Talvez tivesse havido alguma troca entre Barreto e os Morenos. Talvez se encontre na insolvência dêstes a razão da transferência.

Um cunhado do Provedor, capitão João de Barros Rego, foi quem comprou à Condessa o engenho, com tôdas as suas terras (entre as quais o sítio dos Pereiras), onde, muitos anos depois,

se levantou o Engenho Pereiras). Era êste Barros Rego casado com Margarida Barreto, filha do capitão-mor Francisco do Rego Barros. Em 1693, adquiria êle ainda do capitão Gonçalo Carneiro da Costa o Engenho Pintos, contíguo pelo nascente ao de Morenos, tornando-se assim dono de vasta extensão territorial, onde depois se chegou a contar não menos de quinze engenhos. O morgadio que em Pintos instituiu d. Margarida, em 1704, durou até 1843, mas o vínculo não abrangia Morenos. Nêle se sucederam vários Rego Barros: eclesiásticos e capitães-mores — uma das mais antigas e poderosas famílias da Capitania, na qual a provedoria da Fazenda Real era um apanágio.

Das mãos daquele capitão Barros Rego, falecido em 1712, passou Apresentação, ou Morenos, como ficou conhecido o engenho, a Antônio Rodrigues Campelo, chegado a Pernambuco em 1680 [2]. Trocou-o Campelo em 1715 [3] com o capitão-mor Cristóvão de Holanda Cavalcanti [4] pelo tradicional Engenho da Torre, na Várzea.

Segundo escritura passada no Recife a 26 de julho de 1731, os herdeiros do referido capitão-mor, licenciado Cristóvão de Holanda Cavalcanti e Diogo de Sá e Albuquerque, seu cunhado, vendiam os respectivos quinhões na légua de terra em quadra, que, a igual dos engenhos convizinhos Catende, Pintos e Bulhões, media Morenos, ao capitão-mor Domingos Bezerra Cavalcanti.

O preço estipulado foi de 24.000 cruzados, o que não era caro para os valores da época, pagáveis em sucessivas safras

---

(2) Sargento-mor da Ordenança do Recife e Almotacé em 1700, Vereador da Câmara do Recife.

(3) Pereira da Costa: *Anais Pernambucanos*, II, 611.

(4) Sargento-mor das Vilas de Olinda e Igaraçu, em 1678, confirmado em 1681. Vereador e juiz. Casado com Ana de Azevedo, filha de Domingos Gonçalves Freire, que veio a Pernambuco como sargento em 1646; tomando parte nos dois Guararapes. Capitão de Cavalos de Muribeca e sargento-mor da comarca. Falecido em 1685. Dêste matrimônio nasceram Domingos Gonçalves Freire, Antônio de Holanda Cavalcanti, presbítero, Cristóvão de Holanda Cavalcanti, que morou na Muribeca. Isabel Cavalcanti, casada com Diogo Carvalho de Sá e Albuquerque; Bernarda Cavalcanti de Albuquerque, casada com Fernão Carvalho de Sá e Albuquerque; e Ana Cavalcanti Borges da Fonseca. *Nobiliarquia Pernambucana*.

nas partidas anuais da frota [5]. No ano seguinte, adquiria êle o restante quinhão do tenente-coronel do Regimento de Cavalaria de Olinda, Domingos Gonçalves Freire, outro herdeiro do capitão-mor Cristóvão de Holanda Cavalcanti [(6)].

Só em 1753, todavia, por provisão régia de 1745, e a requerimento do novo proprietário, se procedeu à demarcação de Morenos pelo então Ouvidor Geral de Pernambuco, João Bernardo da Gama [7], como consta dos respectivos autos que se guardam no arquivo de Morenos.

Era o capitão-mor Bezerra Cavalcanti senhor também dos Engenhos Catende e Bulhões, o primeiro lindante de Morenos, e o segundo de Catende.

Não transcorreu sem embargos a referida demarcação. O então provedor João do Rego Barros, como terceiro morgado de Pintos, alegou não ter provado o demarcante medisse Morenos a sua légua de terra, como pretendia, e não poderia demarcá-la sem "entrar por terras de Ereos com quem confina", não bastando "mostrar que paga foro ou pensão... para se concluir que (a) tem." na forma dos mais engenhos pensionários, porque são diversas as datas e diversos os foros e pensões que pagam os engenhos à Real Fazenda". Efetivamente, no Livro de Registros das Cartas de Datas e Sesmarias da Capitania de Per-

---

(5) Êste foi o regime a que estava prêsa a vida econômica da colônia. Desde a Carta Régia de 18 de maio de 1688, nenhum navio podia zarpar sem ser incorporado às frotas que a partir de 1694 largavam entre fins de março e princípios de abril, a fim de se evitar os inconvenientes do inverno europeu. O Governador da Capitania devia assistir no Recife durante o tempo da expedição dessas frotas, que eram comboiadas por nau de guerra. Em 1746, a partida foi mudada para 15 de maio. Aboliu-as o Marquês de Pombal, por alvará de 27 de setembro de 1765, depois que se fêz a paz com o Rei de Marrocos e se afastou o perigo de incursões dos piratas barbarescos.

(6) Êste Cristóvão de Holanda Cavalcanti, seu filho Domingos Gonçalves Freire, então sargento-mor, e o provedor João de Barros Rego são figuras marcantes na guerra dos Mascates. Capitães-mores de Olinda e das freguesias do Centro, desceram com suas milícias para o fracassado assédio do Recife, em 1711. Seus nomes constam do rol dos patriotas presos na conjuração contra o governador d. Félix José Machado, entre os Vieiras de Melo e a parentela dos Bezerra Cavalcanti. Barros Rego faleceu prisioneiro em 1712, no forte do Brum.

(7) Depois desembargador da Relação da Bahia, e pai do desditoso poeta de Marília de Dirceu.

nambuco não constava a relativa a Morenos, conforme declarou nos autos, a seu pedido, o Escrivão da Fazenda. Entretanto, prosseguiu-se na demarcação, e não reza o documento citado qual a solução que chegou a ter a dúvida. Do mesmo modo, o coronel Manuel Gonçalves Raimundo, senhor do Engenho Monteiro, outro vizinho, se acreditava igualmente prejudicado. Na falta dêsse registro, pretendia Bezerra Cavalcanti a dita área. já que pagava o fôro correspondente aos engenhos que mediam uma légua em quadra [8].

Em 1774, perdia Bezerra Cavalcanti o Engenho Bulhões. Nesse ano, era executado pelo capitão Luiz Pereira Vianna e sua mulher Ana Correia de Araújo, que arrematara o imóvel em praça pública.

Era Bezerra Cavalcanti sôgro de Ana da Silva Ribeiro, filha do capitão-mor Domingos de Sousa Leão (o segundo do nome, e filho do primeiro Sousa Leão vindo de Portugal), origem da Casa Catende, um dos três ramos em que se subdividiu a família Sousa Leão. Teve Bezerra Cavalcanti outro filho, o tenente-coronel Francisco Antônio Pereira da Silva, casado com Isabel Pereira Vianna, que lhe deu quatro herdeiros. Um dêles, o coronel Joaquim Pereira Vianna, foi o proprietário de Morenos que, em 9 de agôsto de 1823, requereu certidão dos autos da referida demarcação e tombo de 1753. E foi a êste contra-parente que Antônio de Sousa Leão, futuro Barão de Morenos, comprou o Engenho Morenos, ainda hoje em mãos de seus descendentes. Fica, assim, traçada a linha de sucessão no senhorio de Morenos, desde sua fundação há 350 anos atrás.

Nascera Antônio em 1808, no Engenho Tapera, propriedade de seu pai, tenente-coronel Felipe de Sousa Leão, da quarta geração pernambucana da família, aí radicado, portanto, na alvorada do século.

---

(8) A cobrança de fôro ou tributo, que, pela carta de doação de 1534, cabia aos donatários, fôra regulada em carta régia de 28 de setembro de 1700, determinando-se pagasse cada légua de terra, até trinta de distância de Olinda e do Recife, 6$000 de fôro anual, em vez de 3 % sôbre o açúcar moído.



Capela do Engenho Morenos

Ficavam suas terras quase contíguas às dos dois engenhos, diretamente ligados uns aos outros pela estrada real que, vindo de Pintos, atravessa Morenos, Xixaim e Tapera.

Assassinado o pai em 1832, à porta da casa, por alguém que, aproximando-se a cavalo, lhe desfechou um tiro à queima-roupa — questão de terras — Antônio, o mais velho de quatorze irmãos, tomou sôbre os ombros a responsabilidade da família, e só depois que os encaminhou, diplomando o benjamim dêles, Luis Felipe, é que se considerou habilitado a contrair matrimônio. Tal era a têmpera do homem. Para ajudá-lo, seu primo Pereira Viana, senhor de Morenos, lhe havia cedido, dentro do engenho, o sítio da Jaqueira. Leopoldina de Sousa Leão, a prima legítima com quem se casou, tendo êle 46 anos, trouxe-lhe ainda um dote. Pôde, afinal, comprar em 1855, o engenho a êsse parente e *bon vivant* e jogador. Custou-lhe nove contos, ou quatro mil cruzados, menos do que o preço de 1731, prova eloqüente de que o açúcar já não era o produto nobre dos séculos anteriores.

Por testamento do Barão de Morenos, passou o engenho dêsse nome ao seu segundo filho varão — Joaquim —, o qual, tendo aí contraído enfermidade endêmica e renitente, se viu forçado a mudar de clima, e, muito abalado, transferiu-o à mãe, Baronesa de Morenos. Esta, se associou com seu outro filho, Antônio, em mãos de cujos herdeiros se encontra hoje a propriedade.

Está, pois, na posse de um bisneto do Barão de Morenos, que é a quarta geração da família fixada em Morenos, e quarto de nome Antônio.

Na capela do engenho, acham-se sepultados vários dêles no túmulo dos Barões de Morenos, belo ataúde de carrara, encimado por urna, a ostentar as armas da família, em baixo-relevo.

A casa primitiva, de um único pavimento, com beiral saliente, foi demolida há pouco. Ficava pouco acima da nova, na encosta da colina que conduz à capela.

Já foi na ala norte da casa nova, recem-concluída, que o comendador Antônio de Sousa Leão e sua primeira mulher,

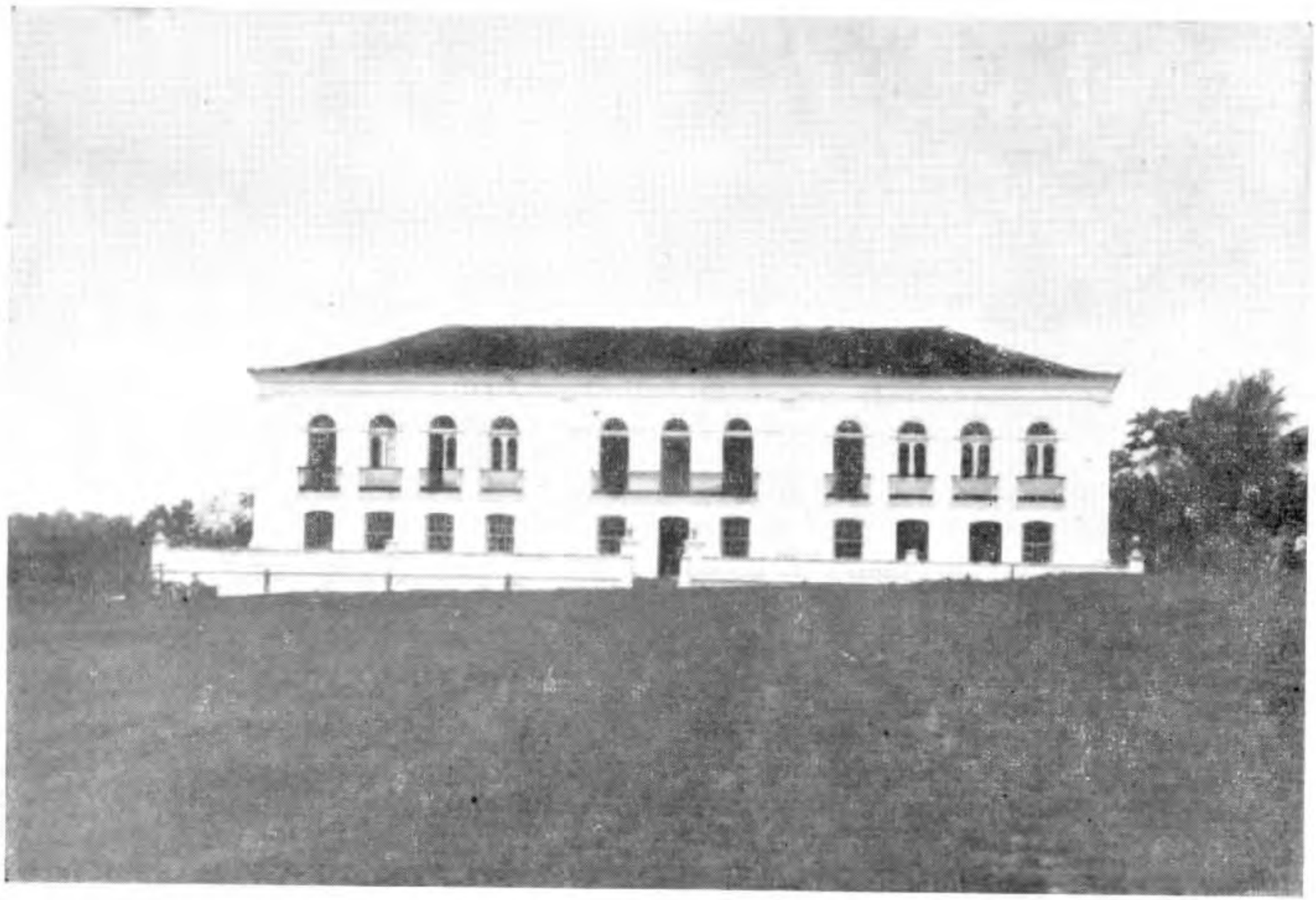
Maria Leopoldina, receberam festivamente os Imperadores em sua visita á Pernambuco, a 18 de dezembro de 1859.

Às 9 horas, chegaram ao engenho. O anfitrião, acompanhado de muitos parentes e amigos, tinha ido esperar os augustos viajantes a meia légua de distância. Armaram-se arcos de fôlhas de palmeiras, e fincaram-se postes com candieiros, da estrada à porta da casa, e dêles pendiam lanternas e balões multicores. Foi um acontecimento, e os vizinhos acorreram para admirar a imponência engalanada do sobradão de Morenos. Rodeada de senhoras, fêz a anfitriã as honras da casa, e depois do almôço visitaram, os senhores, o engenho, rematando a visita lauto banquete servido em louça da Companhia das Índias.

O "sobrado" recebe de frente a brisa do levante, e domina vasta planície de brando declive para o leito do rio Jaboatão, que, em curvas suaves, afaga canaviais e campinas, repartidos por coqueirais ou fímbrias de bosques. Como a vivificar êsse cenário, corre a duzentos metros do seu pórtico a larga faixa, hoje cimentada, da antiga estrada do Recife a Vitória, uma das três primeiras *estradas reais* de macadame, abertas no Brasil.

É um dos mais perfeitos solares do Brasil, em seu equilíbrio e elegância. A surpreendente mansão, de estilo singular na zona açucareira, tanto que um nosso crítico de arte — José Mariano Filho — lhe atribuia o traçado ao arquiteto francês Louis Vauthier, autor do famoso Teatro de Santa Isabel, ostenta onze balcões, agrupados em três séries, todos guarnecidos de sacadas de ferro forjado. Isso, só no andar nobre, pois dois são os pavimentos correspondendo a cada balcão outra abertura (janela ou porta) no andar térreo, que se ergue de um parapeito murado.

Ao assomar no tope da escadaria principal, interna, tem-se à direita, no andar nobre, a sala da biblioteca, onde, a par de grande mesa de trabalho e de estantes, se vê mobília completa (sofá, poltronas, cadeiras e consolos), trabalhada em jacarandá pelo afamado *ébeniste* francês Beranger, estabelecido no Recife em meados do século XIX, e criador de estilo original, muito



Casa grande do Engenho Morenos

em voga nas melhores vivendas do país. Não vemos porque ainda não se lhe deu o nome de "estilo Pedro II", lindamente justificável.

À esquerda, tem-se a sala do "pitiá-marfim", com soalho todo dessa preciosa essência, e guarnecida de móveis americanos, de madeira, em tom de marfim.

É a ante-sala do salão principal, que mede 12x7 metros. Mobilava-o numeroso conjunto de móveis franceses de mogno, estilo Luís Filipe: sofás, poltronas, cadeiras e consolos. Estão aí alguns retratos a óleo. Era iluminado por grande lustre de cristal, além de arandelas e candelabros.

A casa ainda se conserva bem mobilada, não obstante haver a Baronesa, quando viúva, transferido para sua residência no Recife algumas das melhores peças, louça brasonada, cristais, prataria, e os ricos albuns de retrato. Já lá não se encontra, por exemplo, a escrivaninha de laca chinesa, com que lhe presenteou a Imperatriz, em recordação da sua estada em Morenos, igual às que ofertara à Condessa de Estrêla e a Viscondessa de São Salvador de Campos [9].

Raimundo Pais Barreto, ao descrever a casa-grande de Morenos, [10] que já vem sendo visitada pelos turistas como verdadeiro *show place*, lamentava que o Barão não a houvesse dotado de rica pedra d'armas, sôbre a porta central. Está-lhe faltando, sem dúvida, um portão nobre com leões de louça, e estrada. O Barão de Morenos não tinha, porém, dessas preocupações. Antes de tudo, foi agricultor, e, como tal, dos mais esclarecidos e empreendedores. Que melhor prova de capacidade do que essa de reunir e administrar oito engenhos? Alguns foram por êle mesmo levantados, qual Bom Dia, em terras do então vastíssimo Catende, que havia incorporado ao seu crescente patrimônio, adquirindo-o aos parentes Pereira Viana.

---

(9) A primeira está hoje na posse de sua neta Helena de Sá, a segunda na da Baronesa de Bonfim e a terceira na da Sra. Mario Belfort Ramos.

(10) *Revista do Instituto Arqueológico*, vol. XXX, ns. 143-146, págs. 241-244: "A casa grande do Engenho Morenos", de Raimundo Pais Barreto.

Os diversos edifícios componentes do engenho constam de construções de grande envergadura, erigidos em terreno baixo, sujeito a infiltrações, isso para o fim de alcançar desnível máximo, necessário à fôrça motriz da roda hidráulica. Houve, portanto, que resolver problemas difíceis, cuja cabal solução ficou atestada pela eficiência da obra.

Outor problema sério foi a canalização, por cota alta e a meia encosta, da água captada no rio Jaboatão, não perto, e a montante do engenho, para acionar a dita roda, problema em cuja solução não logrou êxito um profissional titulado, e, alfim, resolvido pelo próprio Barão, com auxílio de um ex-escravo, homem de notáveis aptidões, por êle alforriado.

Os edifícios de Catende foram refeitos e aperfeiçoados. Antes da levada de Bom Dia, já se havia construído outra, em terreno menos acidentado, alagadiço em trechos, exigindo paliçadas e recursos difíceis; foi o canal, navegável em perto de três quilômetros, desvio do Jaboatão para movimentar a roda de Morenos, e para transporte fluvial de canas cultivadas em extensas planíceis da maior fertilidade.

As antigas e vastas obras pròpriamente do engenho, construções quase ciclópicas, com colunas altas, de um metro de diâmetro, eram ciosamente respeitadas, pois o Barão as atribuía à era pré-holandesa, de que Morenos guardava outros vestígios.

Em tôdas essas obras, bem como nas várias casas, das que possuía no Recife, empregou êle material dos seus engenhos, onde mantinha consideráveis reservas, inclusive de madeiras, na maior parte compradas aos vizinhos, quando êstes derrubavam suas matas, oferecendo êle preço tentador pelas árvores de sua predileção, que fazia derrubar e transportar por seus próprios meios. O Barão zelava atentamente suas matas, conservando-as intactas nos terrenos menos acessíveis aos arados, que êle já empregava sempre que possível.

Eis o depoimento do último filho sobrevivente, e, por algum tempo, seu sucessor em Morenos.



Baugüê do Engenho Morenos

Referimos antes que, depois do primo Vila Bela, foi êle o segundo senhor de engenho a instalar a nova moenda dos irmãos Morlat, em 1853. Esta era a máquina que o Imperador encontrou em 1859 e, no seu "Diário" (11) se detem a descrever-lhe a produção:

"Êste engenho já existia no tempo dos holandeses pertencente a Baltasar Gonçalves Moreno, dizendo-se que umas muralhas do açude, obra importante cujas ruínas só existem, foram construídas pelos holandeses; mas o Sousa Leão não crê isto. Faz 6 a 7 mil pães de 3 1/2 arrobas por ano, e distilaram na safra passada 140 pipas de aguardente, tendo 100 trabalhadores; 60 de campo; 3 ternos de tachos; moendas horizontais por água — de *cavilhote,* isto é movendo um pouco por cima a água, quando é por baixo chama-se engenho *rasteiro,* e bem por cima *copciro* — podendo também ser movido por animais".

"Purga com barro e água, durando a operação até 25 dias, ficando o açúcar menos claro que o do engenho Mercês. Usa da cal um lugar da decoada, parecendo que foi a visita do Marquês de Abrantes a Perambuco jue trouxe êste melhoramento, ou ao menos espalharam; pois o concunhado do Lourenço de Sá e Albuquerque, João Marinho de Sousa Leão adotou o melhoramento por conselho do Abrantes, parecendo agricultor inteligente..."

"As fôrmas são de barro, mas creio que adotará as de ferro segundo me disse. Tem máquina de cortar os olhos das canas que comem os cavalos, e 12 arados de sistemas diversos. Vi a cana imperial, cujos gomes são rajados de verde; é da ilha de Bombaim e dá mais açúcar cristalizável ainda que seja mais denso que o outro. A água vem do rio Jaboatão..., por meio duma levada de meia légua por onde há navegação de barcos até as partidas. A cana carece de ser replantada depois de 3 anos, quando no Engenho Mercês há partidas de 11 e 12 anos".

Na "Relação das safras de cada engenho da Freguesia de St.º Amaro de Jaboatão e número das cargas e canadas de

(11) Manuscrito de D. Pedro II, pertencente ao Arquivo da Casa Imperial (maço XXXVII, n.º 1057-B). Museu Imperial.

aguardente", uma estatística (*Diário de Pernambuco*, 4 de janeiro de 1858), aparece Morenos como primeiro engenho, com 1.000 cargas e 2.200 canadas de aguardente, apurando 5.376 pães de açúcar. Ao têrmo médio de 15$300 pelo pão de açúcar, e 900 réis a canada, temos para o valor da safra, em 1857, o total de 85$132,800.

E na "Relação dos engenhos e fôrças com que trabalham" (*Diário de Pernambuco*, 15 de dezembro de 1857), registra João Francisco Paes Barreto, autor dos quadros estatísticos, que tinha Morenos 102 escravos de serviço, 19 ditos de não serviço, 59 ditos de lavradores e 180 animais. Em número de escravos, também se colocava em primeiro lugar. Êste número sobe consideràvelmente por ocasião do recenseamento geral de 1872; 230 escravos, sempre superando os dos demais engenhos. Quando do inventário do Barão, em 1883, foram êles avaliados em ..... 124.360$000.

II — ENGENHO GURJAU

É um dos primeiros engenhos de Jaboatão, mencionado desde 1581, segundo refere Pereira da Costa nas suas *Origens Históricas da Indústria Açucareira*. Em 1591, foi subdividido em dois Gurjaus: de Cima e de Baixo, conforme se verifica antes da demarcação então feita, a requerimento do licenciado Simão Rodrigues Cardoso, senhor que foi de Gurjau de Cima, e de Agostinho de Holanda (terceiro e último filho de Arnas de Holanda), senhor que era de Gurjau de Baixo.

Uma segunda demarcação e aviventação de rumo foi efetuada em 1614, a requerimento do seguinte proprietário de Gurjau de Baixo, Antônio Nunes Ximenes.

No mapa de Ving, seguramente copiado do original português (tôda a nomenclatura é em vernáculo), Gurjau aparece sob grafia quase irreconhecível — Gorogoá —, uma légua distante a oeste do Santo Agostinho sôbre o rio Gurjau, que na carta se escreve Gorajau. Os documentos holandeses se referem-se a um só: Gorjau (*Breve Discurso*, de 1638) ou Grojaú,

(*Relatório* de Van der Dussen, 1639) e o dão como pertencente a André Soares, natural de Viana, "que ficou conosco" (holandeses) — engenho dágua e moente. Em 1651, pertencia ao capitão-mor de Muribeca e Jaboatão, Fernão Soares da Cunha, primo de André, que, com seu irmão Diogo Soares da Cunha, fundou o Engenho Suassuma. Em 1667, passava Gurjau a êsse Diogo Soares.

O Gurjau dos Soares era sòmente o de Cima. O de Baixo, sob invocação de Santo Agostinho, aparece no referido documento de 1614 como engenho de Antônio Nunes Ximenes, o mesmo que o possuía em 1634, segundo inventário do conselheiro Schott, e em 1639, (*Relatório* de Van der Dussen). Contava meia légua de terras, um bom açude, e canaviais plantados em montes e várzeas. Moía com água, produzindo anualmente de mil a duas mil arrobas. Desde então, olvidado o padroeiro, Gurjau de Baixo ficou sendo o nome definitivo do engenho que o rio Gurjau atravessa.

Dos Soares, passou Gurjau de Cima aos Vieiras. O sargento-mor Bento Gonçalves Vieira, reinol (irmão da Misericórdia de Olinda em 1691), foi o primeiro. Sucedeu-lhe o capitão Bento Gonçalves Vieira Camelo, casado com Francisca Mariana Cavalcanti de Lacerda. A essa altura, estariam reunidos nas mesmas mãos os dois Gurjaus, pois em 1674 arremata Gurjau de Baixo o padre Antônio de Sousa Leão, dessa mesma Francisca Mariana. Passou em seguida Gurjau de Cima a Manuel Inácio Vieira de Lacerda, um dos filhos do casal, que não teve geração, herdando-o em 1824 Francisca Severina Cavalcanti de Lacerda, mulher de Francisco Severino Cavalcanti de Lacerda, a qual faleceu em 1856 e se acha sepultada na capela de São Miguel, padroeiro de Gurjau de Cima. Era ela filha de Rosa Maria Cavalcanti de Lacerda e de seu marido Manuel Inácio de Albuquerque Maranhão, com quem o capitão João de Sousa Leão, sucessor do padre, seu irmão, de Gurjau de Baixo, e sua mulher Ana Rita da Silveira, firmaram a 8 de junho de 1807 demarcação amigável para medir e demarcar as terras dos dois engenhos.

Novamente sem herdeiros diretos, passa Gurjau de Cima a Rosa Maria Barbosa Cavalcanti, filha de outra Vieira, Felipa Vieira Cavalcanti de Lacerda, e de seu marido, Simão Barbosa Cordeiro, a qual se casou com o capitão Manuel Tomás de Sousa Leão. Herdou-o depois a filha de Manoel Tomás, uma segunda Francisca Severina Cavalcanti de Lacerda, que se consorciou com o comendador Manuel de Sousa Leão, do Engenho Novo da Conceição, e, em 1870, era viúva.

Gurjau de Baixo fica com o quarto varão do fundador da casa dêsse nome — a principal das três em que se ramificou a família — tenente-coronel Domingos de Sousa Leão. Encontramo-lo, desmembrado de .....? desde 1838, para aquinhoar um dos filhos, de posse da viúva, em 1857, data do trabalho estatístico sôbre Jaboatão, de João Francisco Pais Barreto. Rendeiro do engenho era seu genro José Francisco de Sousa Leão (do ramo Timbó), casado com Rita Cândida, os quais ainda nêle moravam por ocasião de recenseamento do Império em 1872. Em princípios dêste século, foi vendido à Usina Bom Jesus. Não mais subsiste a casa-grande.

Também desmembrado de Cumaru (1853), que coube ao terceiro filho do comendador, Jerônimo de Sousa Leão, passa Gurjau de Cima ao primogênito Manoel, vulgo Sinhôsinho. Gastador e vivendo na cidade, teve êle de hipotecar o engenho. Sabedor dessas dificuldades, quis seu irmão José, futuro Barão de Gurjau, dar-lhe conselhos. Repelido, brigaram os dois. Foi o engenho à praça, comprando-o José, que, ato contínuo, paga as dívidas e registra a propriedade em nome do irmão. Surpreendido êste, recolhe-se à vida rural e trabalha àrduamente até restituir capital e juros. Só depois fazem as pazes. Finalmente, comprou-o o Barão, que, ao falecer em 1906, deixa Gurjau à prima Maria dos Anjos, atual proprietária, viúva de Elino de Sousa Leão, seu sobrinho.

Se desapareceu a casa de Gurjau de Baixo, a de Gurjau de Cima é das mais antigas casas-grandes existentes em Pernambuco, com sólidos alicerces e parapeito que lhe sustenta o jardim fronteiro. O madeiramento é pau d'arco: tesouras, vigas, esqua-

drias e batentes. As portas ainda conservam os antigos gonzos de engaste. O fôrno arcáico, sem chaminé e com grelha típica, é uma autêntica relíquia. Em 1889, descobriu o Barão, ao derrubar um muro adjacente, oito moedas de prata espanholas do século XVII. Sobe-se ao sobrado principal por escada externa, que dá hoje para larga varanda coberta, ladeando duas faces do prédio contíguo, mais moderno, que o corta em ângulo reto. Tinha d'antes o ar senhorial de solar minhoto. Hoje, está descaracterizado por berrantes acréscimos.

A capela, sob invocação de São Miguel, tem dois andares, frontão barroco e tôrres rasas. A talha do altar-mor é digna da esplêndida imagem do arcanjo. Possui côro e galeria no mesmo piso da casa, a que se liga por uma passagem interna.

JOAQUIM DE SOUZA LEÃO

O ESTADO DAS FORTIFICAÇÕES DA AMAZÔNIA NA QUINTA DÉCADA DO SÉCULO XVIII

A política das fortificações constituiu expressivo capítulo no processo da dominação lusitana no Brasil. Numa preocupação intensa de defender o patrimônio ultramarino que seus descobridores e soldados lhe haviam criado, Portugal fêz levantar, por tôda parte de seu império colonial, as casas fortes, os castelos, que assinalavam, com os padrões, feitorias iniciais e cruzes da cristandade, a soberania nacional em face às desenvolturas continuadas de concorrentes audaciosos.

Na Amazônia, essa política não sofreu alteração e de certo modo foi até uma caraterística da ação dos lusos, a semearem ao longo da bacia imensa fortins protetores dos sertanistas que a penetravam na aventura econômica, e das expedições militares que iam irradiando o domínio e empurrando a fronteira no rumo oeste, num desrespeito a Tordesillas, e numa demonstração palpável de objetivos imperiais. Desde 1616, assistimos, por isso, à construção dêsses estabelecimentos militares, ora trabalho das autoridades civis e militares, ora colaboração de técnicos, que o Estado interessava através a concessão de mercês, como o comando dos fortins que levantassem, comando que se transferia à família do construtor, por duas e três gerações.

Em 1747, governando o Maranhão e Grão-Pará, Estado que compunha uma unidade aparte no quadro do domínio lusitano na América do Sul, o capitão-general João de Abreu Castelo Branco, cuja administração ainda não foi evidenciada em sua intensidade construtiva e em seus aspectos mais particulares, realizou-se um dos inquéritos mais interessantes sôbre as con-

dições em que se encontravam essas fortificões. Tal inquérito foi levado a têrmo por ordem do próprio capitão-general, que para tal se utilizou dos serviços do sargento-mor engenheiro Carlos Varjão Rolim, e do mestre de campo e capitão-mor das Ordenanças de Belém, José Miguel Ayres, ambos velhos servidores da Côroa na Amazônia, conseqüentemente sabedores experimentados das coisas regionais.

O sargento-mor engenheiro Carlos Varjão Rolim era o técnico mais estimado no Estado. Sua palavra, de quando em vez invocada, valia como advertência e lição seguida sem hesitações. Sua atividade, como engenheiro das fortificações, foi das mais produtivas e se alongou até cêrca de duas décadas além do 1747. Mendonça Furtado, irmão de Pombal e sucessor de Gurjão na governança da Amazônia, tinha-o em grande consideração.

José Miguel Ayres era veterano da conquista da hinterlândia e das coisas do govêrno local. Seus serviços lhe haviam assegurado consideração especial quer da parte de Sua Majestade, quer da dos próprios governantes do Estado, como Mendonça Furtado, a ponto de lhe serem tributadas homenagens militares e concedidas atenções civis particularíssimas, excepcionais mesmo.

No cumprimento da comissão que lhe confiara Mendonça Gurjão, José Miguel Ayres, visitou Gurupá, Paru, Tapajós, Pauxiz e Rio Negro. Não estêve em Macapá, visto como o estabelecimento não possuía ainda as características materiais de uma fortificação, mas apenas a de situação militar ocupada por destamento, quartéis e "*hum piqueno reducto, adonde tem duaz peças de coatro montadaz*", conforme as próprias declarações dêle. Carlos Varjão Rolim apenas examinou as condições do forte do Santo Cristo, que êle próprio erigira duas décadas antes.

Tôdas as fortificações acima referidas apresenvatam, então, péssimas condições, nenhuma garantia oferecendo à defesa da região, sôbre que começava a incidir uma atenção particular da metrópole reinol. Os relatórios de Varjão e Ayres, cheios de interêsse para o conhecimento do estado dessas obras militares,

são igualmente precioso documentário para identificação do sistema de construção delas, inclusive o material de que se valiam os construtores. De outro lado, pelo relatório de Miguel Ayres, ficamos ao par de outras informações de valor para o histórico das manifestações artísticas no entremo-norte, pois aí se indica a existência de uma igreja no fortim de São José do Rio Negro, esclarecendo-se sua importância pelo inventário dos seus orçamentos.

Os relatórios em questão constam do códice 1023, da Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará, sob o título — "Miscelânia". Vão a seguir. Por fim, queremos registrar, que, por carta de 29 de outubro de 1747, o capitão-general Mendonça Gurjão fêz presente a Sua Majestade, os relatórios referidos, os quais, examinados pelo Conselho Ultramarino, motivaram a carta régia de 9 de julho de 1748, na qual se ordenara a realização dos consêrtos e reformas alvitradas por Varjão Rolim. Êste, ainda em 12 de janeiro de 1749, voltava à presença do Governador, a cuidar do estado do forte do Santo Cristo, evidentemente a menina de seus olhos. Se fôra construção de sua autoria !

ARTUR CÉSAR FERREIRA REIS

I

RELATÓRIO DO MESTRE DE CAMPO JOSÉ MIGUEL AYRES

"Ilmo. e Exmo. Snr.

Em observancia das ordens de V. Exa. vezitei as fortalezas do Rio das Amazonas, e principiando pela de Gorupá, como primeira e principal dellas, commandada pelo cappitão mor João Baptista de Oliveira, a chai totalmente arruinada e sem duvida se o d.º não emtrepuzesse o seu zello, cuid.º em alguns reparos q. fez, se acharia totalmente demolida, porqt.º o Angulo da parte do nascente junto ao Baluarte da Porta, o reedificou de novo desde o seu alicerce porhua face doze palmos de muralha; e pela outra do Angulo duaz braças e seis palmoz; como tambem fez de novo o Portico, e porta, da mesma Fortaleza, e hum calabouço, q. se fazia mt.º precizo.

O Baluarte do centor da parte do nascente se acha com bastante ruinas, e a cortina que corre athe a plataforma, totalmte, arruinada de sorte que carece toda de novo reedificada. A plataforma da parte do mar, tem todo o parapeito arruinado, o tal carece precizamente de reforma. A cortina da parte do poente, he a q. acho menos arruinada porem toda carece de emboço, ladrilho, e de reedificar-se algua parte do parapeito q. tem cahido. O vigamento do Corpo da Goarda, tãobem carece feito de novo de sorte q. está a telha em grande perigo de quebrar-se. Sobretudo carece de coarteiz por não ter nenhum a Fortaleza, e estarem morando os Officiaes e soldadoz por caza dos moradores com grde. detrt. de huns e outros.

A Fortaleza do Parú commandada pelo cappitão Caetano Correya Pinto, como poucos annos ha q. foi reedificada de novo, se acha ainda em bom estado de sorte q. achei não carecer de comcerto algum exceto de emboço principalmente donde lhe dá o tempo, em ordem a que por ella se não o..... e sem duvida he de Louvar ao d.º cappitão, o cuidado, zello, e, asseyo, com q. se desvella no trato da d.ª Fortaleza.

A Fortaleza dos Tapajóz, commandada pelo cappitão André Miguel Ayres, a achei totalmente arruinada, na cortina da pte. do nascente tem duas braças de muralha no chão. O Baluarte da mesma parte e toda a muralha fendida os Baluartes da pte. do poente arruinados, de sorte q. a mayor parte da Fortaleza será precizo reedificar-se de novo; e da mesma sorte a capela e coarteiz porq. tudo se acha demollido.

A Fortaleza dos Pauxiz, commandada pello cappitão Barthazar Luiz Carneyro suposto tenha só a cortina da prte, do mar arruinada, e q. só desta reedificação careça, e de emboço, e reboque, e a maior parte do parapeito de novo; comtudo como esta Fortaleza se acha edificada sobre hua alta ribanceira, a coal o tempo tem demolido de sorte q. deficilmente pode hoje passar qualquer homem entre a beirada da dita. ribanceira, e a Fortaleza e assim achando-se esta no precipicio da cahir na primeira envernada, parece seria maia acerto fazer-se a dita. Fortaleza de novo, para se não por no perigo de perder-se o despendio recuando-a pa. dentro o q. fose neceçario. E enformando-me dos Principaes dos Indios agregados a dta. Fortaleza, achei estarem uniformemente satisfeitos terem suas roças, e serem instruidos na Doutrina.

A Fortaleza do Rio Negro, como he a unica de pedra, q. tem o Rio das Amazonas, só tres angulos da parte do mar se achão fendidos, o q, com pouca despeza se pode remediar; da mesma sorte carece de coarteiz por se acharem os q. tem totalmente arruinados e igualmente o parapeito. Suposto no citio desta Fortaleza. E a tal e coal forma de capella, esta não obstante faltarem-lhe os alguns paramtos. não tem sacerdote, q. diga Missa e administre sacramentos: unica das Fortalezas em quem achei esta falta a coal como fica ainda distante das aldeyas, onde em ocazião de nececidade se possa soccorrer, preciza-se nesta parte de q. V. Ex.ª acuda com a providencia q. for servido.

Não vizitei o prezidio de Macapá, por não ter la (segundo a noticia q. tive) de q. pudesse emformar á V. Ex.ª por se compor este somente de coarteiz, em q. assiste cappitão, e soldados e de hum piqueno reducto, a donde tem duas peças de coatro montadaz.

Com esta, apresento a V. Ex.ª as listas dos officiaes, soldados e monições q. achei nas Fortalezas q. vizitei e q. dellas tenho exposto a V. Ex.ª. He toda a imformação q. posso dar. V. Ex.ª mandara o q. for servido.

Belem do Pará, 4 de Janeiro de 1747.

De V. Ex.ª
Subdito severo e Cap.

Joseph Migl. Ayres."

Lista dos Officiaes, soldados e monições das Fortalezas do Rio das Amazonas:

DA FORTALEZA DO GORUPÁ

O Cappam. mor José Baptista de Olyveira
O Cappam. Francisco Xavier Butero
O Ajudante Ignacio de Souza
O Alferes Manoel Rodriguez das Neves
O Sarg. do numero Jozé Sanchez Salvado
O Sarg. supra Phelipe da Cunha
O Tambor Grigorio

Soldados

Onofre Fernandes
Lourenço da Costa
Adrião Rebello
Manoel Soares Sarayva
Costodio Alves da Sylva
João Nunnes
André Perez
Illario Barbosa
Domingos Jorge
Jozé Geraldes Meirellez
Jozé Policarpio
Manoel Nunez

Petrechos

7 peças de Artelharia montadas em suas carretas duas dellas encapazes

Calibre

1.ª de 8 2.as de seis huma de cinco, hua de coatro e duas de tres
1 Roqueira de Bronze
392 ballas de artelharia
33 granadas de mão
24 baunetas
13 armas
7 enxadas velhas
3 facoens piquenos
6 cuxarras emcapazes
1 soquete de pao
1 sacatrapo
6 caco martelos
6 choupas
7 recontros
9 diamantes de peças
3 martellos
10 pederneiras
7 pedaços de chapas de chumbo
1 calço de furquilha
1 expontão com seu recontro
1 tronco com seu varão
1 gonilha com seu varão
70 libras de balla de mosquetaria
57 libras de chumbo grosso e miudo
1 bandeira de pano de algodão
2 carretas velhas emcapazes
1 chave de porta do calabouço
1 alabanca de ferro
1 tambor
2 paneiros de cal
4 grilhoens
2 algemas
3 calcetas
4 arrobas de polvora

DA FORTALEZA DO PARÚ

O Cappam. Caetano Correya Pinto

Soldados

Andre Calaça
Sebastião Lopes
Thomé de Brito Rocha

Petrechos

4 peças de artelharia montadas em suas carretas

Calibre

2 de coatro duas de tres
2 roqueiras hua dellas emcapaz
2 cuxarras
1 sacatrapo
23 ballas de artelharia
12 baunetas
9 armas
4 grilhoens
2as. enxadas velhas
1 serra de tres para coatro palmos
1 berruma grossa velha
1 agulhão já comido de ferrugem
1 escoupero
2 alabancas curtas
2as chapas de chumbo das peças
28 libras de ballas miuda
1 arrouba de polvora
4 algemas

DA FORTALEZA DOS TAPAJÓS

O Cappam. Andre Miguel Ayres
O Tenente Manoel da Motta
O Sargento do número Suppriano Ferreira Mont.º

Soldados

Matheus Gomes Paes
José da Costa Botl.º
Manoel Fernandez
Mathias Affonço
José Teixeira
José Ferreira
João Mosquito

Petrechos

2as peças de artelharia hua de seis e outra de coatro ambas no chão sem carretas
8 arrobas de balla de mosquetaria
30 libras de polvora
20 ballas de artelharia
2 cuxarras
11 baunetas
11 picoens
6 enxadas
1.ª gonulha com seu varão
1 tronco
1 varão e chave da porta da Fortaleza
14 armas de fogo

Da Fortaleza dos Pauxis

O Cappam. Balthazar Luis Carneiro
O Tenente Jozé Coelho Machado
O Sargento do numero Jozé Fernandes Lima

Soldados

Manoel Ferreira
Ignacio Jozé
Manoel Migueiz
Alberto de Jezus
Illario Marques
João Fernandes

Petrechos

3 peças de artelharia sem carretas hua de coatro duas de tres
17 ballas de artelharia
2as arrobas e dezoito libras de polvora
20 libras de chumbo
46 libras de ballas de mosquetaria
5 baunetas
6 enxadas
4 catannas velhas
14 ferros de cova
2as algemas
16 foyces
4 patronas podres
6 chuços e hum so com recontro
1 sacatrapo
2as cuxarras
3 gatos de carretas
1 pedaço de varão
2 argollas
11 machados

DA FORTALEZA DO RIO NEGRO

O Cappam. João Rodriguez da Cruz
O Tenente Manoel Gonçalves Vianna
O Sargto. Gervasio da Silva

Soldados

Constantino de Atayde
Jozé da Costa
Jozé da Cunha
Antonio Rodriguez Cativo

Gente forra agregada a m.ª Fortaleza

O Principal Mandú Assu Bras
Jozé
Francisco
Mandú Nery

Tymoteo
Camemoxy
Domingos (que se acha auzente no Cametá)
Julianno
Catharina (com duas filhas pequenas mamelucas)
Angellica
Antonica
Taquedá
Camatary

Petrechos

Dez peças de artelharia ambas no chão sem carretas hua de cinco e outra de coatro
4 cuxarras de cobre
1 sacatrapo
1 soquete
7 ballas de artelharia
12 pallanquetas
6 dardos com xapas e recontros de ferro
2 baionetas
2 sachos mt. velhos
4 ferros de cova mt. velhos
1 enxó de carpinteiro
1 grissa
2 escouperos
1 martelo grande
1 culher de pedreiro
2 verrumas mt. velhas
1 serra de mão
1 grilhão
1 alabarda
200 ballas de mosquete
1 gonilha
1 tronco

Ornamentos da Igreja

1 ornamento de chamalote Braneo e vermelho com franja azul, q. consta de frontal cazulla, manipola, e hua toalha de Bert.ª rendada do altar
1 Toalha de algodão do Lavatorio
1 Ornamento de cadarso branco jouzado, q. consta de cazulla, estoila, manipolo e frontal de xita

1 Toalha de algodão rendada do altar
1 Painel de Jezus Maria Jozé
1 Cortina de algodão de labores do Painel
4 Cortinas de seda vermelha com suas sanefas 1 de tafetá e outra de Damasco todas do d.º Painel
1 pedra de Arap quebrada
1 Campainha
2as Galhetas de vidro
1 Cruz de pao preto do Altar
10 Cortinas e huma sanefa de rosa vermelho

Joseph Migl. Ayres

II

PRIMEIRO RELATÓRIO DO SARGENTO-MOR ENGENHEIRO CARLOS VARJÃO ROLIM

Ilmo. e Exmo. Snr.

Estão feitas dezacete carretas p.ª a artelharia da Fortaleza de nossa Senhora das Merces da Barra desta Cidade, e concertada a plataforma da bataria alta da d.ª Fortaleza de sorte que já as agoas da chuva q. ella recebe não fazem dano a hermida nem aos quarteis dos soldados, e bataria cuberta, como tambem se concertaram as ruinas q. tinha a d.ª Fortaleza pella parte exterior no revestimento de cantaria.

Fizeanmce mais quatro carretas p.ª a Art.ª do Fortim de São Pedro Nolasco; e se hião preparando outras p.ª se montar a Artel.ª nova; cujo trabalbo se suspendeo por faltarem os opperarios que andavão tirando as madeiras do mato. Tambem se fez hum carretam, q. era precizo p.ª conduzir a Art.ª de huns p.ª outros lugares.

Não se continua o trabalho de conduzir pedra, e mais materias, q. V. Exa. ordenou, p.ª o revestimento do Forte do sr. Santo Christo por adoeçerem, e morrerem os Indios que andavão nesta deligencia, nem tem sido pocivel, athe o prezt. virem outros p.ª o d.º trabalho, pella grande mortandade, e estrago que o contagio tem feito nas Aldêas da repartição, donde se extrahrm os Indios p.ª o Real Serviço; e por esta cauza se não tem feito os quarteis no Fortim da barra p.ª se recolher os Sold. q. ali existem de guarnição.

Bellem do Pará 12 de Janeiro de 1747.

O Sargento mor Engenheiro *Carlos Varjão Rolim*

III

SEGUNDO RELATÓRIO DO SARGENTO-MOR ENGENHEIRO CARLOS VARJÃO ROLIM

Ilmo. e Exmo. Snr.

Dou parte a V. Ex.ª deter em o dia 16 deste prezente mez de Março cahido hum pedaço da ribanceira da parte do Rio e sobre em que está fundado o Forte do St. Christo desta Cidade; de sorte, que ficou parte dos alicerces da sua muralha sem baze, e amiasando a ruina de todo aquelle lado, sendo a cauza a violencia do impulso das agoas que escavão a raiz da d.ª ribanceira, por esta não estar revestida de muralha, com hua barbacan q. a deffenda da revessa que ali fazem as correntezas.

Logo mandei apontuar a d.ª ribanceira com groças vigas p.ª impedir se continue a ruina, emquanto se lhe não acode com o precizo reparo do revestimento de muralha, e com hua barbacan.

Bellem do Pará 17 de Março de 1747.

O Sargento mor Engenheiro *Carlos Varjão Rolim*

IV

CARTA RÉGIA

Dom Joam por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'alem mar, em Africa Senhor de Guiné &. Faço Saber a vós Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, Governador e Capitam General do Estado de Maranham, que se vio a vossa carta de vinte nove de Outubro de mil settecentos quarenta e sette em que daveis conta da averiguação que fizestes nas fortificações deste Estado e dos reparos de que necessitava as da Cidade do Pará, representandovos o Sargento mor Engenheiro Carlos Varjão que se devia continuar com o concerto do Forte do Santo Christo levantandose lhe os reparos e parapeitos, que lhe tem cahido, e fazerse huma plataforma para a parte da Alfandega em que se ponha duas peças de artelharia, que defendão a marinha; que tambem carecia este Forte de ser em todo o seu recinto revestido de muralha ao menos nos dous lados, q. olhão para o mar que podia ser o terreno naquella parte firme naturalmente, e era preciza a muralha para impedir que o impulso das agoas do Rio não escavem a rais da ribanceira, em que está si-

tuado o dito Forte, como o tinha feito, e cahido huma grande porção: que a Fortaleza da barra necessitava de se lhe taparem varias aberturas ou fendas que tem desde o cordão athe a rais da muralha, que passa da parte exterior á anterior, e reformarlhe a plataforma da bataria baixa, de que rezulta apodrecerem os reparos da artelharia; que tambem se deve fazer no recinto desta Fortaleza huma barbacan de pedra em solio, que suspenda o impulso das agoas, que não batão na muralha; Que o Fortim da barra não tem quarteis ou caza em que se recolha o cabo e soldados que ali assistem de guarnição, nem carretas para a sua artelharia, nem se continuará com a obra que nelle se principiara ha onze annos, e se devia acabar esta bastaria por ser a paragem em que está situado o dito Fortim a melhor que tem essa cidade do Pará para defender a entrada da barra; Que tambem era necessario concertarse a barbacan do Fortim das Merces que em partes está demolida pelo impulso das agoas; Que as Fortalezas do Gorupá, Tapajós, Pauxis, e Rio negro todas se achão com bastantes ruinas, especialmente a dos Tapajós que tem hum baluarte inteiro cabido, e duas cortinas, cujas Fortalezas sem muita despeza se podião reparar por serem obras de terra sem mais outro material, e só se carecia de alguma cal para o reboco das muralhas, para que as agoas da chuva as não demulão com facilidade; E que tambem erão necessarias carretas para vinte e sinco peças de artelharia para a Fortaleza da barra, e o Fortim de S. Christo, mais que insinuaveis na vossa carta sobre que foi ouvido o Procurador de minha Fazenda. Me pareceo louvarvos o zelo e cuidado com que vos empregastes em saber do estado em que se achavão as fortificações e Fortalezas desse Estado, as quaes deveis mandar reparar logo que na forma, que aponta o Engenheiro Carlos Varjão Rolim; Como tambem mandar fazer os reparos para a artelharia que forem precizos, o que tudo se vos ha por muito recommendado; e me dareis conta. El Rey Nosso Senhor mandou por Manoel Caetano Lopes de Lavre, e pelo Dr. Antonio Freyre de Andrade Henriques, Conselheiros do Seu Conselho Ultramarino; e se passou por duas vias. Luis Manoel a fez em Lisboa a nove de Julho de mil settecentos quarenta e oito.

Secretario Joaqm. Miguel Lopes de Lavre a fes escrever. Mel. Caetano Lopes de Lavre.

Ant.º Fre. de Ande. H.

CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO DE IPOJUCA

O convento-santuário de Ipojuca, no Estado de Pernambuco, desde seus primórdios, se tornou alvo de inúmeras peregrinações, atraídas pela fama da imagem milagrosa do Senhor Santo Cristo. Propalada a origem histórico-lendária da sagrada efígie sentia-se, porém, de há muito a falta de um estudo rigorosamente científico dêsse monumento trissecular.

Para atender ao anelo dos peregrinos, propusemo-nos a colhêr os parcos dados relativos ao glorioso passado da fundação franciscana, que em 1953 completou 350 anos.

Longe de considerar perfeito êste trabalho, reconhecemos suas grandes lacunas que outros talvez consigam preencher, à medida que progredirem as pesquisas históricas, e os arquivos daquém e dalém mar se tornarem mais acessíveis.

Entre outros muitos cultores da história religiosa e profana, cuja colaboração agradecemos, destacamos os nossos confrades frei Odulfo van der Vat, lente de História Eclesiástica, frei Menandro Rutten, hábil pesquisador, e frei Tarcísio Jungwirth, autor de desenhos que só por motivos de ordem técnica deixam de ilustrar êste trabalho.

Se é certo que no decurso de mais de três séculos e meio se revezavam dias de esplendor e de obscuridade, não é menos certo que êste convento têm desafiado as adversidades, continuando sempre como baluarte da fé e da obra civilizadora.

CAPÍTULO I — ARQUIVO FRANCISCANO DE IPOJUCA

Nossos monumentos históricos, de pedra e cal, ressentem-se muito dos estragos que lhes causaram os séculos, sobrevivendo não poucos como meras ruínas, e desaparecidos outros pela ação demolidora do "progresso moderno". O mesmo se deu com inúmeros documentos e arquivos inteiros.

Em vão procuramos no convento de Ipojuca os livros de *1. óbitos, 2. determinações capitulares, 3. profissões, 4. inventários, 5. receitas e despesas,* além de preciosos documentos como sejam testamentos, contratos, títulos, etc. Conserva-se tão-sòmente a crônica.

As causas principais dessas perdas irreparáveis foram os distúrbios da guerra holandesa e o declínio da província franciscana, que se deu no século passado.

A crônica (livro dos guardiães) não escapou de todo à inclemência do tempo e dos homens; o manuscrito atual representa a segunda cópia, tendo-se perdido tanto o original como a primeira cópia. Reproduzindo inicialmente as páginas que Jaboatão dedica ao convento de Ipojuca, o cronista prossegue: "No arquivo dêste convento de St.º Antônio de Ipojuca, ainda se encontrou um livro do ano de 1745 que trás o título — *Livro das coisas e dos guardiães que governaram êste convento desde a primeira fundação até êste presente ano de 1745* — o qual mandou fazer ou trasladar de alguns fragmentos que se acharam Frei Francisco de St.ª Rosa, sendo guardião do dito convento" (1).

O meritório trabalho de frei Francisco corria o risco de desaparecer, em 1890, com a morte do último guardião e inquilino franciscano do convento ipojucano; salvou-se, porém, do completo aniquilamento até a chegada dos religiosos alemães em 1895. Em data que se ignora, foi a crônica novamente copiada, embora com muitos erros e algumas mutilações. Como a segunda parte representasse um original (1745-1890), é lamentável que se haja perdido.

Por duas vêzes os próprios prelados maiores acharam de bom alvitre retirar alguns trechos da crônica, a saber: em 1726, o padre provincial frei João do Deserto, e, em 1920, o visitador *ad hoc* frei Cornélio Neises, sendo ambas as supressões lamentadas pelos cronistas subseqüentes (2).

Fato interessante ocorreu com algumas passagens da crônica, que Jaboatão colheu no cartório franciscano de Ipojuca, preservando-os destarte do esquecimento posterior. Perdidas as fontes, o atual *Livro dos guardiães* transcreveu textualmente tudo quanto o *Orbe Seráfico* refere sôbre o convento e o santuário ipojucanos, embora em certos pontos surjam contradições entre Jaboatão e os dados colhidos por frei Francisco de Santa Rosa (3).

Até 1934, a crônica do convento incluia também os acontecimentos relativos ao santuário, aliáis parcos, referindo a aquisição de ornamentos, a restauração da capela e a celebração de festas. Se os cronistas se abstiveram de narrar casos incomuns, podêmo-lo atribuir à rigorosa atitude de frei João do Deserto. Dado o surto que as peregrinações têm tomado desde vinte anos, foi aberta a "Crônica do Santuário do Senhor Santo Cristo de Ipojuca".

CAPíTULO II — TÊRMOS FRANCISCANOS

A Ordem Franciscana, ou Ordem dos Frades Menores conta atualmente 25.000 religiosos, entre sacerdotes, coristas e irmãos, sendo dividida em províncias e comissariados.

P r o v í n c i a é o conjunto dos conventos que se acham sob as ordens do mesmo superior P r o v i n c i a l.

C o m i s s a r i a d o, ou C u s t ó d i a, chama-se o conjunto dos conventos, antes de conquistar os foros de província, tendo à frente o Padre C o m i s s á r i o, ou C u s t ó d i o.

C a p í t u l o provincial significa a reunião dos superiores da província e dos conventos (guardiães), sob a presidência do V i s i t a d o r ou C o m i s s á r i o G e r a l.

Junta é a reunião dos superiores de uma Custódia, isto é, do Custódio e dos conselheiros, enquanto ainda não podem celebrar capítulos.

Congregação intermédia significa a assembléia que se realiza entre dois capítulos.

Definidores são os conselheiros do Superior Provincial, com voto deliberativo.

Definitório quer dizer reunião celebrada pelo Provincial com o Custódio e os Definidores.

Guardião é o superior de um convento, com direito a voto nas eleições dos capítulos provinciais.

Presidente é chamado o substituto do guardião, hoje, em geral, intitulado Vigário; também recebe o título de presidente o superior da casa religiosa que ainda não tenha guardião.

Presidente in capite é quem faz as vêzes do superior, na ausência dêste.

Discretos ou Padres da mesa, são os conselheiros do Superior de um convento.

Oratório, ou hospício, chama-se a casa religiosa não formada, e cuja criação e supressão dependem ùnicamente dos Superiores maiores da Província.

Capucho significa religioso reformado da Ordem Franciscana, isto é, de mais estrita observância, como os havia em Portugal e no Brasil (não confundir com Capuchinhos).

Padre da Província era título honorário, conferido a quem tivesse certos merecimentos acêrca da Ordem ou da Província.

CAPÍTULO III — IPOJUCANOS QUE ENTRAM NA HISTÓRIA

O ente racional, em face às coisas, indaga de seus motivos e origem. O amor à terra natal nos faz pesquisar o traço dos primeiros conterrâneos, para descobrir talvez, entre êles, alguns antepassados nossos.

Embora parcas as notícias que revelam os primórdios de Ipojuca, não deixam de nos ser queridas.

Reportando-se aos primeiros moradores portugueses de Ipojuca, relata Jaboatão: "Foram e são ainda hoje (1763) os seus colônios da principal gente da terra dos quais se conservam vários ramos dos seus ilustres povoadores, vindos da parte do Reino, como Aciolis, Rolins, Cavalcantes, Albuquerques, Lacerdas, Mouras e outros mais com êstes enlaçados" (1).

Notícias mais pormenorizadas, referentes ao decênio de 1585 a 1595, satisfarão nossa curiosidade, apresentando os povoadores com seus respectivos ofícios, procedência e propriedades, sem distinção de classe ou nobreza, pois na colonização tanto grandes como pequenos contribuiram para o desenvolvimento do Brasil, razão por que os citamos com satisfação.

Como imigrantes, aparecem Antônio João, com 27 anos de idade, natural de Vila Nova do Pôrto e residente em Pojuca, junto ao engenho do Coelho (2); Domingas Lopes, natural da Ponte de Lourdes, têrmo de Lisboa, com 45 anos de idade, casada com Mateus de Andrade e moradora em Pojuca (3); Antônio Fernandes, português, contando 24 anos, solteiro que ora aprende para oleiro com Antônio Alvares, mestre oleiro, no trapiche de Bastião Coelho em Pojuca (4); Pero João, português, solteiro de 25 anos, carreiro, que anda com os bois e carros de Bastião Coelho no seu trapiche de Pojuca (5); e finalmente, vindo da Galiza, Gaspar Pereira de Crasto, filho de gente nobre e casado com Ana Tomé; já em 1584 morava como lavrador nas terras de Pojuca (6). De Pôrto Seguro imigraram Manuel Lopes, mameluco, de 34 anos, sua sobrinha Catarina, seu cunhado Mateus Gomes e sua mulher Paula Lopes. Chegando aproximadamente em 1588 ou 1589, e Mateus Gomes aprendeu o ofício de carpinteiro com Manuel Brás na freguesia de Pojuca, onde todos residem (7).

Na mesma época, trabalharam nos diversos ofícios, além dos que já apontamos, o carpinteiro Diogo Toledo, morando em casa de Antônio da Costa (8); o sapateiro Antônio João, obreiro de Antônio Dias, junto do engenho do Coelho (9); o banqueiro

de assentar as formas de açúcar, Luís Mendes, no trapiche de Bastião Coelho (10); o mestre de açucares e lavrador, Antônio Gonçalves Menaia, do engenho de Santa Luzia (Tabatinga), o qual se achava na Paraíba em 1594, ao funcionar o Santo Ofício em Pernambuco (11); o vaqueiro Luís Gomes, que trabalhava para a viúva d. Margarida Álvares, em Una, freguesia de Pojuca (12); os lavradores de Pero Dias da Fonseca (engenho Tabatinga) Antônio Rodrigues (13), Amador Cardoso (14) e Miguel Pires, casado com uma filha de Gonçalo Gonçalves (15); e os lavradores, cujo campo de trabalho não consta: Baltazar Lopes (16), Gaspar Pereira de Crasto (17) e Manuel Lopes (18).

Apenas três senhores de engenho são mencionados, a saber: Pero Dias da Fonseca, já em 1584 dono de Tabatinga (19); Gaspar Fernandes, filho de Miguel Fernandes Távora (20); e Bastião Coelho, dono de um trapiche, i.é, engenho movido a bois (21).

Em 1594, retirou-se de Ipojuca o soldado e professor Antônio de Brito, natural de Olinda (22).

Os nomes dos primeiros pedreiros aparecem, anos depois, ao ensejo da fundação do convento de Santo Antônio, sendo êles Miguel Ramos, Vicente Gonçalves e Manuel Gonçalves Olinda, tendo êste assistido às obras dos conventos de Recife e Ipojuca (23).

As muitas citações da *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil* aguçaram nossa curiosidade sôbre o que teriam tratado as denunciações.

Eis um exemplo: Corria o ano de 1593, segundo conta Luís Gomes, o vaqueiro acima mencionado. Ia êle, numa festa de guarda, assistir à missa na aldeia de Una, freguesia de São Miguel de Pojuca, e, encontrando-se com Antônio Gonçalves, *Matuca* por alcunha, começaram a discutir sôbre os clérigos. Em outra ocasião, conversaram sôbre os frades dizendo o Matuca "que se êle tivera vinte negros, todos mandara buscar cepos para fazer baraços para os frades". Logo, porém, o repreenderam por essas palavras.

Denunciando Luís Gomes tais ditos ao visitador do Santo Ofício, êste lhe perguntou se as palavras se dirigiam contra algum clérigo ou alguns frades em particular. Respondeu que se falaram em geral, sem se declinar algum nome em particular, "mas que quanto é dos frades lhe parece a êle denunciante que êle (o Matuca) o dizia pelos capuchos que doutrinam os gentios da aldeia de Una, porque os ditos capuchos repreendem o dito Antônio Gonçalves que não esteja amancebado e viva bem" (24).

CAPÍTULO IV — PARÓQUIA DE S. MIGUEL DE IPOJUCA

Descrevendo "a povoação de São Miguel de Pojuca", diz Jaboatão: "É freguesia colada desde os seus princípios e das mais antigas da capitania" (1), sem entretanto, êle ou outro historiador antigo precisar o ano da criação.

Afirmam Pereira da Costa (2) e Sebastião de Vasconcelos Galvão que a freguesia de São Miguel foi criada em 1596 e 1594, respectivamente, tomando ambos por base a informação que em 1881 prestou ao Bispo de Pernambuco o pároco de Ipojuca, pe. Firmino José Dias de Araújo Figueiredo (3). Já o cônego José do Carmo Barata duvida da antiguidade da paróquia (4).

Na realidade, a criação da freguesia de Ipojuca se deu antes de 1594, conforme abaixo veremos, embora o nome Ipojuca não apareça tão freqüentemente como Cabo e Sirinhaem, nos documentos históricos de então.

Vejamos até quando pode remontar a criação da freguesia, uma vez que até o presente não consta documento a respeito.

A definitiva conquista da costa sul-pernambucana, do Cabo de Santo Agostinho a Alagoas, custou várias campanhas dispendiosas. Em 1554, os índios do Cabo saíam vitoriosos do combate que lhes impuzera Jerônimo de Albuquerque, em represália aos constantes ataques por êles movidos aos índios dos Guararapes, aliados êstes dos portugueses (5).

De 1560 a 1565, seguiu-se a grande expedição que afastou do litoral os Caetés e demais tribos domiciliadas entre o Cabo e o rio São Francisco (6).

Ainda em 1569, Duarte Coelho de Albuquerque iniciou outra campanha, a fim de conquistar de vez as terras do Cabo, estendendo a conquista à zona de Sirinhaem, em 1571. A partir dêste ano, desenvolveu-se ràpidamente a cultura da cana de açúcar (7).

Graças à fertilidade extraordinária, esta zona atraiu imigrantes tanto de Portugal como das capitanias do Brasil (8). Portanto, nada impede que mais ou menos pelos anos de 1580 tenha sido criada a paróquia de S. Miguel de Ipojuca.

Recorramos às fontes mais antigas, ora conhecidas, quanto à freguesia de Ipojuca: as *Denunciações de Pernambuco* (9) e *da Bahia*, apreciando os seguintes trechos:

1. A 20 de abril de 1594, Gaspar Rodrigues, "denunciando mais disse que haverá cinco anos, pouco mais ou menos, que sendo nesta capitania seu primo Francisco Mendes, cristão novo, rendeiro dos dízimos das meunças não lhe pagaram os dízimos Pero Dias da Fonseca, senhor de um engenho em que é morador, em Pojuca, e Antônio Gonçalves Menaia que ora está na Paraíba, que foi mestre de açucares e então morava no engenho do sobredito... pelo que o dito seu primo rendeiro tirou uma carta declaratória de ex-comunhão passada pelo ouvidor da vara eclesiástica desta capitania em que se declaravam por ex-comungados os ditos três denunciados a qual carta declaratória foi publicada em Pojuca" (10).

2. A 24 de janeiro de 1594, Francisco Mendes "denunciando mais disse que êle foi rendeiro do dízimo das mandiócas e meunças desta capitania, os anos de oitenta e sete e oitenta e oito, e porquanto os ditos anos não lhe pagaram os dízimos... Pero Dias da Fonseca, senhor de engenho morador na freguesia de São Miguel de Pojuca, e Antônio Gonçalves Menaia, mestre de açúcares e lavrador que então era morador na mesma freguesia de Pojuca que ora está na Paraíba, foram monidos por monitórios passados pelo ouvidor da vara eclesiástica desta capitania Diogo do Couto e por não satisfazerem o dito ouvidor os mandou declarar por excomungados, por uma carta... declarada e publicada haverá quatro ou cinco anos nas ditas

freguesias a saber na igreja de St.º Amaro a publicou o vigário dela... e em São Miguel a publicou o padre Gaspar Neto, vigário ou cura dela em cujo poder a declaratória ficou e por êle morrer lhe não tornou à mão..." (11ª).

Confrontando as duas denunciações, concluimos que em 1589 ou, no máximo, em 1590, já tinha existência a freguesia de São Miguel (11b) de Ipojuca, e que, a 24 de janeiro de 1594 já era falecido o vigário pe. Gaspar Neto, o que é confirmado pelo seguinte têrmo de 8 de fevereiro de 1594:

3. Com efeito, a essa data eram "Paulo Roiz de Távora vigário de São Miguel e o capelão Cosmo Neto da capela de St.ª Luzia, anexa à dita igreja" (12).

4. Em um auto de 9 de janeiro de 1594, lê-se: "freguesia de São Miguel, em Pojuca além do Cabo cuja anexa é a capela de Santa Luzia na fazenda de Pero Dias da Fonseca" (13), ou seja, o engenho Tabatinga.

5. A 24 de agôsto de 1591, apresentou-se na Bahia Belchior Mendes e "denunciou mais que há poucos dias que indo êle testemunha na capitania de Pernambuco ao engenho de Santa Luzia que é de Pero Dias da Fonseca entrou em casa do padre capelão Cosmo Neto" (14).

Pelas denunciações mencionadas em 3 e 5, verifica-se que já em 1591 havia, além do vigário, um capelão com residência no engenho de Santa Luzia (Tabatinga).

Outrossim, pertencia à mesma paróquia uma ermida de N. S.ª, levantada na fazenda de Miguel Fernandes (15) sendo essa talvez, a propriedade que limitava com o Pôrto de Galinhas (cf. capítulo VI).

A paróquia de Ipojuca estendia-se pelo menos de Tabatinga e da aldeia de N. S.ª da Escada até a aldeia de Una (limites de Alagoas), esta, também chamada S. Miguel de Iguna. "A aldeia de N. S.ª da Escada foi fundada logo depois de 1589" pelos padres jesuítas (16), enquanto a aldeia de Una, já em fins de 1593, era curada pelos franciscanos (17).

Damos a seguir a relação incompleta dos vigários de Ipojuca:

1589 Gaspar Neto (18)
1594 Paulo Róiz de Távora (19)
1608 Sebastião Rodrigues (20)
1650 José Vieira de Melo (21)
17.. Manuel Correa Feio (22)
1749 Inácio Rabelo (23 a)
1760 João Maurício da Conceição (23 b)
1783 Francisco Coelbo Negromonte (24)
1814 Miguel Nunes Andrade (25 a)
1826 João Maurício Vasconcelos (25 b)
1828 Antônio da Cunha Vasconcelos
1829 José Joaquim Barbosa
1833 João Alberto da Silva (administrador)
1833 João Maurício da Conceição
1854 Belarmino José Cavalcanti (administrador)
1855 Firmino José Dias de Araújo Figueiredo
1855 Lourenço de Albuquerque Loiola (pro-pároco)
1867 Juvêncio Veríssimo dos Anjos (pro-pároco)
1870 Fraucisco A. de Araujo (pro-pároco)
1874 Frei Augusto da Imaculada Conceição Alves (pro-pároco)
1878 Firmino José Dias de Araújo Figueiredo
1883 Con.º Luís de Oliveira Diniz (vigário interino)
1885 Vicente Moura de Vasconcelos
1885 Manuel Cavalcanti de Assis Beserra Menezes
1886 Herculano Marques da Silva
1895 Frei Adalberto Kirschbaum
1902 Frei José Pohlmann
1904 Frei Eugênio Kullmann
1907 Frei Lucas Vonnegut
1912 Frei Atanásio Krajczyk (26)
1920 Frei Serafim Funke

A partir de 1920, os superiores franciscanos de Ipojuca têm cumulado o cargo de vigário da freguesia de S. Miguel.

CAPÍTULO V — FUNDAÇÃO DO CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO

Muito antes de ser fundado em Ipojuca o convento franciscano, já os religiosos dessa Ordem mantinham estreitas relações com a paróquia de S. Miguel. Em 1593, encontramô-los a catequizar os índios de Una (Barreiros) (1), uma das primeiras missões, visto que ainda em 1584 escrevia o pe. Anchieta sôbre a capitania de Pernambuco "nunca houve nela conversão de gentio" (2). Os franciscanos de Olinda esmolavam na zona açucareira do sul pernambucano, onde residiam, entre outros amigos da Ordem Seráfica, João Pais Barreto, Cosme Dias da Fonseca, pai do franciscano frei Antônio de Santa Clara, e Francisco Dias Delgado, cujo filho, frei Domingos, vestia igualmente o burel da penitência (3).

"Pela devoção de alguns dêles foram pedidos os religiosos menores para fundarem ali convento" (4). Principalmente os colonos portugueses, estabelecidos em Ipojuca, primavam pela devoção ao mais popular dos santos lusitanos, Santo Antônio de Lisboa, a quem desejavam dedicar o convento (5).

A Ordem Seráfica, por sua vez, estava radicada em Portugal desde os tempos de S. Francisco, cabendo à Lusitânia o privilégio de abrigar as sagradas relíquias dos protomártires franciscanos, sacrificados em Marrocos, no ano de 1220.

O Brasil-colônia viu de certa maneira ainda mais estreitos os laços que desde o descobrimento o ligavam à Ordem missionária dos franciscanos. A primeira missa em terras de Santa Cruz foi celebrada por um filho do Poverello, frei Henrique de Coimbra; os protomártires, que expiraram em Pôrto Seguro cêrca de 1516, e mais oito expedições missionárias que até 1585 aportaram em diversos pontos do vasto Brasil pertenciam todos à mesma Ordem Seráfica (6).

Justifica-se, duplamente, pois a aspiração dos ipojucanos, ao desejarem ter sempre sob os olhos o exemplo vivo de santidade e virtudes franciscanas, em meio à corrupção e ganância.

O *Livro dos Guardiães* de Ipojuca, dando as primeiras notícias de fundação do convento menciona como primeiro

superior frei Francisco dos Santos, e como ano da aceitação o de 1605 (7), ao que se opõe Jaboatão, afirmando que a nova fundação de Ipojuca foi aceita na mesma junta que nomeou frei Francisco dos Santos para superior do convento da Paraíba, portanto em maio de 1603 (8), razão por que não pode ter sido o primeiro superior de Ipojuca.

Corrige, pois, Jaboatão: "Era custódio frei Antônio da Estrêla (1602-1606), e feita a aceitação da oferta mandou para ela frei Antônio de S. Boaventura, frei Simão da Assunção, confessores, e frei Antônio dos Anjos, corista... Aqui foram recebidos e agasalhados em umas casas de João Dias de Lira, sitas na baixa ao pé da povoação nas quais levantaram oratório para dizerem missa e celebrarem os ofícios divinos. Nestas assistiram alguns meses cuidando do que era necessário para efeito da nova fundação" (9).

Parecia cumprir-se a aspiração dos ipojucaras; mas, em lugar de proceder à definitiva fundação do convento, os franciscanos "largaram (por certos respeitos) aquelas casas e igreja e se foram para o convento de Olinda" (10). Nunca se revelaram os motivos do abandono.

Fica de pé a interrogação: Quando teriam chegado a Ipojuca os três primeiros franciscanos? Malograda a primeira tentativa de fundação, os cronistas não lhe deram o devido aprêço: de qualquer modo, era o início, e se desde logo surgiram dificuldades, não se procedeu decerto à aceitação definitiva senão depois de removidos ou superados tais embaraços.

Imediatamente depois de relatar a volta dos franciscanos para Olinda, falam Jaboatão e o *Livro dos Guardiães* no "ano seguinte de 1606", como também ambos prolongam a estadia dos religiosos em Ipojuca por "alguns meses" (11). Copia Jaboatão o que encontrou nas fontes de Ipojuca, sem levar em conta que entre a aceitação da casa e o abandono dos franciscanos medeiam dois anos.

São entretanto unânimes as fontes, ao se referirem à segunda aceitação da fundação ipojucana. Em meados de 1606, chega a Olinda o novo custódio frei Leonardo de Jesus reunindo

a 22 (ou 28) de outubro do mesmo ano a junta que, em face das "novas súplicas dos principais do lugar (Ipojuca)", torna a aceitar a fundação (12).

Estranhável é que, desta vez, sigam para Ipojuca religiosos diferentes dos primeiros e que já não recebem casas "sitas na baixa, ao pé da povoação", mas sim "junto do lugar determinado para o convento" (13).

À frente dos fundadores, colocou-se frei Antônio da Ilha, ex-guardião da Bahia, "religioso muito exemplar e tão inclinado às obras como apartado das comunicações dos seculares" (14). Seus companheiros se chamavam frei João da Esperança, pregador, frei Melchior da Madalena, sacerdote; e frei João da Madalena, corista (15).

Aos ipojucanos devia ser duplamente cara esta nova e definitiva fundação. No alto do povoado, onde os religiosos estabeleceram residência, surgiu em breve uma igreja de taipa, que lhes serviria até poderem ocupar a igreja de cal e pedra.

Durante o ano de 1607, cuidou-se ainda de juntar material de construção, servindo em geral as pedras brutas, tais como se achavam à flor da terra, e de qualquer tamanho; daí a grossura descomedida das paredes, que em algumas partes chega até 1 e 1/2 ms.

O ano de 1608 devia raiar com o lançamento da primeira pedra para o convento. Quis o pe. custódio frei Leonardo de Jesus presidir a cerimônia, benzendo a pedra e lançando-a "nos alicerces dos corredores", como se acha declarado no princípio do livro das profissões:

"Lembrança do dia em que se botou a primeira pedra em o alicerce dêste convento de Santo Antônio, que se fêz nesta povoação de S. Miguel de Pojuca, a qual pedra trouxeram quatro homens, com as suas vestias brancas em uma padiola de dentro da igreja, donde os frades diziam missa. Os homens que a trouxeram foram Antônio Ribeiro de Lacerda e seu irmão Cosme Dias da Fonseca e seu cunhado D. Jerônimo de Moura e Fernão Rodrigues de Castro. Esta pedra foi em procissão com a

imagem de Santo Antônio sôbre ela e depois de chegar ao alicerce a benzeu o custódio frei Leonardo de Jesus e disseram as ladainhas; e acabadas elas a puseram no alicerce e foi assentada pelo pedreiro Miguel Ramos; e Antônio Ribeiro de Lacerda ao assentar da pedra botou no alicerce ao longo dela obra de dez cruzados em patacas, as quais recebeu o dito pedreiro. Os que ajudaram a assentar a pedra foi o dito Antônio Ribeiro de Lacerda e Vicente Gonçalves e Manuel Gonçalves Olinda e foi isto em um domingo, dia de Reis, seis de janeiro de 1608 anos, e houve missa cantada que a cantou o pe. Sebastião Rodrigues na igreja do oratório dos frades. Era 1608" (16).

A boa vontade e auxílio dos moradores, unidos à operosidade dos religiosos, fizeram com que dois anos depois estivessem prontas "a igreja e duas quadras dos corredores, uma da sacristia ao poente e outra do refeitório ao sul". Assim, puderam os franciscanos, ao tempo do novo custódio frei Francisco dos Santos, passar para o novo convento, entre 1609 e 1612 (17).

A essas obras seguiu-se a construção das partes da quadra que se estende da portaria ao refeitório. Data de épocas posteriores o adro com a fachada da igreja, o alpendre da portaria e o salão desta.

Jaboatão considera o convento de Ipojuca em tudo semelhante ao do Recife, cuja construção também foi dirigida pelo mestre Manuel Gonçalves Olinda.

O hábil superior frei Antônio da Ilha, que tão bem se saíra como fundador do convento bahiano, mereceu iguais encômios de Jaboatão: "Foi seu primeiro prelado e agente das obras como já se disse, frei Antônio da Ilha com tão boa fama e crédito seu nesta prelazia que nela o conservaram por oito anos contínuos, desde o de 1606 que ali foi pôsto pelo custódio frei Leonardo de Jesus até o de 1614, em que entrando frei Vicente do Salvador elegeu para segundo já com o título de guardião a frei Domingos de S. Paulo", saindo frei Antônio da Ilha como definidor (18).

Se o comêço da fundação fôra dificultoso, desembaraçadas correram as obras de construção, chegando alguns documentos a

atribuir tôda a emprêsa à generosidade de uns poucos benfeitores, "sem nisto intervirem os religiosos". Ainda mais: Quando o convento estava "acabado e provido de todo o necessário, lho entregaram achando providas as oficinas de tudo o que para sustento era preciso", (19) no correr de um ano (20); e "pelos tempos ao diante tinham o cuidado de ver as tais oficinas se lhes faltava alguma coisa" (21). Contra esta versão, levantam-se frei Manuel da Ilha e Jaboatão, fazendo valer o costume tradicional de recorrer às esmolas de todo o povo, enquanto corre a construção "pelo cuidado dos religiosos" (22).

Já no primeiro decênio, o convento de Ipojuca abrigava 10 ou 12 religiosos, prestando êstes "um grande serviço a Deus na conversão das almas e na administração dos sacramentos a todos os fiéis" (23).

CAPÍTULO VI — PATRIMÔNIO

O primeiro e maior donativo patrimonial oferecido aos franciscanos de Ipojuca foi o de Francisco Dias Delgado; assim o atesta frei Jerônimo do Patrocínio de S. José, quando guardião do convento. Dado que por três vêzes ocupou êsse cargo, entre 1832 e 1876, ano de sua morte, torna-se difícil precisar a data da informação por êle prestada ao govêrno de Pernambuco:

"Francisco Dias Delgado, proprietário rico daquele tempo da fundação do convento, senhor do engenho Trapiche e das terras desta povoação foi quem edificou êste convento à sua custa e o entregou aos religiosos franciscanos pelas chaves, como consta da história de sua fundação (1) e doou além da cêrca murada que temos, mais terras extramuros, para logrador e matas para a lenha, demarcadas com os competentes marcos, das quais estivemos sempre de posse até o ano de 1822, pouco mais ou menos. E tendo o senhor do engenho naquele tempo, Joaquim Pedro do Rego de levantar outro engenho anexo às nossas terras, denominado Bom Jesus ou Conceição Nova, pediu em confiança, os títulos de nossas terras ao prelado atual que era

naquele tempo o padre pregador frei Antônio de St.ª Margarida, o qual lhos deu, como êle mesmo confessou perante testemunhas (2). E tendo de entregar o convento a outro guardião, e com êle os títulos das terras, êste foi protelando com desculpas, que afinal nem àquele nem a outro nenhum guardião os entregou mais, e hoje subreptìciamente anexou ao seu engenho Conceição Nova que é dos herdeiros da viúva de Domingos Costa do engenho Emboassica, esbulhando dêste modo, ao convento o direito de suas terras. Afirmo estas circunstâncias ouvidas, não só por notórias, como mesmo por me ter contado o mesmo frei Margarida, no ano de 1826, mais ou menos" (3).

A doação de Francisco Dias Delgado e sua mulher Catarina Moreno assim figura em seu testamento (4):

"Ordenamos mais que êste sítio da praia do Pôrto de Galinhas com a sua pescaria e casas de morada e tôda esta nossa terra dos Merepes assim que corre das ditas lagoas para o mar e com êle entesta como a que vai correndo da outra banda da lagoa para o poente e tôda a banda do sul parte pela banda do mar com quem de direito fôr...; e pela banda da terra corre da ponte grande pela testeira da demarcação de Antônio Gonçalves Miranda que foi de Jorge Fernandes, e Francisco Borges e vai correndo com a demarcação da terra que foi de Francisco Carvalho e daí corre com a terra que hoje possui Miguel Fernandes e daí até à terra de Francisco Pinto e pela banda do norte entesta com a terra de Pedro Dias da Fonseca, e com a que hoje possuem os herdeiros de Domingos Gomes de Abreu; tôda esta terra que de direito se achar ser nossa por escritura pública que dela temos da venda e da posse (5) dada por ordens da justiça, e dos mais papéis que a isto pertencem com o dito sítio da pescaria, e casas do Porto de Galinhas a vinculamos à nossa capela ou altar aonde temos a nossa sepultura no convento de St.º Antônio de Pojuca com trinta vacas parideiras, que nas ditas terras pastarão e permanecerão para sempre, pois a vinculação de tudo é mui larga condição que o nosso herdeiro

que nomeamos nesta capela, e o tempo adiante para sempre lhe suceder dará todos os anos para a fábrica do nosso altar dez mil réis em dinheiro aos religiosos ou ao síndico do dito convento. Esta condição vai revogada adiante. E outro: se mandará dizer duas missas semanárias para sempre pelas nossas almas, e de nossos defuntos e queremos e ordenamos que por nossas mortes suceda logo nesta capela com esta obrigação o nosso filho Francisco Dias Delgado, e por sua morte seu filho mais velho legítimo se o tiver ou filha legítima, e nunca correrá por sucessão de bastardia. E outro: se dado o caso que quem tiver não cumpra as obrigações desta capela nossa, ordenamos e mandamos que o herdeiro mais chegado que por morte do que então a possuir lhe suceder lhe possa tirar em vida para que cumpra em tudo e por tudo o que nesta nossa capela ordenamos, sem falta alguma, e desta verba a instituição desta nossa capela daremos aos RR. padres do sobredito convento um treslado autêntico para que saibam o que nela se contém, e o guardem no arquivo do dito convento e o seu síndico faça cumprir com todo o rigor de nossos herdeiros que sucederem nesta nossa capela as obrigações dela, e porisso lhe damos e deixamos neste nosso poder digo testamento todo o nosso poder para que isto possam fazer em direito como nossos procuradores nesta matéria do cumprimento das obrigações dela sem falta alguma. Declaramos mais que neste nosso testamento, que fazemos fôlha 7, se declara que nós deixamos dez mil réis todos os anos para a fábrica do altar da nossa capela os quais pagaria ao síndico do mosteiro de St.º Antônio de Pojuca em dinheiro e por quanto os encarregos que deixamos vemos que são muitos, queremos e ordenamos ditos 10$000 se não paguem e... se fabrique o altar de todos os ornamentos necessários conforme é uso e costume no que nosso testamenteiro terá muito grande cuidado de assim cumprir nossa vontade em tudo. Continua o modo da sucessão: E dado o caso que o nosso filho Francisco Dias Delgado não tenha filhos nem filhas legítimas, pelos quais vá sucedendo esta nossa capela que instituirmos de nossos terços; então passará à nossa neta Joana, filha de nossa filha Ana Mendes e de nosso

genro Antônio Freire, porém com a condição que viva nesta capitania, porque indo-se para o Reino ou levando a seu país e então queremos que vá a capela com esta nossa obrigação a nosso neto Manuel de Mesquita, filho de nossa filha Maria Barbosa e do Senhor Manuel de Mesquita, e vindo a êste correrá por sua sucessão, precedendo sempre os machos às fêmeas e os mais velhos aos mais moços, com tôdas as sucessões desta capela,... contanto que esteja quem a tiver nesta capitania, porque é nossa vontade que sempre o que possuir esta capela viva nesta capitania e goze e pessoalmente fabrique e lhe cumpra suas obrigações".

Afirma frei Sebastião de Jesus que às terras do Pôrto das Galinhas se reuniam ainda a praia de Maracaípe e as terras do Merepes, "com que se fundou a capela de N. S.ª da Conceição; e que estas e outras terras haviam sido de d. Catarina Moreno mulher principal da terra (6) casada em Pernambuco com Francisco Dias Delgado, "senhor dos engenhos Trapiche e Tapera e de uma fazenda de gado no Pôrto Calvo, senhor das terras da Ponta do Sernambi e de outras terras e de quatro casas no Recife (7)".

"De fronte ou ao pé do altar", prossegue frei Sebastião, "têm os seus descendentes sepultura própria, porém não obsta ser própria para que se não desse nela sepultura a um mulato e ao padre Saldanha pela conveniência que lhe fizeram. É o convento obrigado a duas missas semanárias as quais se dizem juntas depois que se cobra a esmola delas, (8) e assim mais tem obrigação o Administrador de paramentar o altar de tudo, em correspondência ao outro da parte da Epístola e assim mais também de ornamentos (9). O tempo desta instituição não está no instrumento declarado, porém o certo é que foi estando o holandês na terra já" (10).

Outra doação, com que acenara o dono do engenho Sibiró de Riba, não passou de promessa, embora proposta à congre-

gação de 21 de maio de 1700, a qual fêz lavrar no dia 26 daquele mês o têrmo seguinte:

"Advertiu-se aqui também, que o capítulo provincial concedeu a capela do Bom Jesus do convento de Pojuca a João Navalhas, e a seus herdeiros para perpétua morada de seus corpos com obrigação, que fizeram os ditos de darem cem mil réis todos os anos para ornato e mais coisas necessárias da dita capela para o que apotecaram quatro mil cruzados encabeçando-os no engenho e terras de Sibiró de Riba para rendimento de cem mil réis todos os anos. O que até o presente não teve efeito" (11).

CAPÍTULO VII — A ORDINÁRIA E OUTRAS GRAÇAS

A regra seráfica proíbe tanto a cada franciscano como às comunidades religiosas a posse de propriedades e patrimônios. Como proprietária dos conventos e dos respectivos bens, figura a Santa Sé Apostólica. Queria São Francisco que os seus filhos se mantivessem com o trabalho de suas mãos, podendo, em caso de necessidade recorrer às esmolas da caridade cristã.

Os primeiros conventos do Brasil viviam em condições precárias, proibidos mesmo de aceitar espórtulas de missas, até o comêço do século XVIII, quando se lhes permitiu uma por semana (1). Os franciscanos viram-se obrigados a pedir esmolas de porta em porta, tanto nas cidades como no interior, correspondendo a cada convento determinada zona. Os religiosos percorriam o interior até Garanhuns (2).

Como, porém, o govêrno de Portugal estivesse sumamente interessado na fundação de conventos franciscanos no Brasil — colônia, nada mais justo que os religiosos pedissem algumas graças régias.

A 12 de outubro de 1584, expedia Felipe I, de Portugal, alvará atendendo ao requerimento que o pe. Custódio Frei Melchior de St.ª Catarina, antes de embarcar para Pernambuco,

dirigira à corte real em favor do convento franciscano a ser fundado em Olinda. Outros alvarás, datados de 18 de janeiro de 1590, 16 de dezembro de 1605 e 29 de abril de 1620, ratificaram o primeiro, tornando as graças extensivas às novas fundações franciscanas de Pernambuco e do Rio de Janeiro (3).

Em que consistia a graça régia? Ouçamos Jaboatão: "A graça... de uma pipa de vinho, duas arrobas de cera lavrada, um quarto de azeite e outro de farinha foi ampliada depois... por provisão de 29 de abril de 1620 também para êste convento de Pojuca que se reduziu tudo em dinheiro em quantia de noventa mil réis que se cobram como ordinária todos os anos ao almoxarifado de Pernambuco" (4).

Os gêneros especificados dão a entender que a ordinária era concedida em favor do culto divino, sem beneficiar diretamente a comunidade.

Durante os primeiros anos de existência, o convento de Ipojuca vencia apenas metade da ordinária, segundo esclarece a fôlha geral para o Brasil, datada de 1617. Tendo tratado das ordinárias concedidas aos capuchos de Olinda e Igaraçu, consigna: "Pagar-se-á mais aos mesmos capuchos de Ordinária para as duas casas que de novo fizeram outro tanto a ambas como tem cada uma das acima mencionadas... que vem a ser quarenta e cinco mil réis a cada casa" (5).

Pela *Informação geral da capitania de Pernambuco,* datada de fins de 1748 ou princípios de 1749, sabemos que "o convento de Ipojuca vence por ano 90$000" (6), enquanto o mesmo "convento de St.º Antônio tem dezenove religiosos. não tem mais rendas que as esmolas que tiram e a côngrua que lhe dá Sua Majestade de 90$000 (7). Isto é confirmado pelo *Mapa geral dos conventos* da capitania de Pernambuco, relativo a 1796: "Ipojuca tem convento de Franciscanos, quatro sacerdotes, nenhum leigo, um corista, onze escravos. Ordinaria 90$000" (8).

"Por alvará de 30 de agôsto de 1707, declarou el-rei Dom João V, que tomava sob sua régia proteção a província de Santo Antônio do Brasil, em consideração ao bom exemplo e virtudes

dos seus religiosos e aos seus serviços prestados nas missões de catequese e conversão dos índios" (9).

"Por alvará de 4 de outubro de 1709, isentou o referido soberano os síndicos, cirurgiões e barbeiros dos conventos franciscanos de vários ônus e encargos cívicos" (10).

"Criando-se, em 1717, uma imposição de $400 por arroba de açúcar produzida na capitania ordenou o governador Manuel de Sousa Tavares que ficasse isento dêsse tributo o que fôsse dado aos conventos da mesma capitania, graça esta que foi depois extensiva aos de tôda a província, o que foi confirmado por ato régio de 24 de janeiro de 1718 (11), pelo qual foi também mandado dar livre dos direitos da dízima tudo o que os conventos da província mandassem vir do reino para o seu provimento, bem como para o de suas igrejas; e por uma provisão expedida em 4 de maio de 1729 e outros atos régios posteriores, foram ainda os religiosos isentos dos direitos dos subsídios de tudo o que mandassem vir para os seus conventos de conformidade com o foral das alfândegas" (12).

Os alvarás que contêm êstes privilégios testemunham em têrmos inequívocos a dedicação de D. João V para com a Ordem Seráfica, ao reconhecer a pobreza verdadeiramente franciscana dessa província e as demais virtudes próprias aos filhos de São Francisco.

CAPÍTULO VIII — OS FRANCISCANOS DE IPOJUCA NA GUERRA HOLANDESA

Mal se iniciara a guerra holandesa, em Pernambuco, os franciscanos de Olinda e Recife se viram privados de seus conventos, cabendo, em 1632, a mesma desventura temporária aos religiosos de Igaraçu. Parte dêsses frades se refugiou no convento de Ipojuca, levando também os objetos do culto para preservá-los da sanha dos calvinistas (1).

Com a ocupação bátava, o forte de Nazaré se tornara um dos focos principais da resistência brasileira, lá servindo como capelães militares os filhos de São Francisco, sob a chefia do

definidor da Custódia franciscana frei Cosme de S. Damião, morador no convento ipojucano (2). Posteriormente, assumiu a chefia frei Francisco de Santo André (3). No silêncio do claustro ipojucano, encontravam os soldados da milícia seráfica o alimento espiritual e o recolhimento para reanimarem sua vida religiosa e enfrentarem novas campanhas.

Em 1633, o convento de Ipojuca reuniu o capítulo, visto que a casa capitular de Olinda se achava abandonada. Saiu eleito Custódio frei Cosme de S. Damião, e guardião do convento frei Manuel dos Anjos (4).

Na "bela Pojuca" viviam os religiosos com relativa liberdade. Mas, o inimigo se valia de qualquer pretexto para deter os frades que se lhe afiguravam perigosos. A 18 de janeiro de 1636, foram presos pelos bátavos o custódio frei Cosme de São Damião, seu secretário frei João Batista e frei Manuel das Neves, a quem os inimigos já conheciam de Ipojuca. Vindo da Bahia, e passando pela Mata Redonda (Alagoas) foi o prelado franciscano detido por trazer consigo cartas da Bahia. Foram, pois, os três frades entregues ao alto conselho do Recife (5).

O próprio frei Manuel das Neves pinta os rigores do trato infligido pela soldadesca, sendo os religiosos despedidos e ameaçados de morte, "padecendo mui grandes fomes e sedes; depois nos enviaram e dividiram cada um para a sua nau de guerra, donde andamos sete meses prisioneiros com trabalhos, que em tal prisão se podem considerar". Entregues, afinal, ao tribunal da Holanda "para nos livrarmos e passarmos outra vez a Portugal, padecemos grandíssimos trabalhos" (6).

A 28 de outubro de 1636, os holandeses recebem carta de Schkotte, destacado no Cabo de Santo Agostinho, informando que ali fizeram prisioneiros a dois franciscanos de Ipojuca por terem escrito cartas contra o domínio flamengo e tratado com o inimigo (7).

Abandonado pelos brasileiros o forte de Nazaré, retiraram-se para as Alagoas os remanescentes do exército pernambucano. Foi então que "o general (Matias de Albuquerque)

aconselhou também a frei Cosme retirasse todos os religiosos das regiões ocupadas pelos calvinistas, i.é dos conventos de Paraíba, Ipojuca e Igaraçu. Mas, o custódio não lhe fêz de todo a vontade. Pois, considerando as condições de muitos que não podiam ou não queriam seguir ao general, que então privados dos pastores espirituais não teriam quem os defendesse contra o calvinismo deixou ali mais de 40 religiosos" (8).

A prudência de Matias de Albuquerque, opõe-se o zêlo pelo bem-estar das almas, conforme ensina a parábola do Bom Pastor.

Sob o tolerante príncipe de Nassau, parecia a Igreja católica desfrutar mais liberdade no Brasil holandês. Bastou, porém, ser descoberta a ousada viagem do irmão franciscano frei Junípero à Bahia, para desencadear-se nova tempestade contra os religiosos, expedindo-se a ordem de prisão a 3 de dezembro de 1639 (9).

A respeito dos franciscanos presos em Ipojuca, narra Jaboatão:

"Do convento (os holandeses) tiraram os religiosos que ali residiam e se não quiseram ou puderam retirar; e remetidos para as cadeias do Recife foram com outros mais desterrados para as Índias de Castela. Dêste tempo até o tempo do custódio frei Francisco das Neves, que entrou pelos fins do ano de 1642, ficou o convento desertado de todo, feito como os mais morada de herejes e quartel de soldados" (10).

André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira falam em "quase de quarenta religiosos (franciscanos), com os seus prelados... os quais todos pelos ditos herejes foram desterrados com muito descômodo em navios para as terras mais agrestes das Índias, aonde muitos morreram e outros ficaram lá de modo que ficando êste povo mui sentido da ausência dos religiosos capuchos, mandaram da Bahia alguns poucos com passaportes para que a Messe da fé de todo em todo senão perdesse por falta de obreiros" (11).

O historiador protestante Southey, narrando o desterro dos frades, refere, por sua vez:

"A medida, que era de necessidade, foi executada com brutal crueldade, como o soem ser deportações semelhantes. Os holandeses tiraram os hábitos aos frades e em camisa e ceroulas os lançaram na praia tão longe do povoado que a maior parte pereceu" (12).

O transporte de vinte religiosos consta como efetuado em maio de 1640, pelo navio "De Princesse", que de Itamaracá seguia para as Índias Ocidentais (13).

Durante a ausência dos religiosos, os holandeses conceberam diversos planos sôbre o convento de Ipojuca. Um relato de 13 de dezembro de 1641, alude à igreja de Ipojuca, podendo a mesma com poucas despesas ser restaurada. O relógio serviria muito aos ocupantes; por isso seria retirado, prevenindo-se aos carregadores que tivessem o devido cuidado para não quebrá-lo. A 5 de fevereiro de 1642, é ventilada a questão de separar as crianças de seus pais, abrir escolas e ensinar-lhes religião, civilidade e ofícios, prestando-se para tal fim os conventos de Pojuca, Igaraçu e Paraíba (14).

A ausência completa, embora temporária, dos franciscanos de Ipojuca pode ser concluída pelas palavras de André Vidal de Negreiros (ver nota 11); pois o número de 40 corresponde aos que frei Cosme de S. Damião deixara nos conventos de Igaraçu, Ipojuca e Paraíba (nota 8). Jaboatão, porém, alega duas vêzes que nem todos os frades de Ipojuca foram presos. A passagem citada na nota 10 diz expressamente: "os religiosos que ali residiam e se não quiseram ou puderam retirar", ao passo que, em outra parte, se afirma claramente:

"No convento de Pojuca assistiram os religiosos *sempre* ainda que no tempo em que os Holandeses estiveram absolutos senhores da campanha, lhes tomaram o convento para quartel dos seus, mas deixaram-lhes a igreja livre praa dizerem missa alguns poucos que ali residiam em umas casas particulares na

povoação a que deram o título de oratório e foi aqui seu prelado. por postulação dos mesmos frades que nêle residiam, o Irmão frei Jácome da Purificação" (15). Sôbre os dois mandatos de frei Jácome, vejam-se as notas 13-a e 13-b, do capítulo "Relação dos superiores franciscanos de Ipojuca".

O que se sabe ao certo é que, a partir de 1642, os franciscanos tiveram o seu oratório em Ipojuca, por ordem do capítulo celebrado na Bahia, sob a presidência do custódio frei Francisco das Neves (16).

A provável cooperação dos franciscanos na insurreição ipojucana esclarece a ordem de prisão que os bátavos expediram contra frei Luís, a 12 de junho de 1645. Por ocasião do vitorioso levante ipojucano, 17 de junho de 1645, o convento de Santo Antônio se transformou de quartel em prisão dos holandeses (17), e embora, por alguns dias, a sorte voltasse a ser favorável aos invasores, soaria em breve a hora da libertação definitiva (18), voltando o convento ao seu sagrado fim de abrigar os soldados da milícia seráfica (19). Não quer isto dizer que, de uma vez por tôdas, houvessem acabado os horrores da guerra. Ainda em 1647, encontrava-se prêso frei Mateus de Ipojuca, sendo intimado diversas vêzes a revelar determinados segrêdos às autoridades holandesas (20). Meses depois, resolvia-se mandar uma carta pela qual frei Mateus seria permutado pelo capitão Ghyselinge, e frei João da Cruz pelo predicante Anstetten (21).

Êstes dados provam suficientemente que os franciscanos de Ipojuca tiveram parte relevante nas memoráveis façanhas da chamada sorte de exílio e prisão, como também a plena satisfação pela causa vitoriosa do Brasil católico.

CAPÍTULO IX — HERÓIS NO REINO DA VIRTUDE

A solidão é escola sublime: familiariza-nos com Deus, depura o coração, suaviza o caráter e retempera e experimenta a raça dos esforçados.

Não se retirou para o deserto o Salvador, antes de iniciar sua vida pública ? Não é após longos dias passados na prece, na meditação e nas lágrimas, no interior de uma caverna da Umbria, qeu São Francisco de Assis se embrenha nas árduas vias da pobreza e se consagra à evangelização apostólica ? Não é ao sair de seu retiro de Monte Paulo que Santo Antônio trava combate com a heresia e os males de sua época ?

Pródiga é a história dos santos em exemplos análogos. Do modesto convento de Ipojuca sairam também êsses atletas da virtude. De um tronco tão viçoso da seiva de santidade como é o franciscano, não podiam deixar de brotar aqueles florões esplêndidos que perpetuam a glória da Ordem Seráfica.

"Foi um dêstes frei Gaspar de Santo Antônio a quem nesta custódia chamavam o Primogênito, por ser o primeiro que nela tomou hábito e nesta casa pôs têrmo aos dias com opinião de virtude e religioso perfeito. No século,... foi pessoa nobre, natural das Cachoeiras junto a Alenquer.

Passou à Africa com El-rei D. Sebastião e depois ao Brasil, no ano de 1585. Neste mesmo, haviam chegado a Olinda os Padres Fundadores e assistindo êstes ainda no seu oratório junto à Santa Casa da Misericórdia, neste lançou o hábito o Padre Custódio frei Melchior a frei Gaspar para religioso leigo, aos 16 de setembro, diz a memória que seguimos, e passados os Religiosos para a casa da Senhora das Neves a 4 de outubro dêste próprio ano, nela continuou o seu noviciado, fazendo a profissão, véspera do nascimento do Senhor do ano seguinte de 1586...

Foi na religião um exatíssimo exemplar de tôdas as virtudes, como quem a havia seguido já desenganado das inconstâncias do mundo. Na pobreza foi singular, e na abstinência tão rigoroso que assim na quaresma da Igreja como nas da Santa Regra, três dias da semana não gastava de outro manjar mais que uma pouca de farinha da terra, e o mesmo guardava em os jejuns particulares de sua devoção, e não deixava de ser isto de grande reparo por ser conhecido de poucas fôrças e de compleição fraca.

Sendo sujeito prático em tôdas as virtudes, na da santa oração foi tão contínuo que gastava nela muitas horas do dia e outras da noite e sempre com as mãos levantadas, sem se aproveitar de encôsto algum, ainda depois de muito velho e cheio de chagas e outros achaques.

Além dos ofícios humildes da Ordem o seu mais ordinário foi o de hortelão em que se ocupou até a morte, cuidando não só das hortaliças para a comunidade, mas com particular desvêlo, das flôres e hervas cheirosas para o culto divino, de que êle mesmo tinha o cuidado, colhendo-as e aplicando-as à igreja e altares.

Foi devotíssimo do mistério inefável do nascimento de Cristo, fazendo naqueles dias além das suas particulares devoções algum passo de Deus Menino em Belém, para mover aos Religiosos o maior afeto a êste mistério; e ali lhe dizia êle alguns louvores e fazia suas devotas representações ainda depois de muito velho, com 93 anos de idade e 50 de hábito estando os últimos por morador dêste convento, neste faleceu no de 1635, com aquela opinião de virtuoso e perfeito que lhe haviam adquirido a sua inocente vida e boas obras" (1).

Ao ensejo do tricentenário de sua morte, recebeu o nosso herói uma lousa comemorativa que diz aos visitantes do claustro ipojucano:

FREI GASPAR DE ST.º ANTÔNIO

Primeiro franciscano brasileiro

† 1635

Outro exemplo de penitência e santidade vamos encontrar no irmão frei Manuel do Rosário. Ainda moço, e colhido pela enfermidade que o levaria ao túmulo, ansiava pela hora de ir gozar no céu o prêmio de suas virtudes.

Enquanto isso, o irmão frei Francisco da Madre de Deus, também esforçado nas virtudes que transformam o homem,

rezava piedosamente, na capela mor, pela saúde de seu cliente, pois era enfermeiro da comunidade:

"... achavam-se na cela do enfêrmo vários religiosos, chamados para o ofício da agonia, quando o moribundo, com as lágrimas nos olhos, levantou a voz, pedindo aos que presentes estavam, fôssem dizer a frei Francisco, o enfermeiro, o deixasse ir e não lhe impedisse o favor que Deus lhe fazia de o levar para si e gozar da sua glória como esperava" (2).

Um religioso que foi à procura de frei Francisco achou-o aos pés do Santíssimo. Interrogando-o sôbre o objeto da oração confessou êle depois de alguma hesitação, que pedia a Deus, "que desse a vida àquele enfêrmo, porque era moço e podia servir à Religião muitos anos. "Por isso, acrescentou o religioso, se queixa frei Manuel e vos manda pedir o deixeis seguir seu caminho e gozar da bem-aventurança que espera de Deus pela sua misericórdia".

"Pois se quer morrer, respondeu o enfermeiro, vamô-lo ajudar", chegou à cela do enfêrmo e ajudando-o com palavras de espiritual conforto e consolação e confiança verdadeira em Deus entregou nas mãos do Senhor a sua ditosa alma", no ano de 1645 (3). Que nobre duelo da mais santa caridade fraternal.

Entre os heróis da virtude, salienta-se ainda frei Antônio das Chagas, cuja memória foi perpetuada pela crônica nos seguintes têrmos:

"De vida áustera, penitente e observantíssimo da nossa santa Regra, por cujo motivo o demônio querendo jogar dêle pela janela... fôra com tanta sutileza que não esbarrou nem quebrou coisa alguma das que se achavam na dita janela; e com essa queda quebrou pernas e braços, e disso e da moléstia antiga que era um câncer no rosto que há anos padecia sem remédio mais que a sua invicta paciência, e veio a morrer e se sepultou em cova virgem; e para o tempo vindouro se faz agora memória notada de todo o referido que passou em tempo do irmão guardião frei Alexandre de Santa Maria o qual governou êste

convento de 1764-1768; e no seu tempo de govêrno faleceu o dito religioso leigo...

O ministro provincial, frei Feliciano de Jesus, em 1768, mandou se notasse a sepultura como de fato está notada em uma cabeça com estas letras: F. A. 1766 — e vem a ser a quarta inclusive principiando da porta da clausura, pela quadra direita em que se sepultam os religiosos, em 5 de novembro de 1766" (4).

O reino da virtude encontrou na solidão do claustro ipojucano seus adeptos mais lídimos. Longa seria a lista dos servos de Deus aqui abrigados no decorrer de 350 anos. Não contasse com outras glórias êste vetusto convento, teria ainda assim plenamente cumprido sua missão de escola de santidade.

CAPíTULO X — O MILAGROSO SR. SANTO CRISTO

Há santuários que perpetuam a passagem de Nosso Senhor, de Maria Santíssima ou de diferentes santos, destacando-se entre êles os lugares santos da Palestina. Também as relíquias dos santos são alvos de peregrinações e devoções particulares. Raros são os santuários que devem sua origem a aparições extraordinárias, como, por exemplo, Lourdes e Fátima. Afinal, em todo o mundo cristão encontramos imagens milagrosas, que atraem romeiros de perto e de longe.

Ipojuca tornou-se a terra de Santo Cristo em 1663, ano em que a imagem milagrosa deve ter vindo de Portugal. Do reino vieram também as principais devoções, como preciosa herança materna, que os filhos conservam com carinho.

A devoção nascida no Calvário e reavivada por S. Francisco no Monte Alverne encontrou um ninho caloroso na modesta igreja conventual de Ipojuca. Teatro de cenas bélicas durante a guerra holandesa devia o convento receber a recompensa pela atitude dos franciscanos, e na luta contra a heresia calvinista dos invasores. Enquanto os vencedores levantaram templos votivos a N. S.ª dos Prazeres e a outros santos, em Ipojuca o Sr. Santo Cristo escolheu o santuário onde seria adorado e

invocado. Canta o vate ipojucano Domingos de Albuquerque, e com êle entoam os peregrinos:

Santo Cristo, por tua vontade,
Tua imagem sagrada escolheu
A pobreza de nossa cidadc,
O convívio do povo plebeu.

Em defesa da Igreja lutaram
Nossos pais, contra o hereje invasor,
Vencedores, em paga alcançaram
Cristo-Rei, o teu trono de amor.

Sôbre a origem desta devoção e a vinda da imagem milagrosa, faltam-nos dados históricos. A crônica franciscana de Ipojuca limita-se a dois têrmos que descrevem as cerimônias de aposição da primeira pedra e de inauguração do santuário. Nenhuma referência a casos excepcionais, milagres ou graças inauditas, nenhum relato sensacionalista ou juizo adiantado procuram influenciar a opinião pública e, destarte, acelerar a aprovação da Igreja.

Contentemo-nos, pois, com os dados críticos e indubitáveis que Jaboatão transcreveu do cartório franciscano de Ipojuca:

"Lembrança do dia, em que se botou a primeira pedra em o alicerce da capela do Bom Jesus que se fêz neste convento de Santo Antônio em a povoação de S. Miguel de Pojuca, a qual pedra foi conduzida por quatro sacerdotes seculares, em uma padiola da capela até o dito alicerce. Os clérigos foram os padres Francisco Dias Teixeira, Manuel Alves Pereira, Antônio Pereira e Francisco Martins. Esta pedra foi em procissão com a imagem do Menino Jesus sôbre ela; e depois de chegar ao alicerce a benzi eu frei Mateus da Presentação, sendo guardião do dito convento, e disseram as ladainhas e acabadas elas a puseram no alicerce, e foi assentada pelo pedreiro Pantaleão da Silva; e o capitão Francisco Dias Delgado ao assentar da

pedra botou no alicerce ao longo da pedra dez mil réis em moedas de selos os quais recebeu o dito pedreiro. Os que botaram a pedra em baixo fui eu, frei Mateus da Presentação, e o capitão Francisco Dias Delgado; e foi isto em um domingo quatro de novembro de 1663, e houve missa cantada pelos mesmos religiosos em a nossa capela sendo vigário provincial frei Gerardo dos Santos" (1).

Decorridos 22 meses após o lançamento da primeira pedra, celebrou-se com tôda a pompa a entronização da imagem milagrosa (2). Eis o respectivo têrmo, que Jaboatão foi encontrar no cartório do convento ipojucano:

"Lembrança do dia em que se colocou o Bom Jesus em sua capela, que foi a 14 de setembro de 1665, dia da Exaltação da Cruz em uma segunda feira. Veio em procissão da matriz para êste convento carregando o andor oito religiosos sacerdotes. Cantou a missa em a mesma capela o irmão pregador frei Bernardo da Encarnação, sendo comissário provincial o irmão frei Aleixo da Madre de Deus e pregou o irmão frei Daniel de S. Francisco, mestre de teologia e padre da Província, sendo guardião dêste convento de Pojuca o irmão pregador frei Mateus da Presentação" (3).

A presença da comissão provincial, como suprema autoridade da Ordem Franciscana em terras brasileiras, confere à cerimônia religiosa importância especial, garantindo à devoção e ao santuário sua plena aprovação.

Enquanto o cronista de Ipojuca lançava os têrmos nos anais do convento, o folklore revestia as figuras históricas de roupagem lendária, uma vez que o povo não se satisfaz com a mera história, mas atribui às imagens uma origem misteriosa.

No correr de cem anos, nada mais dizem as fontes históricas, continuando porém a lenda sua marcha de bôca em bôca, segundo nos contará em 1763 o historiador frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (4).

CAPÍTULO XI — FATOS E LENDAS

Historiador escrupuloso, não despreza Jaboatão as lendas que, ao gôsto dos romeiros no correr de um século ornaram os dados históricos, aliás insuficientes. É assim que, após estabelecer minuciosa genealogia da figura principal, relata êle a "tradição constante conservada entre os da família dos Albuquerques Maranhões" (1).

"Aos 29 de agôsto de 1660, professara neste convento de Pojuca, para frade leigo (2) frei Antônio de Santa Maria, filho de Matias de Albuquerque Maranhão" (3). São pois históricas as personagens que a lenda relaciona com a origem do culto e do santuário ipojucanos: frei Antônio e seu tio capitão Francisco Dias Delgado, dono do engenho vizinho Trapiche.

O jovem irmão franciscano fica encarregado de zelar o côro dos religiosos. É neste afã que, um belo dia, lhe acontece algo espantoso: A imagem do Crucificado, que pendia do grande nicho, não resiste aos toques do espanador, tão carcomida se acha; esprega-se dos cravos e, caindo no pavimento, se faz em pedaços. Sobressaltado e receoso do castigo certo, frei Antônio foge do convento em busca do tio Dias Delgado (4).

"Êste que era nosso irmão da confraternidade e particular benfeitor da casa o trouxe aos prelados, prometendo mandar vir do reino outra imagem. Para esta fêz recomendação ao seu procurador" (5).

Relatada a parte meramente humana da lenda, e afastada a punição disciplinar do sobrinho-frade pelo generoso capitão e terciário franciscano Dias Delgado, principia a cadeia de fatos miraculosos.

Esqueceu-se o procurador de mandar fazer a imagem, e "estando a frota daquele ano em vésperas de partir para Pernambuco, se foi ter com o tal procurador um homem dêle não conhecido, perguntando-lhe se queria alguma imagem do Santo Cristo" (6).

Êste fato extraordinário se baseia na procura freqüente de imagens do divino Crucificado para a colônia brasileira (7).

Veio-lhe então à memória a recomendação que tinha, e ordenou ao homem lhe trouxesse a imagem (8). Mas achou-a grande para o nicho. Ao descuido do irmão frei Antônio junta-se o esquecimento do procurador. Mas também êste tenta livrar-se de conseqüências desagradáveis, aceitando a imagem. "Quis ajustar o preço", mas o que a trazia lhe disse ficasse com ela até o outro dia e não voltou mais nem pôde vir em conhecimento do tal homem por algumas diligências que para isso fêz" (9).

A essa altura, não se limita ao que Jaboatão refere. Entre Portugal e o Brasil, cumpre incluir alguma cena de viagem marítima. Eis o navio, cujo destino era o Recife, compelido pela tempestade a recolher-se ao Pôrto das Galinhas, propriedade do capitão Dias Delgado, onde a imagem milagrosa é examinada por êste, e, como excede o tamanho desejado, é oferecida a outra igreja nas vizinhanças daquela praia.

A exemplo da arca da aliança, coloca-se a imagem do Senhor sôbre um carro de bois (10), indicando-se aos animais o caminho a tomar. Mas êstes se recusam a seguir o carreiro. Ciente do ocorrido, o capitão Dias Delgado ordena que se deixe aos irracionais tomar o rumo que quiserem.

Ora, os bois seguem em sentido contrário ao que se lhes marcara e tomam a estrada de Ipojuca, sem parar na viagem. Quem poderá duvidar de que o céu mesmo deu êste sinal ?

O carro de bois, com a preciosa carga, passa pelos canaviais onde a safra ocupa centenas de obreiros no corte e transporte de cana. Em breve, se propala o evento incomum entre o povo da redondeza. Muitos acompanham o raro préstito, para saber que destino tomara.

À chegada da imagem no seu paradeiro final, os ipojucanos, quer movidos por devoção, quer pela curiosidade, correm ao convento para contemplar a maravilha e certificar-se da veracidade do fato, e todos voltam rendendo graças ao Senhor (11).

Prossegue a narrativa do cronista franciscano, enaltecendo a proverbial generosidade do capitão Dias; pois êste se obriga a

mandar vir outra imagem para o nicho do côro, "como o fêz determinando juntamente fabricar à sua custa a capela para a sagrada imagem que logo entenderam ser prodigiosa" (12).

Já que a fama dos milagres acompanha a imagem desde Portugal, interpreta-se também como maravilha o encontro da cruz, "porque querendo fazer a cruz sem se buscar de propósito se achou uma árvore tão bem disposta com hástea e ramos que servindo êstes de braços se fêz a cruz inteira e tão proporcionada que a serem postiços os braços, não ficara tão bem disposta e perfeita".

Voltando ao terreno histórico, afirma Jaboatão: "É a cruz inteiriça, como fica dito e por novo exame ou revista que de presente se fêz, por instância nossa, se acha ser assim" (13).

Ouçamos agora os encômios que o autor do *Orbe Seráfico* dedica ao milagroso Crucificado de Ipojuca, ao ensejo do primeiro centenário de seu culto em terras de Santa Cruz: Localizado o santuário "ao lado da igreja à parte da epístola com seu arco de pedra lavrada na parede principal logo ao pé das grades", (14) sabemos que já então "é um dos santuários da maior veneração e o mais buscado das partes de Pernambuco; pois das *mais remotas* dêle e *ainda das outras capitanias* aqueles que pelas grandes distâncias não podem chegar pessoalmente a cumprir as suas romagens e votos aos pés do Senhor por esta sagrada imagem, não faltam com as devidas ofertas, e particulares esmolas, nem o Senhor por elas em lhes dar os justos despachos às suas súplicas e petições. Assim o estão publicando como troféus da sua grande misericórdia e piedade as mortalhas dos quase defuntos ou já julgados por mortos, as muletas dos aleijados, os pés e braços dos enfêrmos, pendentes das paredes da sua capela" (15).

É esta aa recomendação mais eloqüente que os romeiros levam da chamada "capela dos milagres", e que inspirou o cronista franciscano. Cada um dêsses milhares de peregrinos se sente profundamente impressionado ante a curiosa exposição de ex-votos.

Tanto no Antigo Testamento (16) como nos primórdios do cristianismo (17) os ex-votos exprimem gratidão, correspondendo seu pêso, não raro, ao das pessoas agraciadas, em cêra ou em metal precioso. A Igreja Católica, por sua vez, tolera estas expressões populares de reconhecimento, velando porém por que não degenerem em prejuízo da verdadeira fé, do mesmo modo que não condena as lendas piedosas, enquanto conformes à doutrina católica.

CAPÍTULO XII — FESTAS E ROMARIAS

A piedade popular escolheu a romaria como objetivo principal de sua crença e como expressão de amor aos santuários onde se veneram imagens milagrosas. A própria palavra penitência perde sua aspereza quando se trata de romaria, porque tudo que aí se passa traduz o propósito de testemunhar amor ao santo predileto. Os gregos, embora pagãos, visitavam o templo nacional de Delfi. Duzentos mil maometanos empreendem anualmente a romaria a Meca, cidade do profeta Maomé. Desde tempos imemoriais os judeus obedeciam à lei da peregrinação anual, cujo alvo era o templo de Jerusalém. A Igreja Católica nunca impôs o dever das romarias; entretanto, continuam essas expressões da piedade cristã, tanto nos jubileus de Roma, como nos santuários regionais.

A convicção que inspira os romeiros de todos os tempos baseia-se no princípio de que Deus se apraz em atender-nos de preferência em determinados lugares. Levado por essa crença, o romeiro submete-se aos sacrifícios de uma viagem penosa, enchendo-se de confiança e fé tão firmes que volta ao lar com a alma confortada para enfrentar de novo a luta da vida.

A romaria constitui, portanto, uma forma extraordinária de praticar a religião, e como tal é enriquecida de indulgências pelo Santo Padre (1). Outrossim, vela a Igreja sôbre êsse exercício piedoso, para preservá-lo de usos supersticiosos ou fanáticos, e de intenções secundárias que contrariem o fim principal.

É longa a jornada que a peregrinação cristã tem realizado desde os seus primórdios nos lugares memoráveis pela vida, paixão e morte do Salvador, até aos santuários atualmente espalhados no mundo cristão. Em meados do século terceiro da nossa era, já os sepulcros dos santos mártires atraiam os peregrinos, datando também dêsse tempo a procura de relíquias do Santo Lenho e dos Santos, e dando estas origem a novos santuários como, por exemplo, o de Santiago de Compostela, que, depois de Jerusalém e de Roma, chegou a constituir o maior centro de peregrinações.

Quando, afinal, ao têrmo do século V, as primeiras imagens sagradas penetraram no culto da Igreja Católica, não tardou a aparição de imagens milagrosas, multiplicando-se os santuários em tôda parte(2).

Eis-nos, pois, no santuário de Ipojuca, reputado "o mais buscado das partes de Pernambuco" (3). e aonde em princípios do século passado — segundo testemunho de frei Sebastião de Jesus — chegavam romeiros em todos os dias do ano e vindos até do sertão (4). Enquanto nos outros santuários as romarias coincidiam geralmente com a festa principal (5), em Ipojuca a comunidade religiosa celebrava várias festas atraindo os perregrinos durante todo o ano.

Eram famosas as cerimônias da Semana Santa, com as numerosas figuras que se podiam ver no descimento e na procissão do entêrro (6), para solenizar êsses atos, com a presença dos donos de engenhos na povoação.

A festa principal do Sr. Santo Cristo deve remontar aos primeiros anos da devoção ipojucana, assim como, cem anos depois, aconteceria em Sirinhaem com a imagem milagrosa do Santo Cristo das Necessidades; pois, entronizada em seu altar em 1755, teve a primeira festa no dia santo dos Reis Magos de 1761 (7). Sôbre a solenidade máxima do santuário ipojucano, lemos a lacônica notícia: "Celebra-se a festa do Sr. St.º Cristo ao primeiro do ano, dia do nome de Jesus (8) e deve ter tido lugar sem interrupção porque a crônica franciscana, tão parca

em referir algo do santuário, não pôde deixar de noticiar o acontecimento verificado durante a gestão do guardião frei José de Santa Maria: "A 1.º de janeiro de 1848, não pôde ser celebrada a festa tradicional, porque neste tempo tornou-se o convento quartel de tropas, houve tiroteio no mesmo convento e o Senhor Francisco do Rego Barros converteu-o também em prisão" (9).

Datam do século passado os primeiros sinais de indulgências e estampas religiosas do Santuário. Entre as estampas de bom trabalho, gravadas por Antônio de Sousa Matos existe uma autenticada com sua assinatura: "a venerável imagem do Sr. St.º Cristo ereta no convento de St.º Antônio da povoação de Ipojuca" (10). Da mesma época (meados do século XIX) deve datar a indulgência de quarenta dias que o então bispo de Pernambuco, d. João da Purificação Perdigão Marques, concedeu a quem rezasse um Padre Nosso, uma Ave Maria e uma Glória, aos pés da imagem milagrosa, conforme se lê nas gravuras daquele tempo, ainda existentes, em duas execuções de desenho parecidas uma com a outra (11).

A feitura das estampas religiosas e a primeira indulgência, de que temos notícia, demonstram que da parte dos guardiães de Ipojuca não faltava interêsse pelo culto da imagem milagrosa, continuasse embora silenciosa a crônica.

Também o govêrno da província franciscana deu mostras de paternal vigilância sôbre o culto observado no santuário. Reinava em muitas igrejas do Brasil o costume de expor o Santíssimo Sacramento sôbre o peito das imagens do Crucificado, sendo o respectivo relicário pendurado no pescoço da imagem milagrosa. Contra êsse uso falam as determinações capitulares: "Sabendo que o dito procedimento é oposto ao espírito e leis da Santa Igreja... se ordena que o Revmo. Guardião do mencionado convento não consinta dora em diante a dita exposição, como até agora se costumava praticar, mas sim em uma custódia diante e colocada no trono da capela-mor, onde segundo as determinações da Igreja deve ter o ato religioso pelo motivo de estar exposto o Smo. Sacramento" (12).

Embora ao santuário por sua vez ameaçassem três decênios de crise e decadência, o culto do milagroso Redentor se achava tão arraigado nos corações dos devotos que os protegia contra as tempestades iminentes.

CAPÍTULO XIII — A VENERÁVEL O. 3.ª DE S. FRANCISCO

Além das Ordens dos Frades Menores (Franciscanos) e Clarissas, fundou S. Francisco a chamada Ordem Terceira, para aquêles que, não podendo abraçar a vida estritamente religiosa, desejassem seguir o ideal franciscano no século. O fim dessa Ordem Terceira é a santificação das famílias cristãs.

É óbvio que todo convento franciscano procure agregar à sua igreja uma fraternidade terciária.

O primeiro irmão terceiro de quem temos notícia em Ipojuca é o capitão Francisco Dias Delgado, conforme refere Jaboatão (1). Não se sabe se tomou o hábito da penitência em Portugal ou em Olinda (2).

Sôbre a fundação da fraternidade terciária de Ipojuca, não temos dados exatos. Informa o *Novo Orbe Sefárico*: "Na Congregação de 16 de junho de 1703, se nomeou o primeiro Comissário dos Terceiros para êsse Convento. Se antes disto haviam já ali alguns Irmãos desta Venerável Ordem, dirigidos pelos Prelados e Guardiães da casa, não temos certeza. Tomaram por titular o Glorioso S. Roque, e a sua imagem se acha colocada no altar do Sr. Santo Cristo, sem mais ato algum da sua Ordem que tomarem hábitos, professarem, fazerem eleição de ministro e mais ofícios e celebrarem a festa do seu santo titular no outro dia depois que se soleniza a do Sr. Santo Cristo, por ser esta a ocasião de maior concurso de gente no lugar" (3).

A esta breve informação, juntamos outra, menos animadora ainda, que data do princípio do século XIX: "consta-nos que já hoje nada disto fazem (do que Jaboatão apontou acima) o que não obstante sempre se nomearam comissários". E, falando sôbre a imagem do padroeiro que ainda se acha no altar do

Sr. Santo Cristo diz o texto: "sem até agora fazerem capela" (4).

Nenhum outro documento relativo à O. 3.ª de Ipojuca não chegou ao nosso conhecimento. Apenas a imagem de S. Roque sobreviveu à Fraternidade extinta no século passado.

Por deprimentes que pareçam as parcas notícias, não podemos considerar a O. 3.ª uma fundação malograda. Desconhecemos as pérolas de virtude que terão adornado a humilde e pobre fraternidade, durante o primeiro século de sua existência.

Enquanto em terras brasileiras a decadência da O. 3.ª acompanhava a dos próprios franciscanos, faziam-se ouvir no Vaticano os apelos pontifícios em favor da Venerável Ordem reformada em 1883. Escrevia o Papa da Questão Social: "Estamos persuadidos de que a Ordem Terceira é o remédio mais eficaz para extirpar os males em que se debate a nossa sociedade atual e o meio mais apto para levar o mundo à verdadeira observância do Evangelho" (5). Daí a conclusão: "É nosso desejo que tôdas as famílias se inscrevam na O. 3.ª" (6) e a ordem transmitida à imprensa franciscana: "Consagrai-vos a propagar, com tôdas as vossas fôrças, a O. 3.ª, porque ela há de regenerar o mundo" (7), pois "assim como a O. 3.ª em tempo do seu fundador S. Francisco reformou o mundo assim também agora o há de regenerar" (8).

Dando mais ênfase ao seu convite, afirma o mesmo Papa Leão XIII: "Não sem inspiração de Deus temos recomendado uma e outra vez êste instituto, porque a O. 3.ª não é outra coisa senão a vida cristã bem entendida" (9).

À vista de tantas recomendações pontifícias, não admira que o guardião de Ipojuca, frei Adalberto Kirschbaum, procedesse à fundação de nova fraternidade terciária, a 4 de outubro de 1896. Embora o número dos irmãos fôsse sempre reduzido, pode a nova fraternidade gabar-se de grandes realizações na instrução religiosa da juventude, na assistência aos pobres e doentes como na solenização do culto divino. Mais ou menos 120 irmãos chegaram a professar, a partir de 1897 (10).

Damos a seguir a relação dos padres comissários da O. 3.ª de Ipojuca (11) :

1. 1703 Hilário da Visitação
2. 1709 Jerônimo da Graça
3. 1710 Eugênio da Natividade
4. 1712 Manuel de St.º Antônio
5. 1714 José dos Prazeres, Pres. (12)
6. 1718 Manuel da Piedade
7. 1719 Antônio da Glória
8. 1721 Dionísio da Madre de Deus
9. 1723 João do Pai Eterno
10. 1726 Manuel do Nascimento
11. 1727 Nicolau do Paraíso
12. 1729 Luís de São Boaventura
13. 1730 Eugênio do Espírito Santo
14. 1732 João do Bom Jesus
15. 1733 José de Santa Joana
16. 1735 Nicolau do Paraíso
17. 1739 José de Santa Joana
18. 1741 Ludovico da Purificação
19. 1742 Francisco de Santa Tereza
20. 1743 Manuel de Santo Agostinho
21. 1745 João do Bom Jesus
22. 1751 João de Santa Ângela, Lente
23. 1757 Antônio da Purificação
24. 1760 Fernando de St.º Antônio
25. 1761 André de São Luís
26. 1763 Zacarias de Jesus Maria
27. 1766 Marçal da Vitória
28. 1768 Antônio da Conceição Maria
29. 1771 Matias de Santa Úrsula
30. 1772 Antônio de São Félix
31. 1774 José de São Luís
32. 1779 Francisco Solano
33. 1785 Manuel de Santa Rita
34. 1787 Manuel da Ressurreição Seixas
35. 1789 Manuel de Santo Antônio
36. 1793 Manuel de Santa Teresa Miranda
37. 1798 João de Santo Afonso
38. 1800 Antônio de São Félix
39. 1801 Manuel dos Querubins, G (13)

40. 1802 Manuel de Santa Rita Nunes, G
41. 1805 Boaventura da Sagrada Família
42. 1807 Caetano de Santa Engrácia
43. 1808 Joaquim da Purificação, G
44. 1810 José da Conceição Molina, G
45. 1811 Manuel de Santa Miquelina, G
46. 1814 Custódio de Santa Rosa Galvão, G
47. 1816 Boaventura da Sagrada Família
48. 1817 Manuel da Conceição de Maria, G
49. 1819 Jerônimo de S. Pedro de Alcântara, G
50. 1820 Manuel de Santa Rita (Campelo) Morais, G
51. 1824 Joaquim de Santa Escolástica, G
52. 1827 Tomás de Aquino, G
53. 1828 Francisco Xavier da Conceição
54. 1829 Jerônimo do Patrocínio de São José, Pres.
55. 1831 Francisco de São José Magalhães, G
56. 1832 Jerônimo do Patrocínio de São José, G
57. 1835 Francisco de Santo Inácio, G
58. 1838 João Batista do Espírito Santo, Pres.
59. 1841 José de Santa Maria Fonseca
60. 1844 José de Santa Leocádia Mota, G

A partir de 1844, o cargo de comissário dos Terceiros tem sido confiado ao guardião do convento, excetuando-se o período de 1860 a 1862. em que o exerceu frei José de Santa Leocádia Mota. Veja-se a relação dos padres superiores, no capítulo XXIV dêste trabalho.

CAPÍTULO XIV — IRMANDADE DE SÃO BENEDITO

Constituída de gente humilde, cumpriu sua alta missão religiosa e social a Irmandade de S. Benedito, estabelecida no convento de Ipojuca.

Desde que, na primeira metade do século XVI, começou o tráfico entre a África e o Brasil (1) surgiu para a Igreja Católica o dificílimo encargo de familiarizar os fetichistas com a verdadeira religião. e afastá-los aos poucos das supertições africanas. missão essa que se tornou tanto mais árdua quanto os cativos arrancados à sua pátria, privados da liberdade e sujeitos

à vontade de outros, se oporiam naturalmente à religião de quem os escravizara.

Bem cedo, os filhos de S. Francisco encetaram seu apostolado entre os pobres filhos da África, trazidos para o Brasil. Principalmente nas praças de Salvador e Recife, os franciscanos desenvolveram intensa atividade para minorar a dor alheia, vendo-se estimulados a redobrar seus esforços, pela carta régia de 27 de abril de 1719 (2).

Mas também no interior das capitanias, e particularmente na zona açucareira, os capuchos se apiedaram dos cativos. Os engenhos, cada vez mais numerosos, não podiam dispensar o braço do negro. Ipojuca, já durante a guerra holandesa, contava de 13 para 15 engenhos (3), superando no século XIX o número de 50.

Além da cura de almas exercida pelos capelães de engenho entre os escravos (4), os franciscanos lançaram mão de uma irmandade própria para os negros, sob o patrocínio de São Benedito, o Prêto.

No ano de 1589, falecera êsse santo franciscano em Palermo, sendo desde logo venerado em tôda a Itália. Em 1613, o servo de Deus já encontrava devotos no Rio de Janeiro e, em 1623, sua imagem se achava exposta à veneração, junto à de Santo Antônio no convento franciscano da Bahia. Desde 1686, a irmandade de S. Benedito da Bahia tem os estatutos aprovados pelo arcebispo franciscano d. frei João da Madre de Deus (5). Seguiu-se a ereção dessa irmandade em outros conventos, datando de 1753 a aprovação dos estatutos no Recife (6).

Como já então existisse a irmandade em Sirinhaém (7), é de supor que Ipojuca não deixasse de ter a sua.

Canônicamente, pertenciam os irmãos de S. Benedito à Confraria dos Cordígeros de S. Francisco (8). Criada para gente de côr, não deixava a irmandade de receber irmãos brancos, como sócios honorários, conforme ainda hoje é praxe na irmandade sobrevivente no convento de S. Francisco da Bahia.

O santo de côr atraia os escravos, reunindo-os nas festas da irmandade e para mútua assistência social. Filho de escravos

fôra o santo padroeiro dos negros, invocado como confidente na dura existência de seus protegidos, servindo-lhes ao mesmo tempo como exemplo do trabalho manual santificado, segundo testemunha a imagem a representar o santo cozinheiro com o pilão, que até hoje se conserva na capela de N. S.ª do Livramento dos Homens Pardos de Ipojuca.

Fiel à tradição secular, Ipojuca festeja o santo prêto a 31 de dezembro, véspera da solenidade do Sr. Santo Cristo (9) realizando-se dias antes a famosa festa de S. Benedito no vizinho engenho Massangana, onde Joaquim Nabuco se apaixonou pelo ideal abolicionista.

Até o presente, é a imagem de S. Benedito que abre o préstito nas grandes procissões de Ipojuca, preito de gratidão para com o humilde irmão franciscano cuja popularidade contribuiu de modo particular para irmanar as duas raças principais que hoje povoam o Brasil.

Extinta desde fins do século passado a irmandade de São Benedito de Ipojuca, sua influência e a veneração do povo perduram no santuário ipojucano e nos arredores. Os remanescentes do fetichismo africano, ainda que existam aqui e acolá, em Ipojuca não tomam as proporções observadas em outras zonas. O que Santo Antônio foi durante a guerra holandesa, para a defesa e conservação da religião católica em todo o Nordeste, o mesmo representam as irmandades de S. Benedito, do Rosário e do Livramento, para penetração do credo católico no meio dos nossos homens de côr (10).

CAPÍTULO XV — ESCRAVOS DO CONVENTO

Poucas notas históricas relatam a existência de escravos no convento de Ipojuca. O guardião frei João do Pilar (1718-1719) adquiriu quatro negros, levantando uma senzala para os escravos casados (1), na atual rua do convento (2). Em 1796, contava o convento onze escravos (3). À medida que os conventos do Brasil se despovoavam, diminuia também o número dos seus escravos, até que o capítulo provincial de 7 de dezembro de

1872, num rasgo de generosidade, alforriou todos quantos ainda existiam nas casas da província de Santo Antônio (4).

Aliáis, as leis da província franciscana sempre garantiram tratamento humano aos escravos dos conventos; o capítulo provincial de 7 de janeiro de 1741 renovava a determinação de ser celebrada missa pelo descanso eterno de cada escravo falecido (5).

Não admira que em tais condições os escravos sentissem menos a falta da preciosa liberdade, reputando-se servos dos santos e prestando de bom grado seus trabalhos nos diversos ofícios que exerciam com rara habilidade.

Hoje em dia, estranhamos que até os conventos possuíssem escravos; não só os franciscanos senão também as demais ordens religiosas. Quando estas se estabeleceram no Brasil, já encontraram a escravidão introduzida, do mesmo modo que em Portugal havia cativos negros desde o descobrimento e a exploração da costa ocidental da África central (1416) (6).

O motivo principal por que os religiosos ocupavam o braço do negro, residia na grande falta de irmãos leigos. Enquanto as vocações sacerdotais brasileiras em tôdas as ordens eram suficientes, notava-se entretanto a escassez de irmãos, porque o trabalho manual era desprezado como indigno de homem livre, conceito errôneo que fôra refutado pelo próprio Cristo-Operário.

CAPÍTULO XVI — PORTADORES DE CULTURA

Desde a origem da vida monacal, figuram os mosteiros como sementeiras da cultura. Basta citar as obras de literatura antiga, salvas pelos monjes da Europa. No Brasil, salta logo à vista a importância dos conventos no domínio cultural.

A começar pelos livros-crônicas dos conventos e das províncias franciscanas, como por exemplo o *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, de frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, notamos quanto valem as notícias que narram tanto a vida dos mosteiros quanto a dos povoados e a da nação.

Além do "livro dos guardiães" existiam em cada convento os livros de: 1, óbitos; 2, determinações capitulares; 3, entradas

e profissões; 4, inventários; 5, receitas e despesas, etc. (1). Entretanto são raros os livros que sobreviveram à extinção das ordens religiosas, iniciada pelo anticlerical marquês de Pombal e completada pelo império brasileiro. Se outro motivo não houvesse para condenar a supressão das Ordens, seria suficiente o da irremediável perda de valores artísticos e históricos, triste conseqüência do fechamento de tantos conventos.

No vetusto convento de Ipojuca foi que frei Antônio do Rosário, em 1702, prefaciou o seu livro *Carta de marear*, comparando a vida do cristão à do marinheiro, e aplicando a todos os perigos as devidas precauções a serem tomadas.

Apesar da pobreza que reinava na província de Santo Antônio, o convento de Ipojuca dispunha de modesta biblioteca, apresentando em 1648 duzentos volumes, dos quais onze pertenciam ao convento da Paraíba. Dois volumes consistiam em obras de S. Bernardo, em cinco outros estavam as de Santo Agostinho, dois grandes e novos tomos tratavam de moral, e cinco das partes da sagrada teologia (2).

Desde o comêço, o convento ipojucano se constituiu em centro da piedade popular. Contribuiu para isso a armação do presépio natalino que achou um fervoroso fautor na pessoa do irmão frei Gaspar de Santo Antônio, aí falecido em 1635. O mistério de Belém, que S. Francisco celebrara com tanta solenidade em Grécio, tornou-se em breve a festa mais querida do Brasil-colônia (3).

A impressão mais profunda, exerciam-na, ao lado dos professôres de quem trataremos adiante, os pregadores e cantores eclesiásticos. A memória e a fantasia despreocupadas dos nossos avoengos guardavam, por meses, senão anos seguidos, os trechos mais impressionantes dos sermões ouvidos ao ensejo das peregrinações. O canto litúrgico, executado pelo côro dos religiosos, transportava os romeiros, em espírito, às regiões celestes, tornando-lhes inesquecíveis as horas passadas aos pés da imagem milagrosa, e despertando nêles o gosto pelas artes sacras.

Serviços de pioneiros prestaram os franciscanos na arquitetura e nos ofícios a esta ligados. Um frade arquiteto (4),

provàvelmente frei Francisco dos Santos, delineou a planta do convento ipojucano, enquanto os irmãos executavam as obras, ajudados pelos filhos da terra. No decorrer de dois séculos, os irmãos vindos de Portugal praticavam e ensinavam os ofícios em nossos conventos, sendo, de 1895 em diante, revezados por irmãos artistas alemães.

Seja pelas imagens de barro feitas por frei Francisco dos Santos, seja pelos serviços de cantaria, as obras de marcenaria e os quadros a óleo, quer antigos, quer modernos, sempre admiramos os franciscanos portadores e fautores da cultura, homens de Deus que, além de tudo, ensinaram nossa gente a prezar o trabalho manual e a amar as artes.

CAPÍTULO XVII — PADRE-MESTRE FRANCISCANO

A Ordem franciscana dedica-se principalmente à cura das almas, sendo o ensino, para ela, atividade de exceção. Mas, sob o ponto de vista intelectual, a influência do Frade Menor não foi menos decisiva nem menos fascinadora. Historiadores e pensadores timbram em enaltecer as instituições franciscanas, assinalando a ação benéfica por elas exercida na alvorada do Brasil-colônia.

Se Cabral descobriu a terra, o missionário franciscano civilizou nossa gente, evangelizando-a. Qual dessas tarefas é mais gloriosa ? A quem bendirão mais os povos ? Ao descobridor que os avassalou e lhes levou, como tributo, o ouro de suas minas e a riqueza de suas terras, ou ao missionário que, sôbre deixar-lhes tudo isso, os ensinou a ser felizes, na posse de um novo reino que êles não conheciam ?

Por isto, se a pátria que deu a Cabral uma armada o honrou porque êle dilatou seu território, o Brasil bendiz o franciscano que lhe deu o tesouro da fé.

O apostolado dos filhos do Poverello de Assis não se limitou à conquista de almas. Foi além : o franciscano se tornou mestre-escola. E ensinar a língua de um povo não é menos nobre do que imprimir no bronze ou no mármore, as façanhas do braço ou

dar expansão ao gênio guerreiro, brandindo a espada que derruba corpos, mas não infunde civilização.

No Brasil tiveram os franciscanos de exercer o mister de professor, dada a carência de mestre-escolas.

Na história de Ipojuca, aparece o primeiro professor na pessoa de Antônio de Brito, natural de Olinda, e até 1594 residente em Ipojuca, de onde se retirou para o Recife. Solteiro, com trinta anos de idade, ensina os moços a ler e escrever, donde conclui o editor da *Primeira Visitação do Santo Ofício* que Antônio de Brito, até então, era mestre-escola em Ipojuca (1).

Desde que houve capelães nos engenhos, êstes se encarregavam também do ensino entre os filhos da casa grande (2). No engenho de Tabatinga já encontramos um capelão em 1591 (3).

Nos povoados do interior, os pais lutavam com dificuldades para mandar ensinar aos filhos, impossibilitados que se achavam de os entregar a professôres do Recife como também de manter mestres pagos no interior (4).

Abria-se pois aos franciscanos um campo de atividade meritória. Os pais lhes confiavam seus filhos para o estudos das ciências elementares, e o pai divino lhos entregava para o estudo das verdades eternas.

Sòmente em 1719, aparece ligeira notícia sôbre o ensino elementar ministrado pelos franciscanos: "Também há neste convento classe de gramática para os filhos dos seculares, para o que se nomeou o primeiro mestre no capítulo provincial de 30 de dezembro de 1719, sem estipêndio algum e só a benefício do povo" (5).

Durante quarenta anos, funcionou essa escola franciscana a contento dos ipojucanos, até que o capítulo provincial de 1760 deixou de nomear mestres para os diversos estabelecimentos da Bahia e de Pernambuco. Um alvará régio proibira aos franciscanos da Província de Santo Antônio o ensino de gramática. Sòmente com licença da Câmara ou do juiz ordinário poderiam continuar a funcionar as escolas. À falta da Câmara, seriam os diretores de estudos a autoridade competente (6).

Não obstante, quase tôdas as escolas franciscanas prosseguiram em seu benemérito apostolado, à mingua de professôres seculares (7). Apenas em 1785 as escolas públicas chegaram a substituir as dos religiosos.

Proibidos de ensinar pelo marquês do Pombal, receberam os franciscanos convite para abrir escolas de latim, da parte do govêrno imperial, em 1827. De bom grado atenderam, vendo porém sua boa vontade mal remunerada pela incompreensão do povo. Dentro em berve, tôdas as escolas de latim, inclusive as gratuitas, se fecharam por falta de alunos (8).

Quando, em 1895, foram os franciscanos encarregados da paróquia de S. Miguel de Ipojuca, aí fundaram duas escolas gratuitas, uma para cada sexo; "quais ainda hoje prestam relevantes benefícios aos pobres". Foram seus primeiros professôres os clérigos franciscanos frei André Noirhomme, professor diplomado na Alemanha, e frei Nicodemos Grundhoff. Embora no correr dos anos se tornasse impossível ocupar os religiosos no ensino primário, a direção das escolas tem sido confiada ao vigário franciscano até nossos dias (9).

Entre os fatores que contribuiram para o soerguimento da paróquia de Ipojuca, têm lugar de destaque as escolas fundadas pelo primeiro vigário franciscano, frei Adalberto Kirschbaum, e freqüentadas por três gerações.

CAPÍTULO XVIII — FRANCISCANOS, FILHOS DE IPOJUCA

A vida modelar e os trabalhos apostólicos dos franciscanos cedo exerceram benéfica influência sôbre a juventude ipojucana, atraindo-a para a milícia seráfica. Dentre os ipojucanos alistados na Ordem franciscana, destacamos três pela atuação que tiveram na Província de Santo Antônio.

Frei Antônio de Santa Clara

O capítulo celebrado em fins de 1633, no convento de Ipojuca, elegeu entre outros franciscanos, a frei Cosme de São

Damião e frei Antônio de Santa Clara, custódio e definidor, respectivamente, da Custódia de Santo Antônio (1). Êsses dois "pais da Custódia" haviam passado parte da juventude na mesma zona açucareira pernambucana, frei Cosme como simples trabalhador de enxada, no Engenho Velho de João Pais Barreto, e frei Antônio, na companhia de seus pais Cosme Dias da Fonseca e D. Mécia de Moura, donos dos engenhos Tabatinga e Salgado (2).

Ambos sentiram o chamamento da graça pelo freqüente contacto com os franciscanos de Olinda, que pediam esmolas nos engenhos. João Pais Barreto favoreceu a vocação de seu fiel empregado português, que desde muito abandonara os sonhos aventureiros de emigrante. Frei Antônio, por sua vez, renunciando ao futuro que sua nobre linhagem lhe prometia, encontrava todo o apoio da parte de seus pais.

Tabatinga, com sua capela de Santa Luzia, foi o primeiro engenho ipojucano a manter um capelão próprio, desde fins do século XVI (3). Segundo o costume do tempo, o padre Cosme Neto, na qualidade de capelão com residência no engenho, teria ensinado aos meninos da "casa grande", entre êles o futuro frei Antônio de Santa Clara. A vida religiosa dêste franciscano ipojucara é assinalada pela confiança que os superiores e os confrades nêle depositavam. Em 1620, ocupava frei Antônio o cargo de Presidente in cápite no convento da Bahia, onde renunciara à guardiania o célebre historiador bahiano frei Vicente do Salvador (4).

Tendo exercido o alto posto de definidor da Custódia, foi frei Antônio destacado para o novo convento de Sirinhaem, na qualidade de guardião. Corriam os tempos tumultuosos da guerra holandesa. Foi na "formosa Sirinhaém" que o general Matias de Albuquerque encontrou o nosso frade ipojucara quando da retirada do exército a 3 de julho de 1635 (5). Associando-se aos retirantes assumiu o guardião a chefia de quarenta religiosos que acompanhavam o exército até Alagoas (6).

Eleito guardião da Bahia a 5 de janeiro de 1645, renunciou frei Antônio imediatamente (7). Ao ensejo do capítulo de 24 de

novembro de 1649, foi instituído definidor por decreto do Padre Superior Geral da Ordem (8) principiando nesta qualidade as obras de construção do convento de Paraguaçu (Bahia) e demorando-se ali durante mais ou menos um ano (9).

Pela terceira vez, saiu frei Antônio eleito definidor provincial, no capítulo de 5 de fevereiro de 1659 (10). Veio a falecer em 1660, no convento de Recife (11).

Descendente da estirpe indígena dos Arcoverdes (12), que séculos depois daria o primeiro cardial à América Latina, deixou o virtuoso franciscano ipojucara outro rebento dos Arcoverdes, igualmente professo da Ordem Seráfica, o irmão frei Antônio de Santa Maria (13) cuja pessoa se acha intimamente ligada pelo folklore ao santuário ipojucano.

Frei Simão das Chagas

Natural de Ipojuca e filho desta Custódia de Santo Antônio (1), aparece frei Simão das Chagas como coluna granítica em meio dos vendavais que sacudiram a Ordem Franciscana durante a segunda metade do século XVII. As duas batalhas dos Guararapes, a que êle assistiu, em 1648 e 1649 (2), parecem emblema de sua vida religiosa.

Em sua terra natal, investiu-se frei Simão como presidente, com voto no capítulo durante três anos seguidos, ocupando depois a guardiania do convento ipojucano durante ano e meio até 1655. Seguiram-se as guardianias no convento baiano, de 1662-1664 (3) e em Sergipe do Conde, de 1664-1665 (4).

A 22 de novembro de 1670, o padre superior-geral nomeou frei Simão definidor da província; em 1672, saía eleito vigário provincial, após a morte do ministro provincial frei Jácome da Purificação. Começou então para êle a vida de lutas a bem de sua Província.

A 11 de maio de 1672, celebrou o novo vigário provincial sua congregação, sob a presidência do comissário-geral frei Antônio de Santa Clara, governando até 6 de maio de 1673. O mesmo Comissário Geral, sem motivo nem ordem superior, ce-

lebrou o próximo capítulo seis meses antes do prazo costumeiro e estipulado, sendo ainda eleito provincial nesse capítulo ilegal o próprio frei Simão, considerado pois intruso. Efetuando-se outro capítulo a 10 de agôsto de 1673 sob a presidência do novo comissário geral frei Luís da Ressurreição, recaiu a eleição legítima, novamente, sôbre frei Simão. Continuou, pois, o govêrno do Provincial reeleito até maio de 1676, quando chegou o novo comissário geral, frei Manuel de Évora Carreira. Êste, antes do capítulo e sem motivo justo, privou de seus ofícios a cinco guardiães e dois definidores; antes do descontentamento geral, ausentou-se, encarregando a frei Simão de presidir o próximo capítulo.

Tendo aceito a presidência, convocou frei Simão um definidor e dois guardiães legítimos, nomeando ainda cinco religiosos para poder celebrar o capítulo, no convento de Olinda.

Mas também os definidores e guardiães destituídos e privados de seus ofícios, com mais um guardião e definidor, se reuniram por sua vez no convento do Carmo de Olinda.

Os dois partidos celebraram cada qual seu capítulo no mesmo dia: 16 de janeiro de 1677. Os que estavam no Carmo sob a chefia de frei Antônio dos Anjos, fizeram provincial a frei Domingos da Anunciação, ao passo que os do convento franciscano, sob a presidência de frei Simão das Chagas, elegeram a frei Pacífico de Jesus, para o mesmo cargo de ministro provincial.

O padre-superior-geral resolveu o caso nomeando, em agôsto de 1678, a frei Simão, comissário provincial, para repor tudo no *status quo* da vigente à chegada do visitador frei Manuel de Évora. Os franciscanos de Pernambuco obedeceram, não porém os da Bahia, que apoiavam frei Pacífico de Jesus, irregularmente eleito Provincial.

Continuou esta situação anômala até 21 de maio de 1680, quando foi reconhecido em Pernambuco e na Bahia o novo comissário geral frei Miguel das Chagas, que celebrou o capítulo legal a 13 de dezembro de 1681.

Livre das responsabilidades do provincialado, viu-se frei Simão, no mesmo capítulo, eleito guardião da Bahia (5), após a renúncia de frei Baltasar das Neves (6).

No capítulo imediato, o 24 de fevereiro de 1685, recaiu a eleição definitorial novamente sôbre frei Simão, e como fôsse o padre mais digno, confiou-lhe o provincial recém-eleito os selos da província (7). Em conseqüência à morte do pe. definidor frei Pedro da Transfiguração, foi êsse cargo, em 1688, entregue mais uma vez a frei Simão (8).

Com idade avançada, faleceu êsse ilustre filho de Ipojuca na Bahia, a 2 de julho de 1690, como religioso exemplar e reconhecidamente virtuoso (9).

Frei Paulino da Soledade

Entre os franciscanos falecidos após a restauração iniciada em fins do século anterior, figura em primeiro lugar o filho de Ipojuca, frei Paulino da Soledade. Vendo ressurgir a Província de Santo Antônio, então reduzida a nove religiosos brasileiros, pôde frei Paulino exclamar, como o velho Simeão, do Evangelho: "Agora, Senhor, despedis o vosso servo..."

Filho legítimo do casal Dâmaso Antônio Alcântara e dona Maria Francisca da Conceição (1), passou Paulino Antônio Alcântara sua juventude à sombra do santuário de Ipojuca, embora seus pais fôssem naturais de Muribeca. Como nos primórdios da Custódia de Santo Antônio, também agora, no declínio da Província, a paróquia de S. Miguel de Ipojuca oferece uma vocação que servirá de esteio seguro à fase mais crítica da Ordem Franciscana em terras brasílicas.

A 17 de fevereiro de 1843, o noviciado de Igaraçu abriu suas portas ao jovem ipojucano, cujo nome então se mudou para frei Paulino da Soledade. Com a idade de 17 anos incompletos, professou o noviço a 24 de fevereiro de 1844, sendo guardião do convento frei José de São Jerônimo (2).

Segundo praxe da Ordem Franciscana, o néo-professo frei Paulino foi transferido para o Recife, a fim de completar os

estudos. Não consta o motivo por que ainda no dito ano mudou para o convento de sua terra natal (3) onde permaneceu até 1847, como morador e corista (4). Voltando ao Recife (5), terminou os estudos (6) e recebeu a ordenação sacerdotal, talvez em 1850, pois em 1851 teve novas letras obedienciais para Ipojuca (7) onde ficou encarregado da portaria pela congregação de 1852 (8).

Já em 1853, frei Paulino ocupava o cargo de pregador no Recife (9) servindo a um tempo de coadjutor na paróquia de Muribeca (10) até o ano seguinte, quando o capítulo o elegeu presidente do convento de Ipojuca, função que exerceu até a congregação de 1856; esta o elegeu guardião do mesmo convento, e comissário dos Terceiros Franciscanos. Pelo capítulo de 1857, idênticos cargos lhe foram confiados no convento da Paraíba (11).

Outra vez aparece frei Paulino como pregador no Recife, em 1858 (12), e, a partir de 1859, como coadjutor da freguesia da Luz (13). Companheiro do comissário da Ordem Terceira recifense de 1863-1877, (14), saiu afinal eleito guardião do convento do Recife e comissário dos Terceiros (15), cargos que ocupou de 1877 até sua morte, a 2 de maio de 1893 (16), sendo que ainda a 2 de março dêsse ano assistira à sessão quase capitular, onde se tratara da restauração da Província de Santo Antônio (17).

Frei Paulino da Soledade não galgou os altos postos de seus confrades conterrâneos; mas nem porisso sua vida religiosa teve menor valia para a sobrevivência da Província franciscana, nem foi menos cara às gerações futuras (18).

CAPÍTULO XIX — À ESPERA DA RESSURREIÇÃO

Quem penetra no claustro do convento ipojucano dificilmente advinha que aí se acham sepultados muitos religiosos. Desde 1635, repousam à sombra do santuário os franciscanos ali falecidos. Os corredores que, dia a dia, haviam presenciado

a existência virtuosa dêsses homens deviam receber-lhes também os restos mortais.

Desaparecidos embora os sinais de antigas sepulturas, ficam ainda os grandes quadros, a ilustrarem a morte de mártires franciscanos, e uma tabela a perpetuar os nomes dos frades que foi possível colher em diversas fontes como falecidos no convento. Um ininterrupto "memento mori" para os vivos.

O religioso que passa da sacristia para o altar leva para o santo sacrifício a lembrança dos confrades falecidos. Foi contra êsse intuito que de primeiro as sepulturas eram abertas na chamada Via Sacra, espaço que entremeia entre a sacristia e a capela-mor.

Três vêzes ao dia, a comunidade religiosa entoa o salmo "De profundis" em sufrágio das almas. A expressão indica a sala onde o salmo era rezado antigamente, isto é, a antessala do refeitório que fica rente ao claustro.

Todos os sacerdotes da província franciscana celebram a santa missa pelo confrade defunto, desde que lhes chega a notícia da morte; e tôdas as vêzes que se comemora o aniversário do falecimento, a comunidade religiosa, reunida à mesa, é advertida com a leitura do livro de óbitos, para oferecer preces pela alma do saudoso confrade. Além disto, costumam ser aplicadas centenas de missas anuais por todos os religiosos defuntos.

À vista de tantos privilégios, não admira que antigamente também os seculares solicitassem sepultura nos claustros e nas igrejas conventuais, a fim de participarem dos abundantes sufrágios.

Volvamos ligeiro olhar às sepulturas dos religiosos. Outrora, a humildade franciscana proibia marcar as campas, uma vez que os nomes e dados biográficos constassem do livro de óbitos (1). Daí a falta de nomes em todo o cemitério claustral, falta essa que Jaboatão acoimou de descuido a cujas conseqüências nem os beneméritos como frei Cosme de S. Damião escaparam. Talvez fôsse devido a essa reclamação que pelo menos as sepulturas dos religiosos, falecidos com fama de santidade, passaram à receber iniciais, como as encontramos a guardar a

lembrança de frei Antônio das Chagas, irmão de virtude incomum: "F. A. — 1766". A esta sepultura se refere o LGI: "e vem a ser a quarta inclusive princiando da porta da clausura pela quadra direita em que se sepultam os religiosos" (2).

A pequena lousa que fica defronte à de frei Antônio das Chagas chama nossa atenção para o primeiro franciscano brasileiro, frei Gaspar de Santo Antônio, sepultado na Via Sacra, em 1635 (3).

Se entre os franciscanos continua viva a memória dos que no convento lutaram e morreram, não menos entre os romeiros merecem admiração êsses defensores da igreja e da pátria. Deixemô-los passar diante do nosso espírito (4):

1635 Frei Gaspar de Santo Antônio, I.
1645 Frei Manuel do Rosário, I.
1660 Frei Salvador do Nascimento, S.
1660 Frei Gaspar de Jesus, S.
1665 Frei Pedro de São Paulo, S.
1669 Frei Vicente Tobias, S.
1678 Frei Francisco da Purificação, S.
1683 Frei João da Luz, S.
1684 Frei Domingos dos Mártires, S.
1744 Frei Antônio de Jesus, I.
1745 Frei Remígio da Conceição, S.
1750 Frei Silvestre da Trindade, I.
1752 Frei Pedro de São José, S.
1753 Frei Antônio do Carmelo, S.
1756 Frei João de Santa Ângela Alagoas, I.
1763 Frei João do Bom Jesus, S.
1763 Frei André das Chagas, I.
1765 Frei Luís de Santa Teresa, S.
1766 Frei Antônio das Chagas, I.
1771 Frei Nicolau do Paraíso, S.
1771 Frei Manuel de Santa Ana Fontes, S.
1773 Frei José de Santa Catarina, S.
1795 Frei Miguel de Santo Antônio, S.
1797 Frei Francisco de São Bernardo Paiva, S.
1801 Frei Antônio de Santo Tomás, S.
1806 Frei Manuel de Santa Teresa Miranda, S.
1809 Frei Joaquim da Purificação Cabral, S.

1819 Frei Tomás da Conceição Carvalho, C.
1828 Frei Antônio de Santa Cruz, S.
1830 Frei Manuel da Piedade, I.
1838 Frei Manuel de Santa Clara Moreira, I.
1867 Frei José de Santa Leocádia Mota, S.
1876 Frei Jerônimo do Patrocínio de São José, S.
1890 Frei João de Santa Teresa de Jesus, S.
1907 Frei Jonas Knosalla, I.
1953 Frei Aloísio Pietruschka, I.

Remonta a épocas imemoriais o costume de também sepultar seculares em igrejas e claustros. O homem, mesmo não sendo cristão, aspira a repousar junto ao túmulo de algum herói, perto do altar ou pelo menos dentro de um templo. Para gozarem dessa graça, muitos católicos legavam aos religiosos casas e fazendas, solicitando, além dos sufrágios, o hábito franciscano, embora não pertencessem à O. 3.ª. Assim, lemos no testamento de Manuel Nunes Paiva (janeiro de 1622): "me dêem o hábito de S. Francisco para me enterrarem" (5).

A 19 de novembro de 1632, mandavam Francisco Dias Delgado e sua mulher Catarina Moreno lavrar verba do testamento vinculando a propriedade do Pôrto de Galinhas à capela de N. S.ª da Imaculada Conceição da igreja franciscana de Ipojuca, "da qual eram padroeiros por terem construído e ornado o altar às suas expensas e onde tinham o seu jazigo com perpetuidade aos seus herdeiros e sucessores, impondo porém ao convento o ônus de duas missas por semana" (6). Em condições semelhantes foi a capela do Sr. Santo Cristo cedida a João Novalhas, a 26 de maio de 1700 (7).

No corpo da igreja, abriram-se sepulturas para os seculares, durante a questão de frei Francisco de São José, guardião de 1755 a 1757 (8). É de supor que os enterramentos fôssem numerosos principalmente após o incêndio da matriz de São Miguel, em 1814. Uma vez ocupada a igreja conventual, decerto foi utilizado também o claustro, onde ainda se acham dois carneiros junto da escadaria que leva do "De Profundis" ao primeiro andar.

Proibidos em 1850 os sepultamentos em igrejas, foi aberto o cemitério paroquial junto às ruínas da matriz de S. Miguel (9). Data talvez da mesma época o pequeno cemitério conventual com a capela de N. S.ª das Dores, localizados na atual horta que ladeia o refeitório e a portaria, e ambos desaparecidos desde o começo dêste século.

CAPÍTULO XX — ENTRE A VIDA E A MORTE

A Província de Santo Antônio passou por duras provações durante a guerra holandesa e nos decênios seguintes. Graças, porém, ao bom espírito dos religiosos, saiu vitoriosa de todos os combates.

É verdade que os franciscanos alcantarinos do Brasil salientavam mais a vida contemplativa do que o apostolado ativo. Nunca, porém, deixaram de prestar serviços na catequese, no ensino e na cura de almas em geral, a não ser que por motivos superiores abandonassem uma ou outra atividade, como se deu temporàriamente com as missões dos índios e o ensino (1).

Em princípios do século XVIII, expediam-se decretos restringindo a construção de novos conventos, e permitindo apenas hospícios, em lugar de conventos, nas aldeias de índios missionadas pelos religiosos, para limitar o número dos missionários. Na realidade, contribuiu êste dispositivo para relaxar a disciplina regular, dando também margem a abusos (2).

Limitado o número dos conventos, o regalismo português reduziu o número dos próprios religiosos, restringindo a aceitação de candidatos às diversas Ordens (3). Seguiu-se a proibição de certas atividades, como, por exemplo, o ensino elementar nas escolas religiosas (4).

A conseqüente decadência das Ordens foi favorecida pela aquisição de abundantes privilégios e títulos, como também pela lei da alternativa, e pela demasiada submissão dos religiosos portuguêses às exigências injustas da metrópole. Não negamos que a falta de disciplina regular, existente em muitos conventos daquele tempo, representasse um grande mal. Entretanto,

muito mais funesta foi, para a vida religiosa, a intromissão do govêrno civil nos negócios internos da igreja e das Ordens, irrogando-se a coroa portuguêsa direitos e poderes que não lhe cabiam, como aliás fêz também o Império Brasileiro até sua queda em 1889.

Para acabar com certos abusos, como os havia em muitas Ordens, não se tornava indispensável extinguir as comunidades religiosas, e sim reformá-las. Quantas perdas de valores irrecuperáveis teriam sido evitados pelos governos, no terreno da arte, da história, da literatura e da religião, se se houvesse conservado e garantido a marcha da vida religiosa nos conventos do Brasil !

Enquanto o convento ipojucano, de 1739 a 1749, contava dezoito a dezenove religiosos (5 e 6), a partir de 1796 não abrigava mais de cinco (7), chegando a ficar desabitado em 1890.

Mais do que qualquer outro estabelecimento, ressentiu-se da falta de sacerdotes, em face do santuário que lhe ficava anexo como alvo de ininterruptas peregrinações. Haviam-se desvanecido as solenidades do culto divino. Desde muito que o claustro não presenciava as longas fileiras de franciscanos ao ensejo das rasouras e demais exercícios de piedade realizados em comum (8).

Morrendo, a 24 de junho de 1890, o último guardião e inquilino do convento ipojucano, parecia êsse prédio quase trissecular fadado a completo abandono e desmoronamento (9). Durante os dois anos seguintes, o superior franciscano de Sirinhaém único sobrevivente religioso, se encarregou de administrar a casa conventual, até que também êsse ancião baixou à sepultura, em 1892.

Como o convento houvesse recebido o último consêrto parcial, durante a gestão de frei Antônio da Rainha dos Anjos (1850-1852), é fácil imaginar o estado deplorável a que chegara o prédio com a falta completa de religiosos. O último inventário da época aponta objetos de longa duração, que entretanto desapareceram para sempre, não constando se devido ao abandono

trienal do convento (1892-1895), ou se os próprios franciscanos se desfizeram dêles (10).

Antes que os ipojucanos esperassem, apareceu, em meio ao abandono, uma vaga promessa de outros religiosos. É que a 27 de dezembro de 1892 e a 8 de junho de 1893, respectivamente, haviam chegado à Bahia as duas primeiras turmas de franciscanos alemães da Província Saxônia, a primeira chefiada por frei Amando Bahlmann, e a segunda pelo padre comissário provincial, frei Irineu Bierbaum (11 e 12). Ambos percorreram, ainda em 1893, os conventos do Recife, Olinda e Ipojuca, para verificar se convinha restaurá-los.

Convencendo-se das tristes condições em que vivia a paróquia de S. Miguel de Ipojuca, pregou frei Amando duas missões, ao ensejo das festas tradicionais do Sr. Santo Cristo de Ipojuca, em 1894 e 1895, preparando a um tempo o ânimo da população para a possível chegada dos franciscanos alemães (13).

De fato, em princípios de 1895, apareceu em Ipojuca o primeiro franciscano, com ordem de ocupar o convento. Era frei Fernando Oberborbeck, que cooperara na segunda missão pregada por frei Amando. Em fins de abril do mesmo ano, tomou posse do convento o primeiro superior, na pessoa de frei Adalberto Kirschbaum, a quem o bispo de Pernambuco, logo em meados de maio, entregou também o paroquiato (14).

Salvara-se de completa ruína o venerando convento de Santo Antônio de Ipojuca, e garantia-se a vida regular, interrompida havia muito tempo.

Para fazer idéia do que significava a restauração da vida franciscana, ouçamos uma testemunha ocular, frei Joaquim do Espírito Santo, um dos últimos sobreviventes da antiga Província. De sua carta, dirigida ao padre comissário frei Irineu, extraímos os tópicos mais expressivos:

"Devemos muitíssimo a Vossa Paternidade e aos vossos irmãos de hábito. Nada direi dos benefícios que nos fizestes em tão larga escala e de que sempre nos recordaremos; nem falarei da restauração da Província que outros puderam fazer; mas

falarei do modo desta restauração, da observância da regra, da vossa excessiva caridade e da de todos os confrades alemães, para com nós brasileiros, também vossos irmãos de hábito e sobretudo pelo coração; falarei dos exemplos de piedade e de tôdas as virtudes que nos servem de lição e incitamento.

Bem me disse nosso confrade frei Antônio da Ascenção: "Agora, vendo o que fazem os nossos irmãos germânicos, mais ainda me lembro das contas que tenho de prestar a Deus da minha administração.

Falando assim exprimiu meus próprios sentimentos. Tenho trabalhado muito pela restauração da nossa Província, consagrando-lhe todos os meus esforços. Êste pobre homem clamou ao Senhor e foi atendido. Mas, não havia esperado tantas bênçãos e tanta felicidade. Deus seja bendito que mandou tantos e tais operários para a sua vinha seráfica; já posso dizer com o salmista: "Agora despedis o vosso servo em paz, porque meus olhos viram a restauração da nossa Província por que tanto anelara (15)".

CAPíTULO XXI — O MONUMENTO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

O convento de Santo Antônio de Ipojuca tem alto significado religioso e patriótico, apregoando o amor dos pernambucanos para Deus e à pátria. Êsse monumento religioso-cívico serviu de cenário à luta vitoriosa que, em 1645, começou a decidir da sorte da religião e da liberdade do Brasil. Encorajados pelo triunfo da incipiente insurreição ipojucana, prosseguiram as tropas na marcha vitoriosa, livrando o país da vassalagem à Holanda como também da impregnação da heresia flamenga.

Para os vinte mil peregrinos que, anualmente, visitam êsse baluarte da fé, os episódios históricos de 1645 significam mais do que uma página do passado. O convento-santuário convida os homens do século XX, para se mostrarem dignos de seus antecessores, na defesa dos maiores bens que dêstes herdaram.

Apreciemos o vetusto convento que, entre os do Norte, é dos mais modestos. Quase tôda a sua construção remonta à época da fundação, entre 1608 e 1619.

As linhas sóbrias que notamos na fachada traduzem o ideal de pobreza que guiava os franciscanos alcantarinos. Na simplicidade está a maior razão de sua beleza.

A arte decorativa, além de mui parca, surge aqui em feição primitiva. Salvo raríssimas exceções, todo o material de construção e cantaria foi tirado da própria zona, servindo de artistas os religiosos ajudados pelos filhos da terra.

O pórtico apresenta em pedra lavrada três arcos sólidos e amplos, arte modesta e rústica, a demonstrar o grau de habilidade de nossa gente.

Segundo a praxe do século XVII, havia uma só porta do adro para a igreja, datando as outras duas de 1929. As almofadas de pedra, lavradas diagonalmente nos portais, formam os losangos habituais da cantaria setecentista.

A única tôrre condiz, em sua altura modesta, com todo o conjunto simples e moderado.

Destinando-se o prédio à residência dos religiosos, o plano tinha de obedecer às normas habituais, estabelecidas pela Ordem dos Frades Menores. Num dos flancos do templo (de preferência do lado do sul), juntar-se-iam em íntima relação o claustro, a portaria, a sala do capítulo, o refeitório e a sacristia, além das celas dos frades, situadas no andar superior.

O claustro, constituído de dois pavimentos, toma quase tôda a extensão da igrejja, desde o adro ao cruzeiro. Entre as arcadas, sentimos a impressão do antigo. As colunas inteiriças de pedra, os arcos em semicírculo e destituídos das finas molduras e consolas, tão abundantes nos conventos das capitais, os toscos arcos que dão para o interior da casa, as sepulturas lembradas pelas pequenas lousas, tudo isso nos transporta a séculos idos quando os inquilinos franciscanos, no silêncio claustral, se dispunham para lutas e vitórias que consolidaram

a grandeza do país. Por diversas vêzes, o próprio convento se viu convertido em quartel, ora das tropas batavas ora das nacionais. Falam, pois, em lugar dos ricos adornos comuns a outros claustros, as preciosas reminiscências do passado dêste convento.

Na sacristia, sobreviveram a tôdas as reformas os originais armários embutidos em grossas paredes, e a pia do lavabo, lavrada em mármore de Lisboa.

Junto à portaria ficava a sala do capítulo. Aí se reuniam os religiosos para deliberar sôbre os negócios da comunidade. Como última relíquia da sala, salvou-se a imagem de N. S.ª do Capítulo, abrigada em seu nicho do oratório, por cima da Via Sacra.

A sala que melhor conserva o aspecto primitivo é o chamado refeitório dos donatos, ou "De Profundis". 'Desde o primitivo ladrilho até o original lavatório de pedra lavrada, a vistosa entrada do refeitório e a escadaria de pedra fazem dêste recanto uma preciosidade do passado, notando-se apenas a falta dos característicos bancos, feitos geralmente em alvenaria, ao longo das paredes.

Subindo a escadaria, deparamos com antiquíssima peça de marcenaria: a tosca balaustrada. No andar superior, merece atenção o claustro, cujo aspecto prima pela simplicidade: paredes mal rebocadas, colunas tôscas e baixas, enormes arcos que comunicam com os corredores, tudo, sem qualquer adorno, interpretando o ideal do Poverello de Assis.

No côro adjacente, admiramos a arte rústica do cadeiral, peça que afrontou as chamas de 1935 e, embora ficasse tostada a camada superior, pôde ser novamente aproveitada depois de limpa e envernizada.

No recinto da igreja, a arte primitiva desapareceu por completo, devida aos estragos do fechamento temporário e do incêndio de 1935. As campas sepulcrais cederam lugar ao mosaico que frei Eugênio colocou durante a sua segunda gestão, de 1904 a 1907.

CAPíTULO XXII — OBRAS DE ARTE

Imagens

As primitivas imagens do convento de Santo Antônio eram de cerâmica; provàvelmente tiveram como autor o franciscano português frei Francisco dos Santos, a cuja perícia muitos conventos antigos devem a planta e as imagens (1). A única relíquia das imagens de barro é a cabeça de um santo franciscano, não identificado, que se encontrou em 1935, ao ensejo das excavações feitas para o alicerce do altar-mór.

Sôbre a procedência e época das imagens de madeira, faltam dados minuciosos, traindo o estilo barroco, a que obedecem, os séculos XVII ou XVIII. Diz a crônica do convento que na gestão do guardião frei Rafael da Conceição, entre 1761 e 1764, chegou a imagem de S. José (2). A representação do santo com botas valeu-lhe o título de S. José dos Caminhantes.

A imagem do Senhor Morto tem os braços movediços; e servia outrora na cerimônia do descimento da Sexta Feira Santa, enquanto hoje é ùnicamente levada em procissão nesse mesmo dia.

Quando, em 1906, diversas imagens antigas foram substituídas por novas, seguindo as de S. José e S. Francisco para a capela de Arimbi, ninguém supunha que seria essa a maneira de fazê-las escapar de completa destruição, pois o incêndio de 1935 reduziu a cinzas as imagens novas do altar-mor, o que motiviou a volta das antigas a seus lugares de honra (3).

São novas e de massa as imagens do Coração de Jesus e de Santa Inês, como também a Via Sacra, executada em alto relêvo e canônicamente ereta na festa da Exaltação da Santa Cruz, a 14 de setembro de 1940.

A célebre imagem milagrosa do Sr. Santo Cristo apresenta o Crucificado no tamanho natural de um homem. A cabeça e o olhar erguidos para a esquerda, juntamente com a posição quase vertical dos braços, exprimem fielmente a súplica de Cristo

agonizante. Quanto à origem, não há fundamento histórico. Apenas inferimos que deve datar de época anterior a 1633, pois nesse ano houve proibição das imagens de tal feitio, em face da interpretação herético-jansenista de não haver Nosso Senhor morrido por todos os homens, o que seria significado pelos braços quase fechados do Crucificado (4).

Embora àquele tempo o perigo da seita jansenita fôsse grande, e se justificasse o interdito das mencionadas imagens, a medida teve entretanto caráter temporário. A tolerância se inspirou no fato de se mostrar milagrosa a efígie de Ipojuca e de gozar da aprovação eclesiástica, no correr dos séculos seguiutes.

Ocupando-se da imagem milagrosa, escreve o ministro Orozimbo Nonato da Silva: "Famosas interpretações artísticas do Crucificado aparecem aliás naquele feitio, com a de Girardon, no célebre marfim da catedral de Soissons, e a de Duquesnoy, no palácio episcopal de Gand, e mui diferentes, não já em forma de U, senão de Y, as de Prudhom, Guy, Beaupuy, Rubens, Le Brun, Henner e Carrière. Não parece existir relação direta entre os Cristos de marfim de braços verticais e a doutrina jansenista" (5). Segundo expõe Cecile Jéglot, os escultores, querendo preparar imagens de uma só peça se viam forçados a dar aos braços a posição vertical, sem que entretanto se deixassem influenciar pela heresia.

Segundo tradição antiga, deve a imagem ter chegado entre 1660 e 1663, pois a 4 de novembro dêsse último ano foi lançada a primeira pedra da capela do Sr .Santo Cristo, seguindo-se a solene entronização a 14 de setembro de 1665.

Até o dia 1.º de março de 1935, a imagem milagrosa permaneceu no pequeno santuário levantado por Francisco Dias Delgado, acrescido em fins do século XIX. Destruído o altar-mor da igreja conventual, pelo incêndid de 1935, ofereceu-se oportunidade de trasladar definitivamente a imagem para o centro da igreja, o que se realizou a 1.º de janeiro de 1936, ao ensejo da festa tradicional.

As imagens de Ipojuca estão assim localizadas:

No altar-mor: Sr. Santo Cristo de Ipojuca, ao centro; Santo Antônio de Lisboa, à esquerda; S. Francisco de Assis, à direita.

Nos altares laterais: N. S.ª da Imaculada Conceição, à esquerda; S. José e S. Miguel Arcanjo à direita.

Na capela dos Milagres: Sr. Morto e S. Benedito, o preto.

Na capela lateral (antigo Santuário): S. Roque.

Nos nichos: N. S.ª das Dores e N. S.ª da Piedade, em frente ao púlpito; Santa Luzia, à entrada da igreja; Santo Antônio de Lisboa, na portaria; N. S.ª do Capítulo, no oratório da comunidade.

No salão dos guardiães: S. Benedito e Santo Franciscano (fragmentos).

A cruz primitiva, que, segundo Jaboatão (6), era inteiriça, há muito deixou de existir. O resplendor que realça a cabeça da imagem traz a inscrição: "1682 MANDOU FAZER O PADRE MARCOS GOUVEIA, S. G.".

Pinturas antigas sôbre madeira

No corpo da igreja, figurava, até o incêndio de 1935, um painel enorme que, tomando todo o fôrro, representava São Francisco de Assis e S. Domingos de Gusmão, em prece diante do divino juiz, para demovê-lo do projeto de destruir o globo terrestre como castigo à corrupção geral, vendo os dois santos seus rogos apoiados pelas preces de Nossa Senhora.

No interior do convento, existem ainda quadros antigos, de épocas diversas. O claustro conserva quatro painéis de um só autor, provàvelmente da segunda metade do século XVIII. Representam as seguintes cenas reproduzidas em vários conventos franciscanos: 1.º) o chamado milagre da mula, realizado por intercessão de Santo Antônio; 2.º) S. Francisco de Assis ressuscitando o recém-falecido D. Pedro Dias, bispo da cidade de Rodrigo (7); 3.º) O martírio dos primeiros missionários

franciscanos, SS. Berardo, Pedro, Acúrsio, Adjuto e Odon, degolados em 1220 pelos maometanos em Marrocos; 4.º) O martírio do bem-aventurado João do Prado, em 1631, morto a fogo, flecha e espada.

À entrada do refeitório, vêem-se dois quadros menores, de Nossa Senhora e S. José, que antigamente encimavam a cômoda da sacristia. Datam de meados do século passado, e foram provàvelmente colocados por frei Antônio da Rainha dos Anjos, quando da restauração da sacristia, entre 1850 e 1852.

No refeitório, figura em tamanho grande a última ceia, trabalho bem conservado, que remonta ao século XVIII.

O valor artístico dessas obras não é acentuado. Os autores anônimos denotam certa índole artística, sem, contudo, terem gozado da devida instrução.

Pinturas recentes, a óleo

Após o incêndio de 1935, impunha-se a difícil tarefa de adornar o santuário de novas pinturas. Nada mais natural do que levar à tela as cenas histório-lendárias do próprio santuário. Da tarefa se incumbiu, em 1942, o pintor franciscano frei Tarcísio Jungwirth. Em seis quadros, recebe Jaboatão a ilustração dos fatos por êle contados, há 200 anos (8).

As pinturas foram executadas a óleo e sôbre lona. O espaçoso fôrro da igreja guarda os seguintes trabalhos: por cima do côro dos religiosos aparecem, em dois medalhões, o irmão franciscano frei Antônio de Santa Maria, surpreso ante a queda do Crucificado; o mesmo frei Antônio que fugira do convento para valer-se do tio Francisco Dias Delgado, regressa com êste, pedindo e obtendo o perdão do padre guardião.

Na outra extremidade do fôrro, é ilustrada a invenção da cruz inteiriça, que se deu no engenho Trapiche, propriedade do capitão Francisco Dias Delgado.

No centro do fôrro, aparecem dois grandes quadros: o primeiro mostra na glória do céu a Santíssima Trindade, Nossa Senhora e S. Francisco de Assis; o segundo, separado do pri-

meiro pelas nuvens do céu, recebe os raios que se desprende do grupo superior, caindo sôbre o santuário de Ipojuca e sôbre a procissão que se locomove para êste, acompanhando o andor do Senhor Santo Cristo, no dia de sua solene entronização, a 14 de setembro de 1665.

Sôbre o arco do antigo santuário, aparece, em vistoso painel, o embarque da imagem milagrosa do Senhor Santo Cristo, no pôrto de Lisboa.

Azulejos

Embora reduzidos a escassas relíquias, os azulejos do convento merecem especial menção, por serem positivamente do século XVII. Distinguem-se bem do tipo comum aos conventos franciscanos, geralmente doação de D. João V. Há acentuada afinidade entre êstes azulejos, ora distribuídos sôbre o claustro inferior, e os que há séculos existiam na histórica igrejinha do engenho Jurissaca, e dos quais o Instituto Arqueológico de Pernambuco possui alguns exemplares.

Os remanescentes de um painel, e de azulejos decorativos, de diversas execuções, podem ser vistos no claustro e na "via sacra", em Ipojuca.

CAPÍTULO XXIII — INVENTÁRIOS

Biblioteca

As bibliotecas da Província assim foram relacionadas e descritas, em documento de 1648:

"Acharam-se nesta livraria 190 livros, digo 200 livros com os pequenos. Entre os quais as glosas ordinárias entram em seis volumes, as partes de sagrada teologia em cinco volumes, as obras de St.º Agostino em cinco volumes, as obras de São Bernardo em dois, o Incógnito, as obras de Moral de Diana em dois volumes grandes. Dêstes livros consta esta livraria do

convento de St.º Antônio de Ipojuca. Da casa da Paraíba estão nesta onze livros; os mais dêste convento como dos mais se perderam com os sucessos da guerra. E por verdade, me assino hoje aos 24 dias do mês de abril de 1648. (Assi) *Frci Jácome da Purificação,* comissário visitador. Frei Masseu de S. Francisco, secretário".

Pertences do Convento

O inventário de bens móveis do Convento de Ipojuca, realizado em 1852, acusou os seguintes objetos:

Ornamentos de 1.ª classe

1. 1 casula e seu pertence,
2 dalmáticas e seus pertences,
1 véu de ombro novo,
1 dito velho,
1 bôlsa de asperges,
1 frontal,
1 dito da capela do Sr. St.º Cristo,
1 pálio,
1 cortina de sacrário,
1 véu de desencerro velho,
1 cendal do Sr. St.º Cristo com laço de galão de ouro,
1 laço de galão de ouro do mesmo Senhor, velho.

Ornamentos de D. João V

2. 5 casulas com seus pertences, falta um manípulo,
1 frontal,
1 manga de cruz,
1 umbela,
1 pano para estante,
3 bôlsas com véus,

Ornamentos brancos do comum

3. 1 casula com seus pertences,
4 ditas de sebaste com seus pertences,

2 capas de asperges,
1 dita de sebaste,
2 frontais do dito,
1 manga de cruz,
1 cortina de sacrário,
1 par de cortinas com sanefa de N. S.ª da Conceição,
3 bôlsas com véus,

Ornamentos encarnados do comum

4. 3 casulas com seus pertences,
3 ditas com seus pertences, velhas,
3 bôlsas com 3 véus,
1 cortina de sacrário,

Ornamentos pretos

5. 3 casulas com seus pertences,
2 dalmáticas com seus pertences, muito velbas,
1 frontal,
1 pano de cruz muito velho,
4 sanefas do esquife,
1 estolão,
3 manípulos,
3 estolas,

Ornamentos roxos

6. 1 casula com seus pertences,
3 estolas e 4 manípulos,
2 estolões,
1 capa de asperges rica com estola,
3 frontais,
1 manga de cruz,
1 cortina rica de sacrário,
7 sanefas do esquife,
1 cortina de arte do camarim,

Ornamentos verdes

7. 2 casulas com seus pertences,
3 frontais,
2 bôlsas e véus,

Cortinado da igreja

8. 2 pares de cortinas do camarim da capela do Sr. Santo Cristo,
1 par das ditas do camarim da capela do mesmo Senhor,
2 pares das ditas do camarim com sanefa do arco da capela do mesmo Senhor,
2 pares de cortinas com sanefas das janelas da mesma capela,
26 cortinas das tribunas e portas da igreja,
4 ditas dos altares laterais,
2 ditas de S. Roque,
2 ditas de S. Benedito,
2 caixas velhas,

Diversos objetos

9. 2 túnicas de sêda branca de N. S.ª da Soledade,
1 manto da mesma Senhora,
1 dito bordado de N. Sr.ª da Conceição,
3 reposteiros de pano azul,
2 alcatifas pequenas,
1 dita grande, velha,
2 bandeiras do Sr. Santo Cristo,
1 dita de N. Sr.ª da Conceição,
1 dita de Santo Antônio,
25 palmas já muito velhas,
1 dita e capela do Sr. Santo Cristo,
1 dita e acpela de N. Sr.ª da Conceição,
1 dita e capela de Santo Antônio,
1 dita e capela de N. Sr. Padre,
1 espanador novo,
1 sepulcro em pano,
6 túnicas para os profetas e todos os mais preparos para uma Semana Santa, sem faltar coisa alguma,

Roupa branca

10. 26 alvas
2 ditas velhas,
19 toalhas de renda dos altares,
3 ditas de esguincho,
7 ditas de fôrro,
14 ditas das tribunas, credências e grades da comunhão,

5 ditas de chita para cobrir os altares,
3 roquetes, 4 cíngulos e 6 amitos,
34 manustérgios, 40 sanguinhos,
17 palas, 8 panos de galhetas,

Prata e ouro

11. 3 sacras do altar do Sr. Santo Cristo,
1 par de brincos de ouro de N. S.ª das Dores,
7 espadas com copos de ouro da mesma Senhora,
3 anéis de ouro da mesma Senhora,
1 diadema,
1 custódia,
1 âmbula com tampa e coberta,
1 dita pequena sem tampa,
1 porta-paz,
1 vaso da comunhão,
2 chaves de sacrário, uma com laço de galão e outra com 3 palmos de cordão de ouro,
1 turíbulo com naveta e colher,
4 cálices com 5 patenas,
1 resplendor grande, com uma lua de ouro no centro, do Sr. Santo Cristo,
4 cravos grandes do mesmo Senhor,
1 título do mesmo Senhor,
3 pequenos cravos do Crucificado da banqueta,
1 relicário de expor o Smo. no peito do Sr. Santo Cristo, (2)
1 lâmpada, 1 campainha,
2 resplendores, 1 de S. José e outro do Menino,
1 dito de S. Boaventura, (3)
2 ditos de Santo Antônio e de seu Menino,
1 dito pequeno de S. Vicente,
1 dito de S. Cosme,
4 ditos dos Crucificados das banquetas,
1 dito da cruz da comunidade,
1 dito de S. Roque,
1 dito pequeno do Menino Jesus da sacristia,
1 resplendor do Sr. Santo Cristo do côro,
3 pequenos cravos da cruz da comunidade,
1 título e três florões de outra cruz e três cravos,
1 purificador,

1 coroa de N. S.ª da Conceição,
1 diadema de N. S.ª da Soledade,
1 resplendor de Sta. Luzia,
1 dito de N. Sr. Padre,
2 ditos de Sant'Ana e N. S.ª,
1 dito de S. Joaquim e seu cajado,
1 dito de S. Benedito,
1 dito grande,
1 dito pequeno do Menino da S.ª do Rosário,
1 rosário de ouro, com cruz e laço de prata dourada, da mesma Senhora. (4)

CAPíTULO XXIV — RELAÇÃO DOS SUPERIORES FRANCISCANOS DE IPOJUCA

A seguinte enumeração dos padres superiores requer ligeira explicação.

Estranha, à primeira vista, a freqüente mudança de guardiães os quais, via de regra, não passam mais de seis anos seguidos no govêrno da mesma casa, sendo a média apenas de dois anos. Ao ensejo do capítulo provincial, celebrado de três em três anos, procede-se à eleição dos superiores da província e dos conventos, podendo os superiores locais ser reeleitos para um segundo triênio na mesma casa. Antes das eleições, o Padre Visitador Geral, nomeado pelo Padre Ministro Geral da Ordem, percorre os conventos da província, a fim de examinar a vida religiosa e a disciplina regular, presidindo em seguida ao capítulo.

Nas antigas tábuas capitulares figuram, além do guardião, o substituto dêste, chamado presidente, o comissário da Ordem Terceira e o porteiro do convento. Êste último cargo, aos poucos, passou a ser confiado aos irmãos, ao passo que de primeiro o ocupavam sacerdotes.

Cada superior, nomeado pela junta, congregação ou capítulo, inicia seu govêrno ao tomar posse perante a comunidade, à qual fôra preposto. Termina-o com a nomeação do sucessor, com a renúncia aceita, com a destituição decretada pelos supe-

riores maiores, ou finalmente com a morte, segundo mencionamos nos respectivos lugares.

A data que, na lista, precede cada nome, indica o dia da nomeação, não da posse, estendendo-se a guardiania geralmente até a nomeação do sucessor; em caso contrário, há uma advertência entre as notas.

Dado o valor que tem a lista dos superiores para a crônica do convento, documentâmo-la o melhor possível, para facilitar estudos futuros, tanto sôbre o convento-santuário como sôbre a província franciscana de que faz parte.

Abreviaturas: J = Junta; Con = congregação; Cap = capítulo; Post = postulação; AP = Arquivo Provincial.

Sinais: × = não consta se a nomeação foi efetuada ao ensejo do capítulo ou da congregação. O asterisco que se segue aos nomes significa que o respectivo superior não é mencionado por LGI, faltando o nome em parte ou por completo. Parte do nome colocada em parêntese ( ) indica que aparece raras vêzes.

1 — J	?	5–1603	Antônio de S. Boaventura (1) *
2 — J	22	10–1606	Antônio da Ilha (2)
3 — Cap	15	10–1614	Domingos de São Paulo (3)
4 — Con	?	?–1615	Antônio dos Anjos
5 — Cap	?	?–1617	Manuel da Piedade (4)
6 — Cap	?	?–1620	Simão da Assunção Golegan (5)
7 — Cap	?	?–1624	Boaventura de Santo Tomás (6)
8 — Con	?	?–1626	Álvaro de Santa Maria
9 — Cap	?	?–1627	André de S. Francisco Barbalbo (7)
10 — Con	?	?–1629	Manuel Batista
11 — Cap	?	?–1630	Manuel de Espírito Santo (8)
12 — Con	?	?–1632	André de S. Francisco Barbalho (9)
13 — Cap	?	?–1633	Manuel dos Anjos (ou do Porto) (10)
14 — Con	?	?–1635	Luís de Santo André (11)
15 — x	?	?–1637	Pantaleão de Santa Catarina (12)
16 — Post	?	?–1639	Jácome da Purificação (13a)
17 — Cap	?	?–1643	Jácome da Purificação (13b)
18 — Con	5	1–1645	Antônio da Cruz (14)
19 — Cap	24	2–1649	Gaspar de São Lourenço (15)

20	— x	13	1–1650	Antônio dos Mártires
21	— Cap	10	1–1653	João da Luz
22	— Con	?	3–1655	Simão das Chagas (Natividade)
23	— Cap	26	8–1657	João do Deserto (16)
24	— Con	19	3–1659	Antônio dos Mártires (17)
25	— Cap	5	11–1659	Manuel das Neves
26	— Cap	21	9–1662	Mateus da Apresentação (18)
27	— Con	19	4–1664	Melquior dos Anjos
28	— Con	8	8–1665	Mateus da Apresentação (19)
29	— Cap	24	8–1667	Domingos dos Mártires
30	— Con	22	11–1669	Daniel de S. Francisco
31	— Cap	6	5–1673	Rogério de Santo Antônio
32	— Cap	15	8–1673	João de Santo André (20)
33	— x	?	?	Rogério de Santo Antônio (21) *
34	— x	16	6–1676	João da Luz (22)
35	— Cap	16	1–1677	João do Rosário
36	— Cap	13	12–1681	José do Desterro
37	— Con	2	5–1683	Antônio da Penha (23)
38	— Cap	15	12–1685	Filipe das Chagas
39	— Con	7	9–1686	Pantaleão da Porciúncula (23) *
40	— x			André de Santa Catarina (25)
41	— x	25	2–1688	Filipe da Madre de Deus (26)
42	— Cap	14	9–1689	Cosme do Espírito Santo
43	— Con	31	3–1691	Agostinho de S. Luís
44	— Cap	18	10–1692	Manuel dos Santos Beja (27)
45	— Con	24	4–1694	Estevão da Trindade
46	— Cap	26	11–1695	Manuel da Natividade
47	— Con	13	7–1697	Manuel de Santo Antônio Bexiga (28) *
48	—	12	10–1697	Lourenço de Jesus Maria (29) *
49	— Cap	1	1–1699	Manuel de Santo Antônio Bexiga
50	— Con	22	5–1700	José da Anunciação
51	— Cap	11	2–1702	Manuel da Natividade
52	— Cap	14	2–1705	Plácido da Purificação (Encarnação) (30) *
53	— x	21	4–1705	Filipe da Madre de Deus (31) *
54	— Con	14	8–1706	Félix de S. João Batista (32)
55	— x	11	12–1707	Mateus da Natividade (33) *
56	— Cap	31	12–1707	José de Santo Antônio
57	— Con	29	6–1709	Francisco da Encarnação
58	— Cap	27	12–1710	Antônio de Santa Catarina
59	— Cap	9	1–1714	José de Santa Maria (Colares)
60	— Con	6	7–1715	João Batista da Ressurreição
61	— Cap	9	1–1717	José dos Prazeres

62	— Con	2	7–1718	João do Pilar
63	— Cap	30	12–1719	João de Nazaré
64	— Con	5	7–1721	Veríssimo da Madre de Deus
65	— Cap	2	1–1723	Manuel das Mercês
66	— Con	3	6–1724	João do Pilar
67	— Cap	5	1–1726	Luís de Santa Teresa (34)
68	— Con	5	7–1727	Francisco de Santa Teresa
69	— Cap	8	1–1729	João de S. Basílio
70	— Con	1	7–1730	Antônio do Paraíso
71	— Cap	12	1–1732	Amaro do Pilar
72	— Con	4	7–1733	Aleixo de Santa Teresa
73	— Cap	8	1–1735	Manuel de Santo André (35)
74	— Con	7	7–1736	Luís de Santa Teresa (36)
75	— Cap	11	1–1738	Gabriel da Vitória
76	— Con	20	6–1739	José de Santa Clara Melo (37)
77	— Cap	7	1–1741	Rogério do Nascimento (38)
78	— Con	23	6–1742	João de Santa Ana Brito (39)
79	— Cap	28	12–1743	Rogério do Nascimento (40)
80	— Con	12	6–1745	Francisco de Santa Rosa (41)
81	— Cap	3	12–1746	João de Santa Ana Brito
82	— Con	4	5–1748	Manuel do Paraíso
83	— Cap	6	12–1749	José da Trindade Saldanha (42)
84	— Con	29	5–1751	Diogo de S. Diogo (43)
85	— Cap	2	12–1752	Anselmo da Apresentação (44)
86	— x	?	? ?	Eugênio do Espírito Santo (45)
87	— Con	1	6–1754	Rafael da Conceição (46)
88	— Cap	6	12–1755	Francisco de S. José Baixa (47)
89	— Con	28	5–1757	Antônio da Conceição (48)
90	— Cap	3	12–1758	José de Sant'Ana Maria
91	— Con	24	5–1760	José da Trindade Saldanha (49)
92	— Cap	5	12–1761	Rafael da Conceição (50)
93	— Cap	1	12–1764	Alexandre de Santa Maria (51)
94	— Cap	21	5–1768	José da Circuncisão
95	— Con	26	8–1769	Teotônio de Santa Teresa
96	— Cap	18	5–1771	Caetano do Espírito Santo (52)
97	— Con	24	10–1772	Lourenço da Encarnação (53)
98	— Cap	12	11–1774	José da Natividade Chorente (54)
99	— Con	11	5–1776	José Maria de Jesus Marques (55)
100	— x	6	12–1777	Antônio de S. Boaventura (56)
101	— x	5	6–1779	Lourenço da Encarnação (57)
102	— x	5	12–1780	José de Santa Rosa Barreto (58)
103	— x	25	5–1782	Mateus da Encarnação (59)

104 — x	6	12–1783	Manuel de Santo Antônio
105 — x	21	5–1785	José de Santa Rosa Barreto (60)
106 — x	21	4–1787	José de Santa Brígida Ferraz
107 — x	3	1–1789	Matias de S. Miguel (61)
108 — Cap	4	12–1790	Francisco das Chagas de S. Francisco (62)
109 — Con	2	6–1792	José de Jesus Maria Monteiro (63)
110 — Cap	7	12–1793	Francisco de Santa Rita (64)
111 — Cap	3	12–1796	Francisco de S. Bernardo Paiva (65)
112 — Con	26	5–1798	João de Sant'Ana (66)
113 — x	7	6–1799	Antônio de Jesus Maria Nogueira (Caldeira)
114 — Cap	1	2–1800	Antônio de S. Felipe (67a) *
115 — Con	6	6–1801	Manuel dos Querubins (67b)
116 — Cap	4	12–1802	Manuel de Santa Rosa Nunes
117 — Cap	7	12–1805	Francisco de S. José Almeida
118 — Cap	3	12–1808	Joaquim da Purificação (Cabral) (68)
119 — Con	1	6–1810	José da Conceição Molina
120 — Cap	7	12–1811	Manuel de Santa Miquelina
121 — Cap	3	12–1814	Custódio de Santa Rosa Galvão
122 — Con	1	6–1816	Boaventura da Sagrada Família
123 — Cap	6	12–1817	Manuel da Conceição de Maria (69)
124 — Con	5	6–1819	Jerônimo de S. Pedro de Alcântara
125 — Cap	9	12–1820	Manuel de S. Rita (Campelo) Morais (70)
126 — Cap	31	1–1824	Joaquim de Sta. Escolástica
127 — Cap	3	2–1827	Tomás de Aquino (71)
128 — Con	5	7–1828	Anastásio de Sant'Ana
129 — Con	4	6–1831	Francisco de S. José Magalhães
130 — Cap	1	12–1832	Jerônimo do Patrocínio de S. José
131 — Cap	5	12–1835	Francisco de Santo Inácio
132 — Cap	1	12–1838	Bento de N. S.ª das Neves
133 — Cap	4	12–1841	Inácio da Santíssima Trindade
134 — Con	3	6–1843	José de Santa Leocádia Mota (72)
135 — Con	6	6–1846	João Batista do Espírito Santo
136 — Cap	4	12–1847	José de Santa Maria Fonseca
137 — Con	2	6–1849	José de N. S.ª da Saúde
138 — Cap	7	12–1850	Antônio da Rainha dos Anjos (Machado) (73)
139 — Con	24	5–1852	José de N. S.ª da Saúde (74)
140 — Con	7	6–1856	Paulino da Soledade (75)
141 — Cap	5	12–1857	Jerônimo do Patrocínio de S. José
142 — Cap	1	12–1860	Manuel de N. S.ª da Saúde (76)
143 — Con	7	6–1862	Antônio de Santa Rosa de Lima
144 — Cap	5	12–1863	José de Santa Leocádia Mota (77)
145 — Con	3	6–1865	Jerônimo do Patrocínio de S. José (78)

146 —	Con	9	6–1877	Ludgero do Santíssimo Nome de Maria (79)
147 —	Con	5	6–1880	Lourenço da Imaculada Conceição (80) *
148 —	Con	9	6–1883	João de Santa Teresa de Jesus (81) *
149a—			1890	Antônio do Coração de Maria (82a) *
149b—			1893	Taciano Thesing (82b) *
150 —	x	?	4–1895	Adalberto Kirschbaum (84)
151 —	x	?	?–1897	Eugênio Kullmann (85) *
152 —	x	?	?–1898	Adalberto Kirschbaum (86)
153 —	Cap	29	1–1902	José Pohlmann
154 —	Cap	5	12–1904	Eugênio Kullmann
155 —	Cap	18	7–1907	Lucas Vonnegut
156 —	Con	23	12–1912	Atanásio Krajczyk
157 —	Cap	10	10–1916	Serafim Funke
158 —	Con	20	2–1918	Atanásio Krajczyk
159 —	Cap	24	4–1920	Serafim Funke
160 —			1922	Matias Teves (87)
161 —		14	11–1922	Casimiro Brochtrup
162 —	Cap	28	4–1923	Estanislau Cleven
163 —		15	11–1924	Capistrano Niggemeyer
164 —	Cap	24	5–1926	Vicente Senge
165 —		1	1–1928	Pedro Westermann
166 —		23	11–1928	Menandro Rutten (88)
167 —		22	11–1930	Francisco Ewers (89)
168 —		31	3–1933	Capistrano Niggemeyer
169 —	Cap	19	1–1935	Venâncio Willeke (90)
170 —	Cap	9	12–1940	Clementino de Bouché
171 —			9–1942	Feliciano Trigueiro (91)
172 —			2–1944	Leônidas Rampinelli (92)
173 —	Cap	14	10–1944	Eusébio Walter
174 —	Cap	10	1–1948	Isidoro Risse
175 —			11–1951	Daniel Budde
176 —	Cap	10	1–1952	Lino Graflage
177 —	Cap	20	1–1955	Policarpo Cornélius

FREI VENÂNCIO WILLEKE, O. F. M.

ABREVIATURAS BIBLIOGRÁFICAS

AP: Arquivo da Província de Santo Antônio do Brasil
Bahlmann: Frei Amando Bahlmann, O. F. M.
Borges: Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca
Dagoberto: Frei Dagoberto Romag, O. F. M.

Denunciações Bahia: Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil. Denunciações da Bahia (por Heitor Furtado de Mendonça).

Denunciações Pernambuco: Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil. Denunciações de Pernambuco (por Heitor Furtado de Mendonça).

Galvão: Sebastião de Vasconcelos Galvão
Jab.: Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, O. F. M.
Klein: Frei Damian Klein, O. F. M.
LGB: Livro dos guardiães do Convento de S. Francisco da Bahia
LGI: " " " " " " " " de Ipojuca
Leite: Pe. Serafim Leite, S. J.
Loreto: Sebastião de Loreto Couto
Manuel: Frei Manuel Insulano, O. F. M.
Matias: Frei Matias Teves, O. F. M.
Oberborbeck: Frei Fernando Oberborbeck, O. F. M.
Odulfo: Frei Odulfo van der Vat, O. F. M.
Pereira: F. A. Pereira da Costa
Primério: Frei Fidélis M. de Primério, O. F. M.
Sebastião: Frei Sebastião de Jesus
Sinzig: Frei Pedro Sinzig, O. F. M.
Venâncio: Frei Venâncio Willeke, O. F. M.

Notas aos Capítulos

Capítulo I

1. LGI, 18.
2. Jab., III, 485: "Sendo prelado maior desta Província um padre escrupuloso em matéria de milagres, arrancou do livro cartório do convento as fôlhas em que estavam escritas estas palavras que os mais antecessores seus conservaram por tantos anos".
3. Começam as divergências com a indicação do primeiro superior. Jab., III, 478, e LGI, 18.

CAPÍTULO III

1. Jab., III, 477.
2. *Denunciações de Pernambuco* (1594), 212, 213.
3. Id. (1594), 322.
4. Id. (1595), 465.
5. Id. (1595), 427.
6. Id. (1594), 196.
7. Id. (1594), 238, 239. Estas migrações do estrangeiro, como também de outras capitanias do Brasil, para a zona açucareira do Cabo e de Ipojuca, desenvolveram em pouco tempo a vida econômica da região (cf. nota 8, capítulo IV).
8. Id. (1594), 339.
9. Id. (1594), 212.
10. Id. (1595), 425.
11. Id. (1594), 256, 257.
12. Id. (1594), 256.
13. Id. (1594), 198. Antônio Rodrigues, entre outros escravos, tinha um índio pescador. Pero Dias da Fonseca possuia também o engenho Salgado, que se limitava com as terras do Pôrto de Galinha, engenho que depois passou a seu filho Cosme Dias da Fonseca. Aqui se trata do engenho Tabatinga, dado o contexto: "passando pelo caminho que vai para o Cabo", pois o engenho fica perto do Cabo.
14. Id. (1594), 197.
15. Id. (1594), 208.
16. Id. (1593), 163.
17. Id. (1594), 196.
18. Id. (1594), 238.
19. Id. (1594), 172, 173, 256, 257, 196, 197.
20. Id. (1594), 339, 197.
21. Id. (1595), 425, 427.
22. Id. (1594), 296.
23. Jab., III, 479, 480.
24. *Denunciações de Pernambuco*, 263, 264 (cf. Odulfo, 181).

CAPÍTULO IV

1. Jab., III, 477.
2. Pereira, II, 89, 90.
3. Galvão, 313.
4. Barata, 20.
5. Pereira, I, 315, 316.
6. Id., ib., 351, 353.
7. Id., ib., 398, 399.
8. Id., ib., 398.
9. *Denunciações de Pernambuco*. Os historiadores citados das notas 2-4, acima, desconheciam o teor destas denunciações.
10. Id., item 256, 257.
11a. Id., item 172, 173.
11b. Concorda com esta conclusão a data da visita pastoral que o bispo da Bahia, d. Antônio Barreiros, fêz a Pernambuco, de 1584 a 1585, ou, segundo alguns autores, de 1586 a 1587, ocasião azada para a criação de novas freguesias. Cf. Odulfo, 108, nota 11.

12. Id., item 235.
13. Id., item 137.
14. *Denunciações da Bahia,* 450.
15. *Denunciações de Pernambuco,* 196, 198.
16. Leite, V, 344. A expressão "Aldeia da Pojuca", que aparece na mesma fonte (344, 345) explica-se pela vizinhança do rio Ipojuca, sem no entanto significar a sede da paróquia de S. Miguel de Ipojuca. Ainda em 1745, encontramos o têrmo "Aldeia de N. S.ª da Escada na freguesia de Ipojuca", *Rev. do Inst. Arq. e Geogr. de Pernambuco,* dezembro 1903, n.º 60: "Descrição de Pernambuco", 168.
17. *Denunciações de Pernambuco,* 196, 198. A missão de Una foi entregue pelos franciscanos em 1619, e pela segunda vez em meados do século 18 (AP I, 218-220).
18. Cf. nota 11a, supra.
19. Cf. nota 12 supra.
20. Jab., III, 480.
21. Borges, I, 66, 204.
22. Altenfelder, I, 391. Couto, I, IV, 263-264.
23a. *Anais da Bibl. Nac.,* XXVIII, 407 ss.
23b. Borges, I, 83.
24. Ofícios do Govêrno, de 1780 a 1783. Livro VI, 239, inédito.
25a. Pereira, II, 91.
25b. Os vigários seguintes constam dos livros de batizados do arquivo paroquial de Ipojuca.
26. Em 1917, foi nomeado vigário de Ipojuca o pe. José Leal, vigário do Cabo, que deixou de tomar posse, continuando assim os franciscanos a administrar a freguesia (Venâncio, *Resumo histórico,* 78).

Capítulo V

1. *Denunciações de Pernambuco,* 263, 264: "os capuchos doutrinam os gentios da aldeia de Una". Cf. capítulo III.
2. Odulfo, 214.
3. Cf. capítulo XVIII. Sebastião, III, 55.
4. Jab., III, 478.
5. Manuel, 289.
6. Odulfo, 185.
7. LGI, 18. Esta e outras inexatidões históricas de LGI se explicam pelo fato de ter sido êle composto apenas em 1745. Cf. capítulo I.
8. Jab., III, 478, admite que frei Francisco dos Santos talvez tenha ido a Ipojuca "para escolher e delinear a planta", e não na qualidade de superior-fundador. — AP XVIII apresenta a frei Francisco dos Santos como guardião da Paraíba, eleito que foi pela junta de maio de 1603.

9 e 10. Jab., III, 478. LGI, 18.
11. Jab., III, 479. LGI, 10.
12. Jab., id. e II, 108 e 309.
13. Jab., III, 479.
14. LGB, 3, 4.
15. Jab., III, 479. LGI, 18.
16. Jab., id. e 480.

17 e 18. Jab., III, 480.
19. Jab., III, 487.

20. Sebastião, III, 55.
21. Jab., III, 487.
22. Manuel, 289. Jab., III, 487.
23. Manuel, id. Pereira, II, 268 a 271.

CAPÍTULO VI

1. A história da fundação aqui mencionada já não existe. O LGI atual (segunda cópia do original) transcreveu a fundação segundo Jab., III, 477 a 497. A atribuição da construção do convento a Francisco Dias Delgado é negada por Jab., III, 487. Cf. capítulo V.
2. Frei Antônio de Santa Margarida deve ter sido superior interino, pois das tábuas capitulares não consta seu nome entre os guardiães de Ipojuca.
3. Pereira, II, 270, 2717. Nenhuma das fontes franciscanas refere o documento de doação. A informação acima talvez tenha acompanhado a seguinte carta que o mesmo frei Jerônimo, em 1870, dirigiu ao Presidente de Pernambuco:

"Ilmo. e Exmo. Sr.

Em virtude do respeitável ofício de V. Exc. datado de 1.º de dezembro pp. em o qual pede V. Exc. informação sôbre o estado pessoal e patrimônio do convento sob minha administração, passo a informar a V. Exc. que sendo edificado êste convento há 272 anos, segundo consta do respectivo livro, ainda se conserva em bom estado pelos freqüentes reparos que nêle tem havido, prescindindo de outros que se fazem precisos.

Enquanto ao patrimônio (segundo a letra do nosso instituto seráfico) nada possui dito convento além das alfaias necessárias ao culto divino, conquanto já tendo êste convento possuído alguns terrenos que serviam de logrador ao mesmo, doados desde sua edificação, êsses foram usurpados pelos proprietários contíguos, os quais estão ainda empossados.

Religiosos nêle existentes: o atual guardião frei Jerônimo do Patrocínio de S. José — e o porteiro frei José de S. Domingos. — É o que tenho a informar a V. Exc.

Deus guarde a V. Exc.

Convento de St.º Antônio de Ipojuca, 18 de janeiro de 1870.

Ilmo. e Exmo. Sr. Senador Frederico d'Almeida e Albuquerque, DD. Presidente da Província de Pernambuco.

Frei Jerônimo do Patrocínio de S. José
Ex-definidor e guardião".

(Arq. do Palácio do Govêrno de Pernambuco, "*Eclesiásticos*, 1870-1871").

4. Sebastião, III, 54-55. (Do arquivo provincial; o arquivo de Ipojuca nada possuía a respeito do testamento).
5. Pereira, II, 589, diz que Francisco Dias Delgado comprou estas terras, em 1630, a Bento Maciel Parente (depois governador do Pará e do Maranhão), plantando extenso coqueiral.
6. Contradiz êste trecho a nota 2, segundo a qual Francisco Dias Delgado comprou as terras muitos anos depois de casado. Infelizmente nem um nem outro alegam as respectivas fontes. Frei Sebastião se engana, dando d. Paula Moreira como

espôsa de Francisco Dias Delgado Filho figurando ela alhures como segunda mulher de Francisco Dias Delgado pai, depois da morte de d. Catarina Moreno. Cf. *Livro do Tombo do Mosteiro de S. Bento de Olinda*, 63-v., 64.

7. Id., ibid.
8. Pereira, II, 588, afirma que em 1785 a propriedade caiu em abandono. Considerada vaga pelo juízo competente, em 1805 requereu e obteve sua posse o coronel Manuel Joaquim Barbosa de Castro. Havendo protestos por parte de Pedro Américo da Gama, herdeiro e descendente do instituidor, sairam os herdeiros dêste vitoriosos em 1830, quando já eram mortos os contendores. Receberam os herdeiros de Gama a importância de 6:127$500, correspondente à renda da propriedade relativa aos anos de 1806 a 1827. Tanto Jaboatão (em 1763) III, 489, como, 40 anos depois, frei Sebastião de Jesus dão como sucessor de então o comandante regente Francisco de Melo Albuquerque (por morte do irmão coronel regente Antônio de Albuquerque Maranhão). É de estranhar o silêncio de frei Sebastião a respeito do estado anormal que reinou de 1785 a 1805. Não consta a data da definitiva supressão do testamento acima.
9. Do lado da Epístola fica o altar de S. José, que, parece, nunca teve protetores. A única nota referente ao altar registra a aquisição da nova imagem de S. José, na gestão de frei Rafael da Conceição (1761-1764). Cf. LGI, pág. 27. Junto ao arco da capela-mor, já em meados do século 17, ficava a sepultura rasa de d. Brites de Albuquerque e de seu espôso Paulo Gomes de Lemos, "pessoa muito autorizada", aparecendo gravadas na campa as armas da família. Borges, II, 210, 302.
10. Segundo Jab., III, 488, 489, e Sebastião, não foi antes de 1630, o que corresponde à afirmação de Pereira, II, 588, ao indicar o dia 19 de novembro de 1632, e salientar que "na instituição do mencionado vínculo figurava não sòmente a propriedade, em tôda a sua extensão, como também os sítios, casas, pesqueiras e doze vacas". Jab. e Sebastião, contudo, apontam trinta vacas.
11. Jab., III, 494, 495. Cf. Pereira, III, 512.

Capítulo VII

1. Cf. Roewer, 57, 294. Odulfo, 207.
2. AP, 3, 35-v.
3. Pereira, I, 523.
4. Jab., III, 487.
5. *Documentos Históricos*, XV, 46 e ss. A fôlha data de 1617, mas a trasladação em Olinda se fêz em 1626. "As duas casas que de novo fizeram" são os conventos de Ipojuca e Recife.
6. *Anais da Bibl. Nac.*, Rio, XXVIII, 321.
7. Id., 418.
8. Coleção *Memórias*, I, 39, 40. *In* Arquivo Nacional, Rio.
9. Pereira, I, 524, baseado *in* Jab., IV, 783.
10. Jab., IV, 784, 786.
11. Id., 789-791.
12. Id., 812, 813. Os últimos textos entre aspas são de Pereira, I, 424-425.

Capítulo VIII

1. Em 1644, os holandeses se apossaram em Ipojuca de alguns objetos preciosos do culto, vendendo-os por 2.103 florins, conforme consta de *Dagelijksche Notulen*, III, sob as datas de 10-X-1644, 15-IV e 10-XII-1645. Entretanto, a maior parte dos vasos sagrados fôra salva, ao ensejo da retirada para as Alagoas, a 18 de

janeiro de 1637. Cf. *Memórias diárias,* 250, e Gonçalves de Mello, *Antônio Dias Cardoso,* 12. "Em janeiro de 1637, Antônio Dias Cardoso foi incumbido com os capitães Estêvão de Távora e Ascenso da Silva e o governador dos Pretos Henrique Dias de ir à povoação de Ipojuca, em território ocupado a fim de retirar dali vinte e tantos cálices, seis custódias, alguns vasos sagrados e uma cruz em que estava uma relíquia do Santo Lenho (dos vários conventos de Pernambuco)".

2. Pereira, II, 566.
3. *Memórias diárias,* 184, 185.
4. LGI, 19.
5. Laet, 578. Jah., III, 517.
6. Jab., II, 184.
7. Laet, 596.
8. Jab., III, 507-508.
9. Dagoberto, 69.
10. Jab., III, 482. LGI, 19.
11. Pio dos Santos: *O convento de Santo Antônio do Recife,* 18.
12. Dagoberto, 69.
13. *Rev. Inst. Geogr. Hist. Bahia,* V, 287.
14. Entenda-se por "ausência dos franciscanos" o seu afastamento do convento, não porém de Ipojuca, como depois se esclarece. *Dagelijksche Notulen,* II, sob as respectivas datas.
15. Jab., II, 395, n. 411, 412.
16. LGI, 19. Jab., III, 482, 483.
17. Calado: *O Valeroso Lucideno,* I, 384, 385. Id. Nieuhof, 121.
18. *Rev. Inst. Geogr. Hist. Bahia,* 150. Nieuhof, 152.
19. LGI, 19. Jab., III, 482, 483.
20. *Extracten uit de Notulen van den Hooge Bade in Brasil van den jare,* sob a data de 17 de maio de 1647.
21. Id., Ibid., 5 de outubro de 1647.

Capítulo IX

1. Jab., III, 495, 497.
2. Id., 407.
3. Id., 407.
4. LGI. 28.

Capítulo X

1. Jab., III, 490. LGI, 20, dá os nomes por extenso: pe. Antônio Pereira da Cunha e pe. Francisco Martins *Pereira*. Foi celebrante da missa cantada o pe. guardião frei Mateus. Cf. Pereira, III, 509 e ss.
2. Jab., id., ibid. A concluir por sua narração, as obras começaram em julho de 1664, pois "aos quatorze meses e dez dias depois que se deu princípio à fábrica desta capela, estando já perfeita e acabada de todo se colocou nela a sagrada imagem do Senhor". LGI, 20, o confirma, atribuindo a frei Mateus tão sòmente o lançamento da pedra fundamental apesar de haver êsse religioso continuado na guardiania até 19-IV-1664: "em seu tempo deu princípio à capela do Bom Jesus. botando a primeira pedra com solenidade".
3. Jab.. III. 490. 491. Segundo LGI, 21, havia "grande concurso de gente", os oito religiosos iam "revestidos de alvas e estolas", e o comissário provincial frei Bernardo era "definidor atual".

4. Jab., id., ibid., 489. A crônica data de 1763, segundo atesta na última linha do capítulo XXXIII: "no mês de maio *dêste ano de 1763*".

Capítulo XI

1. Jab., III, 491.
2. Id., ibid., 492.
3. Id., ibid., 493. Cf. Sebastião, III, 55-v.
4. Jab., III, 493.
5. Id., ibid., 493, 494. O assunto inspirou dois quadros a óleo que figuram no fôrro da nave principal, acima do côro.
6. Id., ibid., 494.
7. A respeito das numerosas invocações do Crucificado, escreve o pe. Manuel Barbosa in *A Igreja no Brasil*, 263: "Como enternece a alma católica procurar um bálsamo para mitigar as dores físicas e morais, invocando o Senhor Bom Jesus da Agonia, da Esperança, da Consolação, da Boa Sentença, do Bonfim, dos Navegantes, do Bom Caminho, dos Milagres, dos Pobres, dos Necessitados, dos Agonizantes... dos Perdões, dos Remédios, da Cana Verde..." Os mais célebres santuários brasileiros dedicados a N. Sr. Jesus Cristo são: Sr. do Bonfim e Sr. Bom Jesus da Lapa, Bahia; Sr. Santo Cristo de Ipojuca, Pernambuco; Sr. Bom Jesus de Matozinhos e Sr. Bom Jesus de Congonhas, Minas; Sr. Bom Jesus de Pirapora e Sr. Bom Jesus dos Perdões, São Paulo; e Sr. Bom Jesus de Iguape em Santa Catarina. O santuário de Ipojuca é dos mais antigos.
8. Jab., III, 494.
9. Id., ibid., 494.
10. I, Reis, 6, 8 e ss. As lendas antigas incorporam a miúde fatos da Sagrada Escritura, gozando de predileção o carro de bois com as particularidades acima descritas.
11. Esta lenda, oralmente transmitida de uma geração à outra, conserva-se viva entre o povo. Cf. *O devoto do Sr. Santo Cristo*, 10, 11.
12. Jab., id., 494.
13. Id., ibid., 494, 495. Cf. Pereira, III, 511.
14. Jab., 493. Desde a festa do Sr. Santo Cristo em 1-1-1936, a imagem milagrosa ocupa o altar-mor, ficando na capela lateral a imagem do Sagrado Coração de Jesus.
15. Jab., III, 489, 490.
16. I, Reis, 6, 8: "Tomareis a arca do Senhor e a poreis sôbre o carro e poreis a seu lado numa caixinha as figuras de ouro..."
17. Teodoreto, *Vita Brunonis*, 1.

Capítulo XII

1. Desde as primitivas peregrinações à Terra Santa até as do Ano Santo e as romarias regionais, a Santa Sé concede abundante indulgências aos peregrinos, e privilégios especiais aos sacerdotes. O santuário ipojucano mereceu esta distinção em 1936.
2. As referências a peregrinações da antiguidade foram colhidas in Koetting, *Peregrinatio Religiosa*.
3. Jab., III, 489.
4. Sebastião, III, 54, 55.
5. Ainda hoje, há santuários como o de Santo Amaro de Sirinhaem, em que a época de romarias se limita quase exclusivamente ao tempo da novena e festa anuais.

6. Um inventário de 1852 aponta "seis túnicas para os profetas e todos os mais preparos para uma Semana Santa sem faltar coisa alguma". Cf. AP, VII, 1, 45, 45-v.
7. Jab., III, 511, 512.
8. Id., ibid., 495.
9. LGI, 32.
10. *Rev. Inst. Arq. e Geogr. de Pernambuco*, LIV, 29 e ss.: "Depois de 1842 estabeleceu-se uma outra oficina de gravuras (em cobre impressas com tinta de côres em prensa especial) na Rua Nova do Recife n.º 63". Aí se imprimiam as estampas da imagem milagrosa do Sr. Santo Cristo. Dessa execução não se conservou exemplar algum no arquivo franciscano.
11. D. João Marques Perdigão faleceu em 1865, não constando do arquivo ipojucano a data da indulgência concedida pelo saudoso Bispo. Dêle ficou, porém, o *Itinerário das visitas do Bispo de Pernambuco*, onde se contempla Ipojuca através das seguintes notas:

    "Dia 31 (de dezembro de 1834). Sahi de Nazaré pelas cinco horas da manhã e me dirigi á freguezia de Ipojuca onde cheguei pelas oito horas da mesma manhã. Fui recebido com applauso e debaixo do pálio conduzido á matriz, onde, cantado o Te Deum, ouvi missa e fui hospedado no convento dos franciscanos.

    1835. Dia 1.º de Janeiro. Celebrei pontificalmente na festa do Santo Christo pelas onze horas e de tarde conduzí o Smo. Sacramento em solene procissão durante a qual pegou fogo na capela do mesmo Santo Christo, por cujo motivo as mulheres choraram e repentinamente correo todo o povo á egreja e depois de apagado o fogo bradou em altas vozes, dando vivas ás imagens e assistindo ao sermão, Te Deum e fogo artificial que acabou pelas 11 horas.

    Dia 2: Pelas 10 horas abri a vizita, praticadas as ceremônias do costume, sendo os responsórios cantados pelos religiosos franciscanos. O sacrário e mais utensilios estão decentes. Fui segunda vez recebido debaixo do palio, e fiz pratica do costume e depois crismei mais de 200 pessoas e finalizei o acto fazendo oração ao St.º Christo, tido em grande veneração pelos povos desta e outras freguezias...

    Dia 4. Ouvi missa por estar doente dos olhos e depois crismei quasi 400 pessoas e no fim desta ação vizitei o Santo Christo." *Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasil.*, LV, parte I, 27, 28.
12. AP 1, 12, dia 10-VI-1862. Ainda se conserva o relicário que serviu nas exposições antilitúrgicas.

Capítulo XIII

1. Jab., III, 493.
2. Segundo o *Livro do Tombo do Mosteiro de S. Bento de Olinda*, 63-v., 64, Francisco Dias Delgado era morador da freguesia de S. Miguel de Ipojuca a 8 de novembro de 1623, data em que ofereceu aos beneditinos um legado de duas casas sitas no Recife.
3. Jab., III, 497.
4. AP I, 1.
5. Pe. P. Fernandes, 1, 17. *Acta Leonis XIII ad Tertium Franciscalem Ordinem spectantia*.
6. Id., 50.
7. Id., 51.
8. Id., 47.
9. Id., 39.

10. *Livro das Vestições e Profissões da fraternidade terciária de Ipojuca,* iniciado em 1896.
11. Fontes da presente lista: 1. *Acta capitularia* (1703-1811); 2. *Acta capitularia originalia* (1787-1844); 3. *Tábuas capitulares* (1831-1881); 4. Fragmentos do *Livro do Tombo do convento de Santo Antônio do Recife* (1808-1834); 5. LGI.
12. Pres. = Presidente.
13. G. = Guardião.

CAPÍTULO XIV

1. Haebler: *Die Anfaenge der Sklaverei in Amerika,* 176 e ss. Cf. Odulfo, 104, nota 1.
2. Jab., IV, 791, 792.
3. Nieuhof, 17.
4. Pinho: *História de um engenho,* 163 e ss.
5. Odulfo: *São Benedito o Prêto e seu culto no Brasil.*
6. Idem, ibid.
7. Jab., III, 511-512. A irmandade de Sirinhaém deve datar pelo menos da primeira metade do século 18, pois já em 1755 existia projeto para uma futura capela de S. Benedito com o arco (em pedra lavrada) aberto no corpo da igreja franciscana de Sirinhaém.
8. Roewer, 77.
9. A precedência da festa de S. Benedito sôbre a de S. Roque (celebrada pela O. 3.ª a 2 de janeiro) talvez permita a conclusão de que a irmandade de S. Benedito já existia antes da Ordem Terceira, i. é, antes de 1703.
10. O único documento que havia no arquivo franciscano de Ipojuca sôbre a extinta irmandade de S. Benedito, perdeu-se no incêndio de 1935: "Inventário das alfaias pertencentes à mesma irmandade". Como última relíquia chegou aos nossos dias a *imagem* do santo prêto. Ao que parece, houve ainda duas irmandades para os irmãos de côr, com sede em Ipojuca: a capela de N. S.ª do Livramento dos Homens Pardos, e a de N. S.ª do Rosário, esta desaparecida desde o século passado.

CAPÍTULO XV

1. LGI, 24.
2. Contam os antigos que no local da atual Casa dos Romeiros ficava a senzala, da qual se vêem ainda restos de alicerces.
3. *Memórias,* I, 39-40. Arquivo Nacional.
4. AP I, 12, f. 67.
5. AP I.
6. Haebler: *Die Anfange der Sklaverei in Amerika,* 176 e ss.

CAPÍTULO XVI

1. *Elenchus archivi Conventus S. Franoisci Bahiani — Santo Antônio,* XVII/XIX (1940-1941), 31-37.
2. AP I, 1. O documento leva as assinaturas do pe. comissário visitador frei Jácome da Purificação e do secretário frei Masseu de S. Francisco, e é datado de 24 de abril de 1648. Cf. Inventários.
3. Jab., III, 496, 497.
4. Id., ibid., 478. Conservam-se no convento de Ipojuca duas cabeças (imagens de barro) que representam santos franciscanos. Foram encontradas nas escavações

feitas em 1935, na capela-mor do santuário e no local da antiga matriz de S. Miguel.

Capítulo XVII

1. *Denunciações de Pernambuco,* 296 e XXX.
2. Pinho: ob. cit., 283.
3. Cf. capítulo IV.
4. Jab., III, 514, refere â pobreza que reinava em Sirinhaém movendo os frades a ensinarem gratuitamente. Os mesmos sinais de pobreza e decadência se notavam em Ipojuca, segundo Jab., III, 477.
5. Jab., III, 497. Esta passagem, escrita em 1763 (cf. p. 489) prova que a escola de gramática não se fechou, apesar da proibição pombalina de 1760.
6. Circular do Ministro Provincial frei Antônio de Santa Isabel, do Convento de S. Francisco da Bahia, em 28 de maio de 1760, documento reproduzido in *Relatório com que o Sr. F. A. Pereira da Costa dá conta ao Exmo. Sr. Presidente da Provincia da comissão de que fôra encarregado em 2 de março de 1886*. Recife, tip. de Manuel Figueroa de Faria e Filhos, 1886. A p. 1, escreve Pereira da Costa: "não será de pequeno interêsse a consignação de um documento que encontrei na livraria do convento de Santo Antônio do Recife, nos fragmentos de um livro de atas da Província de Santo Antônio do Brasil, que começou a ser escriturado em 1714, documento êste que reputo de muito interêsse à história da instrução pública". Eis a circular, na íntegra:

"Frei Antonio de Sta. Isabel.

Senhor Guardião. Por alvará de sua Magestade que Deus guarde se prohibiram os estudos de grammatica neste Estado da Bahia e Capitania de Pernambuco. Este foi o motivo que tive para na mesma Congregação não nomear mestres para os conventos desta Província, como sempre se costumou e como não sei se chegou a noticia do dito alvará a este sobredito convento o aviso para de hoje em diante não consinta V| Caridade a continuação da classe de grammatica para não incorrermos nas penas que no dito alvará se declaram contra os transgressores e se o povo reclamar, lhe dirá V. C. recorram por via da Camara onde a houve e por meio do Juiz Ordinario onde não houver Camara, aos diretores de estudos e quando se alcance licença para continuar o estudo e na mesma forma que até agora ensinávamos avise V. C. ao mestre que até o presente o era desse convento que continue o seu ministerio com advertencia porém, que se na licença concedida disserem os diretores que seja o mestre examinado por esta ou aquela pessoa não consinta V. C. tal, pois aos mestres de grammatica dos conventos desta Provincia lhes basta o exame e aprovação dos nossos prelados maiores. No convento de Serinhaem concedida a licença na forma sobredita, ensinará grammatica pro interim o Ir. Pregador e Presidente do convento Frei Mariano de St.° Antonio. Esta carta mandará V. C. ler em plena comunidade para que a todos conste a obediencia que tem esta provincia ás ordens de S. Magestade e V. C. a remeterá ao convento mais vizinho para ir correndo todos os conventos até o da Parahiba inclusive assinando-a todos os guardiães e do último convento nos será remetida. Convento de N. Padre S. Francisco da Cidade da Bahia, 25 de Maio de 1760. *Frei Antônio de Sta. Izabel,* Ministro Provincial." — Cf. I. A. Pe. n.° 4.

7. Cf. nota 1, acima. Klein: *Die Franziskaner — Ordensprovinz in Nordbrasilien — Manuskript,* 20.

8. *Livro do Tombo do Convento de Santo Antônio do Recife*, 47.
9. Willeke: *Ruínas e vida nova em Ipojuca*.

Capítulo XVIII

I — *Frei Antônio de Santa Clara*

1. Kower: *O Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro*, 40.
2. Jab., III, 164.
3. *Denunciações da Bahia*, 450.
4. AP, 31, LGB, 6, 7.
5. Jab., III, 164.
6. *Memórias diárias*, 207.
7. Jab., I, 240.
8. AP, I, 1. Jab., I, 240, e III, 528.
9. Jab., III, 536.
10. AP, 122.
11. AP, 9, n.º 20.
12. Jab., III, 488.
13. Idem, ibid., 492 e 493.

II — *Frei Simão das Chagas*

1. Jab., I, 281.
2. Jab., II, 94.
3. Jab., I, 281. AP, 31, 9. Cf. LGB, 9.
4. AP, XIV/6, fl. 43-v.
5. Jab., I, 270 e 282.
6. AP, I/1, pág. 132.
7. Jab., I, 317.
8. AP, I/1, 136.
9. Jab., I, 321. AP, III/1, n.º 172, 173, XVIII/19 e I/13.

III — *Frei Paulino da Soledade*

1. AP, X/4, 77. XIII/4, n.º 209.
2. AP, IX/3; X/4, 77; XIII/4, f. 9; XIII/4, n.º 209.
3. AP, X/3.
4. AP, XII/6.
5. Id.
6. AP, XII/7.
7. AP, XI/3 e XII/8.
8. AP, XI/2.
9. AP, XII/8.
10. AP, XI/3.
11. AP, XI/2.
12. AP, XII/10.
13. AP, XII/10 e 11.
14. AP, XI/2.
15. Id., ibid.
16. AP, XIII/4, f. 36.
17. Matias, 67.

18. O arquivo do provincialado franciscano do Recife conserva duas letras obedienciais, referentes a frei Paulino, datadas de 1877 e 1881 (AP. XIV/4, fls. 78 e 79).

Capítulo XIX

1. AP, III,3, 4.
2. LGI, 28.
3. Para prevenir dúvidas, advertimos que tanto a sepultura de frei Gaspar como a de frei Antônio não podem ser localizadas com certeza, visto serem recentes as lousas atuais.
4. A lista de óbitos é incompleta. De 1684 a 1744, época de muitos religiosos, faltam todos os dados, pois os livros se perderam. Desde o século XIX, tem morrido poucos franciscanos em Ipojuca: os frades doentes e idosos se retiravam para o Recife, onde o convento de Santo Antônio mantinha enfermaria. As iniciais que se seguem aos nomes significam: S, sacerdote; I, irmão; C, corista. Os números indicam os anos de morte. Serviram de fontes: Jab.; AP, III, 1, 2, 5, 6; LGI, para citar as principais.
5. *Livro Velho do Tombo do Mosteiro de S. Bento*, I, 104. D. João V, de Portugal, queria igualmente ser enterrado com o hábito de São Francisco (Jab., IV, 792). O costume de servir de mortalha o hábito franciscano já existia no Brasil antes de se instituir no país a O. 3.ª secular (*Princípios*, 119).
6. Pereira, 588, e *Miscelânea*, III, 54, 55. Pereira não menciona a fonte, faltando a data de 19-XI-1632 nos arquivos franciscanos.
7. Jab., III, 495.
8. LGI, 27. Nos conventos franciscanos de Sirinhaém e Igaraçu, existem ainda as sepulturas antigas de igreja, entre a mesa da comunbão e a porta principal da entrada, em número de aproximadamente 50, enquanto o claustro de Sirinhaém conta 52 sepulturas. Também a sala de capítulo servia para sepultamentos (Jab., 452).
9. Primério, 317.

Capítulo XX

1. Dagoberto, I, 5, tratando das missões de Pernambuco. Quanto ao ensino, cf. capítulo XVII.
2. AP, XVI, 1. Ordem régia de 17-IV-1709 proibiu a construção de conventos franciscanos sem licença régia. Nas aldeias de índios missionadas pelos franciscanos, via-de-regra, havia apenas um a dois missionários (AP, I, 1, 151-173; AP, I, 8, f. 6, 8, 10, 11-v, 34 e ss.).
3. AP, XVI, 5. Carta régia de 30-I-1764 proibiu a aceitação de noviços até nova ordem.
4. Cf. nota 6 ao capítulo XVII.
5. *Anais da Bibl. Nac.*, XXVIII, 407. Em 1739, o convento de Ipojuca tinha 18 religiosos, inclusive os que trabalhavam nas missões. LGI, infelizmente, não menciona os serviços missionários dêsses franciscanos.
6. *Informação Geral da capitania de Pernambuco* (1748-1749), 418, referindo-se a Ipojuca: "o convento de Santo Antônio tem dezanove religiozos..."
7. Mapa geral dos conventos, in Arquivo Nacional, coleção *Memórias*, I, 39, 40.
8. Cf. nota 4 ao capítulo XII.
9. Frei João de Santa Teresa, último guardião da Província antiga, teve no LGI o nome e a data de morte errados.

10. LGI, 50.
11. Matias, 66.
12. Klein: *Randglossen zur Geschichte der Provinz.*
13. Bahlmann: *Memoiren eines Bischofs der Nordbrasilianischen Franziskanerprovinz.* Id., *"Necrologio de d. frei Amando"*.
14. *Chronica Provinciae*, 95. Kirschbaum: *Aus der Geschichte unserer Niederlassung in Ipojuca.*
15. Oberborbeck: *"Frei Joaquim do Espírito Santo*, O. F. M.".

CAPÍTULO XXII

OBRAS DE ARTE

1. Jab., III, 478, contesta que frei Francisco dos Santos tenha sido superior de Ipojuca, segundo afirma o LGI e, em 1640, frei Manuel de Santa Maria, custódio e irmão carnal de frei Francisco. Jaboatão não nega que nos princípios da fundação ipojucana, frei Francisco houvesse traçado a planta do futuro convento. Cf. notas 6 e 7 ao cap. V.
2. LGI, 27.
3. Willeke, 53.
4. *Lexikon fur Theologie und Kirche*, Band 6, Spalte 250.
5. Orosimbo Nonato da Silva: *"Impressões do Santuário do Sr. Santo Cristo de Ipojuca"*.
6. Ao ser feita a nova encarnação da imagem, em 1937, partiu-se a trave transversal da cruz, deixando patente a emenda artificial.
7. Sinzig: *S. Francisco e seu culto no Brasil*, 166.
8. Jab., III, 493.
9. Desta enumeração constam apenas os objetos de arte antiga. Comparando-se com o inventário de 1852, notam-se enorme perda de imagens, devido, provàvelmente, ao abandono do convento em fins do século XIX.

CAPÍTULO XXIII

1. Livraria significa biblioteca. Havendo o convento de Ipojuca permanecido apenas cinco anos em poder dos holandeses, as perdas de livros não terão sido tão grandes como nos demais estabelecimentos de Pernambuco e da Paraíba. De tôdas essas obras não chegou sequer um exemplar ao nosso tempo. AP, I, 1.
2. O relicário usado para a exposição do SS. Sacramento sôbre as imagens do Crucificado se generalizara bastante. Constituindo, porém, uso anti-litúrgico, foi proìbido pelos arcebispos da Bahia em 1814 e 1829, e afinal pelo Pe. Visitador da Província, a 10 de julho de 1862. (Cf. AP, I, 12). Na igreja conventual do Destêrro de Salvador (Bahia) há atualmente (1952) uma imagem do Crucificado, no altar-mor, tendo embutido no peito relicário que servia à mesma finalidade.
3. A imagem de S. Boaventura acha-se no convento franciscano de Olinda. As de S. Vicente, S. Cosme, N. S.ª da Soledade, Sant'Ana, S. Joaquim e N. S.ª do Rosário já não existem. A atual imagem de N. S.ª da Soledade foi doada ao Santuário em 1940, sendo como as demais antigas, de madeira.
4. AP, VII, 1, fls. 45, 45-v, extraído do *Livro dos inventários dos conventos do norte*. O presente inventário leva a assinatura de frei Antônio da Rainha dos Anjos Machado, guardião de Ipojuca, e a data de 5 de julho de 1852.

Capítulo XXIV

1. Jab., III, 478. LGI, 18, dá erradamente 1605 como ano da chegada dos primeiros franciscanos a Ipojuca.
2. Jab., III, 479 e II, 309. Jab. indica como data da junta ora 22 ora 28 de outubro. Cf. Odulfo, 169.
3. Jab., III, 480.
4. Jab., III, 383. Frei Manuel da Piedade acompanhou Jerônimo de Albuquerque até o Maranhão, em 1614. Em 1631, foi mortalmente ferido na Paraíba, onde assistia as tropas brasileiras em combate contra os holandeses.
5. Jab., I, 231. Frei Simão foi nomeado no comêço do ano, cf. Jab., III, 383. Cf. Odulfo, 177.
6. Jab., I, 232. Frei Boaventura foi nomeado em fins do ano. Cf. AP, 31, onde êle figura como guardião da Bahia de 1624 a 27, cabendo talvez a seguinte interpretação: Em 1621 ou 22, saiu eleito para a Bahia o guardião frei Bernardino de São Tiago, que ocupou o cargo até 1625, ano da expulsão dos holandeses, uma vez que no capítulo de 1624 (fins do ano) não houve eleição de superior para a Bahia, esta ainda ocupada pelo inimigo. Parece que a êsse tempo frei Boaventura passou como guardião de Ipojuca. Nessa hipótese, teria sido guardião da Bahia apenas de 1626-28, e anteriormente, de 1624 a 26, guardião de Ipojuca.
7. Jab., III, 384. Frei André foi nomeado em fins de 1627.
8. Jab., II, 331, e III, 152. Frei Manuel saiu nomeado em fins do ano.
9. Frei André foi nomeado antes de 1.º de maio, falecendo em 1635 em Madrid. AP, 31, 21 e Jah., III, 329.
10. Jab., II, 332 e 398; id., III, 329. O capítulo celebrou-se em Ipojuca em fins do ano. Frei Manuel faleceu em março de 1641, em viagem marítima.
11. Jab., III, 482. A congregação talvez date de fevereiro de 1635, segundo *Memórias Diárias*, 184, 185.
12. Jab., III, 482. A junta se efetuou em fins de 1637 ou princípios de 1638 (Jab., III, 329, 482 e 508).

13a. Em 1639 ou 40, começou o exílio dos franciscanos de Ipojuca. Os religiosos que escaparam à prisão ficaram escondidos, elegendo talvez frei Jácome da Purificação, visto como o mandato de frei Pantaleão teria cessado no capítulo de 6 de agôsto de 1639, e não consta eleição de sucessor.

13b. Jab., III, 482; I, 274; II, 395. Há nessas passagens certas contradições, figurando Frei Jácome ora como guardião eleito no capítulo de frei Francisco das Neves (1642 ou 43), ora como presidente do oratório eleito no mesmo capítulo.

14. Jab., 483.
15. Monte Carmelo, in *Memórias Históricas*, 45, diz que frei Gaspar tomou parte nas duas memoráveis batalhas dos Guararapes (1648 e 49).
16. AP, 8, 3. Jab., I, 270.
17. LGI, 20, dá erradamente frei Manuel dos Mártires.
18. Jab., III, 490.
19. Jab., III, 491.
20. AP, 1, 129. Frei João renunciou.
21. AP, 1, 129. Ao que parece, frei Rogério foi nomeado no mesmo capítulo de 1673.
22. AP, 1. 129.
23. AP, 9, 160. LGI, 22, alega um breve apostólico de 13 de novembro de 1680, mas que deve ser de 15 de dezembro de 1685. Cf. Jab., I, 317, n.º 261. O capítulo celebrado no Recife a 24 de fevereiro de 1685 parece ter confirmado o guardião frei Antônio da Penha, sem ter havido outro superior entre êle e frei Filipe.
24. Cf. AP, 1, 135, 136.

25. Renunciou imediatamente, sendo na mesma congregação nomeado guardião de Olinda e substituído em Ipojuca por frei André. Cf. AP, 1, 135, 136.
26. AP, 1, 135, 136.
27. Ex-missionário dos índios de Una (Pernambuco).
28. Renunciou. Cf. AP, 1, 142. Ex-missionário dos índios de Itapicuru (Sergipe).
29. AP, 1, 142, Ex-missionário de Una.
30. LGI, 24, aponta como guardião eleito em 1705 a frei João da Natividade Cavaco, ao passo que AP, 1, 149, indica a frei Plácido da Encarnação (ou da Purificação) havendo êste renunciado.
31. LGI, 24, dá como sucessor de frei Plácido a frei Filipe de Jesus, o qual, entretanto, era ao mesmo tempo porteiro do convento da Bahia. Segundo AP, 1, 149, deve ser frei Filipe da Madre de Deus.
32. Tendo renunciado frei Félix de S. João Batista, aparece como sucessor in LGI, 24, frei Amaro da Conceição, enquanto AP, 1, 150, fala em frei Mateus da Natividade.
33. AP, 1, 150.
34. AP, 9, 731.
35. *Indice de várias notícias pertencentes ao Brasil... do govêrno do Conde de Sabugosa*, 2, 4, 8, in arquivo do IMGB.
36. AP, 9, 731.
37. AP, 9, 887; AP, 44, 74.
38. AP, 38, 80v.
39. AP, 9, 876; AP, 38, 76
40. AP, 9, 728.
41. AP, 38, 100.
42. AP, 9, 894.
43. AP, 9, 853.
44. Renunciou.
45. Governou mais de um ano, como presidente *in capite*.
46. AP, 9, 969.
47. AP, 9, 951.
48. AP, 9, 809.
49. AP, 9, 894.
50. AP, 9, 969.
51. AP, 9, 820 e 745.
52. AP, 9, 915, 916. AP, 30.
53. AP, 9, 979.
54. AP, 9, 1010.
5. AP, 9, 890.
56. AP, 5, enumera todos os guardiães, de frei Antônio de S. Boaventura (1777) a frei José de N. S.ª da Saúde (1850).
57. AP, 9, 979.
58. AP, 9, 959.
59. AP, 1, 190.
60. AP, 9, 959.
61. AP, 9, 1070.
62. AP, 9, 1012.
63. AP, 9, 1056.
64. AP, 95, 1079 e AP, 30. Frei Francisco era apelidado "o Xispa".
65. AP, 9, 1036; AP, 30. Frei Francisco de S. Bernardo Paiva faleceu como guardião em dezembro de 1797, estando pois errada a indicação posterior de LGI, 30, segundo a qual o mesmo teria sido reeleito em 1800 e 1801.

66. AP, 1, 193. Frei João renunciou a 7 de junho de 1799. AP, 9, 1114.
67a. AP, 9, 1074.
67b. Missionário de Aricobé e Juazeiro (Bahia).
68. AP, 9, 1124. Faleceu em Ipojuca, no ano de 1809.
69. Apelidado "o Ganganelli", transitou (IX-6).
70. LGI acrescenta o nome de família "Campelo"; aparece em outras fontes o nome de Morais.
71. Transitado em 1835 (IX-3).
72. Faleceu em Ipojuca a 25 de novembro de 1867.
73. AP, 6, aponta os guardiães seguintes, até frei João de Santa Teresa, inclusive (1883).
74–77. XI-2.
78. AP, I4, 1.078. Faleceu como guardião, a 6 de novembro de 1876.
79. XI-2.
80. Ex-missionário de Aricobé (Pernambuco).
81. Faleceu a 24 de junho de 1890, e foi o último guardião brasileiro do convento.
82a. Sendo guardião do convento de Sirinhaém, administrou frei Antônio o de Ipojuca. até cêrca de 1892.
82b. A nomeação feita pelo Superior Provincial, frei Autônio de São Camilo de Lélis, data de 15 de setembro de 1893 e consta de AP, XIII, 3B, fls. 124, 124v. De fato, frei Taciano era guardião do Convento de Santo Antônio do Recife (AP XIII, 3B, fls. 120) tomando posse apenas em fevereiro de 1894, segundo refere Bahlmann (Ap. XIII, 3B, fl. 119).
83. A partir de 1893, frei Amando Bahlmann visitou por diversas vêzes êsse convento, pregando missões em preparação às festas do Sr. Santo Cristo, de 1.º de janeiro de 1894 e 1895.
84–86. Não constam as datas certas das nomeações. O nome de frei Eugênio falta completamente em LGI, constando porém o seu guardianato em outras fontes, p. ex., *Litterae provinciales*, 1893-1901, fl. 45, AP.
87. Superior interino, cuja gestão foi de poucas semanas.
88. Confirmado no capítulo de 17 de abril de 1929.
89. Confirmado no capítulo de 21 de janeiro de 1932.
90. O convento ipojucano, que a partir de 1926 se integrava na categoria de residência, pelo capítulo de 15 de janeiro de 1938 recobrou seus antigos foros de guardiania, perdendo-os de novo em 1955.
91. Em face da situação difícil criada para os franciscanos alemães com a última guerra, retiraram-se êles de Ipojuca em setembro de 1942, lá permanecendo três religiosos brasileiros até 14 de outubro de 1944, quando o capítulo provincial ocupou o convento com o devido número de inquilinos.
92. Franciscano da Província da Imaculada Conceição, durante a temporada crítica da guerra prestou relevantes serviços ao convento e ao santuário de Ipojuca, e ainda a outros conventos da província de Santo Antônio.

ÍNDICE DE FRANCISCANOS

Convenções

A letra *G*, seguida de um ou mais números, assinala os guardiães do Convento de Ipojuca, por ordem cronológica, tal como figuram êles na *relação de superiores*, constante do capítulo XXIV.

CT corresponde a Comissário dos Terceiros. O número ou números que se lhe seguem são os da *relação de comissários*, constante do capítulo XIII.

O *asterisco* após o nome indica o franciscano que pertence a outras províncias.

Adalberto Kirschbuam: 11, 36, 45, 55, 56, G 150 e 152.
Agostinho de São Luís: G 43.
Aleixo da Madre de Deus: 29.
Alexandre de Santa Maria: 26, G 93.
Aloísio Pietruschka: 52.
Álvaro de Santa Maria: G 8.
Amando Bahlmann: 55, 56, 70.
Amaro da Conceição: 69.
Amaro do Pilar: G 71.
Anastásio de Santana: G 128.
André das Chagas: 52.
André de Santa Catarina: G 40.
André de São Francisco: G 9.
André de São Francisco Barbalho: G 12.
André de São Luís: CT 25.
André Noirhomme: 45.
Anselmo da Apresentação: G 85.
Antônio da Ascensão: 55.
Antônio da Conceição: G 89, CT 28.
Antônio da Cruz: G 18.
Antônio da Estrêla: 13.
Antônio da Glória: CT 7.
Antônio da Ilha: 14, G 2.
Antônio da Penha: G 37.
Antônio da Purificação: CT 23.
Antônio da Rainha dos Anjos (Machado): 55, 64, G 138, CT 64.
Antônio das Chagas: 26, 51, 52.
Antônio de Jesus: 51.
Antônio de Jesus Maria Nogueira (Caldeira): G 113.
Antônio de Santa Catarina: G 58.
Antônio de Santa Clara (1): 13, 47, 49.
Antônio de Santa Cruz: 52.
Antônio de Santa Isabel: 45.
Antônio de Santa Margarida: 17, 19.
Antônio de Santa Maria: 30, 47, 60.
Antônio de Santa Maria Jaboatão: 4, 5, 7, 9, 10, 12, 13, 15, 19, 20, 21, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 36, 38, 40, 42, 45, 49, 50, 51, 52, 60, 61, 68, 69.
Antônio dos Anjos (1): 13, G 4.
Antônio dos Anjos (2): 48.
Antônio dos Mártires: G 20 e 24.
Atanásio Krajczyk: 11, G 156 e 158.
Augusto da Imaculada Conceição Alves: 11.
Baltazar das Neves: 48.
Basílio Roewer:* 4, 21, 40, 49.
Bento de N. S.ª das Neves: G 132.
Bernardino de S. Tiago: 68.
Bernardo da Encarnação: 29.
Boaventura da Sagrada Família: G 122, CT 41 e 47.
Boaventura de S. Tomás: G 7.
Caetano de Santa Engrácia: CT 42.
Caetano do Espírito Santo: G 96.
Capistrano Niggemeher: G 163 e 168.
Casimiro Brochtrup: G 161.
Clementino de Bouché: G 170.
Cornélio Neises: 5.
Cosme de S. Damião: 22, 47, 51.
Cosme do Espírito Santo: G 42.
Custódio de Santa Rosa Galvão: G 121, CT 46.
Dagoberto Romag:* 4, 24, 56.
Damião Klein: 46, 56.
Daniel Budde: G 175.
Daniel de São Francisco: 29, G 30.
Diogo de São Diogo: G 84.
Dionísio da Madre de Deus: CT 8.
Domingos .....: 13.
Domingos de São Paulo: 14, G 3.
Domingos dos Mártires: 51, G 29.
Estanislau Cleven: G 162.
Estêvão da Trindade: G 45.
Eugênio da Natividade: CT 3.
Eugênio do Espírito Santo: G 86, CT 13.
Eugênio Kullmann: 11, 58, G 151 e 154.
Eusébio Walter: G 173.
Feliciano de Jesus: 26.
Feliciano Trigueiro: G 171.
Félix de S. João Batista: G 54.
Fernando de Santo Antônio: CT 24.
Fernando Oberborbeck: 55, 56.
Antônio de Santa Rosa de Lima: G 143, CT 69.
Antônio de Santo Tomás: 52.
Antônio de São Boaventura (1): 13, G 1.
Antônio de São Boaventura (2): G 100.
Antônio de S. Félix: CT 30 e 38.
Antônio de S. Filipe: G 114.

Antônio do Carmelo: 52.
Antônio do Coração de Maria: G 140.
Antônio do Paraiso: G 70.
Antônio do Rosário: 42.
Francisco de S. José Almeida: G 117.
Francisco de S. José Baixa: 52, G 88.
Francisco de S. José Magalhães: G 129, CT 55.
Francisco dos Santos: 13, 14, 15, 42, 51.
Francisco Ewers: G 167.
Francisco Solano: CT 32.
Francisco Xavier da Conceição: CT 53.
Gabriel da Vitória: G 75.
Gaspar de Jesus: 51.
Gaspar de St.º Antônio: 25, 26, 42, 51, 52.
Gaspar de S. Lourenço: G 19.
Gerardo dos Santos: 28.
Henrique de Coimbra:* 13.
Hilário da Visitação: CT 1.
Inácio da SS. Trindade: G 133.
Irineu Bierbaum: 55.
Isidoro Risse: G 174.
Jácome da Purificação: 23, 42, 48, 42, G 16 e 17.
Jerônimo da Graça: CT 2.
Jerônimo de S. Pedro de Alcântara: G 124, CT 49.
Jerônimo do Patrocínio de S. José: 17, 19, 52; G 130, 141 e 145; CT 54, 56 67 e 71.
João Batista: 22.
João Batista da Ressurreição: G 60.
João Batista do Espírito Sanoo: G 135; CT 58 e 61.
João da Cruz: 23.
João da Esperança: 14.
João da Luz: 51; G 21 e 34.
João da Madalena: 14.
João da Madre de Deus:* 39.
João de Nazaré: G 63.
João de Santana Brito: G 78 e 81.
João de Santana: G 112.
João de Santa Ângela: CT 22.
João de Santa Ângela Alagoas: 52.
João de Santa Teresa de Jesus: 52, 56; G 148; CT 74.
João de St.º Afonso: CT 37.
João de St.º André: G 32.
Filipe da Madre de Deus: 69, G 41 e 53.
Filipe das Chagas: G 38.
Filipe de Jesus: 63.
Francisco da Encarnação: G 57.
Francisco da Madre de Deus: 26.
Francisco da Purificação: 51.
Francisco das Chagas de S. Francisco: G 108.
Francisco das Neves: 22, 23, 69.
Francisco de Santa Rita: G 110.
Francisco de Santa Rosa: 5, G 80.
Francisco de Santa Teresa: G 68, CT 19.
Francisco de Santo André (o Valente): 22.
Francisco de Santo Inácio: G 131, CT 57.
Francisco de S. Bernardo Paiva: 52, G 111.
José da Conceição Molina: G 119, CT 44.
José da Natividade Chovente: G 98.
José da Trindade Saldanha: G 83 e 91.
José de Jesus Maria Monteiro: G 109.
José de N. S.ª da Saúde: G 137 e 139, CT 63 e 65.
José de Santana Maria: G 90.
José de Santa Brígida Ferraz: G 106.
José de Sanoa Catarina: 52.
José de Santa Clara Melo: G 76.
José de Santa Joana: CT 15 e 17.
José de Santa Leocádia Mota: 52, G 134 e 144, CT 60, 68, 70.
José de Santa Maria (Colares): G 59.
José de Santa Maria Fonseca: 33, G 136, CT 59 e 62.
José de Santa Rosa Barreto: G 102 e 105.
José do Santo Antônio: G 56.
José de São Domingos: 19.
José de São Luís: CT 31.
José do Destêrro: G 36.
José dos Prazeres: G 61, CT 5.
José Maria de Jesus Marques: G 99.
José Pohlmann: 11, G 153.
Junípero de São Paulo: 22.
Leonardo de Jesus: 13, 14.
Leônidas Rampinelli:* G 172.
Lino Graflage: G 176.
Lourenno da Encarnação: G 97 e 101.
Lourenço da Imaculada Conceição: G 147, CT 73.
Lourenço de Jesus Maria: G 48.
Lucas Vonnegut: 11, G 155.
Ludgero do Smo. Nome de Maria: G 146, CT 72.
Ludovico da Purificação: CT 18.
Luís da Ressurreição: 48.
Luís de Santa Teresa: 52, G 67 e 74.
Luís de Santo André: 23, G 14.
Luís de São Boaventura: CT 12.

Manuel Batista: G 10.
Manuel da Conceição de Maria: G 123, CT 48.
João de São Basílio: G 69.
João do Bom Jesus: 52, CT 14 e 21.
João do Deserto (1): G 23.
João do Deserto (2): 5.
João do Pai Eterno: CT 9.
João do Pilar: 41, G 62 e 66.
João do Rosário: G 35.
João da Purificação Cabral: 52, G 118, CT 43.
Joaquim de Sta. Escolástica: G 126, CT 51.
Joaquim do Espírito Santo: 55.
Jonas Knosalla: 52.
José da Anunciação: G 50.
José da Circuncisão: G 94.
Manuel de Santo Agostinho: CT 20.
Manuel de Santo André: G 73.
Manuel de Santo Antônio (1): CT 4.
Manuel de Santo Antônio (2): G 104, CT 35.
Manuel de Santo Antôuio Bexiga: G 47 e 49.
Manuel do Espírito Santo: G 11.
Manuel do Nascimento: CT 10.
Manuel do Paraíso: G 82.
Manuel do Rosário: 26, 51.
Manuel dos Anjos: 22, G 13.
Manuel dos Querubins: G 115, CT 39.
Manuel dos Santos Beja: G 44.
Marçal da Vitória: CT 27.
Mariano de St.º Antônio: 45.
Masseu de S. Francisco: 42, 62.
Mateus .....: 23.
Mateus da Apresentação: 28. 29, G 26 e 28.
Mateus da Natividade: G 55.
Matias de St.ª Ursula: CT 29.
Matias de S. Miguel: G 107.
Matias Teves: 4, 50, 56, G 160.
Melchior da Madalena: 14.
Melchior de Santa Catarina: 20.
Melchior dos Anjos: G 27.
Menandro Rutten: 2, G 166.
Miguel das Chagas: 48.
Miguel de St.º Antônio: 52.
Nicodemos Grundhoff: 45.
Nicolau do Paraíso: 52, CT 11 e 16.
Odulfo van der Vat:* 2, 4, 9, 12, 15, 40, 68.
P. Fernandes:* 38.
Manuel da Ilha: 15.
Manuel da Natividade: G 46 e 51.
Manuel da Piedade (1): G 5.
Manuel da Piedade (2): CT 6.
Manuel da Piedade (3): 52.
Manuel da Ressurreição Seixas: CT 34.
Manuel das Mercês: G 65.
Manuel das Neves: 22, G 25.
Manuel de Évora Carreira:* 48.
Manuel de N. S.ª da Saúde: G 142.
Manuel de Santana Fontes: 52.
Manuel de Santa Clara Moreira: 52.
Manuel de Santa Maria: 61.
Manuel de Santa Miquelina: G 120, CT 45.
Manuel de Santa Rita (Campelo Morais): G 125, CT 50.
Manuel de Santa Rita Nunes: G 116; CT 33 e 40.
Manuel de Santa Teresa Miranda: 52, CT 36.
Pacífico de Jesus: 48.
Pantaleão da Porciúncula: G 39.
Pantaleão de Sta. Catarina: G 15.
Paulino da Soledade: 49, 50, G 140, CT 66.
Pedro da Transfiguração: 48.
Pedro de S. José: 52.
Pedro de S. Paulo: 51.
Pedro Sinzig:* 61.
Pedro Westermann: G 165.
Plácido da Purificação (Encarnação): G 52.
Policarpo Cornelius: G 177.
Rafael da Conceição: 52. G 87 e 92.
Remígio da Conceição: 52.
Rogério de Santo Antônio: G 31 e 33.
Rogério do Nascimento: G 77 e 79.
Salvador do Nascimento: 51.
Sebastião de Jesus: 4, 15, 17, 18, 31, 33, 34.
Serafim Funke: 11, G 157 e 159.
Silvestre da Trindade: 52.
Simão da Assunção Golegan: 13, G 6.
Simão das Chagas (Natividade): 48, 50, G 22.
Taciano Thesing: G 149.
Tarcísio Jungwirth: 2, 60.
Teotônio de Santa Teresa: G 95.
Tomás da Conceição Carvalho: 52.
Tomás de Aquino: G 127, CT 52.
Venâncio Willeke: 4, 46. 61, G 169.
Veríssimo da Madre de Deus: G 64.
Vicente do Salvador: 14, 47.
Vicente Senge: G 164.
Vicente Tobias: 51.
Zacarias de Jesus Maria: CT 26.

BIBLIOGRAFIA

I — MANUSCRITOS

Acta capitularia, 1703-1811.

Acta capitularia originalia, 1787-1844.

Eclesiásticos, 1870-1871. Arquivo do Palácio do Govêrno de Pernambuco.

Coleção *Memórias*, I. Arquivo Nacional, Rio.

Chronica Provincie (XX, 14).

Documentos do Arquivo da Província de Santo Antônio do Brasil. Convento de Santo Antônio do Recife.

Índice de várias notícias pertencentes ao Brasil... do govêrno do Conde de Sabugosa. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

JESUS, SEBASTIÃO DE (frei, O. F. M.): *Miscelânea*.

KLEIN, DAMIAN (frei, O. F. M.). *Die Franziskaner-Ordensprovinz in Nordbrasilien*. Manuskript.

KLEIN, DAMIAN (frei, O. F. M.). *Chronica Provinciae S. Antonii in Brasilia restauratae*.

Litterae provinciales. 1893-1901 (XXIV, 84).

Livro das vestições e profissões da fraternidade terciária de Ipojuca.

Livro do Tombo do Convento de Santo Antônio do Recife. 1808-1834.

Livro dos Guardiães do Convento de Santo Antônio de Ipojuca.

Livro velho do Tombo do Mosteiro de São Bento. I, 1945.

Princípios, 119 (XIX, 5).

Tábuas capitulares. 1831-1881.

II — LIVROS E PERIÓDICOS

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXVIII. Rio, 1908.

BAHLMANN, DAMIAN (frei, O. F. M.): *Memoiren eines Bischofs der Nordbrasilianischen Franziskanerprovins*. In *Santo Antônio*, ano VIII, 2, 77-78.

Idem: *Necrológio de d. frei Amando*. In *Santo Antônio*, ano XVII, 216.

BARATA, J. DO CAMPO (pe.): *História eclesiástica de Pernambuco*. Recife, 1922.

BARBOSA, MANUEL (padre): *A igreja no Brasil*. Rio, "A Noite", 1945.

CALADO, MANUEL (frei, O. F. M.): *O valoroso Lucideno e Triunfo da liberdade*. Recife, Coop. Edit. de Cultura Intelectual, 1942.

COELHO, DUARTE DE ALBUQUERQUE. *Memórias diárias da guerra do Brasil, 1630-1638*. Recife, Secretaria do Interior, 1944.

COSTA, F. A. PEREIRA DA: *Anais Pernambucanos, 1493-1605*. Recife, Arquivo Público Estadual, 1951-52. Obra em 12 vs., dos quais estavam pnblicados 3, ao ser redigido êste trabalho.

Idem: *Relatório em que se dá conta ao exmo. sr. Presidente da Província da comissão de que fôra encarregado em 2 de março de 1886*. Recife, tip. M. F. Figueiroa de Faria e F.os, 1886.

COUTO, DOMINGOS DE LORETO: *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*, 1904.

Dagelijksche Notulen, II, 1631.

Descrição de Pernambuco em 1746. In "Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco", Recife, 1903, T. II, n.º 60, pág. 176.

O devoto do Senhor Santo Cristo de Ipojuca, 6.ª ed., 1949.

Documentos Históricos, 1625-1631, Rio, Tip. Monroe, 1930.

Elenchus archivi Conventus S. Francisci Bahiani. In *Santo Antônio*, XVII-XIX, 1940-41, págs. 31-37.

Extracten uit de Notulen van den Hooge Rade in Brasil van den jare, 1647.

FERNANDES (Padre): *Acta Leonis XIII ad Tertium Franciscalem Ordinein spetantia*. 1901.

FONSECA, ANTÔNIO JOSÉ VITORIANO BORGES DA: *Nobiliarquia pernambucana*. In "Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro", V. XLVII-XLVIII.

GALVÃO, SEBASTIÃO DE VASCONCELOS: *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco*. Rio, Imprensa Nacional, 1908-1921.

INSULANO, MANUEL (frei, O. F. M.): *Manoel Divi Antonil Brasiliae Custodiae enarratio seu relato a fr. Emanuele Insulano*, O. F. M., 1621.

JABOATÃO, ANTÔNIO DE SANTA MARIA (frei, O. F. M.): *Novo orbe seráfico brasílico, ou crônica dos frades menores da província do Brasil*. Rio, Tip. Brasiliense, 1858-61.

KIRSHBAUM, ADALBERTO (frei, O. F. M.): *Aus der Geschichte unserer Niederlassung in Ipojuca*. In *Santo Antônio*, ano 3-3, 115-116.

KLEIN, DAMIAN (frei, O. F. M.): *Randglossen zur Gerchichte der Provinz*. In *Santo Antônio*, Recife, ano I-III, 87.

KOETTING, BERNARD: *Peregrinatio Religiosa*. Munster, 1950.

LAET, JOHANS DE: *História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Ocidentais*. Rio, 1925.

LEITE, SERAFIM (pe., S. J.): *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa - Rio, 1938-49.

Lexicon fur Theologie und Kirche. Band 6, Spalte 250.

Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda.

Livro dos guardiães do convento de S. Francisco da Bahia. Separata da "Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, LIX, 1943.

MELO, ANTÔNIO GONSALVES DE: *Antônio Dias Cardoso*. Recife, 1954.

MENDONÇA, HEITOR FURTADO DE: *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil. Denunciações da Bahia*. 1591-92. Rio, Briguiet, 1935.

Idem: *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil. Denunciações de Pernambuco*. S. Paulo, ed. Paulo Prado, 1929.

MONTE CARMELO, LINO DO (frei): *Memórias históricas*.

NIEUHOF, JOAN: *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. S. Paulo, Livraria Martins, 1942.

OBERBORBECK, FERNANDO (frei, O. F. M.): *Frei Joaquim do Espírito Santo, O. F. M.* In *Santo Antônio*, 1944, 27-28.

PERDIGÃO, JOÃO MARQUES (d.): *Itinerário das visitas feitas na sua diocese pelo Bispo de Pernambuco nos anos de 1883 a 1840*. In "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", 1892, vol. LV, parte I, p. 27.

PINHO, WANDERLEY: *História de um engenho do Recôncavo*. Rio, Z. Valverde, 1946.

PRIMÉRIO, FIDELIS M. DE (frei, O. F. M.): *Capuchinhos em terras de Santa Cruz, nos séculos XVII, XVIII e XIX*. S. Paulo, Livr. Martins, 1942.

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador. Vol. V, n.º 15.

ROMAG, DAGOBERTO (frei, O. F. M.): *A história dos Franciscanos no Brasil desde os princípios até d criação da Província de Santo Antônio. 1500-1659*. In *Vila Franciscana*, 1939. I, 5.

ROWER, BASÍLIO (frei, O. F. M.): *Páginas de história franciscana no Brasil*. Petrópolis, Edit. Vozes, 1941.

Idem: *O Convento de St.º Antôno do Rio de Janeiro*.

SANTOS, FERNANDO PIO DOS: *O Convento de Santo Antônio do Recife*. 1939.

SILVA, MANUEL E. ALTENFELDER: *Brasileiros heróis de fé*. 1928.

SILVA, OROSIMBO NONATO DA: *Impressões do Santuário do Sr. Santo Cristo de Ipojuca*. In *O Diário*, Belo Horizonte, 4-XI-1939.

SINZIG, PEDRO (frei, O. F. M.): *S. Francisco e seu culto no Brasil*. 1926.

TEVES, MATIAS (frei, O. F. M.): *A restauração da Província de Santo Antônio do Brasil*. In *Santo Antônio*, 1942.

VAN DER VAT, ODULFO (frei, O. F. M.): *São Benedito, o Prêto, e seu culto no Brasil*. In *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, 1941, vol. I, fasc. 4, p. 824-831.

Idem: *Princípios da Igreja no Brasil*. Petrópolis, 1952.

Vita Franciscana, revista interna da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, S. Paulo.

WILLEKE, VENÂNCIO (frei, O. F. M.): *Ruínas e vida nova em Ipojuca*. In *Santo Antônio*, 1952, 513-4.

Idem: *Resumo histórico do Convento de Santo Antônio de Ipojuca*. Recife. 1938.



Igreja e convento de Sto. Antônio de Ipojuca.



Vista lateral do átrio da igreja de Sto. Antônio de Ipojuca.



Vista do claustro do Convento de Sto. Antônio de Ipojuca.



Pormenor do inter-colúnio do claustro. Convento de Sto. Antônio de Ipojuca.



Cadeiral do côro do Convento de Sto. Antônio de Ipojuca.

IMPRESSO NAS OFICINAS DOS
ESTABELECIMENTOS GRÁFICOS IGUASSÚ LTDA.
PARA A DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E ARTÍSTICO NACIONAL